ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS

PORTUGAL



Relatório e Contas

2021

Conselho Diretivo Nacional em 08 de abril de 2022

Assembleia Representativa Nacional em 09 de abril de 2022

Página propositadamente deixada em branco para impressão frente e verso

Índice

1. Mensagem do Bastonário 5
2. Caracterização da atividade desenvolvida 9
2.1. Atividade da Ordem 9
2.1.1. Bastonário 9
2.1.2. Conselho Diretivo Nacional 10
2.1.3. Conselho da Profissão / Colégios de Especialidade 16
2.1.4. Secções Regionais 16
2.1.4.1. Açores 16
2.1.4.2. Centro 18
2.1.4.3. Madeira 23
2.1.4.4. Norte 37
2.1.4.5. Sul 39
2.1.5. Informação 44
2.1.6. Ensino Superior 46
2.1.7. Gabinete Jurídico 46
2.1.8. Seguro Profissional 49
2.1.9. Parcerias e Protocolos 49
2.1.10. Relação com o Poder Político 49
2.1.11. Desmaterialização e informatização de serviços 52
2.1.12. Relações Internacionais 53
2.2. Atividade dos Engenheiros Técnicos 55
2.2.1. Inscrições na OET 55
2.2.2. Passagem a membro efetivo 56
2.2.3. Distribuição de membros por especialidade 57
2.2.4. Distribuição de membros por região 57
2.2.5. Atividade profissional dos Engenheiros Técnicos em 2021. 57
3. Contas do Conselho Diretivo Nacional 65
3.1. Rendimentos 65
3.2. Gastos 66
3.3. Comparação com o Orçamento (CDN) 67
3.4. Situação Económica e Financeira 68
3.4.1. Património Predial 69
3.4.2. Património Predial – Empréstimos Bancários 69
3.5. Balanço a 31/12/2021 (CDN) 70
3.6. Demonstração de Resultados (CDN) 71
4. Contas Consolidadas 73
4.1. Introdução 73
4.2. Resultados Nacionais consolidados 73
4.3. Demonstrações Financeiras 74
4.3.1. Balanço a 31/12/2021 (consolidado) 74
4.3.2. Demonstração de Resultados a 31/12/2021 (consolidado) 75
4.4. Comparação com o Orçamentado (consolidado) 76
4.5. Análise dos Resultados 77
4.6. Certificação Legal de Contas 79
Anexo 1. Demonstrações Financeiras Consolidadas 81
Anexo 2. Parecer do Conselho Fiscal Nacional 103
Relatórios e Contas das Secções Regionais 105

Índice de Gráficos, Quadros e Figuras

Inscrições na OET ao longo dos meses 55
Inscrições na OET por Secção Regional 56
Inscrições na OET por qualificação acesso 56
Evolução das Inscrições na OET nos últimos 5 anos 56
Distribuição dos membros por especialidade 57
Distribuição de membros por região 57
Evolução do nº de declarações emitidas desde 2011 58
Evolução do nº de declarações emitidas desde 2011 por emissor 58
Evolução da emissão de declarações por região 59
Rendimentos de 2021 65
Gastos de 2021 e variação face a 2020 66
Comparação com o Orçamento (CDN) 67
Indicadores Económicos e Financeiros 68
Património Predial 69
Empréstimos Bancários 69
Balanço CDN - 2021 70
Demonstração de Resultados CDN - 2021 71
Contas consolidadas OET - 2021 73
Balanço OET - 2021 74
Demonstração de Resultados OET - 2021 75
Comparação dos resultados com o orçamento (Consolidadas)– Exercício de 2021 76
Rácios financeiros e Económicos 77

1. Mensagem do Bastonário

Caras e Caros Colegas,



Novamente passamos pela provação de mais um ano em pandemia. Mais um ano em que foi testada a nossa capacidade de superação individual e da classe que orgulhosamente representamos.

A capacidade dos Engenheiros Técnicos de olhar para o futuro de uma forma determinada e corajosa vem coroando uma luta com quase tantos anos como os 170 anos de existência da nossa classe, que envolveu inúmeras gerações de Engenheiros Técnicos e ilustres colegas, muitos deles já desaparecidos.

Partilho convosco a enorme alegria de continuar a dar hoje corpo à ideia de os engenheiros técnicos serem representados por uma Ordem determinada e forte.

Recordo com emoção que quis o tempo e as vicissitudes que o primeiro a ocupar o lugar de Bastonário da Ordem dos Engenheiros Técnicos fosse eu. E espero vir a deixar uma Ordem ainda mais forte e reconhecida, pois foi esse o percurso que tracei na busca do reconhecimento de uma classe centenária e que não poucas vezes em tempos idos e atualmente continua a ser insultada e denegrida.

A Ordem dos Engenheiros Técnicos legitima sucessora da ACOP fundada há 139 anos tudo continuará a fazer para que os seus membros continuem a praticar boa engenharia e que com o seu esforço e saber contribuam para o desenvolvimento do País e do mundo onde se inserem.

Quero na pessoa de 3 engenheiros técnicos já desaparecidos homenagear e agradecer o trabalho de todos os colegas, que são os colegas Ferreira da Costa, Sant'Ana Alves e António Gameiro. Igualmente quero aqui recordar outros 3 engenheiros que muito contribuíram para a afirmação da nossa classe e são eles o Engenheiros Ferreira Cardoso e Brazão Farinha, meus professores, e ainda o Engenheiro Vaz Guedes, que enquanto Bastonário da Ordem dos Engenheiros assinou o acordo para a FEANI, reconhecendo assim ao nível nacional e internacional a classe dos Engenheiros Técnicos.

E lembrar ainda o Hélder Pita, pois falar do Pita é falar dos nossos (dos meus) últimos 40 anos de vida. De vida pessoal, profissional e associativa intensa. E, porque há riscos que vale a pena correr, aqui estou eu, em homenagem à memória que guardarei sempre do Pita, a assumir o risco de ter implementado um regulamento moderno, virado para o futuro, e, acima de tudo, que não deixa ninguém de fora e impedido de praticar engenharia.

Aliás, estas são as duas linhas-de-força fundamentais da atuação que tenho tido na Ordem dos Engenheiros Técnicos e nas quais o Pita foi sempre uma peça fundamental:

- Nunca deixar ninguém de fora, não impedindo artificialmente ninguém de aceder à prática da engenharia
- Um mundo (e, por maioria de razão, uma CPLP) sem barreiras à Livre Circulação dos profissionais de engenharia.

Esta é a minha homenagem singela a um homem bom, a um bom amigo que tive na vida.

Os últimos anos têm sido muito ricos em acontecimentos e de todos esses acontecimentos destaco o processo/reforma de Bolonha, que trouxe ao País uma nova esperança em que o conhecimento é o centro de toda a preocupação do sistema educativo português.

Nesta linha de pensamento é obvio que a redenominação da ANET está a contribuir para uma nova imagem dos Engenheiros Técnicos.

Se outra vantagem não tivesse havido, a redenominação da ANET para Ordem dos Engenheiros Técnicos veio obrigar a que os engenheiros técnicos fossem cobiçados por todos e agora, todos queiram representar os licenciados pós-Bolonha, coisa que até aqui era rejeitada por alguns que consideravam que para exercer engenharia era só para 2.º ciclo.

Somos uma ordem reformista e transformadora e nunca alinhámos com posturas imobilistas e retrógradas que deviam ter ficado no passado:

- Fomos a primeira Ordem Profissional a publicar a lista de atos próprios da profissão, em 2005.
- Fomos a primeira ordem a implementar o princípio "*1 ato de engenharia = 1 declaração*", permitindo-nos saber, desde 2010, quantos atos de engenharia os Engenheiros Técnicos realizam.
- Fomos a primeira ordem a desmaterializar as declarações, proporcionando um serviço seguro, cómodo e gratuito aos membros que exercem a profissão.

Os desafios que tenho são de continuar a trabalhar na dignificação dos engenheiros técnicos enquanto profissão que tem que ter a confiança pública.

Os principais desafios da Ordem dos Engenheiros Técnicos para o futuro são os de mobilizar as escolas(Universidades e Politécnicos, públicos ou privados) para ministrarem uma melhor formação, inicial e ao longo da vida, com o intuito de que os Engenheiros Técnicos possam ser cada vez mais capazes de praticar uma engenharia de excelência.

Não podemos esquecer o combate à engenharia e arquitectura ilegal e ilícita e as assinaturas de favor que constituem um dos cancros com que a sociedade portuguesa vive.

Aquilo que não aceitamos, em nenhum momento, é que a defesa corporativa dos interesses de alguns se possa sobrepor ao interesse dos portugueses e do consumidor final.

Todos somos importantes e todos fazemos Portugal.

Obviamente que o mercado sabe que quando quer um engenheiro mesmo para fazer engenharia, contrata um engenheiro técnico da OET.

O não estabelecimento de protocolos de reciprocidade com alguns países da CPLP foi, por agora, ultrapassado com o novo regulamento de registo e inscrição da Ordem dos Engenheiros Técnicos - Regulamento n.º 841/2020, de 6 de outubro – o qual é, de alguma forma, legitimado pela Lei n.º 31/2021, de 2 de maio, que procede à simplificação dos procedimentos associados ao reconhecimento das qualificações profissionais, transpondo a Diretiva n.º 2005/36/CE, de 7 de setembro de 2005, e procedendo à alteração à Lei n.º 9/2009, de 4 de março.

Como é evidente iremos continuar a desenvolver esforços para o estabelecimento de protocolos de reciprocidade com o CONFEA – Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, com a Ordem dos

Engenheiros de Moçambique e com a Ordem dos Engenheiros de Cabo Verde porque lutamos por uma CPLP sem fronteiras no domínio da prática da engenharia.

Mas a ação mais importante que desencadeámos foi o resgate da engenharia, exigindo que a engenharia seja feita em exclusivo por Engenheiros Técnicos e Engenheiros, com todas as consequências que daí derivam, impedindo que outras classes profissionais que têm vindo a invadir o espaço da engenharia o possam continuar a fazer.

Relativamente à designada lei das ordens, a Ordem dos Engenheiros Técnicos é favorável a ajustes à lei, sem colocar em causa a autonomia e independência das Ordens e para isso fez propostas para que sejam encontradas soluções e que passam por alterar algumas disposições que o Governo pretende introduzir, que apesar de fazerem sentido, não são aceitáveis na forma e que são:

- para Provedor as Ordens indicam três nomes ao Governo, que escolhe um;
- a supervisão tem que ser paritária e a eleição do Presidente é feita de entre os membros;
- a constituição de um órgão coordenador das Ordens em que estejam todas representadas à semelhança do que existem para as Universidades e Politécnicos – CRUP e CCISP – que teriam poderes para indicar alguns membros externos para a supervisão das Ordens.

A existência da Ordem dos Engenheiros Técnicos é garante do exercício da boa engenharia.

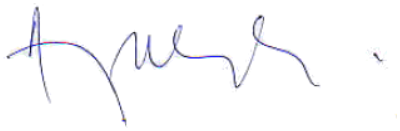
O próximo ano será o primeiro do último quadriénio em que estarei ao vosso serviço e da Ordem dos Engenheiros Técnicos como Bastonário e garantidamente continuará a não ser fácil, mas certamente que as dificuldades e obstáculos serão ultrapassados com o empenho e participação de todos, e asseguro que da parte dos órgãos eleitos haverá uma atitude proativa na defesa da qualidade da engenharia portuguesa.

A Ordem continuará a seguir o caminho de prestígio que tem percorrido e que hoje nos dá a certeza de ter na Ordem dos Engenheiros Técnicos, uma associação que defende intransigentemente a Engenharia e a sua prática pelos Engenheiros Técnicos.

Saber fazer, fazer bem e à primeira.

É por isso que somos, com orgulho, Engenheiros Técnicos.

Lisboa, 14 de março de 2021.



Augusto Ferreira Guedes
Bastonário

Página propositadamente deixada em branco para impressão frente e verso

2. Caracterização da atividade desenvolvida

2.1. Atividade da Ordem

No seguimento da declaração de pandemia decretada em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS) na sequência *situação epidemiológica provocada pelo coronavírus* SARS-CoV-2 e da doença COVID-19, e dos consequentes estados de emergência e calamidade decretados pelo Governo de Portugal, a OET, assim como diversas entidades, teve de se adaptar, nomeadamente adotando o teletrabalho como regra.

Em 2021 a Ordem dos Engenheiros Técnicos continuou a adotar medidas para assegurar a contenção da pandemia e a segurança de todos, com limitações no atendimento, em todas as instalações da Ordem, com assistência presencial limitada, em tempo e número de colaboradores, continuando os serviços administrativos a funcionar, com recurso, de forma maioritária, ao trabalho à distância, à exceção do intervalo de 17 de março até 5 de abril em que foi renovada a declaração do estado de emergência, que abrangeu todo o território nacional e igualmente a partir do dia 24 de dezembro até ao final do ano, no seguimento das deliberações do Conselho de Ministros de 21 de dezembro, em que o serviço decorreu apenas em teletrabalho.

A Ordem dos Engenheiros Técnicos disponibilizou minutas de declaração para que os engenheiros técnicos pudessem circular durante o estado de emergência, quer ao serviço de uma empresa quer ou no regime liberal.

2.1.1. Bastonário

Reuniões de direção

O Bastonário e o Conselho Diretivo Nacional estiveram reunidos 8 vezes no ano de 2021, em formato misto (de acordo com as imposições decorrentes das medidas excecionais e temporárias de resposta à *situação epidemiológica provocada pelo coronavírus* SARS-CoV-2 e da doença COVID-19, em 27 de fevereiro, 27 de março, 10 de abril, 29 de maio, 3 de julho, 4 de setembro, 16 de outubro e 26 de novembro.

O Bastonário acompanhou e participou nos trabalhos da Assembleia Representativa Nacional em 10 de abril, 24 de julho, 27 de novembro e 29 de dezembro, realizadas em formato misto.

O Bastonário acompanhou as reuniões do Conselho da Profissão em formato misto, em 24 de maio e 13 de novembro.

Reuniões com entidades diversas

O Bastonário reuniu-se com diversas entidades e participou em eventos diversos, tais como:

- Reuniões com o IMPIC;
- Assinatura de protocolo com a ANEPC, no âmbito da responsabilidade pela elaboração dos projetos de Segurança Contra Incêndios em Edifícios e das medidas de autoproteção.
- Reuniões com Instituições de Ensino Superior;
- Assinatura de protocolo com o Sindicato Nacional dos Engenheiros, Engenheiros Técnicos e Arquitetos, que visa essencialmente proporcionar aos membros da Ordem dos Engenheiros Técnicos o apoio jurídico em assuntos de natureza laboral.
- Reunião da constituição do Fórum das Associações Profissionais de Engenharia da CPLP;
- IV Congresso Internacional da Ordem dos Engenheiros de Angola.

Publicações

O Bastonário promoveu a elaboração de 2 regulamentos, 2 avisos e 1 deliberação no ano de 2021:

- Aviso n.º 21434/2021 – Projeto de alteração ao Regulamento de Registo e Inscrição
- Aviso n.º 21435/2021 – Projeto de alteração ao Regulamento de Estágio
- Regulamento n.º 759/2021 – Alteração e republicação do Regulamento de Quotização
- Regulamento n.º 760/2021 – Alteração e republicação do Regulamento da Bolsa de Peritos
- Deliberação n.º 217/2021 – Tabela de Emolumentos, Quotas e Taxas da Ordem dos Engenheiros Técnicos

2.1.2. Conselho Diretivo Nacional

O Conselho Diretivo Nacional reuniu-se 8 vezes no ano de 2021, em formato misto, em 27 de fevereiro, 27 de março, 10 de abril, 29 de maio, 3 de julho, 4 de setembro, 16 de outubro e 26 de novembro, tendo sido emitidos comunicados informativos dos resumos das reuniões.

Foram convocadas as eleições para os Órgãos Nacionais, Órgãos Regionais e Direções dos Colégios de Especialidade, realizadas no dia 11 de novembro de 2021, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 49.º do Estatuto da Ordem dos Engenheiros Técnicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 349/99, de 2 de setembro, alterado pela Lei n.º 47/2011 , de 27 de junho e pela Lei n.º 157/2015, de 17 de setembro, e na alínea a) do n.º 2 do artigo 2.º do Regulamento de Eleições e Referendos (Regulamento n.º 230/2017, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 03 de maio de 2017), e em conformidade com a deliberação do Conselho Diretivo Nacional, de 3 de julho de 2021, e com o disposto na alínea i) do Calendário Eleitoral, aprovado por este órgão na mesma data.

Concorreu uma única lista, a Lista A, cujo primeiro subscritor foi o Engenheiro Técnico Civil Augusto Ferreira Guedes. A eleição decorreu com total normalidade, cumpridas que foram todas as disposições legais e regulamentares aplicáveis do Estatuto da Ordem e do Regulamento das Eleições e Referendos, respetivamente não tendo sido apresentada qualquer reclamação do ato eleitoral.

A Lista A recolheu uma percentagem de cerca de 96,5% dos votos expressos. Não tendo sido presente qualquer reclamação, o Conselho Diretivo Nacional aprovou o relatório da comissão eleitoral relativamente aos **resultados definitivos da eleição 2022-2025,** e procedeu à divulgação dos mesmos, em cumprimento do Artigo 60.º do estatuto da OET.



O orgulho de ser e saber ser Engenheiro Técnico.





No dia 12 de março de 2021 teve lugar a assinatura de protocolos entre a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) e as Ordem dos Engenheiros Técnicos, Ordem dos Engenheiros e a Ordem dos Arquitetos, no âmbito da responsabilidade pela elaboração dos projetos de Segurança Contra Incêndio em Edifícios e das medidas de autoproteção.

A cerimónia contou com as presenças do Presidente da ANEPC, Brigadeiro-General Duarte da Costa, do Bastonário da Ordem dos Engenheiros Técnicos, Augusto Ferreira Guedes, do Bastonário da Ordem dos Engenheiros, Carlos Mineiro Aires, e do Presidente da Ordem dos Arquitetos, Gonçalo Byrne, entre outros convidados.



Na sequência da celebração desse protocolo, a Ordem dos Engenheiros Técnicos informou os seus membros que:

- As alterações que decorrem deste protocolo só entram em vigor a 1 de agosto de 2021, mantendo-se em vigor todas as disposições em matéria de SCIE até ao dia 31 de julho de 2021 (Declaração modelo 007A).
- Foram criadas e disponibilizadas no sistema SEDAP duas novas declarações (as condições de acesso a estes atos encontram-se disponíveis no site da OET na opção Quadro de Declarações): Modelo 537 - Medidas de Autoproteção e Projetos de Segurança contra Incêndios em Edifícios

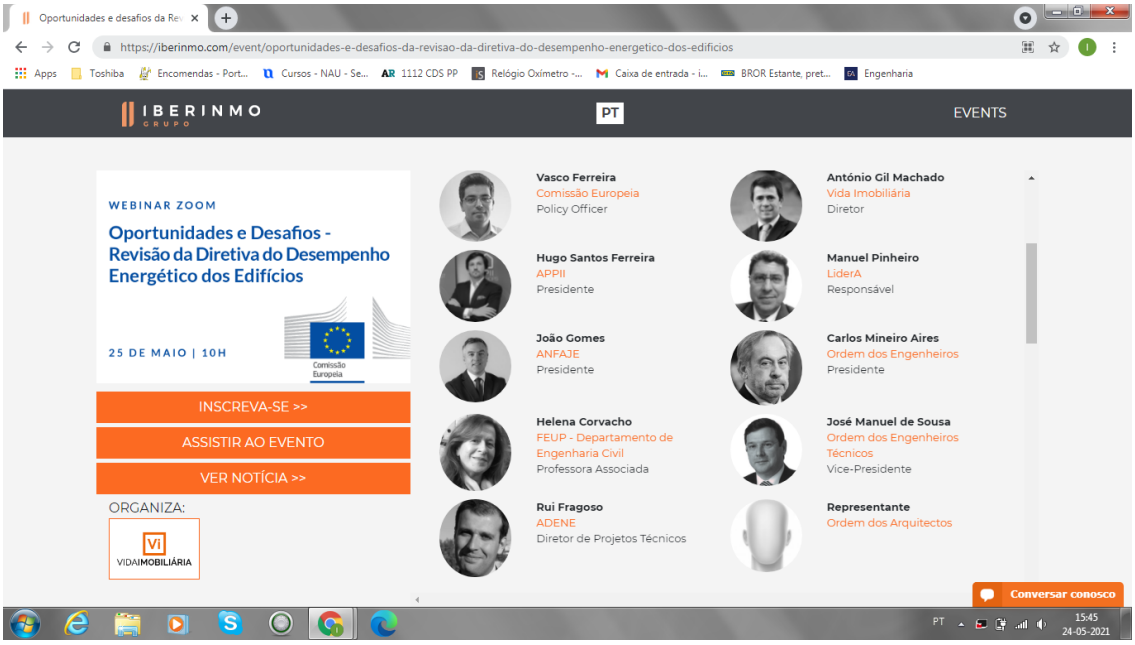
classificados na 1ª Categoria de Risco; Modelo 538 - Medidas de Autoproteção e Projetos de Segurança contra Incêndios em Edifícios classificados nas 2ª, 3ª e 4ª Categoria de Risco;

A Ordem dos Engenheiros Técnicos ao disponibilizar a emissão destas declarações Modelos 537 e 538, está a certificar que o Engenheiro Técnico reúne condições para elaborar MAP e Projetos de SCIE e destinam-se a apresentar às entidades responsáveis pela aprovação dos mesmos (Câmaras Municipais ou ANEPC). Informou igualmente que a ANEPC disponibiliza o serviço de "*registo de técnico autor*".

A Ordem promoveu a IX Edição do Prémio Nacional de Reabilitação Urbana.



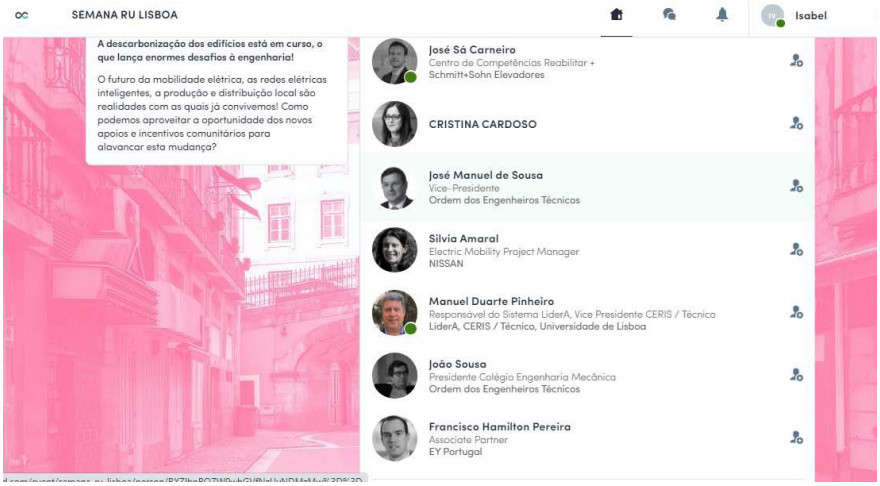
O Vice-Presidente, Engenheiro Técnico José Manuel Sousa, representou a Ordem dos Engenheiros Técnicos num Webinar Zoom sobre as Oportunidades e Desafios – Revisão da Diretiva do Desempenho Energético dos Edifícios.

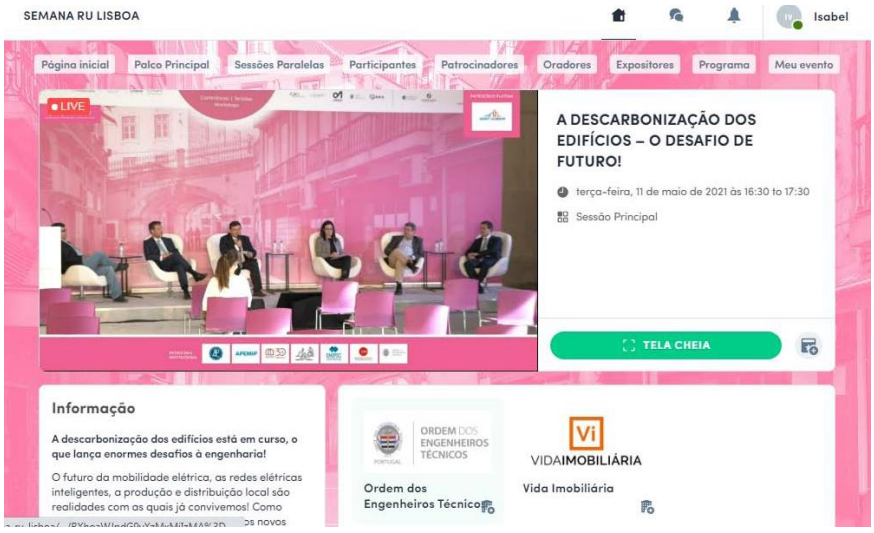


A Ordem dos Engenheiros Técnicos participou uma vez mais na VIII da Semana da Reabilitação Urbana em Lisboa, com uma sessão subordinada ao tema "A Descarbonização dos Edifícios – O desafio de futuro", onde foram discutidos os desafios da descarbonização dos edifícios, seja ao nível da reabilitação urbana, seja ao nível da eficiência energética, ou mesmo ainda ao nível do projeto de arquitetura, e como se podem conjugar melhor os edifícios com a mobilidade urbana.

A conferência foi conduzida pelo Vice-Presidente, Ordem dos Engenheiros Técnicos José Manuel Sousa e contou com as participações do Responsável LiderA, Professor Manuel Pinheiro, da Diretora Mobilidade Elétrica NISSAN, Sílvia Amaral, do Co-CEO, Schmitt Elevadores, Miguel Franco, do Presidente Colégio Engenharia Mecânica, Ordem dos Engenheiros Técnicos, João Sousa, da Vice-Presidente Colégio Civil, Ordem dos Engenheiros Técnicos, Cristina Cardoso, e do Associate Partner, EY Portugal, Francisco Hamilton Pereira.







A Ordem dos Engenheiros Técnicos no âmbito da IX semana da reabilitação urbana no Porto (23, 24 e 25 de novembro), coorganizou em conjunto com Schmitt Elevadores uma conferência subordinada ao tema: *O impacto da mobilidade verde e o desafio dos edifícios NZEB*. O aumento da mobilidade elétrica é essencial para que se alcance a neutralidade carbónica, a qual só será possível se, até 2050, houver uma redução de 90% das emissões de gases com efeito de estufa (GEE). Uma transformação necessária, mas que coloca enormes desafios às infraestruturas de carregamento.

A sessão conduzida por José Manuel Sousa, Vice-Presidente da Ordem dos Engenheiros Técnicos, contou com as participações de Holger Marquardt, CEO da Mercedes-Benz Portugal, João Sousa, Presidente do Colégio de Engenharia Mecânica da Ordem dos Engenheiros Técnicos, Miguel Franco, Co-CEO da Schmitt Elevadores, Bernardo Freitas, Head Sustainability - Strategic Advisory da CBRE; e de Aline Guerreiro, CEO do Portal da Construção Sustentável.



Quase a completar 10 anos, a Semana da Reabilitação Urbana tem edições anuais em Lisboa e Porto e afirma-se como o mais importante evento nacional de ativação do movimento de regeneração e renovação urbana e urbanística em Portugal, aglomerando um vasto apoio do setor público e privado.

Na sequência das alterações das regras técnicas e alterações legislativas referentes à atividade de Projeto e Instalação de ITED e ITUR, a Ordem dos Engenheiros Técnicos organizou um seminário dedicado ao tema "*Novidades e atualizações nos regimes de ITED 4 E ITUR 3"*. Neste seminário pretendeu-se destacar os aspetos mais importantes nas alterações técnicas e legislativas e no novo referencial de formação obrigatória em vigor, tendo igualmente sido apresentadas algumas novidades de equipamentos para o setor. Houve também lugar ao esclarecimento de dúvidas no final. Os oradores foram os Vice-Presidente do Conselho da Profissão da Ordem dos Engenheiros Técnicos, Nuno Cota, o Engenheiro Hélder Martins em representação da Direção Técnica da empresa Televés Portugal



A Ordem dos Engenheiros Técnicos apoiou a FENGE – Feira de Engenharia, a maior feira de engenharia a nível nacional, resultado do empenho e dedicação da Associação de Estudantes do Instituto Superior de Engenharia de Coimbra – AE ISEC, em parceria com o Instituto Superior de Engenharia de Coimbra – ISEC. É uma iniciativa que tem como principal objetivo proporcionar uma maior proximidade entre o sector empresarial nacional/internacional e a comunidade estudantil, fundindo as suas ideias e projetos num único evento.

O Bastonário deu uma entrevista à RTP Madeira onde abordou alguns temos no âmbito da profissão, no que toca a necessidades do mercado, valorização, dificuldades sentidas pela classe e principais objetivos da Ordem.



A Ordem dos Engenheiros Técnicos foi convidada a participar no XXV Encontro Nacional de PMEs do Setor das Telecomunicações no painel dedicado ao tema "Gestão Inteligente dos Territórios", tendo sido representada pela Vice-Presidente do Colégio de Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações, Engenheira Técnica Ana Rita Beire.

A Ordem dos Engenheiros Técnicos marcou presença na apresentação do 1º Aviso para Apoio à Renovação Energética dos Edifícios da Administração Pública, a convite do Ministério do Ambiente e da Ação Climática.

A Ordem dos Engenheiros Técnicos participou na Comissão Organizadora do 10.º Congresso Rodoferroviário Português (10º CRP).

A Ordem dos Engenheiros Técnicos esteve presente no lançamento do documento estratégico "Conservação e Reabilitação do Património, Estratégias e Potencialidades, entre (2020-2030)", a convite do GECoRPA, coordenado pelo Prof. Vasco Peixoto de Freitas, com a participação de vários autores especialistas. Este documento inclui um conjunto de recomendações consideradas relevantes para os intervenientes e decisores que atuam na salvaguarda do património.

A Ordem dos Engenheiros Técnicos fez parte da Comissão de Honra da 7ª edição da Conferência de Segurança – PROTEGER 2022

A Ordem dos Engenheiros Técnicos esteve presente no16º Congresso Nacional de Manutenção promovido pela APMI - Associação Portuguesa de Manutenção Industrial.

A Ordem dos Engenheiros Técnicos aceitou um convite da Câmara Municipal de Lisboa para integrar do Conselho Técnico-Científico do Programa Resista - Programa Municipal de Promoção da Resiliência Sísmica.

A Ordem dos Engenheiros Técnicos esteve presente no Colóquio da Cooperação entre os Países de Língua Oficial Portuguesa organizado pela UCCLA - União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa.

A Ordem dos Engenheiros Técnicos estabeleceu um memorando de entendimento com a ADENE para integrar a Rede de Compromisso no Sistema de Avaliação e Classificação da Eficiência Hídrica de Edifícios AQUA+

A Ordem dos Engenheiros Técnicos viu, uma vez mais, o seu pedido de inclusão no CNOP – Conselho Nacional das Ordens Profissionais recusado.

2.1.3. Conselho da Profissão / Colégios de Especialidade

O Conselho da Profissão reuniu-se, em formato misto, nos dias 24 de maio e 13 de novembro.

Como nos anos anteriores, a Ordem dos Engenheiros Técnicos foi convidada para participar no júri de provas de atribuição do título de especialista, tendo sido convidada para um total de 14 distribuídos pelas áreas de ciências informáticas, ciência e tecnologia da programação, sistemas e tecnologias de informação, produção agrícola e animal, engenharia e técnicas afins (mecânica), engenharia e técnicas afins (metrologia), construção e reparação de veículos a motos, segurança e higiene no trabalho. Igualmente foi convidada para integrar o júri de Provas de Aptidão Profissional por 5 vezes nas áreas de proteção civil, higiene e segurança do trabalho, gestão e programação de sistemas informáticos e construção civil.

2.1.4. Secções Regionais

2.1.4.1. Açores

O Conselho Diretivo Regional participou em 8 reuniões do Conselho Diretivo Nacional, em 4 reuniões da Assembleia de Representantes e 3 reuniões do Conselho da Profissão.

Realizaram-se 8 reuniões do Conselho Diretivo Regional e que contaram com a participação de outros órgãos regionais; A este respeito refira-se o caso da reunião do dia 11 de dezembro, na qual participaram Delegados de Ilha, Delegados-Adjuntos de Ilha e Delegados Concelhios e cujo ponto de agenda se centrou na análise ao projeto de desenvolvimento da plataforma de gestão do Catálogo de Património Abandonado na Região Autónoma dos Açores, a ser atualmente implementada e integrada na plataforma web de alojamento do site da Secção Regional dos Açores.

Entretanto, realizaram-se ainda duas Assembleias Gerais de Secção, nomeadamente, no dia 6 de março de 2021, nas instalações da Secção, em Ponta Delgada, na qual foi aprovado o Relatório e Contas de 2020 e, no dia 6 de novembro, na qual foi apreciado o plano de atividades e orçamento para 2022, nas instalações da Delegação da Secção Regional dos Açores, em Angra do Heroísmo.

De salientar o facto de, à semelhança do ano anterior e nos termos das orientações em vigor na Região que determinam a implementação de medidas excecionais de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19, as reuniões dos Órgãos Regionais e Nacionais da OET terem decorrido num formato misto, presencial e por videoconferência, através da plataforma Zoom. Efetivamente, e por forma a minimizar o risco de contágio, foi dada primazia à utilização da participação através de videoconferência apelando, assim, à salvaguarda da proteção individual dos participantes no entanto, nos casos em que os membros participaram presencialmente nas instalações da Secção Regional, tal, leia-se a participação presencial, foi feita mediante a adoção de todas as medidas de proteção individual e de acordo com as recomendações da Autoridade de Saúde

Regional para a prevenção da COVID-19, designadamente, através do uso obrigatório de máscara e o respeito pelo distanciamento físico.

Ainda relativamente à atividade do Conselho Diretivo Regional, no ano de 2021, destaque para a participação em vários eventos de índole institucional a convite de várias entidades regionais:

- Na cerimónia alusiva ao Prémio Literário Natália Correia, instituído pela Câmara Municipal de Ponta Delgada;
- Na inauguração do Hospital Internacional dos Açores, a convite do Presidente do Conselho de Administração daquela nova instituição;
- Na sessão dos "Encontros com a Eficiência Energética" a convite da Direção Regional de Energia;
- Na conferência "Olhar o Futuro – Como imagino Ponta Delgada daqui a 50 anos?", integrada nas comemorações do 475.º aniversário da autarquia;
- Na Sessão Comemorativa dos 475 anos da Cidade de Ponta Delgada;
- Na "1ª Conferência da Macaronésia – Transportes", subordinada ao tema "O impacto dos transportes no desenvolvimento sustentável da Macaronésia", a convite do Senhor Subsecretário Regional da Presidência;
- Na reunião com a Diretora do Curso de Proteção Civil e Gestão de Riscos da Universidade dos Açores na qual participou, para além do Presidente e Vice-Presidente do CDR, o Presidente do Conselho da Profissão da OET, Eng. Pedro Brás;
- No "Congresso da Reabilitação – CONREA 2021", evento que decorreu no auditório da Reitoria da Universidade de Aveiro;
- Na sessão de trabalho para apoio à finalização da conceção da Plataforma para a valorização de resíduos de construção de demolição, que a equipa do projeto Rebuild17, liderada pelo LREC, se encontra a desenvolver para a Região Autónoma dos Açores;
- Na reunião com a Secretária Regional das Obras Públicas e Comunicações;
- Na sessão de esclarecimento com alunos da Universidade dos Açores, no âmbito do curso de Licenciatura de Proteção Civil e Gestão de Riscos daquela instituição de ensino superior, interessados em se inscrever futuramente na OET cujo processo veio a definir as unidades curriculares de Cálculo Diferencial e Integral II, e Álgebra Linear, ministradas extraplano de estudos pela UAç, como sendo a formação complementar específica para os interessados em se inscrever na OET;
- Na cerimónia da instalação da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal de Ponta Delgada, que se realizou no dia 19 de outubro;
- Na reunião do CROP – Conselho Regional de Obras Públicas, órgão consultivo da Secretária Regional das Obras Públicas e Comunicações ao qual compete funções consultivas e de análise nos domínios da construção civil e obras públicas e no âmbito da análise à "Anteproposta do Plano Regional Anual para o ano de 2022";
- Na apresentação da "XXXI Edição de Fehispor 2021, Feira de Espanha e Portugal", que decorreu na embaixada de Espanha, em Lisboa a convite da Câmara de Comércio e Indústria Luso Espanhola;
- Na transmissão online de um encontro informal que abordou questões relativas ao Ordenamento do Território e suas repercussões na Mobilidade e Sustentabilidade, iniciativa da Ordem dos Arquitetos;
- Na reunião com a Diretora Regional de Apoio ao Investimento e Competitividade com o objetivo de ser estabelecido um acordo de colaboração entre a DRAIC e a OET, no âmbito do acompanhamento de projetos de investimento apresentados para comparticipação dos fundos

comunitários (FEDER), essencialmente nos sectores secundário e terciário para o qual manifestaram interesse em prestar apoio à DRAIC 28 membros da Secção;

- Na participação no "IV Congresso Internacional da Ordem dos Engenheiros de Angola" subordinado ao lema "Engenharia Disruptiva: Construindo um futuro sustentável para Angola" em que a Secção Regional participou igualmente com dois dos seus membros na qualidade de formadores nas áreas de segurança alimentar na transformação de alimentos e de higiene na produção primária de hortofrutícolas frescos;
- No lançamento da Revista "100 Maiores Empresas dos Açores em 2020", que decorreu no Teatro Micaelense;

2.1.4.2. Centro

O ano de 2021, muito à semelhança do ano de 2020 foi, também ele, atípico. A imposição de vários confinamentos gerais no país, aliados às mediadas de prevenção do alastramento da pandemia levou ao encerramento de todas as instalações da Ordem dos Engenheiros Técnicos logo no início do ano, com recurso ao teletrabalho.

No entanto não deixamos de participar nas atividades que foram surgindo e das quais damos de seguida informação:

- Dia 4 de março - DIA MUNDIAL DA ENGENHARIA – assinalamos a data com a intervenção do Presidente da Secção Regional do Centro da Ordem dos Engenheiros Técnicos, Engenheiro Técnico Luís Filipe Almeida, no Programa da Manhã da Rádio Regional do Centro, onde em entrevista ao jornalista Carlos Gaspar destacou o risco que corremos com a falta engenheiros civis num futuro breve.



https://www.radioregionalcentro.pt/noticias/programa-da-manha-eng-luis-almeida-da-src-da-ordem-dos-engenheiros-tecnicos

- Nos dias 18 e 19 de maio, a convite do Núcleo de Estudantes de Bioengenharia da Universidade da Beira Interior (NEBE) marcamos presença nas VIII Jornadas de Bioengenharia, realizadas através de plataforma digital. Este evento anual, organizado pelo NEBE, visou juntar vários oradores das áreas da Saúde, Tecnologia, Biologia e Engenharia numa ação de descoberta de novos projetos e ideias. Ao mesmo tempo, serviu para elucidar e informar os alunos sobre o mercado de trabalho existente nas diversas áreas, através da realização de palestras com oradores e empresas do ramo. Assim, no dia 18, a Ordem dos Engenheiros Técnicos, através da Secção Regional do Centro, proferiu uma palestra aos estudantes de Engenharia seguida de uma sessão de esclarecimentos e dúvidas.



- Ainda em maio, a convite do jornal "Diário de Coimbra" foi publicado um artigo de opinião da autoria do Presidente do Conselho Diretivo da Secção, integrado numa Revista de Edição Especial dedicada à construção civil.


Diário de Coimbra

OPINIÃO | 13
500 maiores | Construção Civil

Saber fazer, fazer bem e à primeira

Luís Filipe Rocha de Almeida
→Presidente do Conselho Directivo da Secção Regional Centro da Ordem dos Engenheiros Técnicos

Em tempos tão conturbados, como os que vivemos atualmente, parece-me razoável afirmar que falar do setor da construção civil em Portugal, acaba por ser um dos temas menos penosos, quando, e se comparados, com outras áreas e setores da economia portuguesa.

Se pensarmos que a situação pandémica teve o seu início, no nosso país, em março do ano transato, a verdade é que o setor da Construção Civil e Obras Públicas conseguiu ser resiliente o suficiente para se manter ativo, e terminar o ano de 2020 com um saldo positivo e uma evolução auspiciosa, embora igualmente cautelosa, para o que podemos esperar de 2021.

Tendo essa perspetiva em mente, gostaria de fazer referência neste espaço à campanha nacional lançada pela OET, curiosamente aqui mesmo, na cidade de Coimbra, corria o ano de 2019, do "Resgate da Engenharia" portuguesa, onde nos propusemos levar a cabo um estudo exaustivo, a nível nacional, do estado atual da engenharia.

Esta campanha inclui, entre outros desígnios, o mapeamento das infraestruturas dos muitos edifícios públicos abandonados, contando com a mais valia e ajuda dos delegados distritais e concelhios, a qual tem aliás sido determinante na identificação de variados locais icónicos, totalmente votados ao abandono que precisam, eu diria mesmo, merecem, ser reerguidos e transformados em espaços úteis e dignos, contribuindo, desta forma, não apenas como agente potenciador no setor da construção civil como, igualmente, para a elevação do nosso país aquém e além-fronteiras.

> Setor da Construção Civil e Obras Públicas conseguiu ser resiliente o suficiente para se manter ativo, e terminar o ano de 2020 com um saldo positivo

> Não posso deixar de me congratular pelo papel fulcral que muitos dos nossos membros têm vindo a desempenhar, em todas as áreas e setores

Por fim, e enquanto Presidente do Conselho Diretivo da Secção Regional Centro da OET – Ordem dos Engenheiros Técnicos, não posso deixar de me congratular, na figura de todos os Engenheiros Técnicos portugueses, pelo papel fulcral que muitos dos nossos membros têm vindo a desempenhar, em todas as áreas e setores, contribuindo para a revitalização e passagem para o século XXI, da cidade, e do País, deixando para trás os modelos obsoletos, pertencentes ao século passado. Ou não fosse o mote da OET: Saber fazer, fazer bem e à primeira.

- No dia 2 de junho marcámos presença nas Jornadas ETICS, levadas a cabo pela Escola Superior de Tecnologia e Gestão da Guarda.



- No dia 2 de setembro - DIA DO ENGENHEIRO TÉCNICO - comemorando-se o 22º aniversário desde a publicação do Estatuto de Associação Pública dos Engenheiros Técnicos, através do Decreto-Lei nº 349/99, de 2 de setembro, a Secção Regional Centro entendeu por bem aderir à iniciativa levada a cabo pela Secção Regional do Norte, convidando todos os seus membros a participarem na videoconferência subordinada a tema: **OET- QUE FUTURO QUEREMOS PARA A NOSSA ORDEM?**

ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS
PORTUGAL
Secção Regional Norte

Dia Nacional do Engenheiro Técnico
02 de setembro
18 horas

Dia Nacional Do Engenheiro Técnico – 2 De Setembro De 2021

26-08-2021

- No dia 30 de setembro estivemos presentes no Encontro PEFC Portugal - Floresta e Sustentabilidade, que decorreu em sessão Live Streaming; simultaneamente a este evento decorreu o Encontro Técnico Científico nas Escolas do IPCB no âmbito das comemorações do 40.º aniversário do Instituto Politécnico de Castelo Branco.
- De 18 a 20 de outubro, decorreu, no campus do ISEC, a **FENGE 2021** levada a cabo pela Associação de Estudantes do Instituto Superior de Engenharia de Coimbra, em parceria com o ISEC. A OET - Ordem dos Engenheiros Técnicos, através da Secção Regional Centro, associou-se, por mais um ano, a esta importante e nobre iniciativa, apoiando não só todos os futuros e jovens licenciados, como também participando ativamente num evento que dá a conhecer o que de melhor se faz na Engenharia Portuguesa.
- Em 2021 a OET foi patrocinadora Platinum do evento.





- No dia 19 de outubro, integrada no ciclo de palestras apresentada na FENGE 2021 decorreu a apresentação da OET, este ano subordinada ao tema: "A inovação disruptiva na engenharia", ministrada pelo Presidente do Conselho Diretivo, Engenheiro Técnico Luís Almeida.
- No dia 29 de outubro, e enquanto "parceiros de promoção" de inúmeras iniciativas do Instituto Politécnico da Guarda estivemos presentes no Workshop "Manutenção para a Gestão Sustentável de Edifícios". Este evento visou apresentar as linhas orientadoras para a Manutenção Preventiva de Edifícios na vertente da construção civil e abordar as estratégias de sustentabilidade na manutenção e nas formas como podemos conseguir edifícios mais saudáveis a partir da sua manutenção. No âmbito desta iniciativa foi ainda apresentado o livro técnico "Da Manutenção Preventiva à Gestão Sustentável de Edifícios - Guia Prático na Perspetiva da Engenharia Civil" pela Engenheira Susana Lucas, autora e investigadora em Engenharia Química e Engenharia Civil e especialista em construção sustentável. A organização desta iniciativa foi da responsabilidade da Unidade Técnico-Científica de Engenharia & Tecnologia para a Gestão Sustentável de Edifícios".



- Entre 29 de outubro e 9 de novembro realizaram-se uma série de reuniões distritais com o propósito de aprofundar a relação de proximidade com todos os seus membros. Estas reuniões tiveram como objetivo discutir o exercício da Engenharia e reativar, na medida do possível, as atividades que, durante grande parte do mandato prestes a terminar, foram impossibilitadas pela pandemia que assolou o mundo. Estas reuniões, em nosso entender, revestem-se de extrema importância, não apenas para o estreitamento da relação com a Associação Profissional que os representa, mas igualmente para tomarem conhecimento de todos os desenvolvimentos no âmbito da sua profissão.
- No dia 5 de novembro, a convite do Professor Doutor João Freitas Coroado, Presidente do Instituto politécnico de Tomar assistimos à Abertura Solene do Ano Letivo2021/2022, a qual contou igualmente com a presença de Sua Excelência o Ministro do Planeamento, Dr. Nelson de Souza.



- A 6 de novembro, poucos dias antes das eleições para os órgãos estatutários da OET – mandato 2022/2025 – marcadas para dia 11 de novembro, a Secção Regional Centro da OET volta à Rádio Regional do Centro, para mais uma entrevista levada a cabo pelo jornalista Carlos Gaspar, onde o Engenheiro Técnico Luís Almeida, na qualidade de candidato à presidência do Conselho Diretivo explicou quais as suas motivações e o que se propõe realizar.

- No dia 26 de novembro, marcamos presença no Seminário "Mitigação do Despovoamento Através da Revitalização dos Sistemas Agro-Silvo-Pastoris no Interior de Portugal", realizado em Vouzela, considerando a pertinência e relevância do tema no seio da especialidade de engenharia agrária.
- A OET marcou presença no IV Congresso Internacional da Ordem dos Engenheiros de Angola, que decorreu em Luanda nos dias 18 e 19 de novembro de 2021. A representação da OET no IV Congresso da OE Angola foi liderada pelo Bastonário Engenheiro Técnico Augusto Guedes e pelos Vice-Presidentes Engenheiro Técnico António Lousada, Engenheiro Técnico José Manuel Sousa e Engenheiro Técnico Carlos Pereira, tendo a Secção Regional do Centro sido representada pelo Engenheiro Técnico Paulo Moradias, Vice Presidente do Conselho Diretivo.


ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS

Newsletter 103/2021

Divulgação

(OET S. R. Centro)

A OET presente no IV Congresso Internacional da OEA

decorreu em Luanda nos dias 18 e 19 de novembro de 2021

- A Secção Regional Centro da OET esteve ainda presente no "IV Debate Florestas e Legislação - O Novo Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR)", que decorreu no dia 17 de dezembro, no Auditório Municipal da Pampilhosa da Serra.

Atividades internas:

- Ao longo de ano de 2021 realizaram-se várias reuniões do Conselho Diretivo Regional, alargadas aos outros órgãos diretivos, delegados distritais e delegados concelhios devidamente adaptadas à situação epidemiológica, tendo sempre em consideração todas as condições de segurança emanadas pela DGS.
- Foram ainda realizadas reuniões entre a Direção e alguns dos restantes elementos dos órgãos diretivos, em períodos de folgas profissionais, para troca de ideias e delineação de métodos estratégicos a seguir.
- Participamos em reuniões com as restantes direções das outras Secções Regionais para harmonização de procedimentos e delineação de estratégias a seguir.
- Tendo em conta o crescimento e a visibilidade da Ordem dos Engenheiros Técnicos participamos, sempre que exequível, em alguns eventos realizados a nível nacional.
- Participamos nas reuniões do Conselho Diretivo Nacional e nas Assembleias de Representantes, mais uma vez, em condições devidamente adaptadas à situação epidemiológica vivida.

2.1.4.3. Madeira

Os membros do Conselho Diretivo da OET - Secção Regional da Madeira, participaram, por videoconferência nas diversas reuniões realizadas pela OET - Conselho Diretivo Nacional, para as quais foram convocados no ano de 2021.

Devido ao estado pandémico provocado pelo vírus SARS-CoV2, as instalações da Secção Regional estiveram encerradas do dia 14 de janeiro até ao dia 16 de fevereiro, passando o serviço ser efetuado por teletrabalho. A partir do dia 17 de fevereiro o horário voltou a ser presencial com o horário contínuo das 10h00 às 17h00.

A partir do dia 1 de novembro o regresso ao horário normal de funcionamento, tornou-se efetivo. Os Órgãos Sociais da OET - Secção Regional da Madeira organizaram e participaram nos seguintes eventos:

Comemorações do 47º aniversário do 25 de abril

A Ordem dos Engenheiros Técnicos foi convidada a participar nas Comemorações dos 47º aniversários do 25 de Abril de 1974, no Salão Nobre da Assembleia da Câmara Municipal do Funchal, esteve presente nesta celebração o Sr. Vice-Presidente Engenheiro Técnico José Carlos Jesus.





Comemorações dos 500 anos do voto a S. Tiago Menor

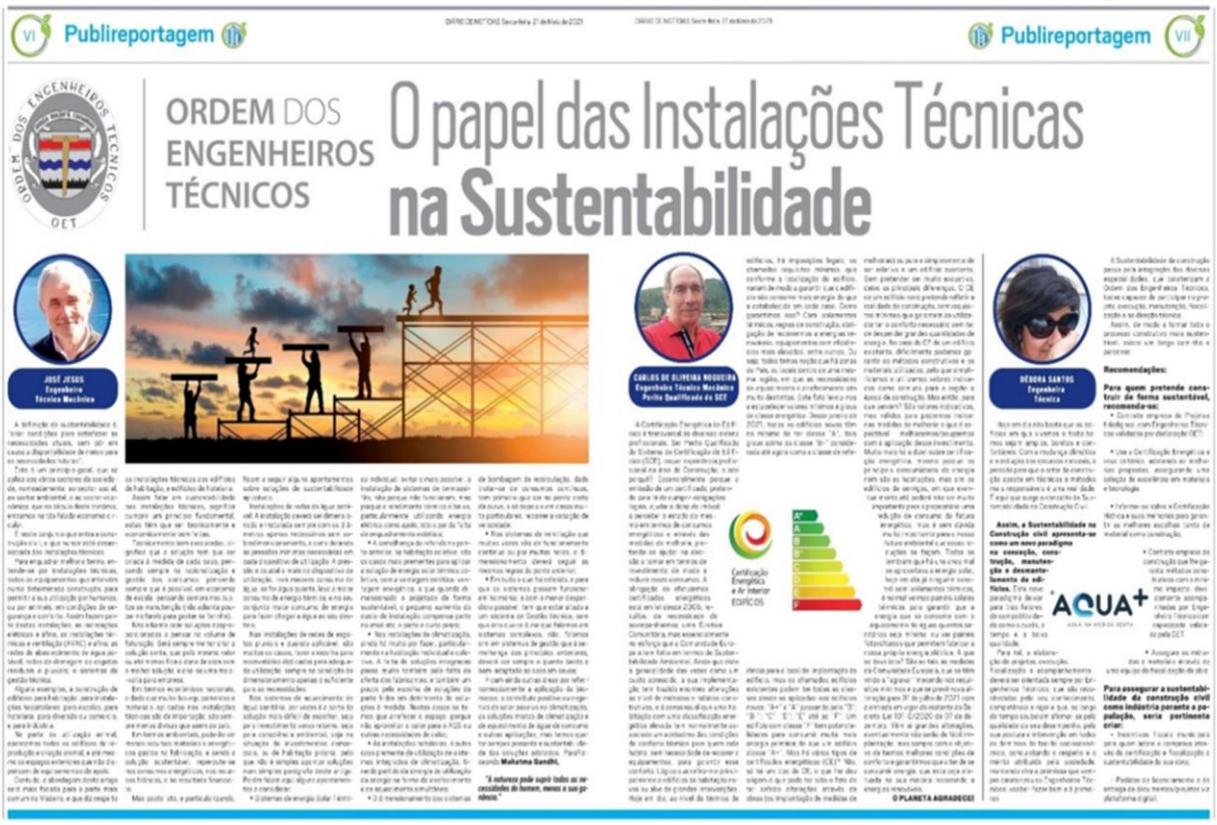
A Ordem dos Engenheiros Técnicos foi convidada pela Câmara Municipal do Funchal a participar nas Comemorações dos 500 anos, no dia 1 de Maio, com celebração de Missa na Sé Catedral do Funchal esteve presente nesta Eucaristia a Engenheira Técnica Débora Santos.



Participação em publireportagem

O Diário de Notícias publicou uma Publireportagem, no dia 21 maio de 2021 intitulada "Sustentabilidade: A Construção Civil do novo milénio".

A OET -SR Madeira participou nesta publicação, com os artigos do Engenheiro Técnico José Carlos Jesus, do Engenheiro Técnico Carlos Nogueira e da Engenheira Técnica Débora Santos.


Publireportagem VI

ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS

O papel das Instalações Técnicas na Sustentabilidade

Publireportagem VII

Recomendações:

Para quem pretende construir de forma sustentável, recomenda-se:

Assim, a Sustentabilidade na Construção civil apresenta-se como um novo paradigma na conceção, construção, manutenção e desmantelamento de edifícios.

Visita técnica à obra de reabilitação e restauro do convento de Santa Clara no Funchal

A OET-Secção Regional da Madeira realizou a 01/06/2021, uma visita técnica à obra de reabilitação e restauro do Convento de Santa Clara, localizado no centro histórico da Freguesia de São Pedro, Funchal, fundado no século XV, pelo 2º Capitão do donatário do Funchal, João Gonçalves da Câmara.



Estiveram presentes 10 membros da OET, foi um evento muito bem acolhido por todos, dado o interesse cultural e técnicas de engenharia aplicadas. Verificou-se a importância das obras de reabilitação, e a dificuldade técnica de execução em centros históricos.

Comemoração do dia mundial do ambiente

O Diário de Notícias publicou uma publireportagem, no Dia Mundial do Ambiente a 05 de junho de 2021, tendo a participação nesta publicação da Engenheira Técnica Débora Santos, Engenheiro Técnico Décio Alves, Engenheira Técnica Marta Alves, Engenheira Técnica Ana Oliveira.

ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS
PORTUGAL



Publireportagem

DIÁRIO DE NOTÍCIAS Sábado, 5 de Junho de 2021

DÉBORA SANTOS
Engenheira Técnica do Ambiente

DÉCIO ALVES
Engenheiro Técnico do Ambiente

MARTA ALVES
Engenheira Técnica Geográfica Topográfica

ANA OLIVEIRA
Engenheira Técnica do Ambiente

A CELEBRAÇÃO DO DIA MUNDIAL DO AMBIENTE TEVE INÍCIO NO ANO DE 1972

O dia 5 de junho foi escolhido para festejar esta data já que marca o dia em que teve início a Conferências das Nações Unidas sobre o meio ambiente. É um evento anual que tem como objetivo assinalar ações positivas de proteção e preservação do ambiente e alertar as populações e os governos para a necessidade de salvar o ambiente.

Atualmente, o principal inimigo do ambiente é a desinformação e a falta de conhecimento sobre o que é o Ambiente, nomeadamente sobre qual o nosso papel, como seres humanos, e especialmente como engenheiros técnicos.

A abrangência do Ambiente é demasiado vasta, desde gestão de resíduos sólidos, tratamento de água potável, tratamento de águas residuais, tratamento do ar, verifica-se que as questões ambientais conectam-se sempre com a atividade humana e é esta que rege o seu desenvolvimento.

Assim, o engenheiro técnico tem de conhecer e aplicar as melhores tecnologias disponíveis e desenvolver uma solução de equilíbrio entre o que pretende solucionar e os recursos a utilizar nessa solução.

Aproveito a oportunidade para **congratular todos os engenheiros técnicos dos diversos colégios de especialidade da Secção Regional da Madeira que, direta ou indiretamente, trabalham diariamente para assegurar um Ambiente são e seguro na nossa região,** trabalho perceptível apenas na qualidade da água que bebemos e que chega a nossas casas, no nível da limpeza urbana nas nossas ruas, no cuidado visível dos nossos jardins, na qualidade das águas balneares com diversos galardões Bandeira Azul atribuídos, na qualidade do ar que respiramos entre outras tantas caraterísticas que damos por garantidas mas que exigem um esforço técnico de engenharia a emendar as ações humanas.

A todos um bem hajam!

ENTRAMOS NA DÉCADA DECISIVA!

As Nações Unidas apontam o ano de 2030 como o prazo final para a humanidade tomar medidas que possam evitar alterações climáticas catastróficas. Este é também o ano limite para que todos os países cumpram os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos pela Agenda 2030. Foi neste seguimento que a década de 2021--2030 foi definida como "Década das Nações Unidas para a Restauração dos Ecossistemas". Esta definição é mais um apelo para todos nós agirmos em sintonia com a revitalização e proteção dos ecossistemas, garantindo que estes permanecem saudáveis e prósperos. Estaremos assim a contribuir para uma subsistência sustentável da humanidade, travar o colapso da biodiversidade e simultaneamente a ajudar no combate às alterações climáticas.

ECOSSISTEMAS NA CIDADE

Apesar das nossas cidades estarem cobertas de betão, alcatrão, prédios e multidões, albergam ecossistemas que desempenham um papel muito relevante na nossa qualidade de vida. Estes ajudam a manter a qualidade do ar e da água, ajudam na redução do efeito "ilha de calor" e ainda na proteção contra alguns desastres naturais.

Podemos agir para a preservação destes ecossistemas participando ativamente num planeamento adequado da nossa cidade. Algumas formas de o fazer **é criando mais espaços verdes e cuidando dos existentes, criando jardins em casa, nas escolas e em outros locais públicos com plantas indígenas ou evitando impermeabilizar o solo sempre que possível.**

Neste contexto, a abordagem de qualquer intervenção que seja alvo de avaliação por um Engenheiro Técnico do Ambiente, tem a garantia de contar com uma visão holística, orientada não só para atingir o objetivo, mas também para garantir que este é atingido de uma forma sustentável e segura.

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E A SUA IMPORTÂNCIA

Todos os cidadãos têm direito a um ambiente ecologicamente equilibrado, havendo a necessidade de um planeamento que promova, potencialize e garanta a continuidade da utilização dos recursos naturais, como pressuposto básico de um desenvolvimento autossustentado.

O ordenamento do território é a ferramenta que garante uma gestão eficiente da ocupação do solo, onde se impõe a preservação da capacidade de uso, de forma a desempenhar as respetivas funções ambientais, biológicas, económicas, sociais, científicas e culturais. Considerando que o solo é um bem cada vez mais escasso, é fundamental promover uma permanente harmonização do uso do espaço. Este conceito tem sido abordado, devido à crescente exposição a eventos naturais adversos e antevendo a probabilidade de os mesmos afetarem a vida da população, é necessário e premente uma consciencialização para as questões ambientais, sobretudo em territórios mais suscetíveis como o Arquipélago da Madeira.

De modo a haver um equilíbrio, é fundamental existir uma articulação entre a componente humana e ambiental, através da compreensão das dinâmicas naturais, atenuando riscos existentes. Existindo um défice deste equilíbrio verifica-se a existência de riscos à salvaguarda de recursos, sistemas naturais, pessoas e bens.

A gestão da política ambiental, baseada no ordenamento do território, assenta em instrumentos de informação ambiental, de planeamento económico, de melhoria contínua do desempenho ambiental e de controlo, fiscalização e inspeção, que visam prevenir e reduzir os efeitos ambientais negativos.

Todos somos peças fundamentais nesta estratégia de prevenção, sendo que as instituições públicas, transpõem as suas estratégias de desenvolvimento para os instrumentos de gestão territorial, salvaguardando os interesses comuns, fundamentais para um equilíbrio benéfico. Para existir um desenvolvimento equilibrado, o contributo de todos os intervenientes é fundamental para um território cada vez mais valorizado.

A IMPORTÂNCIA DA QUALIDADE DO AR NA NOSSA VIDA!

Uma forma curiosa de avaliação da qualidade do ambiente poderá ser o equilíbrio sustentável entre os quatro elementos: Água, Terra, Fogo e Ar.

O elemento ar é encontrado na natureza, na brisa, nas rajadas de vento, no oxigénio que respiramos. É único elemento invisível, mas não é por isso que deve ser esquecido.

Uma boa qualidade do ar é fundamental para a qualidade de vida e tem um forte impacto na saúde humana, como também, quando é má contribui para as alterações climáticas e danifica ecossistemas.

Os sucessivos anos de poluição na atmosfera, quer seja originada pela indústria, pelos transportes, agricultura, pela gestão de resíduos e habitações tiveram um preço, que é segundo os investigadores a diminuição do índice de oxigénio na atmosfera.

São várias as **medidas estratégicas** que têm sido implementadas em várias cidades de forma a assegurar a qualidade do ar, pois o ar limpo é um direito que assiste a todos, incluindo as pessoas que vivem nas cidades.

Aqui ficam algumas **dicas do que pode ser feito para ajudar:**

Use menos o carro – recorra a soluções alternativas - use parques de estacionamento periféricos, ande a pé, compre aquela bicicleta que sempre desejou ou simplesmente utilize os transportes públicos,

Tenha uma condução mais amiga do ambiente – promova um comportamento na estrada com menos acelerações e velocidades mais constantes,

Ajude o comércio local e o ambiente – assim reduz-se a necessidade de transporte dos produtos e as correspondentes emissões,

Reduza, reutilize e recicle – há uma diminuição nos resíduos produzidos e nas emissões atmosféricas associadas ao seu tratamento.

Não só no dia Mundial do Ambiente, mas **sempre** sejamos conscientes que temos o papel principal em garantir o equilíbrio sustentável dos quatro elementos, acima de tudo a responsabilidade em deixar a mais importante herança às gerações vindouras, um Mundo ambientalmente sustentável.

PUB

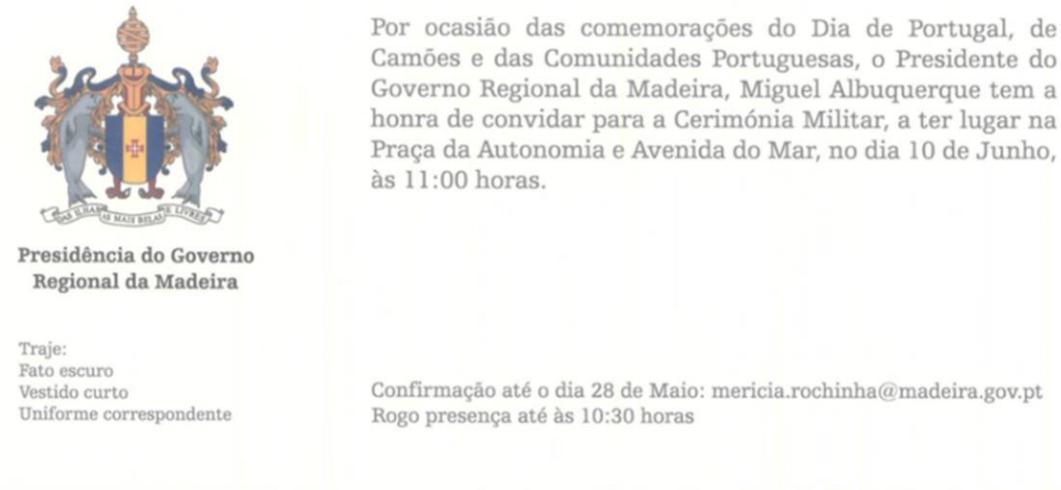
ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS
PORTUGAL

Simplicidade e Modernidade
Por um melhor ambiente
WWW.OET.PT

Secção Regional da Madeira
Rua da Carreira, n.º 99
Tel.: 291 238 596 | Móvel: 962 954 459
Email: srmadeira@oet.pt

Comemoração do dia de Portugal

O Governo Regional da Madeira em nome do Sr. Presidente Miguel Filipe Machado Albuquerque, convidou a OET- Secção Regional da Madeira, para assistir à parada Militar na comemoração do Dia de Portugal e das comunidades portuguesas, no dia 10 de Junho de 2021, entre a Praça da Autonomia e a Avenida do Mar. Esteve presente neste evento o Sr. Vice-Presidente Engenheiro Técnico José Carlos Jesus.



Presidência do Governo
Regional da Madeira

Por ocasião das comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, o Presidente do Governo Regional da Madeira, Miguel Albuquerque tem a honra de convidar para a Cerimónia Militar, a ter lugar na Praça da Autonomia e Avenida do Mar, no dia 10 de Junho, às 11:00 horas.

Traje:
Fato escuro
Vestido curto
Uniforme correspondente

Confirmação até o dia 28 de Maio: mericia.rochinha@madeira.gov.pt
Rogo presença até às 10:30 horas

Jornadas Madeira 2021

No âmbito das Jornadas Madeira 2021, no Fórum Temático no Concelho da Ponta de Sol, esteve a representar a OET, neste encontro o representante dos Delegados Concelhios da RAM e do Município Engenheiro Técnico Carlos Souto.



O Jornal da Madeira realizou as jornadas da Madeira 2021, no dia 17 de junho. A OET participou no Fórum Temático no Concelho da Ponta do Sol, com a presença do Delegado Concelhio do Município, Engenheiro Técnico Cardos Souto e a Engenheira Técnica Débora Santos.

Comemoração do dia do Médico

O Presidente do Conselho Médico da Região Autónoma da Madeira da Ordem dos Médicos convidou a OET, para a Solene Eucaristia do Dia do Médico, que se celebrou no dia 18 de junho, na Sé Catedral do Funchal. Nesta cerimónia esteve presente Eng.ª Téc.ª Débora Santos.

Visita à Escola Básica com pré-escolar de Santo António e Curral das Freiras

A OET-Secção Regional da Madeira realizou no dia 24 de junho, a visita à Escola Básica com Pré- Escolar de Santo António e Curral das Freiras, no âmbito do projeto de flexibilidade curricular desta escola, cujo tema da turma é «A força de um vírus invisível que afeta a humanidade».



Em representação da OET esteve presente a, Engenheira Técnica Débora Santos que efetuou uma apresentação para dar a conhecer a OET e o significado do estudo da engenharia no contexto da vida atual e futura e o Engenheiro Técnico Décio Alves, que fez uma ação de sensibilização sobre os microrganismos do ambiente, para os 18 alunos da turma do 6º ano, que estiveram presentes, na sala de sessões deste estabelecimento de ensino, bem como o corpo docente, na pessoa da Dr.ª Ana Veríssimo.

Comemoração do Dia da Região

O Governo Regional da Madeira em nome do Sr. Presidente Miguel Filipe Machado Albuquerque, convidou a OET-Secção Regional da Madeira, a assistir ao concerto de Cordofones Tradicionais Madeirenses, no âmbito das Comemorações do Dia da Região Autónoma das Comunidades Madeirenses no dia 30 de junho pelas 21h00, na Praça do Povo.



Esteve presente neste evento o Vice-Presidente Engenheiro Técnico José Carlos Jesus.

Lançamento do livro "A agricultura madeirense e Eu" do Engenheiro Técnico Duarte Caldeira

A OET-Secção Regional da Madeira promoveu a realização da apresentação do livro intitulado "A Agricultura Madeirense e Eu", do Engenheiro Técnico Duarte Caldeira, na Reitoria da Universidade da Madeira no dia 15/07/2021.





Neste evento, estiveram presentes 90 convidados, entre os quais o Senhor Representante da República, a Secretária Regional do Ambiente e Recursos Naturais, e Presidentes de diversas Câmaras Municipais, membros da OET, familiares e amigos.

Visita à sede da OET - Grupo de campo de férias Pontassolense







A Secção Regional da Madeira da Ordem dos Engenheiros Técnicos, recebeu a visita de 60 crianças do Campo de Férias Da Ponta do Sol, divididas em quatro turmas, nos dias 21 e 22 de julho na sua Sede Regional, no âmbito do Plano Estratégico intitulado "Divulgação da Secção Regional da Madeira da OET nos estabelecimentos de ensino da Região Autónoma", com os seguintes objetivos:

- Apresentação do conceito de engenharia e suas especialidades;
- O saber fazer e fazer bem à primeira;
- A importância da engenharia na sociedade;

O Jornal da Madeira publicou uma publireportagem a 25 de julho de 2022, sobre a visita técnica destes jovens alunos do campo de férias à OET.

Visita à sede da OET pela Coligação Confiança

A Secção Regional da Madeira da Ordem dos Engenheiros Técnicos, recebeu o candidato à reeleição para Presidente da Câmara Municipal do Funchal pela Coligação Confiança, no dia 29 de julho, na sede Regional, com o intuito de conhecer as propostas da Ordem dos Engenheiros Técnicos para dar continuidade ao melhoramento da cidade do Funchal.



Durante esta visita e em representação da OET, estiveram presentes a Engenheira Técnica Débora Santos, o Engenheiro Técnico José Jesus, o Engenheiro Técnico Décio Alves e o Delegado Concelhio do Município do Funchal, Engenheiro Técnico Vítor Bettencourt.

Visita técnica às obras de construção da Via Expresso Ribeira de São Jorge/Arco de São Jorge

A OET-Secção Regional da Madeira realizou no dia 31/08/2021, uma visita técnica às obras de construção da Via Expresso Ribeira de São Jorge ao Arco de São Jorge – 2 fase. Esta ligação rodoviária com 5.990m de comprimento irá dar continuidade à ligação rodoviária do Faial/Santana/Ribeira de São Jorge, ligando às localidades de São Jorge e Arco de São Jorge.



Estiveram presentes 13 membros da OET e nove convidados da entidade promotora Secretaria Regional de Estruturas e Infraestruturas e a Direção Regional de Estradas a qual esteve representada pelo Sr. Diretor de Estradas Eng. António Ferreira e o Diretor de Serviços de Obras Eng. José Martins.

Comemoração do dia nacional do Engenheiro Técnico

Foi publicada a entrevista do Presidente do Conselho da Profissão da OET, Engenheiro Técnico Pedro Brás, no da comemoração do "Dia Nacional do Engenheiro Técnico" a 02/09/2021, no Diário de Notícias da Madeira e Jornal da Madeira, onde reforça o papel e os deveres da Ordem em prol da comunidade.

JM
Quinta-feira
2 de setembro de 2021

OET | PUBLIREPORTAGEM | 9

"Ordens Profissionais: entidades conservadoras ou transformadoras"

ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS
PORTUGAL

Ao longo da sua existência, a Ordem dos Engenheiros Técnicos (OET) tem assumido um papel discreto e eficaz na sua acção. Nesta entrevista, Pedro Brás, Presidente do Conselho da Profissão da OET, reforça o papel e os deveres da Ordem em prol da comunidade.

Parece uma pergunta complexa: O que faz uma Ordem?

"A resposta é simples: O que qualquer Ordem deve fazer é regular a profissão. E isso tem duas fases fundamentais: admissão e exercício da profissão", E, continua, "em ambos os casos, simplicidade, modernidade e competência são o mote da nossa atuação".

"Na fase de admissão", começa por esclarecer-nos o Engenheiro Técnico Pedro Brás, "as pessoas detentoras de cursos superiores em Engenharia que cumpram os critérios (nacionais e europeus) são admitidas diretamente na Ordem". E esses critérios, acrescenta, "encontram-se claramente descritos no Regulamento de Registo e Inscrição na OET".

"Já na fase do exercício da profissão, é ao Conselho da Profissão que compete definir os critérios para que se possa creditada uma competência a um membro, através da verificação do cumprimento da lei ou, à falta dela, do Regulamento dos Atos de Engenharia, que a OET publicou pela primeira vez em 2005. E, a cada competência, corresponde um modelo de declaração (totalmente desmaterializada, mas segura, e que os membros podem emitir online) para a prática dos actos de Engenharia", explica.



Pedro Brás, Eng.º Técnico, Presidente do Conselho da Profissão da OET.

"O bloqueio no acesso"

"Na nossa visão as Ordens não foram feitas para bloquear o acesso à profissão. E no nosso caso, nunca tivemos exames de acesso à Ordem ou outros truques para bloquear o acesso à profissão. O nosso modelo é outro".

Mas, sublinha, "um problema que se tem agravado nos últimos anos tem a ver com o facto de alguns cursos de Engenharia (ou afins) não serem claros na sua designação nem adequados no seu conteúdo".

"A organização curricular de alguns cursos pretende tocar em várias áreas (ex.: gestão e construção), mas não são cursos de Engenharia, para evitar Matemática e Física como requisito de acesso". Por isso, continua, "há muitos cursos nesta situação que não habilitam os diplomados para o exercício da profissão. E os lesados são sempre os alunos".

Neste aspeto, "por questões de transparência na regulação, a OET publica no seu site o Core das Especialidades, assim como o index dos cursos que dão acesso à Ordem e quais as respetivas condições de admissão. Para não sermos enganados, antes de escolher um curso, devemos sempre ver se esse curso habilita para o exercício da profissão".

"A nossa obrigação é acolher as pessoas na profissão", refere Pedro Brás, mas alerta: "no acesso à Ordem, uma coisa é facilitar, outra coisa é facilitismo".

"Em vez de rejeitar pedidos de admissão, a Ordem deve informar os candidatos de quais as competências que o curso não lhes proporcionou e que têm que adquirir para serem admitidos como membros efetivos na Ordem e poderem exercer legalmente a profissão. E essas competências, traduzidas em ECTS, podem ser adquiridas durante o período de estágio".

E, acrescenta, "o que não pode ocorrer nunca é pessoas serem admitidas na Ordem sem que tenham obtido a qualificação adequada".

"O processo de construção da legislação"

"Neste momento o problema maior é que as Ordens passam demasiado tempo a dar palpites sobre os assuntos da ordem do dia, e descuram os seus deveres de regulação. Claro que a atração do microfone é grande e temos assistido a inúmeras intervenções públicas de responsáveis das Ordens sobre os assuntos da vida quotidiana que não são propriamente da sua esfera de competência. Não foi para isso que as Ordens foram criadas", acrescenta.

"O que não pode ocorrer nunca é pessoas serem admitidas na Ordem sem que tenham obtido a qualificação adequada.
Pedro Brás

E, continua, "não sei se está relacionado, mas constato um retrocesso na colaboração entre as Ordens e o Governo e o Parlamento, pois temos assistido à publicação de legislação relevante para a profissão sem que a Ordem seja previamente ouvida ou, quando o é, as opiniões são sistematicamente ignoradas. E isso preocupa-me pois este é um âmbito em que as Ordens devem ter uma participação relevante, com a sua visão integradora e enquadradora. Ao ignorar as propostas das Ordens, corremos o risco de os quadros legais se tornarem desconexos, incoerentes e desarticulados".

"A postura das Ordens"

Pedro Brás lamentou que: "pela terceira vez, o CNOP [Conselho Nacional das Ordens Profissionais] tivesse recusado a admissão da Ordem dos Engenheiros Técnicos" e relembra que "era suposto o CNOP ser o conselho que deveria agregar TODAS as ordens profissionais". A presença da OET neste fórum permitir-nos-ia apresentar, entre pares, os nossos pontos de vista".

E, prossegue, "Muitas vezes o que se vê é as Ordens a criticar o poder político por decidir em sentido contrário às suas opiniões" e, conclui, "as divergências resolvem-se com diálogo e não no espaço mediático". E, acrescenta, "nesse aspeto, a OET sabe bem qual o seu papel na sociedade e não nos vão ver, nem diretamente nem por interposta pessoa, a denegrir ou criticar a classe política ou os órgãos de soberania... se calhar, é por isso que não somos admitidos no CNOP".

"É por isso que refiro que seria bom que as Ordens abandonassem algumas posturas conservadoras e passassem a ser entidades transformadoras, concentrando as suas energias a impulsionar a capacidade e credibilidade de cada um dos setores de atividade, contribuindo com a sua ação para o desenvolvimento de Portugal."

DIA NACIONAL DO ENGENHEIRO TÉCNICO
160 anos de engenharia com simplicidade e modernidade

Ordem dos Engenheiros Técnicos | Secção Regional da Madeira - Rua da Carreira, 99, 9000-042 Funchal
Contactos: (351)291 238 596 / (351)96 29 54 459 - E-mail: srmadeira@oet.pt - Site: www.oet.pt

Jantar comemorativo do "Dia do Engenheiro Técnico"

A OET-Secção Regional da Madeira realizou dia 10/09/2021, o jantar convívio para comemorar o "Dia



do Engenheiro Técnico", no jantar participaram 90 pessoas, membros da Secção Regional mais uma companhia da respetiva família ou afins.

De notar a intervenção do Presidente da Secção Regional da Madeira, Engenheiro Técnico José Francisco da Costa Gil, que apresentou homenagem aos colegas Engenheiro Técnico Hélder Pita e Engenheiro Técnico Manuel Morais falecidos neste ano.

Durante o jantar houve a entrega de um quadro de distinção aos membros seniores presentes.

O principal objetivo deste evento foi partilha de ideias, convivência e proximidade social entre os membros, dando a visão e o sentido de unidade que o lema *Paulo Majora Canamus* simboliza para a OET.

Distinções dos membros seniores e membros especialistas

A Secção Regional da Madeira da OET, distinguiu 12 membros que têm o título de Engenheiro Técnico Sénior, que demonstraram a sua capacidade e conhecimentos relevantes dentro da sua especialidade e exercício da atividade pelo período mínimo de 15 anos e 3 com o título de Engenheiro Técnico Especialista, que demonstraram a sua capacidade técnica e desenvolvimento de competências excecionais numa área dentro da sua especialidade. Esta atribuição foi entregue aos membros distinguidos através de um quadro de distinção entre mês de setembro e novembro de 2021.



Reinício do ano judicial

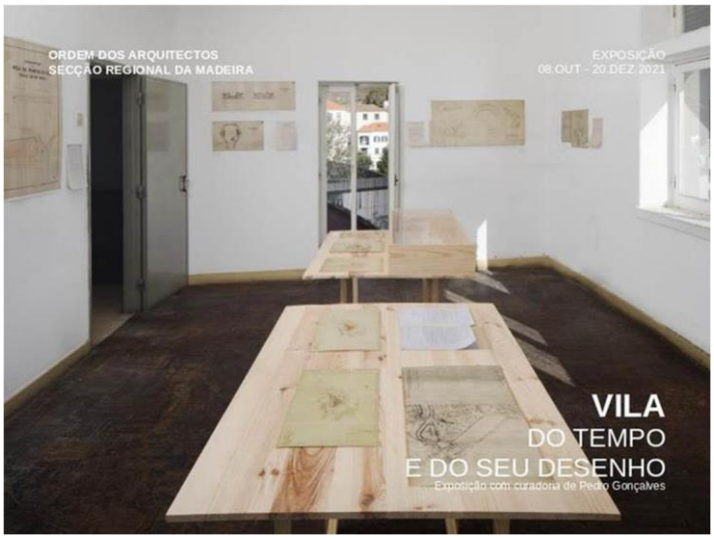
A Ordem dos Advogados Conselho Regional da Madeira, efetuou convite para o reinício do Ano Judicial, no dia 01 de outubro de 2021, para a assistir à Eucaristia Solene, celebrada pela Sua Excelência Revendidíssimo Bispo do Funchal D. Nuno Brás, na Sé Catedral do Funchal.



Em representação da OET- Secção Regional da Madeira esteve presente, nesta Eucaristia a Tesoureira do Conselho Diretivo Regional, Engenheira Técnica Débora Santos.

Mesa redonda e lançamento do livro "vila: do tempo e do seu desenho"

A Sr.ª Presidente da Câmara Municipal de Ponta do Sol, Célia Pecegueiro, efetuou um convite à OET, para estar presente na Mesa Redonda - Vila: do tempo e do seu desenho, no dia 24 de julho de 2021, no Auditório do Centro Cultural John dos Passos, na Vila da Ponta do Sol.



Comemoração do dia mundial da Arquitetura

No âmbito das comemorações do Dia Mundial da Arquitetura, a Presidente do Conselho Diretivo Regional da Ordem dos Arquitetos, pela Arquiteta Susana Gouveia de Jesus, convidou a OET- Secção Regional da Madeira, para a inauguração da Exposição "Vila, do Tempo e do seu Desenho", gentilmente



cedida pelo município da Ponta do Sol, no dia 8 de outubro com a curadoria do Arquiteto Pedro Gonçalves, na sede Regional da Ordem dos Arquitetos. Em representação da OET- Secção Regional da Madeira esteve presente, nesta exposição a Tesoureira do Conselho Diretivo Regional, Engenheira Técnica Débora Santos.

Entrega de prémios de arquitetura da Madeira e Porto Santo

A Presidente do Conselho Diretivo Regional da Ordem dos Arquitetos, Arquiteta Susana Gouveia de Jesus, convidou a OET- Secção Regional da Madeira, para a cerimónia de entrega de prémios e Exposição do Prémio Arquitetura da Madeira e Porto Santo 2021.

Em representação da OET-Secção Regional da Madeira, esteve presente neste evento o Vice-Presidente Engenheiro Técnico José Carlos Rodrigues Jesus.

Formação de 1º intervenção em caso de incêndio

A OET-Secção Regional da Madeira promoveu a realização de formação intitulada 1ª intervenção em casos de Incêndios, nas instalações do Serviço de Proteção Civil da Madeira no do dia 09/10/2021, das 9h00 às 14h00. Esta formação foi da responsabilidade da empresa GrupoSafety – Proteção Contra Incêndios, Entidade Formadora Certificada pela Direção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho. Este curso foi ministrado pelo formador Miguel Dinis, estiveram presentes 7 formandos, que manifestaram o seu contentamento por esta formação ter tido a componente teórica e prática muito proveitosa com simulação de cenários reais, para a aplicação/utilização dos equipamentos de acordo com as situações propostas.





Cerimónia de entrega de diplomas da Universidade da Madeira

O Magnífico Reitor da Universidade da Madeira, Doutor Sílvio Moreira Fernandes, convidou a OET – Secção Regional Madeira, para a cerimónia de entrega dos diplomas da 2ª e 3ª edição e receção dos novos alunos da 4º edição da Pós- Graduação em Gestão Empresarial, para licenciados noutras áreas do INDEG/ISCTE em parceria com a UMA.

Este evento realizou-se no auditório da Reitoria da Universidade da Madeira e esteve presente o Secretário do Conselho Diretivo Regional, Engenheiro Técnico Jorge Amâncio Leça Graterol, em representação da OET -Secção Regional da Madeira.



Convívio de Natal OET 2021

A OET-Secção Regional da Madeira realizou o convívio de Natal no dia 18/12/2021, estiveram presentes neste evento 20 membros da Secção Regional com mais um acompanhante da respetiva família.



Apresentação de cumprimentos de Boas Festas

A Tesoureira do Conselho Diretivo Regional, Engenheira Técnica Débora Santos, esteve presente a 21 de dezembro de 2021, nos cumprimentos de Boas Festas ao Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Madeira, Dr. José Manuel Rodrigues, que recebeu, os representantes das Ordens Profissionais com representação na Região Autónoma da Madeira.





A 22 de dezembro de 2021, o Secretário do Conselho Diretivo Regional da Secção Regional da Madeira, Engenheiro Técnico Jorge Leça Graterol, esteve na Quinta Vigia, juntamente com as Ordens Profissionais que têm representação na RAM, para os cumprimentos oficiais de Boas Festas, ao Senhor Presidente do Governo Regional, Dr. Miguel Filipe Machado Albuquerque.



Visita do bastonário da OET à Secção Regional da Madeira

No dia 06 de Novembro o Sr. Bastonário da OET, Engenheiro Técnico Augusto Ferreira Guedes esteve no Funchal, juntamente com o Sr. Vice-Presidente da OET, Engenheiro Técnico António Lousada, para uma sessão de esclarecimentos e apresentação das suas ideias para o futuro mandato nas eleições de 2022/2025.



Atividade dos Delegados Concelhios

Foram realizadas diversas visitas aos Municípios da Região pelo coordenador dos Delegados Concelhios da Região Autónoma da Madeira, Engenheiro Técnico Carlos Souto, e respetivos Delegados Concelhios, para cumprimentarem e felicitarem os Presidentes pelo novo mandato.-



Participação mensal com artigos no Diário de Notícias da Madeira

A OET – Secção Regional da Madeira no ano 2021, publicou, mensalmente, no Diário de Notícias de janeiro a outubro, um artigo sobre engenharia nas diferentes áreas de especialidades, no intuito do

público em geral conhecer algumas ideias, aplicações, técnicas, atividades práticas para o seu quotidiano.


10

Sistemas de Gestão Técnica

"Descarbonizar" é uma palavra que cada vez mais faz parte do nosso vocabulário. Os acordos ratificados por 195 países em Paris em 2015 vêm resultados do relatório elaborado pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), publicado em 2018, implicam alterações sem precedentes nas políticas de energia, transportes, construção e indústria, no sentido de, por um lado fazer cumprir o compromisso comum de limitar o aquecimento global a 1,5°C, e por outro cumprir com o objetivo traçado pela Comunidade Europeia de atingir a neutralidade carbónica até 2050.

A 7 de outubro de 2020, o parlamento europeu tomou uma posição mais ambiciosa apelando que seja definido como objetivo já para 2030, no sentido de reduzir (60% as emissões de gases de efeito de estufa, em comparação com os níveis de 1990.

A engenharia de um modo geral, e nós, engenheiros técnicos de um modo particular, de todos os colégios e especialidades temos assim um papel fundamental na sociedade, na elaboração de projetos, na implementação de soluções, bem como na ocupação, condução e manutenção de infraestruturas.

É sabido que, na União Europeia, os edifícios de habitação e serviços são responsáveis por cerca de 40% do consumo energético e por 36% de todas as emissões de CO2, o que por si só justifica a necessidade absoluta e urgente, de implementar a nova diretiva comunitária relativa à performance energética dos edifícios EPBD (Energy performance of buildings directive), nomeadamente no que diz respeito aos edifícios com necessidades quase nulas de energia NZEB (Nearly Zero Energy Building).

Por outras palavras, e para que se tome mais simples perceber o que está no nosso dia-a-dia, a necessidade de redução de energia, terme-os como seu consumo mínimo de uma habitação que, tem uma produção dista de energia elétrica, através de painéis fotovoltaicos existentes (que é armazenada) consome do rede pública, resultará assim numa balança energética nula.

O projeto deste artigo não será entrar numa espiral interminável de referências legislativas, importa sim referir e dentar as enticidades competentes, responsáveis pelo licenciamento e fiscalização que existe um enquadramento legal em vigor em Portugal que regula o projeto, execução, condução e manutenção de Sistemas, do Regulação, Controlo e Gestão Técnica de Edifícios. Estes sistemas de gestão técnica permitem a eficiência energética e reduzem os custos de exploração dos edifícios públicos e privados, sendo por isso uma ferramenta essencial no processo de redução de emissões de gases que provocam o efeito de estufa.

Membro O.E.T.- 16107
Eng. Técnico Mecânico Sénior
Manuel Silva
Eng. Técnico de Energia e Sistemas de Potência

O atual quadro legislativo define que sempre que se trate de um edifício de serviços (novo ou sujeito a grande intervenção) com potência térmica nominal igual ou superior a 250kW, deverá existir um projeto específico para o Sistema de Gestão Técnica de Edifícios (SGTE) devidamente credenciado para o efeito, de acordo com um projeto de execução conforme disposto no artigo 68º da Portaria 701-H/2008, devendo abranger os vários sistemas técnicos e de manutenção do edifício (pt. 10.3.1 da Portaria 349-D/2013).

Com a Gestão Técnica, é possível adquirir dados, supervisionar e gerir consumos de água, combustível e eletricidade, criar alarmes, definir eventos e configurar registos, também é possível ajustar os parâmetros que compõem todas as unidades produtoras e consumidoras de energia existentes no edifício, otimizando os custos inerentes à exploração.

Ofuturo é já hoje e os Sistemas de Gestão Técnica ainda se resumem aos limites físicos do edifício. Em muitos edifícios, utilizar a Gestão Técnica para gerir e partilhar os nossos energéticos disponíveis em diversos edifícios no rede de distribuição de energia pública comum (Smart Grids) é uma realidade. Nestes casos, os sistemas de Gestão Técnica avaliam e decidem em tempo real se os edifícios estão em condições de poder injetar na rede pública a energia em situações de excedente energético ou se, pelo contrário, havendo necessidade, recorrem à rede pública, dando sempre preferência aos horários de tarifários económicos.

As condições técnicas estão criadas, haja vontade pública e privada para "Descarbonizar" o Planeta.


2 Factos

Para onde vai o lixo?

Todos nós produzimos resíduos. No entanto, na nossa azáfama diária, não é fácil nos apercebermos nem termos consciência da dimensão e quantidade de lixo que descartamos. Dados relativos ao ano de 2020 indicam que a Região Autónoma da Madeira (RAM) produziu nesse ano 285.774 toneladas de resíduos sólidos. Olhando para estes números, facilmente se percebe que este número equivale a mais de uma tonelada produzida por cada habitante. Para ser mais precisos, no ano de 2020, cada madeirense produziu em média 3Kg/dia de resíduos sólidos.

Então, para onde vai todo este lixo?

É aqui que entra a engenharia, que objetiva encontrar soluções para os desafios da sociedade. A gestão de resíduos sólidos é uma das áreas de Engenharia do Ambiente e, felizmente, são inúmeras as soluções que hoje em dia estão disponíveis para que seja possível olhar para os resíduos de uma forma inovadora e ambientalmente segura.

Uma das técnicas mais utilizadas em todo o mundo é a valorização energética. Esta técnica é útil nos resíduos que não podem ser reciclados, mas que podem ser utilizados como combustível para produzir energia elétrica. Em 2020 na RAM, aproximadamente 44% dos resíduos sólidos foram encaminhados para incineração e consequente produção de energia elétrica. Os restantes resíduos seguiram outros caminhos como a reciclagem, valorização orgânica, produção de estrilha, deposição, etc.

É necessário sublinhar que o mais importante em tudo este processo é o cidadão. Somos nós que estamos no início do ciclo dos resíduos sólidos, tendo a responsabilidade de Reduzir, Reutilizar e Reciclar, sendo também nosso dever separá-los devidamente para que possam ter o destino mais adequado.

A separação dos resíduos sólidos tem o seu início nas nossas casas, onde devemos ter um contentor adequado a cada resíduo. Um contentor amarelo onde vamos depositar embalagens de plástico e de metal; um contentor verde, para colocar vidro e um Contentor azul para papel e cartão. Separe sempre, mesmo em caso de dúvida do ecoponto em que deve colocar, pois a recolha dos resíduos separados é encaminhada para Estações de Triagem, onde é realizada a separação definitiva por tipo de material para encaminhamento para reciclagem, e caso o resíduo não seja reciclável é separado e segue o destino apropriado.

Os resíduos que não se enquadrem nas categorias referidas, normalmente designado por "lixo normal" devem ser colocados no contentor de resíduos indiferenciados, e esses têm como destino a incineração ou a deposição em aterro, não tendo passos intermédios de separação, portanto devendo ser deitados no contentor indiferenciado unicamente os resíduos que não têm como ser reciclados.

DÉCIO ALVES
Engenheiro Técnico do Ambiente

Toalhitas descartáveis – um verdadeiro pesadelo!

Para terminar esta intervenção, encontro-me no dever profissional de abordar o tema das toalhitas descartáveis que cada vez mais utilizamos.

Embora sejam muito práticas para o nosso dia-a-dia, são normalmente constituídas por fibras plásticas não biodegradáveis e normalmente estão impregnadas em líquido que as humedece, mas tornando-as tóxicas e muito poluentes.

De um modo geral a população está a descartar estas toalhitas pelas suas sanitas, provocando um grande impacto negativo nos efluentes gerados, tanto a nível de composição química da água, mas também em termos mecânicos, onde as toalhitas entopem e danificam tubagens e até órgãos das Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR).

Sempre que possível evite a utilização destas toalhitas, substituindo-as por papel higiénico ou, no caso das toalhitas desmaquilhantes, por um pano de microfibra reutilizável. Em todo o caso, apto a sua utilização nunca as deite na sanita. Deposite-as no seu contentor de resíduos indiferenciados.

Compostagem

Uma forma de aliviar a pressão do sistema de gestão de resíduos sólidos é utilizarmos a compostagem. Esta consiste num processo biológico em que os microrganismos transformam a matéria orgânica (folhas, papel, restos de fruta, cascas e restos de legumes, etc) numa substância semelhante ao solo, à qual chamamos de composto.

Este composto é rico em nutrientes e melhora o crescimento das plantas, relvados e jardins, flores e pode ser utilizado como fertilizante natural.

Caso tenha um pequeno terreno, informe-se sobre como funciona um compostor e de que forma pode fazer o seu próprio adubo. É uma das melhores soluções domésticas para a redução de lixo orgânico.


10

Engenharia e Águas Residuais

O mundo das águas residuais, é um mundo pouco conhecido que começa nos drenos e nos esgotos e continua ao longo de uma rede subterrânea de tubagens e Estações Elevatórias de Águas Residuais (EEAR) que têm como meta uma Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR).

As águas residuais são caraterizadas por possuírem cargas poluentes advindas da sua origem fecal. Assim, resultam cargas orgânicas excessivas, assim como nutrientes como azoto e fósforo e bilões de bactérias fecais.

Os conhecimentos de engenharia, nas suas diversas especialidades, acompanham cada passo da água residual, desde a sua recolha, ao encaminhamento até ao tratamento desta água, para devolução ao ambiente nas melhores condições possíveis.

Dada a particularidade orográfica da nossa Ilha, as EEAR existem em grande quantidades, sendo efetivamente uma solução que auxilia a existência de saneamento básico em zonas de cota mais baixa, provando-se ser, cada vez mais, uma solução a evitar, por diversos motivos: a existência de poços de bombagem que ao acumular águas residuais criam maus cheiros, têm uma manutenção difícil e sensível além de um elevado consumo energético.

Assim, numa ETAR existe normalmente, um tratamento físico, com remoção de detritos grosseiros, como todos os resíduos presentes na água, desde papel higiénico a areias, incluindo todos os resíduos que NÃO DEVERIAM estar presentes na água, como cotonetes, pensos higiénicos, fraldas, esfregões, toalhitas...

Após a remoção desses detritos, no tratamento secundário, ocorre-se normalmente ao tratamento biológico que, como o próprio nome indica, utiliza a biologia existente nas águas residuais para o seu tratamento. Para tal, acumula-se a água num reator, onde promovem-se as condições ideais para desenvolvimento das bactérias que irão consumir o excesso de nutrientes existente na água residual. Após esse processo a água é decantada, ou seja, a água fica num tanque em que se deixam os sólidos (que são muito finos) assentarem no fundo. Nesse fundo existe um raspador, que empura esses sólidos para outro local, e a esse material chamam-se lamas.

Na parte superior do decantador, a água clarificada sai e é encaminhada para o local de descarga.

Normalmente, o tratamento secundário é suficiente para o cumprimento [illegible] entanto, existem ETAR [illegible] mento terciário que se baseia na desinfeção. A desinfeção pode ser realizada utilizando diversas tecnologias, sendo a mais frequente a desinfeção ultravioleta. Ao ser desinfetada, a água à saída poderá ser aproveitada para outras utilizações, em vez de ser só descarregada. Esses fins incluem, rega ou lavagens de ruas ou a própria reutilização nas lavagens da ETAR.

No caso particular das fossas sépticas, muito comuns na nossa região, essencialmente são ETAR's de tamanho reduzido, com tratamento biológico e sedimentação. É importante que estejam bem dimensionadas, e que o comportamento das pessoas a nível doméstico previna a sua manutenção preventiva. Para tal, bastará ter a máxima atenção ao que deita na sanita (evitar resíduos de qualquer tipo incluindo o papel higiénico) ou pelo ralo da cozinha (evitar restos de comida e óleos). Assim, estará a prevenir maus cheiros, presença de pragas como roedores e baratas, assim como custos de desobstrução com camião. Sendo um tratamento biológico é preciso ter atenção, também, ao uso ou descarga de lixívia, pois poderá eliminar as bactérias existentes prejudicando o normal funcionamento da fossa séptica.

Para que todo este sistema funcione de forma otimizada, é extremamente importante ter atenção que existem materiais para o qual o sistema não foi dimenhado. No caso particular de resíduos provindos de higiene, é particularmente gravoso, pois poderá causar entupimentos ao longo da rede de tubagens, ou entupir ou causar danos aos sistemas elevatórios, causando falhas e descargas de águas residuais não tratadas.

É importante que o cidadão tenha consciên-

DÉBORA SANTOS
Eng.ª Técnica do Ambiente
Membro 18759


Engenharia na Construção de uma Moradia

Saber toda a documentação e passos para construir uma moradia é um processo difícil e que pode criar ansiedade e indecisão, que pela elevada quantidade de escolhas que as pessoas têm que fazer, como pelo tempo e investimento financeiro associado. No entanto, é um projeto "de uma vida" ou "um sonho" para muitas pessoas e que muitas vezes se transforma num pesadelo.

É importante saber os passos e os investimentos iniciais e até finais (Após concluído da Obra), pois verifica-se que, o não conhecer todos os custos associados pode levar a desistências na fase de construção.

1.ª Etapa – Terreno

A primeira etapa consiste na aquisição de um terreno e no pedido de Informação Prévia (condicionamentos legais ou regulamentares, relativos a infraestruturas, servidões administrativas, restrições à construção), para verificar os requisitos e limites que poderá ser possível construir.

2.ª Etapa – Levantamento Topográfico e Projeto de Arquitetura

O passo seguinte trata-se de realizar um levantamento topográfico da moda a criar as bases de limites, afinamos para iniciar o Estudo do Projeto de Arquitetura.

Os projetos de Arquitetura geralmente são desenvolvidos em três partes. Estudo prévio, Projeto de Licenciamento e Projeto de Execução.

3.ª Etapa – Projeto de Especialidades

Após a aprovação de todos os documentos, da fase de Projeto de Licenciamento da Arquitetura, pelas entidades competentes, passa-se à entrega dos Projetos de Especialidades, a realizar por Engenheiros Técnicos. Apresentam-se, os Projetos de Especialidade de Engenharia normalmente exigidas:

- Estabilidade que inclua o projeto de escavação e contenção periférica;
- Alimentação e distribuição de energia elétrica (ou Ficha Eletrotécnica para potência da moradia inferior 10.35kVA);
- Instalação de gás;
- Redes prediais de água e esgotos;
- Águas pluviais;
- Arranjos exteriores;
- Infraestruturas de telecomunicações;
- Comportamento térmico e demais elementos;
- Instalações elétricas especiais;
- Segurança contra incêndios em edifícios (ou Ficha de Segurança contra incêndios se for moradia);
- Condicionamento acústico.

Estes projetos são entregues à Autarquia para apreciação (a qual é cobrada uma taxa para tal ao Dono da Obra).

De seguida, o Engenheiro Técnico avança o processo com a preparação do Mapa de Quantidades e outros elementos necessários. De notar que a seleção de empresa de Projeto reveste-se de especial cuidado, dadas as nuances orçamentais. É necessária a máxima atenção ao que está incluído no orçamento, nomeadamente nesta etapa, para assegurar um orçamento fidedigno e que inclua tudo o que é exigido.

4.ª Etapa – Processo de Licença de Construção

Após a operação e aprovação, deverá contratar os serviços de um empreiteiro geral que tenha alvará válido, seguro civil e de acidentes de trabalho e um Engenheiro Técnico Civil responsável, que pode ser o coordenador de segurança em obra e ter contratação de Serviços de Segurança em obra, algo obrigatório por lei. O pagamento das Taxas para emissão do Alvará de Construção, livro de Obra, entre outros são da responsabilidade do Dono de Obra.

5.ª Etapa – Processo de Construção

Após estabelecer o orçamento com o empreiteiro é importante um bom acompanhamento de todas as fases de construção para evitar derrapagens financeiras ou a escolha de materiais não correspondentes às expetativas do Dono de Obra, para tal, o Engenheiro Técnico Civil, poderá realizar uma devida fiscalização. Existem também empresas de Engenharia especializadas em fiscalização de obras.

6.ª Etapa – Processo de Licença de Utilização

Após a conclusão da obra e caso tenha havido alterações ao projeto inicial, estas devem ser comunicadas à Autarquia local em forma de telas finais, bem como o Livro de Obra preenchido com o termo de encerramento assinado pelo dono de obra, diretor de obra e diretor de fiscalização, Avaliação Acústica ou Relatório Acústico da Moradia, Certificado Energético Final, entre outros.

Para terminar, deve-se realçar a importância do pagamento das taxas de emissão da Licença de Utilização e da inscrição na Delegação das Finanças da matriz predial do edifício, para ser avaliado para efeitos de aplicação do Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI).

FÁBIO CÉSAR PESTANA
Engenheiro Técnico Civil
Membro n.º 25963


O desafio da energia elétrica

"A revolução digital" em que vivemos desde o início deste século acentuou a necessidade e a importância da utilização de energia elétrica! Infelizmente, no conjunto do nosso dia-a-dia esquecemo-nos dessa importância e só quando algo acontece percebemos como a energia elétrica é vital na nossa vida. Como exemplo disso podemos recordar a passada intempérie da noite de 27 de março, com consequentes problemas na rede elétrica que provocaram um "apagão", afetando a vida de muitos madeirenses. Devemos, pois, refletir sobre o quão dependente a nossa sociedade é desta bem.

Nos últimos anos iniciámos a convergência para uma mobilidade elétrica que demonstrou ser fiável e eficiente. Os carros híbridos, plug-in e elétricos trazem algumas vantagens na sua utilização, tais como a redução de poluição gerada, física e sonora, binário total no arranque, economia no consumo, manutenção reduzida, entre outros. Este tipo de veículo é já uma realidade nas nossas estradas. Com uma tendência de crescimento em quantidade exponencial, veio para ficar e necessitará de muita energia elétrica.

Acredito que o consumo energético irá duplicar nos próximos vinte anos, isto implica que as redes elétricas tenham de ser ampliadas para dar atender a esta crescente procura. Pela frente temos o desafio de uma eletrificação em massa segura, resiliente e sustentável.

Ao nível ecorómico a energia elétrica terá obviamente um peso maior nas nossas contas pessoais, empresariais e comunitárias. Com a procura os preços de energia continuarão a subir.

A escolha de tarifários adequados ao nosso consumo energético pode permitir alguma poupança. Os distribuidores de energia elétrica, têm diferentes tarifas para diferentes potências a diferentes horas, é preciso ter atenção a isso.

Infelizmente, na Região Autónoma da Madeira, ao contrário do que se passa no continente, existe apenas uma única entidade onde podemos comprar energia elétrica. Seria de extrema relevância que se criassem condições para que outras entidades processassem a região, criando concorrência na venda de energia elétrica, deixando todos a ganhar.

A eficiência energética elétrica é e será cada vez mais fundamental. Muito tem sido feito, mas há certamente muito mais para fazer. A substituição convencional para iluminação led é a primeira medida que nos lembramos nesse sentido, mas ainda se pode observar nas casas, nos locais de trabalho e nas vias públicas muita iluminação pouco eficiente por substituir.

A tecnologia avança a um ritmo vertiginoso. O uso de sistemas inteligentes, automação, domótica e gestão técnica são muito importantes para o controlo do uso energético, e se forem devidamente parametrizados permitem um melhor desempenho do consumo elétrico.

Aplicações nos nossos telemóveis ou tablets, quando instalados nos dispositivos adequados permitem a monotorização de consumos em tempo real e disponibilizam relatórios detalhados da energia que consumimos nos equipamentos utilizados, permitindo adequar a nossa necessidade à efetiva fase de consumo. É possível, por exemplo, saber quando a máquina de lavar roupa acaba a sua tarefa, que energia consumiu e quanto é que isso custou.

A escolha de equipamentos com classe energética mais eficiente e também um fator muito importante nesta demanda de eficiência energética.

O aumento de produção de energia é uma consequência do aumento do consumo. Os sistemas fotovoltaicos são os que maior procura têm tido no auto-produção de energia elétrica. Se repararmos, há cada vez mais coberturas com painéis. Tem havido incentivos para a implantação (ou implementação) destes sistemas, pois para além de ser uma energia limpa permite uma distribuição de energia produzida na rede elétrica, reduzindo perdas por transporte e entregando a potência junto aos locais de consumo. Quando bem dimensionados são um bom investimento económico.

As características geográficas (ou orográficas) e hídricas da Ilha permitem um aproveitamento de água para produção de energia elétrica. O projeto hídro- elétrico concluído recentemente no Paul da Serra – Calheta é um excelente exemplo, no entanto verifica-se que se pode fazer muito mais aproveitamento de canais de água para sistemas de pequena dimensão, ou seja, de minihídricas, sejam elas públicas ou privadas.

O nosso mar, que é a nossa maior riqueza, tem um potencial energético para produção de energia elétrica que tem de ser estudado, quer ao nível hídrico como ao eólico offshore.

O futuro passará certamente pela energia elétrica.

GONÇALO MIGUEL GOUVEIA CAFOFO
Engenheiro Técnico de Energia e Sistemas de Potência


Fiscalização e coordenação de segurança

Neste artigo, fique a par da importância da fiscalização e da coordenação de segurança em obra numa moradia.

Saber toda a documentação necessária após obter a licença de construção e antes do arranque da obra, é fundamental tanto para o dono de obra como para o empreiteiro que irá construir a moradia. Assim, evita contra-ordenações da Direção Regional do Trabalho e da Ação Inspetiva, no certeza de que tendo uma boa organização só irá ficar com vantagens a todos os níveis: qualidade, custos e prazos.

Realizar uma construção de uma moradia é um passo com números desafios pela frente que exige a máxima dedicação ao longo de todo o processo. O papel do Engenheiro Técnico que irá realizar a fiscalização será garantir a conformidade entre o planeado e o executado, pois é ele o elo de ligação entre o proprietário, o dono da obra e a entidade executante em todas as fases.

Em relação ao coordenador de segurança em obra, convém explicar que o mesmo irá desempenhar um papel fundamental de aconselhamento e apoio técnico aos processos de decisão do dono de obra e de dinamização da ação dos diversos intervenientes no que diz respeito à observância dos princípios gerais da prevenção nas fases de elaboração do projeto, de contratualização das empreitadas, de execução dos trabalhos da construção e, até, quanto à consideração das intervenções subsequentes à conclusão da edificação.

Funções desempenhadas pelo Coordenador de Segurança em Fase de Obra:

- Apoiar o dono da obra na elaboração e atualização da comunicação prévia. Este documento deverá ser enviado para a Direção Regional do Trabalho e da Ação Inspetiva, sendo um documento onde terá a informação da Obra, do Empreiteiro e de todos os Técnicos desde a Arquitectura, Especialidades e intervenientes na fase de construção.
- Verificar o mapa de horário de trabalho que todos os intervenientes terão que enviar par a DRTAI antes do início da obra.
- Além do Plano de Segurança em projeto, o Engenheiro Técnico da empresa que irá executar a obra, terá que fazer um plano de segurança para a fase de obra, podendo basear-se no de projeto, mas adequado para as funções a serem desempenhadas na obra. Será importante o Coordenador apreciar o desenvolvimento e as alterações do Plano de Segurança e saúde para a execução da obra e, sendo caso disso, propor à entidade executante as alterações adequadas com vista à sua validação técnica.
- Por outro lado, faz parte destas funções verificar a coordenação das atividades das empresas e dos trabalhadores independentes que intervêm no estaleiro, tendo em vista a prevenção dos riscos profissionais, ou seja, verificar e ter em obra:
- Documentação de trabalhadores imigrantes, caso existam;
- Alvarás do empreiteiro e subempreiteiros;
- Situação tributária e contributiva regularizada de todas as empresas ou trabalhadores em nome pessoal.
- Folha de Remunerações da Segurança Social e comprovativo de pagamento.
- Contratos de subempreitada;
- Apólice de Seguro Civil para a Obra, neste caso obrigatório para o empreiteiro geral.
- Apólice de Seguro de acidentes de trabalho para todos os intervenientes;
- Verificar a ficha de EPI's (Equipamento de Proteção Individual), bem como a documentação de equipamentos em obra como por exemplo uma grua que deverá ter inspeção atualizada ou andaimes que deverão ser certificados e com declaração CE.
- Verificar a coordenação das atividades das empresas e dos trabalhadores independentes que intervêm no estaleiro, tendo em vista a prevenção dos riscos profissionais;
- Promover e verificar o cumprimento do plano de segurança e saúde, bem como das outras obrigações da entidade executante, dos subempreiteiros e dos trabalhadores independentes, nomeadamente no que se refere à organização do estaleiro, à adoção de medidas de emergência, às condicionantes existentes no estaleiro e na área envolvente, aos trabalhos que envolvam riscos especiais, aos processos construtivos especiais, às atividades que possam ser incompatíveis no tempo ou no espaço e ao sistema de comunicação entre os intervenientes na obra;
- Registar as atividades de coordenação em matéria de segurança e saúde no livro de obra, nos termos do regime jurídico aplicável ou, na sua falta, de acordo com um sistema de registos apropriado que deve ser estabelecido para a obra.

Artigo escrito pelo Engenheiro Técnico Civil
Fábio César Vieira Pestana
https://www.oet.pt

FÁBIO CÉSAR VIEIRA PESTANA
Engenheiro Técnico Civil

Com o objetivo principal dar a conhecer a OET como associação de ordem pública, que está presente nas mais diversificadas situações que a engenharia atual compete.

2.1.4.4. Norte

Apresentamos neste ponto, de uma forma genérica, as atividades principais em que a S. R. NORTE da OET participou ao longo do ano, seja nas diversas organizações promovidas pelos diferentes órgãos da OET, tenham sido organizadas pela secção, pelo C. D. N., ou pelas outras Secções Regionais. Assim como, o conjunto de realizações efetuadas por organizações externas e que consideramos de elevada importância para a atividade, desenvolvimento e o crescimento da OET.

WEBINARS

Face à crise pandémica que o país tem atravessado a Secção proporcionou os seguintes webinars por videoconferência:

- 23 de julho – Webinar "Segurança Alimentar em Casa"
- 07 de outubro - Webinar "Proteção de Infraestruturas contra Raios"





DIA NACIONAL DO ENGENHEIRO TÉCNICO

Passaram 22 anos desde a publicação do Estatuto de Associação Pública dos Engenheiros Técnicos (através do Decreto-Lei nº 349/99, de 2 de setembro, tendo este sido, posteriormente, reforçado com a redenominação para OET – Ordem dos Engenheiros Técnicos através da Lei n.º 47/2011, de 27 de junho, alterada e republicada pela Lei n.º 157/2015, de 17 de setembro). A Secção Regional do Norte da OET, comemorou no dia 02 de setembro o DIA NACIONAL DO ENGENHEIRO TÉCNICO, com a realização de uma videoconferência subordinada ao Tema "OET—QUE FUTURO QUEREMOS PARA A NOSSA ORDEM?"



Participou um número significativo de Colegas nesta iniciativa, tendo em atenção que se comemorou pela segunda vez por videoconferência esta data de elevada importância para os Engenheiros Técnicos.

A Secção Regional do Norte da OET esteve presente nas seguintes iniciativas durante o ano 2021:

- Em todas as realizações da OET e nomeadamente nas reuniões do CDN, por videoconferência (confinamento) e de forma presencial quando possível ;
- 06 de maio—Sessão Pública para a Economia Circular promovida pela CCDR-N;
- 28 de maio – Comemoração do 17º Aniversário da Escola Superior de Tecnologia do IPCA
- 19 de julho—Cerimónia de Apresentação da Fundação Mestre Casais - Mesa Redonda sobre os desafios da sustentabilidade;
- 15 a 21 de novembro—IV Congresso da OEA em Luanda,
- 23 a 25 de novembro Stand da OET na IX Semana da Reabilitação Urbana;
- 16 de dezembro—29ª Reunião da Assembleia Geral da Ade Porto;

- 17 de dezembro—Sessão Solene de Comemoração dos 27 anos do IPCA, em Barcelos;
- Concerto de Abertura do Ano Académico com a Orquestra Clássica do IPP

Em 31 de Dezembro de 2020, a secção contava com 5815 membros efetivos, contando no dia 31 de Dezembro de 2021 um total de 5879 membros efetivos. Ou seja, durante 2021 verificou-se um crescimento de 64 membros.

Verificamos que apesar da pandemia e da continua saída de membros por diferentes motivos, como sejam reforma, morte, abandono ou mais comumente pelas dificuldades de prosseguir a atividade profissional de que resulta dificuldade no pagamento das quotas, continuamos a crescer, lentamente é certo mas a crescer. A exemplo do ano transato esperamos que em função da melhoria gradual das condições económicas do país e por isso da reativação da atividade industrial alguns membros que haviam solicitado a suspensão de quotas podem regressar gradualmente à atividade. Queremos desde já deixar aqui uma nota de pesar relativamente a este ano de 2021, que foi efetivamente devastador no que respeita á perda de membros da OET. Com efeito vimos partir neste ano o colega HÉLDER PITA, ilustre Engenheiro Técnico e vice presidente da nossa ordem, assim como os colegas JOSÉ MOITA, ALBERTO MESQUITA, MANUEL MORAIS, DAVID LEITE, TORCATO DAVID e VITOR MACEDO. Todos eles contribuíram de forma decisiva para o engrandecimento e prestígio da OET.

A secção continua a emitir anualmente uma média de 420 declarações, para todos os membros e todas as especialidades. Os membros desta secção emitem de modo próprio mais de 83500 declarações anuais, sobre a capacidade para o uso do Título e a prática de atos próprios da respetiva profissão. Desta forma continuamos a verificar que a emissão de declarações (SEDAP) por parte de cada vez mais membros, origina a que a secção quase só preste esclarecimentos nesta matéria.

Dadas as condicionantes existente no país a secção tem efetuado, a exemplo de anos anteriores outro tipo de funções como sejam enviando documentação, notas sobre a legalidade da atuação dos profissionais devidamente inscritos, as deslocações às escolas, às câmaras municipais, aos diferentes serviços públicos e entidades privadas de forma a promover e cativar novos membros nomeadamente colocando cartazes promovendo a OET e dando a indicação dos diferentes colégios onde cada um pode exercer a sua atividade.

Finalmente, não podemos deixar de dar uma palavra de agradecimento aos colegas que se disponibilizaram para as tarefas relativas ao exercício da profissão e que tiveram a preciosa colaboração dos Delegados Distritais e agora também com os Delegados Concelhios, o que demonstra a vitalidade da Secção.



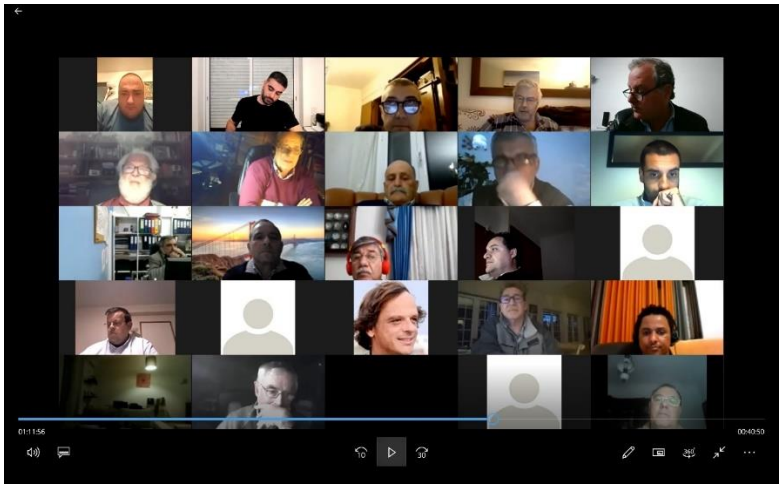


2.1.4.5. Sul

O Conselho Diretivo de Secção realizou, presencialmente ou por videoconferência, as suas reuniões ordinárias com uma periodicidade mensal e reuniu extraordinariamente, sempre que necessário, com a presença da maioria dos seus membros.

Levou a cabo, igualmente e nos mesmos moldes, reuniões de trabalho periódicas com os outros órgãos regionais e nacionais, bem assim como, com os delegados, delegados adjuntos e delegados concelhios.

Na impossibilidade de deslocações do Conselho Diretivo de Secção, ou dos seus elementos, às várias regiões, no sentido de contactarem os membros, partilharem informações e de se inteirarem das necessidades específicas de cada distrito e concelho, promoveram-se eventos online.



No âmbito das inscrições e estágios, o Conselho Diretivo foi assessorado pela Comissão de Estágios, na análise dos vários processos e emissão dos competentes pareceres.

Não obstante as limitações impostas pelas medidas de contingência em vigor para fazer face à pandemia de COVID-19, o recurso aos meios digitais, com ênfase nas plataformas de videoconferência, permitiu à Secção Regional do Sul continuar a promover eventos com vista a divulgar os assuntos de interesse para o Engenheiro Técnico, nomeadamente, no âmbito das atividades que a OET vem desenvolvendo, relacionadas com o exercício da profissão, bem como, com a formação e educação.

Pela prevenção e segurança de todos, em 2021 fez-se uma grande aposta na promoção de eventos online.

Assim, a Secção pode participar em diversas ações de representação e divulgação da OET. Estas ações decorreram em eventos promovidos por diversas entidades, incluindo escolas e associações, tanto de estudantes como empresariais.

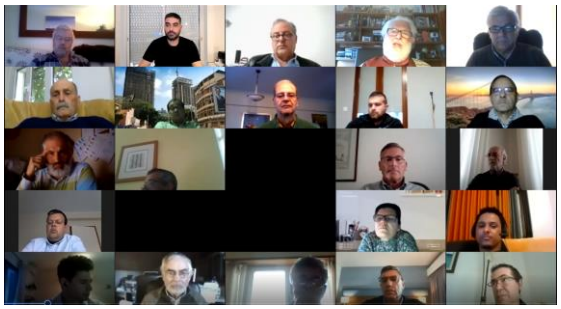
A Secção Regional do Sul dinamizou e divulgou a formação profissional, enquadrada no conceito de formação ao longo da vida, tendo como principais objetivos a qualificação dos recursos humanos e a divulgação do conhecimento, para fazer face a um mercado de trabalho cada vez mais competitivo. Por outro lado, a formação profissional procurou dar resposta aos condicionalismos impostos pela pandemia e aos normativos legais aprovados que exigem formação especializada no sentido de balizar a prática de determinados atos de engenharia.

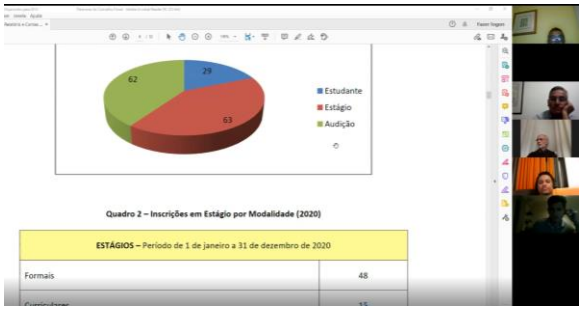
À semelhança dos anos anteriores, este conjunto de iniciativas foi levado a cabo através de parcerias e protocolos, numa estratégia de cooperação com instituições académicas, bem como, com entidades de formação e o CDN, tendo em vista a valorização profissional dos membros.

À semelhança dos anos anteriores, os delegados distritais desempenharam um papel de relevo na missão de aproximação dos órgãos da Secção Regional aos membros nela inscritos.

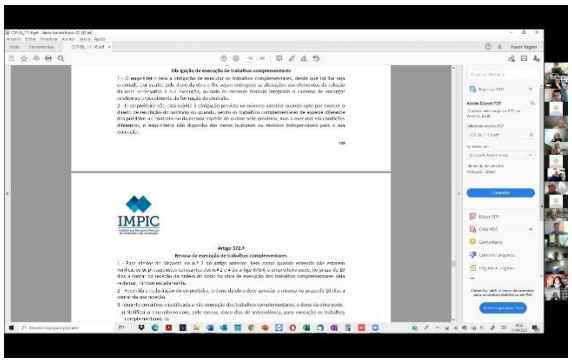
Com o intuito de dar continuidade à política de proximidade adotada e promover uma maior participação dos engenheiros técnicos nos assuntos e problemas ligados ao exercício profissional, foram promovidos inúmeros contatos para consultar os delegados sobre os vários assuntos relacionados com o exercício da profissão, bem como sobre as dificuldades existentes em cada região:

- 18/03/2021: Assembleia Geral da Secção Regional Sul da OET (videoconferência com 125 minutos e 82 participantes)





- 15/04/2021: Fórum de discussão | Contratação Pública - Erros e Omissões e Trabalhos Complementares (videoconferência com 152 minutos e 318 participantes)



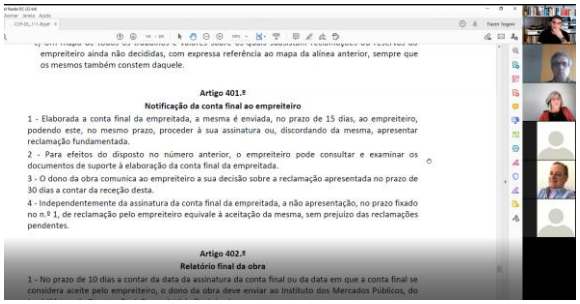


- 29/04/2021: Fórum de discussão | Contratação Pública - Plano de Trabalhos e Prorrogação de Prazos (videoconferência com 126 minutos e 195 participantes)





- 13/05/2021: Fórum de discussão | Contratação Pública - Revisão de preços, adiantamentos e conta final (videoconferência com 140 minutos e 133 participantes)


empreiteiro ainda não decididas, com expressa referência ao mapa da alínea anterior, sempre que os mesmos também constem daquele.

Artigo 401.º

Notificação da conta final ao empreiteiro

1 - Elaborada a conta final da empreitada, a mesma é enviada, no prazo de 15 dias, ao empreiteiro, podendo este, no mesmo prazo, proceder à sua assinatura ou, discordando da mesma, apresentar reclamação fundamentada.

2 - Para efeitos do disposto no número anterior, o empreiteiro pode consultar e examinar os documentos de suporte à elaboração da conta final da empreitada.

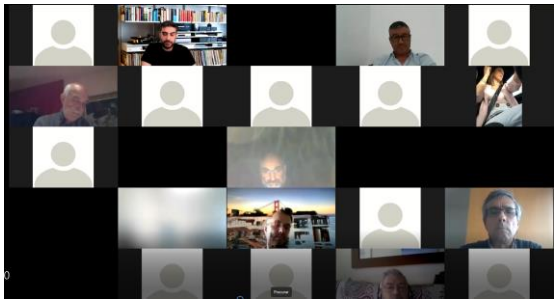
3 - O dono da obra comunica ao empreiteiro a sua decisão sobre a reclamação apresentada no prazo de 30 dias a contar da receção desta.

4 - Independentemente da assinatura da conta final da empreitada, a não apresentação, no prazo fixado no n.º 1, de reclamação pelo empreiteiro equivale à aceitação da mesma, sem prejuízo das reclamações pendentes.

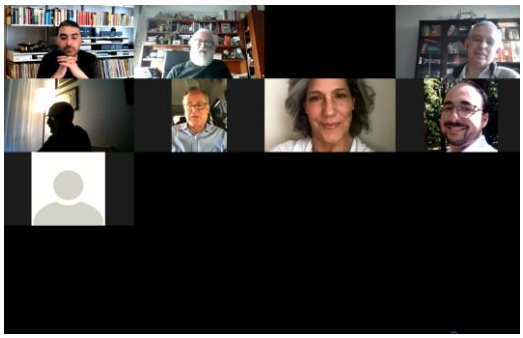
Artigo 402.º

Relatório final da obra

1 - No prazo de 10 dias a contar da data da assinatura da conta final ou da data em que a conta final se considera aceite pelo empreiteiro, o dono da obra deve enviar ao Instituto dos Mercados Públicos, do

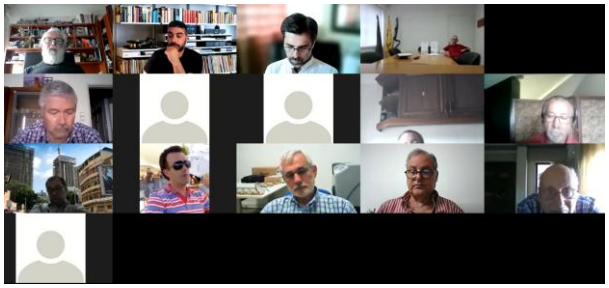


- 27/05/2021: Fórum de discussão | A importância da fase de projeto na construção civil e obras públicas (videoconferência com 138 minutos e 50 participantes)





- 17/06/2021: Fórum de discussão | A Importância das Instalações Técnicas em Edifícios (videoconferência com 111minutos e 74 participantes)





- 22/10/2021: Reuniões Distritais OET, Secção Regional Sul - Distrito de Santarém (reunião presencial em Tomar com 33 participantes)





- 27/10/2021: Reuniões Distritais OET, Secção Regional Sul - Distrito de Portalegre (reunião presencial em Vila Fernando, Elvas, com 30 participantes)




- 29/10/2021: Reuniões Distritais OET, Secção Regional Sul - Distrito de Setúbal (reunião presencial em Setúbal com 20 participantes)




- 03/11/2021: Reuniões Distritais OET, Secção Regional Sul - Distrito de Évora (reunião presencial em Arraiolos com 21 participantes)




- 05/22/2021: Reuniões Distritais OET, Secção Regional Sul - Distrito de Faro (reunião presencial em Almancil com 34 participantes)




- 04/11/2021: Lançamento do livro "Tecnologias Móveis Celulares da 4ª Geração"



- 08/11/2021: Reuniões Distritais OET, Secção Regional Sul - Distrito de Beja (reunião presencial em Beja com 25 participantes)




- 10/11/2021: Reuniões Distritais OET, Secção Regional Sul - Distrito de Lisboa (reunião presencial em Lisboa com 65 participantes)




- 29/11/2021: Receção a alunos do Ensino Profissional



2.1.5. Informação

A OET publicou a edição de mais uma Revista ENGenharia, em junho de 2021, dedicada ao Vice-Presidente, Engenheiro Técnico Hélder Pita, falecido em janeiro de 2021.



Foram publicados dois artigos de opinião no Jornal Público da autoria do Presidente do Conselho da Profissão e da Assembleia Representativa Nacional, Engenheiro Técnico Pedro Brás.



[estúdio]P

"ORDENS PROFISSIONAIS: entidades conservadoras ou transformadoras?"

Ao longo da sua existência, a Ordem dos Engenheiros Técnicos (OET) tem assumido um papel discreto e eficaz na sua acção. Nesta entrevista, Pedro Brás, Presidente do Conselho da Profissão da OET, reforça o papel e os deveres da Ordem em prol da comunidade.

Parece uma pergunta complexa. O que faz uma Ordem?

"A resposta é simples. O que qualquer Ordem deve fazer é regular a profissão. E isso tem duas fases fundamentais: admissão e exercício da profissão", R, continua, "em ambos os casos, simplicidade, modernidade e competência são o mote da nossa actuação".

"Na fase de admissão", começa por esclarecer-nos o Engenheiro Técnico Pedro Brás, "as pessoas detentoras de cursos superiores em Engenharia que cumpriam os critérios (nacionais e europeus) são admitidas directamente na Ordem". E esses critérios, acrescenta, "encontram-se claramente descritos no Regulamento de Registo e Inscrição na OET".

"Já na fase do exercício da profissão, é ao Conselho da Profissão que compete definir os critérios para que se possa creditada uma competência a um membro, através da verificação do cumprimento da lei, a falta dela, do Regulamento dos Actos de Engenharia, que a OET publicou pela primeira vez em 2008. E, a cada competência, corresponde um modelo de declaração (totalmente desmaterializada, mas segura, e que os membros podem emitir online) para a prática dos actos de Engenharia", explica.

"O BLOQUEIO NO ACESSO"

"Na nossa visão ao Ordens não foram feitas para bloquear o acesso à profissão. E no nosso caso, nunca fizemos exames de acesso à Ordem ou outros truques para bloquear o acesso à profissão. O nosso modelo é outro", afirma.

Mas, sublinha, "um problema que se tem agravado nos últimos anos tem a ver com o facto de alguns cursos de Engenharia (ou afins) não serem claros na sua designação nem adequados no seu conteúdo".

"A organização curricular de alguns cursos pretende tocar em várias áreas (ex.: gestão e construção), mas não são cursos de Engenharia, para estar Matemática e Física como requisito de acesso". Por isso, "há muitos cursos nesta situação que não habilitam os diplomados para o exercício da profissão. E os lesados são sempre os alunos".

Neste aspecto: "Foi questões de transparência na regulação, a OET publica no seu site o Core das Especialidades, assim como o index dos cursos que dão acesso à Ordem e quais as respectivas condições de admissão. Para não sermos enganados, antes de escolher um curso, devemos sempre ver se esse curso habilita para o exercício da profissão".

> **O que qualquer Ordem deve fazer é regular a profissão. E isso tem duas fases fundamentais: admissão e exercício da profissão.**
>
> Pedro Torres Brás
> presidente do Conselho da Profissão da Ordem

"A nossa obrigação é acolher as pessoas na profissão", refere Pedro Brás, mas alerta: "no acesso à Ordem, uma coisa é facilitar, outra coisa é facilitismo".

"Em vez de rejeitar pedidos de admissão, a Ordem deve informar os candidatos de quais as competências que o curso não lhes proporcionou e que têm que adquirir para serem admitidos como membros efectivos na Ordem e poderem exercer legalmente a profissão. E essas competências, traduzidas em ECTS, podem ser adquiridas durante o período de estágio". R, acrescenta, "o que não pode ocorrer nunca é pessoas serem admitidas na Ordem sem que tenham obtido a qualificação adequada".

"O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA LEGISLAÇÃO"

"Neste momento o problema maior é que as Ordens passam demasiado tempo a dar palpites sobre os assuntos da ordem do dia, e descuram os seus deveres de regulação. Claro que a atracção do microfone é grande e temos assistido a intromissões intervenções públicas de responsáveis das Ordens sobre os assuntos da vida quotidiana que não são propriamente da sua esfera de competência. Não foi para isso que as Ordens foram criadas", destaca.

R, continua, "não sei se está relacionado, mas constato um retrocesso na colaboração entre as Ordens e o governo e o Parlamento, pois temos assistido à publicação de legislação relevante para a profissão sem que a Ordem seja previamente ouvida ou, quando o é, as opiniões são sistematicamente ignoradas. E isso preocupa-me pois este é um âmbito em que as Ordens deveem ter uma participação relevante, com a sua visão integradora e enquadradora. Ao ignorar as propostas das Ordens, corremos o risco de os quadros legais se tornarem desconexos, incoerentes e desarticulados".

"A POSTURA DAS ORDENS"

Pedro Brás lamenta que "pela terceira vez, o CNOP [Conselho Nacional das Ordens Profissionais] tivesse recusado a admissão da Ordem dos Engenheiros Técnicos" e relembra que "era suposto o CNOP ser o conselho que deveria agregar todas as ordens profissionais". A presença da OET neste fórum permitir-nos-ia apresentar, entre pares, os nossos pontos de vista".

E, prossegue, "muitas vezes o que se vê é as Ordens a criticar o poder político por decidir em sentido contrário às mais opiniões" e, conclui, "as divergências resolvem-se com diálogo e não no espaço mediático". E, acrescenta, "nesse aspecto, a OET sabe bem qual o seu papel na sociedade e não nos vão ver, nem directamente nem por interposta pessoa, a desagrir ou criticar a classe política ou os órgãos de soberania... ao calhar, é por isso que não somos admitidos no CNOP".

"E por isso que sofro que seria bom que as Ordens abandonassem algumas posturas conservadoras e passassem a ser entidades transformadoras, concentrando as suas energias a impulsionar a capacidade e credibilidade de cada um dos sectores de actividade, contribuindo com a sua acção para o desenvolvimento de Portugal", concluí.



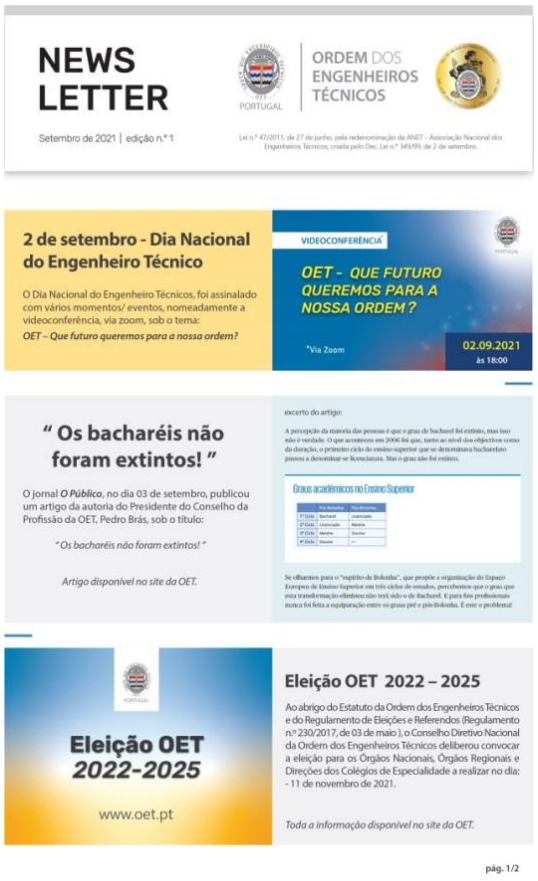
[estúdio]P

Os bacharéis não foram extintos!

3 de Setembro de 2021, 17:29

A Ordem dos Engenheiros Técnicos iniciou a sua presença a nível nacional nas redes sociais Facebook em maio (https://www.facebook.com/oetordemdosengenheirostecnicos) e no Instagram em junho (https://www.instagram.com/OET_Ordem_Eng_Tecnicos/).

Foram publicadas 4 newsletters nacionais com periodicidade mensal, em setembro, outubro, novembro e dezembro.



NEWS LETTER

ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS
PORTUGAL

Setembro de 2021 | edição n.º 1

Lei n.º 47/2011, de 27 de junho, pela redenominação da ANET - Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos, criada pelo Dec. Lei n.º 349/99, de 2 de setembro.

2 de setembro - Dia Nacional do Engenheiro Técnico

O Dia Nacional do Engenheiro Técnicos, foi assinalado com vários momentos/ eventos, nomeadamente a videoconferência, via zoom, sob o tema:

OET - Que futuro queremos para a nossa ordem?

VIDEOCONFERÊNCIA

OET - QUE FUTURO QUEREMOS PARA A NOSSA ORDEM ?

Via Zoom

02.09.2021
às 18:00

" Os bacharéis não foram extintos! "

O jornal ***O Público***, no dia 03 de setembro, publicou um artigo da autoria do Presidente do Conselho da Profissão da OET, Pedro Brás, sob o título:

"Os bacharéis não foram extintos!"

Artigo disponível no site da OET.

excerto do artigo:

A percepção da maioria das pessoas é que o grau de bacharel foi extinto, mas isso não é verdade. O que aconteceu em 2006 foi que, tanto ao nível dos objectivos como da duração, o primeiro ciclo do ensino superior que se denominava bacharelato passou a denominar-se licenciatura. Mas o grau não foi extinto.

Graus académicos no Ensino Superior

1.º Ciclo	Bacharel	Licenciado
2.º Ciclo	Licenciado	Mestre
3.º Ciclo	Mestre	Doutor
4.º Ciclo	Doutor	—

Se olharmos para o "espírito de Bolonha", que propõe a organização do Espaço Europeu de Ensino Superior em três ciclos de estudos, percebemos que o grau que esta transformação efetivou não terá sido o de Bacharel. E para fins profissionais nunca foi feita a equiparação entre os graus pré e pós-Bolonha. E esse o problema!

Eleição OET 2022-2025

www.oet.pt

Eleição OET 2022 – 2025

Ao abrigo do Estatuto da Ordem dos Engenheiros Técnicos e do Regulamento de Eleições e Referendos (Regulamento n.º 230/2017, de 03 de maio), o Conselho Diretivo Nacional da Ordem dos Engenheiros Técnicos deliberou convocar a eleição para os Órgãos Nacionais, Órgãos Regionais e Direções dos Colégios de Especialidade a realizar no dia:

- 11 de novembro de 2021.

Toda a informação disponível no site da OET.

pág. 1/2



NEWS LETTER

ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS

A OET participou no Fórum das Associações Profissionais de Engenharia da CPLP

Um grupo de alunos dos cursos profissionais visita a Sede da OET, em Lisboa

Novo Seguro de Responsabilidade Civil Profissional

Seguro de Responsabilidade Civil Profissional

INTRODUÇÃO AOS EUROCÓDIGOS ESTRUTURAIS

Vantagens para os Membros da OET

Janeiro . 2022

Tomada de Posse dos Órgãos Eleitos para o ciclo de 2022 - 2025

www.oet.pt

2.1.6. Ensino Superior

No início do ano foi enviado um ofício a todas as Instituições de Ensino Superior nacionais e associações de estudantes, informando acerca dos procedimentos que a Ordem dos Engenheiros Técnicos implementou para acolher os diplomados de cursos superiores em engenharia, acompanhado por um cartaz "*OET - Simplicidade e Modernidade*".

A Ordem dos Engenheiros Técnicos recebeu um grupo de 15 alunos dos cursos profissionais de Técnico de Mecânica Aeronáutica e Material de Voo e Técnico de Construção Civil.

Foi feita uma apresentação sobre a reabilitação e reforço sísmico do edifício da Sede Nacional da Ordem dos Engenheiros Técnicos sito na Praça João da Câmara, n.º 19, em Lisboa, e oferecido um capacete e colete com o logotipo da Ordem e um exemplar a cada aluno da edição do livro "Baixa Pombalina – Sede da ordem dos Engenheiros Técnicos – Reabilitação e Reforço Sísmico".

A apresentação foi feita pelo Engenheiro Técnico Civil José Delgado, Presidente da Secção Regional do Sul e igualmente autor do livro.

2.1.7. Gabinete Jurídico

As perguntas solicitadas ao Gabinete Jurídico são de áreas bastante diversas, sendo que as principais se prendem com o exercício da profissão e de carácter deontológico.

O Gabinete Jurídico respondeu a 577 pedidos de informação/esclarecimentos, como se passa a demonstrar:

- 227 respostas a solicitações de membros por correio eletrónico;
- 31 respostas por correio eletrónico aos juristas das Secções Regionais;
- 242 emails às Secções Regionais;
- 31 telefonemas de membros;
- 1 membro esclarecido presencialmente;
- 45 ofícios remetidos a diversas entidades.

Foi prestado apoio jurídico ao Conselho Jurisdicional relativo a três recursos apresentado a esse Órgão.

O Conselho Jurídico teve ainda o privilégio e a honra de fazer parte da Comissão Eleitoral, que teve o seu ato eleitoral no dia 11 de novembro.

O Gabinete Jurídico deu continuidade à divulgação de anúncios de procedimentos concursais de admissão à categoria de técnico superior na carreira da Função Pública, publicados em Diário da República e na Bolsa de Emprego Público, para o lugar de engenheiro técnico, sendo que diariamente a informação é atualizada no portal da OET em Ofertas de Emprego, e procede ainda à divulgação junto Secções Regionais que se encarregam de remeter as referidas ofertas de emprego aos respetivos membros por e-mail.

No ano de 2021, o Gabinete Jurídico divulgou um total de 111 anúncios, distribuídos a nível nacional da seguinte forma:

No que concerne às reclamações de concursos, após análise efetuada aos anúncios dos procedimentos concursais, o Gabinete Jurídico detetou que 24 procedimentos concursais que padeciam de irregularidades.

Assim, verificou-se que de 8 procedimentos concursais exigiam a obrigatoriedade de inscrição na Ordem dos Engenheiros, descriminando os engenheiros técnicos sem qualquer fundamento minimamente razoável. Neste contexto, foram enviadas as seguintes reclamações:

1. Reclamação do procedimento concursal publicado no Aviso (extrato) 22628/2021, lançado pela Câmara Municipal de Alcochete;
2. Reclamação do procedimento concursal publicado no Aviso 21074/2021 (Referências D, E, Q, R, S e T), lançado pela Câmara Municipal de Aveiro;
3. Reclamação do procedimento concursal publicado no BEP com o código de oferta OE202106/0461, lançado pela Câmara Municipal de Barcelos;
4. Reclamação do procedimento concursal publicado no BEP com o código de oferta OE202106/0460, lançado pela Câmara Municipal de Barcelos;
5. Reclamação do procedimento concursal publicado no BEP com o código de oferta OE202109/0424, lançado pela Câmara Municipal de Castelo Branco;
6. Reclamação do procedimento concursal publicado no Aviso 1589/2021, lançado pela Câmara Municipal de Olhão;
7. Reclamação do procedimento concursal com o código de oferta OE202104/0214, lançado pela Câmara Municipal de Aljezur;
8. Reclamação do procedimento concursal com o aviso n.º 436/2021, lançado pelo Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira.

Igualmente, foram enviadas 16 reclamações que não previam a inscrição na respetiva Associação pública Profissional, isto é, Ordem dos Engenheiros Técnicos ou Ordem dos Engenheiros, que se passam a elencar.

1. Reclamação do procedimento concursal publicado no BEP com o código de oferta OE202109/0582, lançado pela Câmara Municipal de Matosinhos;
2. Reclamação do procedimento concursal publicado no BEP com o código de oferta OE202111/0320, lançado pela Câmara Municipal de Palmela;
3. Reclamação do procedimento concursal publicado no BEP com o código de oferta OE202109/0599, lançado pela Câmara Municipal de Sines;
4. Reclamação do procedimento concursal publicado no BEP com o código de oferta OE202109/0718, lançado pela Câmara Municipal de Sines;
5. Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado no BEP com o código de oferta OE202110/0130, lançado peça Câmara Municipal de Montemor-o-Novo;
6. Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado no BEP com o código de oferta OE202110/0131, lançado peça Câmara Municipal de Montemor-o-Novo;
7. Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado no BEP com o código de oferta OE202110/0050, lançado pela Universidade de Coimbra;
8. Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado no BEP com o código de oferta OE202111/0504, lançado pelos Serviços Municipalizados de Águas Saneamento do Município de Montijo;
9. Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado no BEP com o código de oferta OE202109/0158, lançado pela Junta de Freguesia dos Olivais;
10. Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado no BEP com o código de oferta OE202106/0238, lançado pela Direção Geral de Veterinária e Alimentação:

11. Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado no BEP com o código de oferta OE202109/0179, lançado pela Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares;
12. Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado no BEP com o código de oferta OE202109/0181, lançado pela Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares;
13. Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado no BEP com o código de oferta OE202109/0217, lançado pela Câmara Municipal de Tavira;
14. Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado no BEP com o código de oferta OE202109/0216, lançado pela Câmara Municipal de Tavira;
15. Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado no BEP com o código de oferta OE202109/0599, lançado pela Câmara Municipal de Sines;
16. Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado no BEP com o código de oferta OE202109/0216, lançado pela Câmara Municipal de Santiago do Cacém.

No que concerne à Legislação, o Gabinete Jurídico acompanha diariamente a legislação publicada em Diário da República e em discussão na Assembleia da República de modo a que, em colaboração com o Engenheiro Técnico Pedro Brás, a página eletrónica da Ordem dos Engenheiros Técnicos continue em permanente atualização, permitindo assim, que os Engenheiros Técnicos e todos os cidadãos tenham acesso ao conhecimento da diversa legislação de uma forma célere.

Por outro lado, e tendo em conta a inúmera legislação que é publicada diariamente sobre a doença COVID-19, com medidas destinadas aos cidadãos, às empresas e às entidades públicas e privadas, relativas à infeção epidemiológica por COVID-19, é atualizada a legislação sobre este tema.

Apoio às reuniões do CDN e do Conselho Jurisdicional

O Gabinete Jurídico prestou a sua colaboração no apoio às reuniões do Conselho Diretivo Nacional e do Conselho Jurisdicional, designadamente no apoio técnico-jurídico e na elaboração das atas das reuniões.

Também foi prestada a colaboração e apoio jurídico nas reuniões do Conselho Jurisdicional Nacional referente a três processos de Recurso que deram entrada bem como nas Atas de conformidade do Regulamento de Registo e Inscrição, do Regulamento de Estágio, do Regulamento de Quotização, do Regulamento de Funcionamento da Assembleia Representativa Nacional e do Regulamento da Bolsa de Peritos.

Já no que toca aos Regulamentos, o Gabinete Jurídico prestou a sua colaboração na elaboração e publicação em Diário da República de 5 Regulamentos:

1. Regulamento n.º 760/2021, de 16 de agosto, que procede à alteração do Regulamento 889/2016, de 27 de setembro, Regulamento da Bolsa de Peritos;
2. Regulamento n.º 387/2021, de 7 de maio, que procede à alteração ao Regulamento n.º 232/2017, de 17 de setembro - Regulamento de Funcionamento da Assembleia Representativa Nacional;
3. Regulamento n.º 759/2021, de 16 de agosto, que procede à alteração e republicação do Regulamento de Quotização, de 27 de setembro, Regulamento n.º 887/2016;
4. Regulamento n.º 54/2022, que procede à alteração do Regulamento n.º 841/2020, de 6 de outubro - Regulamento de Registo e Inscrição.
5. Alteração ao Regulamento n.º 35/2017, de 11 de janeiro, Regulamento de Estágio (que se encontra a aguardar homologação do Sr. Ministro das Infraestruturas e Habitação.

2.1.8. Seguro Profissional

O seguro de Responsabilidade Civil Profissional (RCP) da Generalli (Tranquilidade) que a OET contratou para 2020 e 2021 e que é disponibilizado gratuitamente a todos os Engenheiros Técnicos efetivos, cessa no dia 31 de dezembro de 2021, devendo igualmente cessar todas as apólices conexas desse seguro (capitais superiores) que os Engenheiros Técnicos contratam individualmente.

Assim, nos termos do Código de Contratação Pública (ao qual a OET está vinculada), foi despoletado um novo procedimento concursal, tendo sido concluído com a adjudicação do seguro para 2022 à AGEAS Seguros.

2.1.9. Parcerias e Protocolos

A Ordem dos Engenheiros Técnico celebrou vários protocolos com entidades diversas ao longo do ano:

- Quinta Furão – SATAS, Lda.
- Alberto Oculista
- Real Vida Seguros
- Car Academy
- Auto Reparadora Vale Milhaços
- Igenmai

2.1.10. Relação com o Poder Político

A Ordem dos Engenheiros Técnicos apresentou algumas propostas e/ou contributos, entre as quais se destacam:

- Proposta de alteração à Lei 3/2015, de 9 de janeiro, relativamente à habilitação para a realização de atividades relacionadas com o Cadastro Predial, enviada ao Ministro do Ambiente e da Ação Climática.
- Projeto de Lei n.º 974/XIV/3, que procede à alteração à Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro e à Lei n.º 53/2015, de 11 de junho, com vista ao reforço do interesse público, da autonomia e independência da regulação e promoção do acesso a atividades profissionais, enviado à Comissão Parlamentar do Trabalho e Segurança Social.
- Na sequência da Resolução da Assembleia da República n.º 145/2021 (recomenda ao Governo a clarificação da equivalência, para fins profissionais, entre antigos bacharelatos e licenciaturas pós-Bolonha), relativamente à questão de os Bacharéis não poderem aceder à carreira de técnico superior na função pública e aos cargos de chefia (a lei continua a exigir o grau de Licenciado), enviada ao Ministro da Ciência Tecnologia e Ensino Superior.

- Proposta de alteração ao Projeto de Resolução 1112/XIV/2 (CDS-PP) que recomenda ao Governo a clarificação da equivalência, para fins profissionais, entre antigos bacharelatos e licenciaturas pós-Bolonha, enviado à Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto, aos Grupos Parlamentares e à Assembleia da República.
- Portaria n.º 32/2021, de 10 de fevereiro, remetida à Secretária de Estado da Administração Interna.
- Portaria n.º 29/2021, que procede à criação o Conselho Nacional de Habitação, a solicitar que a inclusão da Ordem dos Engenheiros Técnicos, remetida ao Ministro das Infraestruturas e Habitação.
- Proposta de alteração dos seguintes diplomas legais: Lei n.º 123/2019, de 18 de outubro, Portaria n.º 148/2020 de 19 de junho, Portaria n.º 32/2021, de 10 de fevereiro e à Ficha de Segurança Contra Incêndios, enviado ao Ministro da Administração Interna e à ANEPC.
- Proposta de Lei n.º 81/XIV/2, que autoriza o Governo a estabelecer o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais no território continental e define as suas regras de funcionamento, enviado à Comissão de Agricultura e Mar.
- Revisão do Decreto-Lei n.º 227/2008, de 25 de novembro, que define o regime jurídico aplicável à qualificação profissional em proteção radiológica, enviada Agência Portuguesa do Ambiente.
- Exposição na sequência da publicação da Lei n.º 60/2021, Sistema de Certificação Energética, enviada ao Primeiro-Ministro
- Projeto de Portaria prevista nos artigos 24.º, 26.º e 28.º do Decreto-Lei n.º 101-D/2020, de 7 de dezembro, que estabelece os requisitos aplicáveis a edifícios para a melhoria do seu desempenho energético e regula o Sistema de Certificação Energética de Edifícios, remetida ao Secretário de Estado Adjunto e da Energia.
- Projeto de Lei n.º 901/XIV/2.ª, que estabelece o Plano Nacional para a soberania alimentar nacional, remetido à Assembleia da República.
- Projeto de Decreto-Lei n.º 916/XXII/2021, que estabelece um regime de inclusão, em obras públicas, de obras de arte para fruição pública, remetida Secretario de Estado da Presidência e do Conselho de Ministros.
- Portaria que aprova o caderno de encargos relativo aos contratos de empreitadas de obras públicas, enviada ao IMPIC.
- Projeto de Decreto-Lei que estabelece a organização e funcionamento do sistema elétrico nacional (SEN), enviado ao Ministro do Ambiente e da Ação Climática.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 119/2021, que aprova a Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025enviada ao Primeiro-Ministro.
- Tendo a Ordem dos Engenheiros Técnicos sido confrontada com um ofício emanado pela Ordem dos Engenheiros Região Açores, dedicado ao assunto *Obrigatoriedade de Inscrição na Ordem dos Engenheiros Atos de Engenharia*, e do qual temos conhecimento que tem vindo nalguns casos a suscitar a interpretação errada de que os atos de engenharia apenas podem ser praticados por engenheiros com inscrição válida na Ordem dos Engenheiros, a Ordem dos Engenheiros Técnicos apresentou os esclarecimentos necessários junto de todas as Câmaras e Juntas de Freguesia e empresas diversas.
- Envio de propostas de alteração de Leis Regulatórias Relacionadas com a Atividade do IMPIC:
  a) Revisão do DL 273/2003 que regula o exercício da atividade de coordenação em matéria de segurança e saúde na construção, bem como o reconhecimento dos respetivos cursos de formação habilitante.

b) Proposta de revisão do Regulamento de Segurança e Saúde no Trabalho em Estaleiros da Construção (Decreto 41821 e Decreto 46427).
c) Revisão da Lei 42/2012, que aprova os regimes de acesso e de exercício das profissões de técnico superior de segurança no trabalho e de técnico de segurança no trabalho.
d) Revisão da Lei 40/2015 que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, coordenação de projetos, direção de obra pública ou particular, condução da execução dos trabalhos das diferentes especialidades nas obras públicas e particulares e de direção de fiscalização de obras públicas ou particulares.
e) Revisão da Lei 41/2015 que estabelece o regime jurídico aplicável ao exercício da atividade da construção.
f) Revisão da Portaria 701-H/2008 (classificação de obras por categorias).
g) Revisão legislação relativa ao gás e eletricidade:
    - Proposta de alteração à Lei 15/2015, que estabelece os requisitos de acesso e exercício da atividade das entidades e profissionais que atuam na área dos gases combustíveis, dos combustíveis e de outros produtos petrolíferos
    - Proposta de alteração à Lei 14/2015, que estabelece os requisitos de acesso e exercício da atividade das entidades e profissionais responsáveis pelas instalações elétricas
    - Proposta de alteração ao DL 97/2017, alterado pela Lei 59/2018, que estabelece o regime das instalações de gases combustíveis em edifícios.
    - DL 96/2017, alterado pela Lei 59/2018, que estabelece o regime das instalações elétricas particulares.
h) Proposta de revisão do DL 18/2008 - Código dos Contratos Públicos.
i) Revisão da Lei 58/2013 que permite que arquitetos possam exercer a atividade de perito qualificado para a certificação energética e de técnico de instalação e manutenção de edifícios e sistemas.
j) Revisão do DL 23511, que permite que arquitetos possam elaborar os projetos de abastecimento de águas e do estabelecimento de redes de esgoto apresentados pelas câmaras municipais e os projetos de obras de melhoramentos urbanos e rurais.
k) Revisão da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada pela Lei 35/2014, para que os Engenheiros Técnicos, habilitados com o grau de Bacharel, sejam justamente remunerados e possam aceder aos concursos de admissão para a carreira de técnico superior da função pública e possam progredir, em função do mérito do seu currículo, aos lugares de chefia, em condições de igualdade com os licenciados pós-Bolonha, no sentido de acabar com as desigualdades na função pública.
l) Revisão do DL 220/2008 alterado pela Lei 123/2019, que define o Regime Jurídico da Segurança Contra Incêndio em Edifícios.
m) Proposta de revisão da legislação que regula o exercício da atividade profissional de cadastro predial, nomeadamente da Portaria 380/2015, do DL 51/2017, do DL 172/95, da Lei 78/2017, da Portaria 380/2015, da Lei 3/2015, e do Protocolo DGT/OET, celebrado em de 12 de maio de 2018.
n) Proposta de revisão do Decreto-Lei 73/2011, que procede à terceira alteração ao DL 178/2006, transpõe a Diretiva 2008/98/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de novembro, relativa aos resíduos, e procede à alteração de diversos regimes jurídicos na área dos resíduos. É necessário clarificar que a responsabilidade técnica pelas operações de tratamento de resíduos deve ser realizada sob a Direcção de um responsável técnico,

exclusivamente por um engenheiro técnico ou engenheiro inscrito na Ordem dos Engenheiros Técnicos ou na Ordem dos Engenheiros, respetivamente – DL 127/2013.

o) Proposta de revisão da Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril, que identifica os elementos instrutórios dos procedimentos previstos no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, destacando-se a inclusão da obrigatoriedade de apresentação de declaração de engenheiro técnico ou engenheiro, com inscrição válida na respetiva ordem profissional, que garanta as condições de ser executada de acordo com a legislação, nomeadamente no que concerne à vulnerabilidade sísmica.
p) Proposta de criação de uma lei, que contempla os mesmos princípios vertidos na Lei 31/2009 (alterada pela Lei 40/2015), agora para os profissionais não abrangidos por essa lei, a qual visa a regulação das restantes profissões na área da engenharia.
q) Proposta de revisão de legislação no que respeita à clarificação da definição de "pessoa competente", nomeadamente do DL 50/2005, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 2001/45/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde para a utilização pelos trabalhadores de equipamentos de trabalho, e revoga o DL 82/99, no que respeita à clarificação da definição de "pessoa competente" responsável pela verificação dos equipamentos de trabalho (art.º 6.º). Atualmente essa função é realizada por entidades e/ou pessoas que não estão devidamente habilitadas, não sendo ainda cumpridos os critérios de independência e isenção em relação ao utilizador ou fabricante do equipamento de trabalho. É necessário clarificar que a pessoa competente que realiza a verificação ou o ensaio dos equipamentos de trabalho, tem de ser exclusivamente engenheiro técnico ou engenheiro inscrito na Ordem dos Engenheiros Técnicos ou na Ordem dos Engenheiros, respetivamente.
r) Proposta de que aprova o formulário de caderno de encargos relativo aos contratos e empreitadas de obras públicas.

2.1.11. Desmaterialização e informatização de serviços

A OET passou a disponibilizar no seu site um novo conjunto de funcionalidades associadas ao seu Balcão Único Eletrónico, que complementa o sistema de informação para a emissão das declarações da OET (SEDAP).

Assim, as primeiras funcionalidades que se encontram já disponíveis (após autenticação) são:

a. O envio para a OET dos certificados de habilitações de cursos que os Engenheiros Técnicos sejam detentores, realizados em instituições de ensino superior (não é necessário enviar o certificado do curso que deu origem à inscrição na OET);
b. Pedidos de alteração de dados dos membros (a atualização não é imediata e continua a requerer a intervenção de um funcionário do Registo Nacional da OET);

Brevemente serão disponibilizadas novas funcionalidades que visam permitir uma interação totalmente desmaterializada com a OET (submissão de pedidos, requerimentos, novo sistema de inscrição na OET, etc.), substituindo o endereço de email atualmente utilizado para esse efeito.

Neste sistema foram mantidas e integradas todas as funcionalidades atualmente existentes no sistema SEDAP.

2.1.12. Relações Internacionais

Foi assinado um protocolo de cooperação entre a Ordem dos Engenheiros Técnicos e a recém-formada Associação Guineense de Engenheiros Técnicos.

A Ordem dos Engenheiros Técnicos marcou presença em Luanda no IV Congresso Internacional da Ordem dos Engenheiros de Angola, que decorreu nos dias 18 e 19 de novembro de 2021.



Jornal de Angola

Congresso deve juntar engenheiros em Luanda

A Ordem dos Engenheiros de Angola (OEA) vai realizar, em Luanda, o IV Congresso Internacional, entre os dias 18 e 19 de Novembro, para discutir estratégias mais modernas e actuantes que ajudem no desenvolvimento do país e de outras Nações africanas, anunciou o seu bastonário.



Os participantes ao IV Congresso Internacional da Ordem dos Engenheiros de Angola consideraram que o conhecimento e a troca de experiências partilhadas entre especialistas de diversos países superaram as suas expectativas.



A representação da OET no IV Congresso da OE Angola foi liderada pelo Bastonário Engenheiro Técnico Augusto Guedes e pelos Vice-Presidentes Engenheiro Técnico António Lousada, Engenheiro Técnico José Manuel Sousa e Engenheiro Técnico Carlos Pereira e integrou ainda os Engenheiros Técnicos António Almeida Completo (Presidente do Conselho Jurisdicional), José Delgado (Presidente da Secção Regional do Sul), Isabel Martins (Vice-Presidente da Secção Regional do Sul), Carlos Santos (Vice-Presidente da Secção Regional dos Açores), Paulo Moradias (Vice-Presidente da Secção Regional do Centro), Manuel Júlio Silva (Presidente da Assembleia Geral da Secção Regional do Norte), Manuel Queijo (Secretário do Conselho Diretivo da Secção Regional do Norte), Hugo Deodato (Presidente do Colégio de Engenharia Civil), António Proa (Colégio de Engenharia do Ambiente), Alexandra Cunha (Colégio de Engenharia Agrária) e Milton Pereira (Colégio de Engenharia Mecânica).

A Ordem dos Engenheiros de Angola e a Ordem dos Engenheiros Técnicos de Portugal rubricaram um Protocolo em que se comprometem atribuir uma contribuição anual em Kwanzas correspondente a 5.000 €, através de patrocínio de material escolar (cadernos, lápis, borrachas, afias, mochilas, etc.) a 718 alunos da Escola Primária, sediada na Comuna de Canacassala, Município de Nambuangongo, Província do Bengo.





O ato aconteceu no âmbito do IV Congresso Internacional da OEA em Luanda, onde participou o Vice-governador Provincial do Bengo para os Serviços Técnicos e Infraestruturas, Engenheiro Agostinho da Silva e o Bastonário da Ordem dos Engenheiros de Angola, Engenheiro Augusto Paulino Neto.

O responsável testemunhou também a oferta do valor de 500 € para o apoio ao pequeno Roberto João Mukeba, inventor de 13 anos de idade, residente em Caxito, que foi entregue pelo Bastonário da Ordem dos Engenheiros Técnicos de Portugal, Engenheiro Técnico Augusto Ferreira Guedes. O novo "*génio*" angolano, descoberto recentemente na província do Bengo, vai beneficiar de apoio da OET para dar continuidade dos estudos e desenvolver o seu projeto de engenharia tecnológica, numa ação solidária da Ordem dos Engenheiros Técnicos de Portugal.

No seguimento do IV Congresso Internacional da Ordem dos Engenheiros de Angola, que decorreu nos dias 18 e 19 de novembro, a Ordem dos Engenheiros Técnicos participou numa reunião presidida pelo

Bastonário da Ordem dos Engenheiros de Angola, para a instituição do "*Fórum das Associações Profissionais de Engenharia da CPLP*", constituído com o intuito principal de promover e reforçar as relações entre as associações profissionais de engenharia da CPLP.

Para além da Ordem dos Engenheiros Técnicos de Portugal, nesta reunião (em formato híbrido) estiveram presentes (presencialmente e virtualmente), 15 associações, entre as quais a Ordem dos Engenheiros de Angola, a Ordem dos Engenheiros de Cabo-Verde, a Ordem dos Engenheiros de Moçambique, a Associação dos Engenheiros Técnicos da Guiné-Bissau, a Ordem dos Engenheiros de Portugal, o Instituto de Segurança e Saúde Ocupacional de Cabo-Verde (ISSO), a Associação Nacional de Engenharia de Segurança do Trabalho – ANEST (Brasil). Os participantes acordaram e concluíram o seguinte:

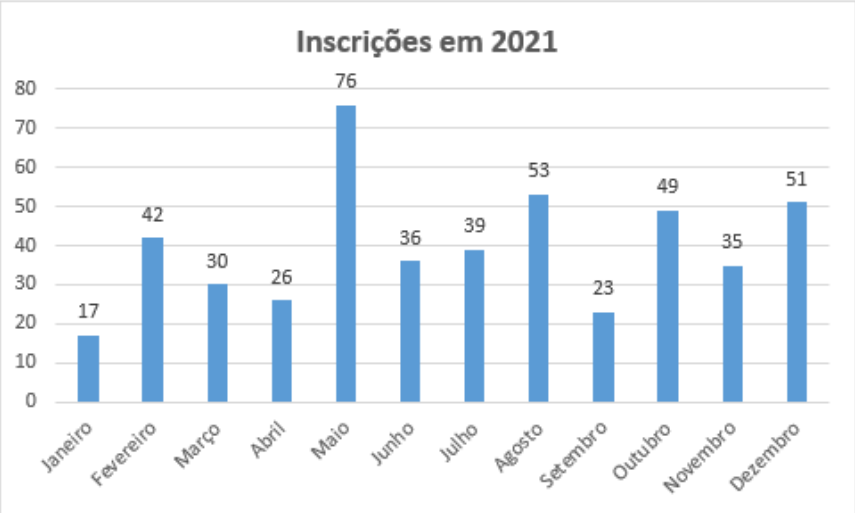
a. Instituir o Fórum das Associações e Ordens Profissionais de Engenharia da CPLP sem prejuízo das iniciativas já existentes;
b. Conciliar a atividade das várias organizações existentes na comunidade da CPLP estudando a eventual unificação daquelas que se mostrarem redundantes;
c. Reforçar as relações entre as associações e ordens profissionais de engenharia da CPLP para permitir a livre circulação entre todos os países e profissionais;
d. Instituir a realização anual do Fórum de forma rotativa entre os países da comunidade;
e. A próxima reunião do fórum será em Moçambique, aquando da realização do congresso.

2.2. Atividade dos Engenheiros Técnicos

2.2.1. Inscrições na OET

Durante o ano de 2021 ocorreram as seguintes inscrições na OET:

Inscrições em 2021	
Janeiro	17
Fevereiro	42
Março	30
Abril	26
Maio	76
Junho	36
Julho	39
Agosto	53
Setembro	23
Outubro	49
Novembro	35
Dezembro	51
Total	477



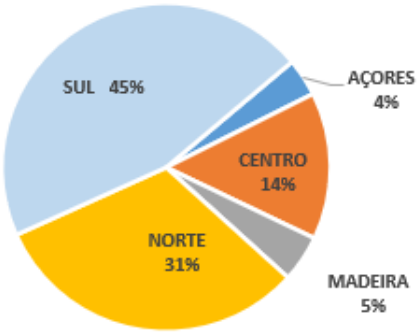
Inscrições na OET ao longo dos meses

Verifica-se um acréscimo face ao ano anterior de 21,4% nas inscrições (neste valor estão incluídos 50 membros estudantes).

Em termos de distribuição por secções regionais, as inscrições no ano de 2021 foram distribuídas da forma que se apresenta no quadro seguinte:

Inscrições por região

Secção	Nº	%
AÇORES	17	4%
CENTRO	66	14%
MADEIRA	21	5%
NORTE	144	31%
SUL	208	45%
Total	461	



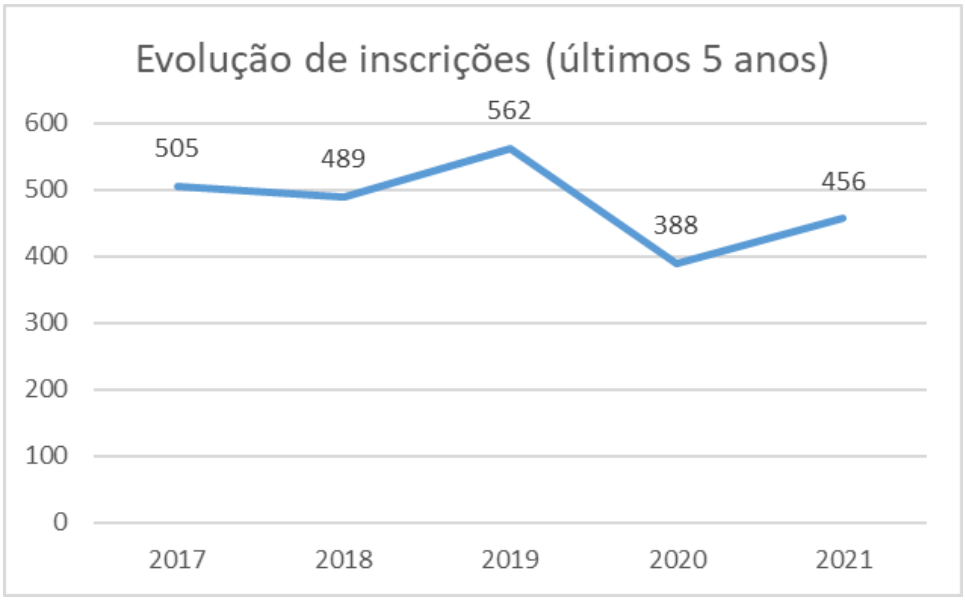
Inscrições na OET por Secção Regional

Em termos de qualificação de acesso dos novos membros admitidos em 2021 constata-se o seguinte.

Qualificação	Nº	%
S/ qualificação (Estudante	58	12,1%
Bacharelato	80	16,6%
Lic. Pos-Bolonha	321	66,7%
Lic. Pre-Bolonha	22	4,6%

Inscrições na OET por qualificação acesso

Será igualmente interessante analisar a evolução de inscrições ao longo dos últimos 5 anos:

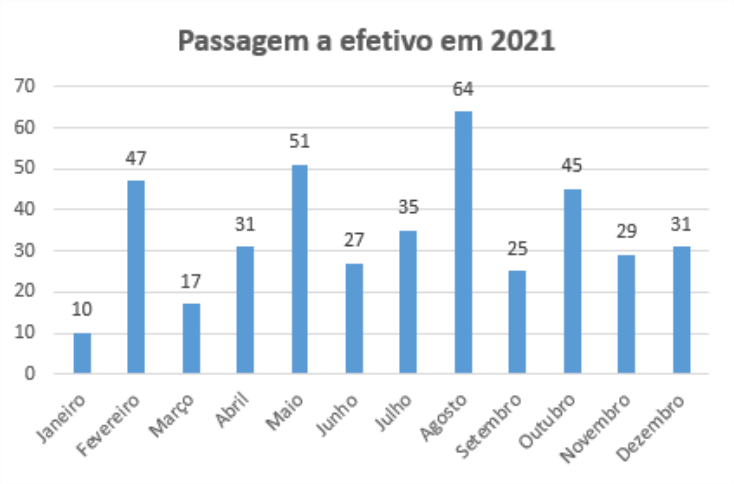


Evolução das Inscrições na OET nos últimos 5 anos

2.2.2. Passagem a membro efetivo

Depois de concluído o processo de inscrição, qualquer que tenha sido a modalidade, transitaram para membro efetivo da OET durante o ano de 2021 um total de 412 membros (o que compara com 395 no ano anterior – acréscimo de 4,3%), distribuídos da seguinte forma ao longo dos meses:

Passagem a efetivo em 2021	
Janeiro	10
Fevereiro	47
Março	17
Abril	31
Maio	51
Junho	27
Julho	35
Agosto	64
Setembro	25
Outubro	45
Novembro	29
Dezembro	31
Total	412

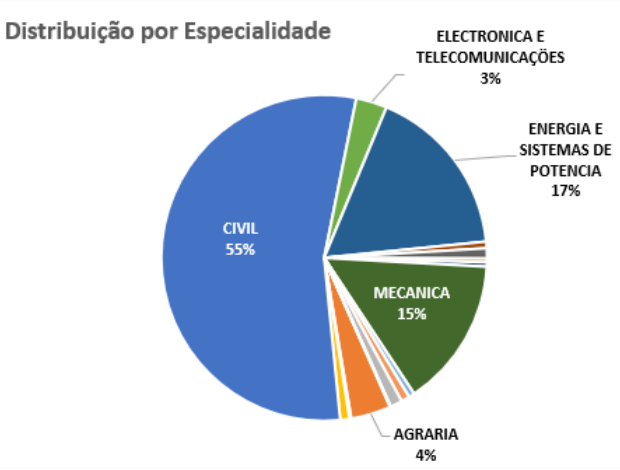


Passagem a membro efetivo da OET ao longo dos meses

2.2.3. Distribuição de membros por especialidade

Em termos de total de membros da Ordem dos Engenheiros Técnicos, a distribuição por especialidade, em 31/12/2021, era a seguinte:

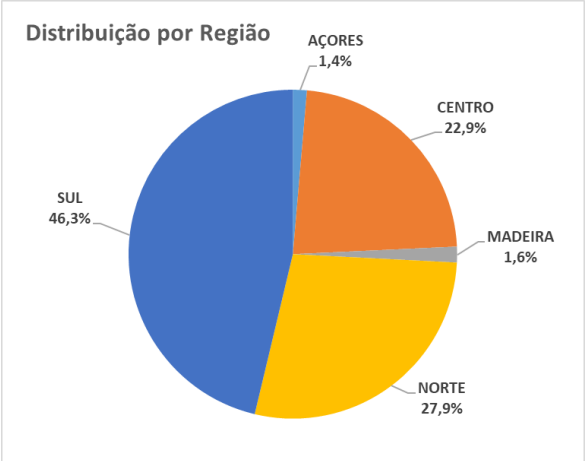
Especialidade		Percent.
AERONAUTICA	10	0,04%
AGRARIA	1017	3,97%
ALIMENTAR	45	0,18%
AMBIENTE	232	0,91%
CIVIL	14026	54,75%
ELECTRONICA E TELECOMUNICAÇÕES	789	3,08%
ENERGIA E SISTEMAS DE POTENCIA	4392	17,14%
GEOGRAFICA / TOPOGRAFICA	169	0,66%
GEOTÉCNICA E DE MINAS	259	1,01%
INDUSTRIAL E DA QUALIDADE	92	0,36%
INFORMATICA	112	0,44%
MECANICA	3795	14,81%
PROTECÇÃO CIVIL	150	0,59%
QUIMICA E BIOLÓGICA	215	0,84%
SEGURANÇA	306	1,19%
TRANSPORTES	8	0,03%
	25617	



Distribuição dos membros por especialidade

2.2.4. Distribuição de membros por região

Organizando por secção regional, em 31/12/2021, os Engenheiros Técnicos distribuíam-se de acordo com o gráfico à direita:



Distribuição de membros por região

2.2.5. Atividade profissional dos Engenheiros Técnicos em 2021.

Com base no sistema SEDAP da OET, no qual é centralizado o processo de emissão de todas as declarações que atestam a capacidade para desempenhar Atos Profissionais, conseguimos identificar alguns elementos importantes relacionados com a atividade profissional dos Engenheiros Técnicos.

Embora nem todos os atos de engenharia sejam regulamentados, e não sendo possível praticar atos de engenharia regulamentados sem ser através da emissão de declarações a partir deste sistema, os dados que apresentamos constituem uma amostra do nível de atividade dos Engenheiros Técnicos, proporcionando algumas informações ao nível da comparabilidade (dentro do que é possível comparar).

Como acontece há mais de 10 anos, a Ordem dos Engenheiros Técnicos divulga dados anuais relativos ao exercício da profissão de Engenheiro Técnico.

Assim, foram emitidas durante o ano de 2021 um total de 241.826 declarações para o exercício de atos profissionais.

São apresentadas no quadro seguinte o total de declarações emitidas entre 2011 e 2021:

Ano	Nº Declarações Emitidas	Δ
2011	109 800	
2012	91 485	-17%
2013	86 706	-5%
2014	88 951	3%
2015	93 147	5%
2016	121 668	31%
2017	156 516	29%
2018	189 813	21%
2019	215 799	14%
2020	219 248	2%
2021	241 826	10%

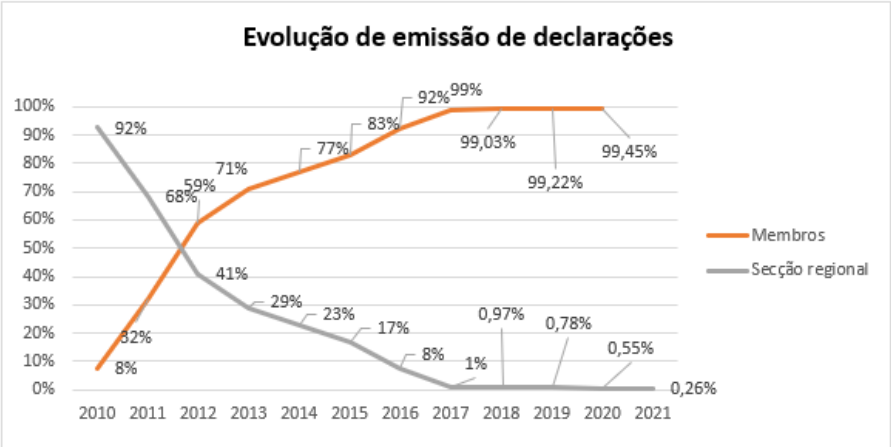


Evolução do nº de declarações emitidas desde 2011

Podemos inferir dos dados acima apresentados que os Engenheiros Técnicos, não obstante o impacto económico da pandemia, esse impacto não teve expressão na nossa atividade, tendo continuado a crescer o número de atos de engenharia praticados. Assim, verifica-se que os Engenheiros Técnicos praticaram em 2021 mais 10% de atos de engenharia relativamente ao ano anterior. Ou seja, a atividade dos Engenheiros Técnicos está em crescimento sustentado desde 2014, quando os efeitos do resgate financeiro a Portugal começaram a atenuar-se.

Por outro lado, é cada vez menor (0,26%) o valor percentual das declarações emitidas pelas secções regionais, sendo 99,74% das declarações emitidas pelos Engenheiros Técnicos.

Ano	Membros	Secção regional
2010	8%	92%
2011	32%	68%
2012	59%	41%
2013	71%	29%
2014	77%	23%
2015	83%	17%
2016	92%	8%
2017	99%	1%
2018	99,03%	0,97%
2019	99,22%	0,78%
2020	99,45%	0,55%
2021	99,74%	0,26%



Evolução do nº de declarações emitidas desde 2011 por emissor

Em termos regionais, um indicador do local onde existe a atividade económica, a distribuição dos atos de engenharia praticados em 2021 (e nos anos anteriores) o número de declarações emitidas foi a que é apresentada no quadro seguinte. Daqui decorre que o indicador da atividade dos engenheiros técnicos (naquilo que é possível comparar com anos anteriores - atos regulados que exigem a emissão de declarações), aumentou em todas as regiões de Portugal:

Variação por Secção Regional

Secção	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Δ 2021-2020
AÇORES	1 486	1 200	1 177	1 167	1 484	1 969	2 746	3 016	3 662	3 539	3 747	5,9%
CENTRO	34 265	28 182	26 108	25 876	25 614	33 282	42 477	52 078	55 978	57 590	64 418	11,9%
MADEIRA	1 069	825	802	802	1 218	2 011	3 222	2 139	2 509	2 510	3 156	25,7%
NORTE	35 821	30 960	27 892	29 188	31 385	41 220	53 876	64 797	76 098	75 803	82 971	9,5%
SUL	37 159	30 318	29 931	31 173	32 741	43 185	54 195	67 783	77 552	79 806	87 534	9,7%
	109 800	91 485	85 910	88 206	92 442	121 668	156 516	189 813	215 799	219 248	241 826	12,1%

Evolução da emissão de declarações por região

Em termos de atos profissionais, foram realizados em 2021 pelos Engenheiros Técnicos os seguintes atos de engenharia:

Modelo de Declaração	Nº Declarações emitidas
Modelo 001-Auditoria energética	43
Modelo 002-Planos de racionalização e de relatórios de execução e progresso	9
Modelo 003 - Coordenação Segurança - Obras Engenharia Civil	442
Modelo 004 - Coordenação Segurança - Edifícios	579
Modelo 005 - Plano de Segurança e Saúde	6930
Modelo 007A - Planos de Segurança contra Incêndios em Edifícios	5169
Modelo 010 - Emissão de pareceres, realização de vistorias e de inspecções das condições de segurança contra incêndios em edifícios (SCIE)	3
Modelo 011 - Contratos de empreitada	23
Modelo 014A - Elaborar e subscrever projectos de ventilação e exaustão de fumos	523
Modelo 014B - Elaborar e subscrever projectos de ventilação e exaustão de fumos em Obras da Cat. II	962
Modelo 014C - Elaborar e subscrever projectos de ventilação e exaustão de fumos em obras das Cat. III e IV	52
Modelo 016 - Pessoa Competente	524
Modelo 018A - Projectos de condicionamento acústico de edifícios em obras da Categoria I (Port.701-H/2008)	5482
Modelo 018B - Projectos de condicionamento acústico de edifícios em obras da Categoria II (Port.701-H/2008)	4148
Modelo 018C - Projectos de condicionamento acústico de edifícios em obras da Categoria III (Port.701-H/2008)	265
Modelo 019B - Projecto de condicionamento acústico de edifícios, com características especiais, nomeadamente edifícios de restauração com música ambiente, salas de espectáculos, auditórios, estúdios ou discotecas	15
Modelo 019C - Projecto de condicionamento acústico de edifícios, com características especiais, nomeadamente edifícios de restauração com música ambiente, salas de espectáculos, auditórios, estúdios ou discotecas	4
Modelo 029 - Técnico Qualificado Grupo A	31
Modelo 030 - Infra-estruturas de suporte das estações de radiocomunicações - nível civil	1861
Modelo 031 - Infra-estruturas de suporte das estações de radiocomunicações - nível instalações eléctricas	545
Modelo 037 - Estagiário - Apresentação em Entidades Diversas (emprego)	25
Modelo 037A - Apresentação em Entidades Diversas (emprego)	3143
Modelo 037S - Apresentação em Entidades Diversas (emprego)	24
Modelo 038 - Projectista de Sistemas Solares Térmicos	40
Modelo 044 - Concursos Públicos (um único acto)	1372
Modelo 045 - Concursos Públicos (validade de 6 meses)	144
Modelo 048 - Exercício da profissão na Europa (versão francês)	21
Modelo 049 - Exercício da profissão na Europa (versão inglês)	26
Modelo 050 - Exercício da profissão - Cabo Verde	6
Modelo 051 - Exercício da profissão na Europa (Português)	358
Modelo 052 - Estag. - Para fins Judiciais	8
Modelo 052A - Para fins Judiciais	163
Modelo 053 - HACCP - Plano de Segurança Alimentar	475
Modelo 054 - Exercício da profissão (Engenharia Mecânica)	207
Modelo 054I - Exercício da profissão (Engenharia Mecânica)-Inglês	3
Modelo 055 - Exercício da profissão (francês) - Engenharia Mecânica	1
Modelo 057 - Exercício da profissão - Especialidade Engenharia Energia e Sistemas de Potência	706
Modelo 058 - Exercício da profissão - Especialidade Engenharia Energia e Sistemas de Potência (versão francês)	7
Modelo 059 - Exercício da profissão - Especialidade Engenharia Energia e Sistemas de Potência (versão inglês)	18
Modelo 060 - Exercício da profissão - Especialidade Engenharia Electrónica e Telecomunicações	50
Modelo 061 - Exercício da profissão - Especialidade Engenharia Civil	1255
Modelo 063 - Técnico Responsável p/determinar o nível de conservação de edifícios	187
Modelo 064 - Exercício da profissão - Especialidade Engenharia Agrária	25

Modelo de Declaração	Nº Declarações emitidas
Modelo 065 - Técnico Responsável pelo controlo da qualidade dos géneros alimentícios	1
Modelo 067-Téc.Responsável p/instalação, de elevadores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes	371
Modelo 068 - Técnico Responsável pela instalação, fabrico e armazenagem de produtos explosivos	1
Modelo 071 - Técnico Responsável pelo Projecto - actividade industrial	195
Modelo 072 - Alvarás - responsável empresa informática	1
Modelo 073 - Coordenação de Segurança em Obra	274
Modelo 074 - Projectos de microprodução p/fornecimento de energia eléctrica	45
Modelo 075 - Perito RCCTE	191
Modelo 076 - Perito RSECE - Energia	13
Modelo 080 - Director Responsável pelo Estaleiro	38
Modelo 081 - Revisor de Projectos	24
Modelo 090 - Auditor de sistemas de gestão da qualidade e/ou de gestão ambiental	2
Modelo 093 - Responsável pela instalação de motores fixos	2
Modelo 094 - Técnicos avaliadores do NRAU	1
Modelo 096 - Execução das estruturas de betão	129
Modelo 103 - Técnico Responsável da entidade (SCIE)	152
Modelo 104 - Técnico de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho	56
Modelo 109 - Elaboração de projectos de segurança de ascensores e respectivos componentes de segurança dos mesmos	75
Modelo 110 - Técnico nível 6 Nível de qualificação - Livre Circulação	48
Modelo 114A - Projectos de condicionamento acústico de edifícios, em obras da Categoria I (Port.701-H/2008)	77
Modelo 114B - Projectos de condicionamento acústico de edifícios, em obras da Categoria II (Port.701-H/2008)	527
Modelo 114C - Projectos de condicionamento acústico de edifícios em obras da Categoria III e IV (Port.701-H/2008)	220
Modelo 119 - Produção Cartográfica	453
Modelo 122 - RCCTE (p/ Região Autónoma dos Açores)	8
Modelo 123 - RCESE - Energia (p/ Região Autónoma dos Açores)	9
Modelo 131A - Projectos de condicionamento acústico de edifícios e avaliação acústica para verificação de conformidade. Obras da Categoria I (Port.701-H/2008)	4407
Modelo 131B - Projectos de condicionamento acústico de edifícios e avaliação acústica para verificação de conformidade. Obras da Categoria II (Port.701-H/2008)	5335
Modelo 131C - Projectos de condicionamento acústico de edifícios e avaliação acústica para verificação de conformidade. Obras da Categoria III (Port.701-H/2008)	374
Modelo 132 - Exercício da profissão em Angola	42
Modelo 133 - Exercício da profissão (Brasil)	8
Modelo 135 - Exerc. Prof. Brasil (Civil)	5
Modelo 137 - Mediação imobiliária	9
Modelo 138 - Angariação imobiliária	1
Modelo 139 - TRIESP R.A.AÇORES ACI - Elaboração de projectos , execução e exploração de instalações eléctricas de Nível I	368
Modelo 146A - Direcção de fiscalização de especialidade, em obras de edifícios, nas obras até à classe 6 de alvará	2841
Modelo 146B - Direcção de fiscalização de especialidade, em obras de edifícios, nas obras até à classe 8 de alvará	1116
Modelo 146C - Direcção de fiscalização de especialidade, em obras de edifícios, em obras até à classe 9 de alvará, com projecto de estruturas classificado na categoria IV ou edifícios classificados ou em vias de classificação, ou inseridos em zona especial ou automática de protecção	7
Modelo 147A - Direcções de fiscalização de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias I e II.	129
Modelo 147B - Direcções de fiscalização de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias III.	91
Modelo 148A - Técnico Responsável pela elaboração de subscrição de projectos de especialidade Cat I - Autorização de utilização	211
Modelo 148B - Técnico Responsável pela elaboração de subscrição de projectos de especialidade Cat II - Autorização de utilização	158
Modelo 149 - Licenca/Autorização de Utilização	3454
Modelo 150-Processo de constituição da propriedade horizontal	189
Modelo 152-Responsável pela demonstração e cumprimento das exigências, decorrentes da aplicação de Regulamentos Municipais	222
Modelo 153-Exercício da profissão - Outras Especialidades	304
Modelo 157-Exercício da profissão - Alemão - Todas Especialidades	14
Modelo 158-Exercício da profissão - Inglês - Todas Especialidades	43
Modelo 159-Exercício da profissão - Francês - Todas Especialidades	16
Modelo 169-Prestação de serviços de eficiência energética - execução de estudos e/ou projetos respeitantes à implementação de medidas de melhoria da eficiência energética em edifícios ou equipamentos	1
Modelo 170-Especialista	370
Modelo 171-Sénior	185
Modelo 173-Exercício da profissão - Espanhol - Todas Especialidades	18
Modelo 174-Técnico responsável de empresa de segurança	10
Modelo 175-Projeto e demonstração do cumprimento do REH - Reg. Desempenho Energ. Edif. Habitação	4214
Modelo 176-Técnico responsável pelo projeto e demonstração do cumprimento das exigências decorrentes do RECS - Regulamento do Desempenho Energético dos Edifícios de Comércio e Serviços	1081
Modelo 177-EMIE-Técnico responsável pela manutenção de ascensores, escadas mecânicas, tapetes rolantes, monta -cargas e plataformas destinadas a movimentar pessoas	56
Modelo 178-Diretor técnico EIIE - entidade inspetora de instalações de elevação	1
Modelo 179-Inspetor EIIE - entidade inspetora de instalações de elevação	5
Modelo 180A-Estudo Comport.Térmico e dos requisitos de ventilação e qualidade do ar interior (Categoria I)	641
Modelo 180B-Estudo Comport.Térmico e dos requisitos de ventilação e qualidade do ar interior (Categoria II)	781

Modelo de Declaração	Nº Declarações emitidas
Modelo 180C-Estudo Comport.Térmico e dos requisitos de ventilação e qualidade do ar interior (Categoria III)	70
Modelo 181-Isenção de controlo prévio - Comunicação (Engenharia Civil)	37
Modelo 188 - Reabilitação Urbana-Instalações de Telecomunicações em edifícios	14
Modelo 202 - Projetos de sistemas de segurança integrada	1
Modelo 204 - Diretor técnico de EIG (Mec/Quim-Biol)	15
Modelo 205 - Diretor técnico de EIG (Restantes especialidades)	14
Modelo 206 - Diretor técnico de EIC (Mec/Quim-Biol)	4
Modelo 207 - Diretor técnico de EIC (Restantes especialidades)	3
Modelo 208 - Inspetor de EIC (Mecânica/Quím-Biol)	13
Modelo 209 - Inspetor de EIC (Outras especialidades)	11
Modelo 210 - Supervisor de Entidade Exploradora de Gás	2
Modelo 211 - Projetista de Gás (Mecânica/Química-biológica)	3659
Modelo 212 - Projectista de gás (Outras especialidades)	11540
Modelo 213 - Projeto e exploração de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e de postos de abastecimento de combustível (Mecânica/Química-Biológica)	137
Modelo 214 - Projeto e exploração de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e de postos de abastecimento de combustível (outras especialidades)	264
Modelo 217 - Exploração de grandes instalações de armazenamento de produtos de petróleo (outras especialidades)	1
Modelo 219 - Persona competente (Castellano)	1
Modelo 222A - Instalações, equipamentos e sistemas de gás- Categoria I	216
Modelo 222B - Instalações, equipamentos e sistemas de gás- Categoria II	192
Modelo 222C - Instalações, equipamentos e sistemas de gás- Categoria III	57
Modelo 224 - Técnico responsável pela execução de Instalações Elétricas de Serviço Particular	3322
Modelo 225 - Diretor técnico de EIIEL (entidade inspetora de instalações elétricas de serviço particular)	1
Modelo 226 - Inspetor de EIIEL - entidade inspetora de instalações elétricas de serviço particular	5
Modelo 227 - Técnico responsável pelo projeto de instalações elétricas de serviço particular	19212
Modelo 228 - Técnico responsável pela exploração de instalações elétricas de serviço particular	831
Modelo 401A - Coordenador de Projetos (Até classe 4)	3581
Modelo 401B - Coordenador de Projetos (Classe 5 ou superior)	2405
Modelo 402A - Direção de obra de edifícios (até classe 6)	11277
Modelo 402B - Direção de obra de edifícios (até classe 8)	5331
Modelo 402C - Direção de obra de edifícios (até classe 9)	1163
Modelo 402D - Direção de obra de edifícios (classificados ou em vias de classificação, ou inseridos em zona especial ou automática de proteção)	788
Modelo 402E - Direção de obra de edifícios categoria IV	62
Modelo 403A - Direcção nas obras, que não sejam edifícios, de categoria I e II	707
Modelo 403B - Direcção nas obras, que não sejam edifícios, de categoria III	987
Modelo 403C - Direcção nas obras, que não sejam edifícios, de categoria IV	84
Modelo 403D - Direcção nas obras, que não sejam edifícios em imoveis classificados	48
Modelo 404B-Direção de obra de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias III.	5
Modelo 405A-Direção de obra de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias I e II.	3
Modelo 406A-Direção de obra de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias I e II.	15
Modelo 406B-Direção de obra de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias III.	8
Modelo 406C-Direção de obra de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias IV.	4
Modelo 407A-Direção de obra de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias I e II.	1267
Modelo 407B-Direção de obra de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias III.	158
Modelo 407C-Direção de obra de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias IV.	43
Modelo 407D-Direção de obra de especialidade, em obras que não sejam edifícios, imoveis classificados.	1
Modelo 408A-Direção de obra de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias I e II.	515
Modelo 408B-Direção de obra de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias III.	17
Modelo 409B-Direção de obra de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias III.	1
Modelo 410A-Direção de obra de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias I e II.	2
Modelo 410B-Direção de obra de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias III.	5
Modelo 411A-Direção de obra de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias I e II.	2
Modelo 413A - Direcção de fiscalização de especialidade, em obras de edifícios, nas obras até à classe 6 de alvará	4926
Modelo 413B - Direcção de fiscalização de especialidade, em obras de edifícios, nas obras até à classe 8 de alvará	2655
Modelo 413C - Direcção de fiscalização de especialidade, em obras de edifícios, em obras até à classe 9 de alvará	651
Modelo 413D - Direcção de fiscalização de especialidade, em obras de edifícios em edifícios classificados ou em vias de classificação, ou inseridos em zona especial ou automática de protecção	363
Modelo 413E - Direcção de fiscalização de especialidade, em obras de edifícios, com projecto de estruturas classificado na categoria IV	15
Modelo 414A - Direcção de fiscalização de obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias I e II.	331
Modelo 414B - Direcção de fiscalização de obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias III.	913
Modelo 414C - Direcção de fiscalização de obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias IV	91
Modelo 414D - Direcção de fiscalização de obras em imóveis classificados ou em vias de classificação, ou inseridos em zona especial ou automática de protecção, que não sejam edifícios.	90
Modelo 416A - Direcções de fiscalização de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias I e II.	1
Modelo 416B - Direcções de fiscalização de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias III.	1
Modelo 417A - Direcções de fiscalização de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias I e II.	6
Modelo 417B - Direcções de fiscalização de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias III.	3
Modelo 417C - Direcções de fiscalização de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias IV.	7

Modelo de Declaração	Nº Declarações emitidas
Modelo 418A - Direcções de fiscalização de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias I e II.	28
Modelo 418B - Direcções de fiscalização de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias III.	23
Modelo 418C - Direcções de fiscalização de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias IV.	7
Modelo 418D - Direcções de fiscalização de especialidade, em obras que não sejam edifícios em imóveis classificados ou em vias de classificação, ou inseridos em zona especial ou automática de protecção, que não sejam edifícios.	1
Modelo 419A - Direcções de fiscalização de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias I e II.	16
Modelo 419B - Direcções de fiscalização de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias III.	2
Modelo 421B - Direcções de fiscalização de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias III.	3
Modelo 422A - Direcções de fiscalização de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias I e II.	1
Modelo 423A - Direcções de fiscalização de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias I e II.	1
Modelo 423B - Direcções de fiscalização de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias III.	1
Modelo 424A - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria I .	1454
Modelo 424B - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria II .	1828
Modelo 424C - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria III .	1988
Modelo 424D - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria IV.	124
Modelo 425A - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria I .	908
Modelo 425B - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria II .	164
Modelo 425C - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria III .	59
Modelo 425D - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria IV.	45
Modelo 426A - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria I .	190
Modelo 426C - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria III .	1
Modelo 426D - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria IV.	1
Modelo 427A - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria I .	1
Modelo 427C - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria III .	3
Modelo 428A - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria I .	40
Modelo 428C - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria III .	61
Modelo 430B - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria II .	2
Modelo 434A - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria I .	432
Modelo 434B - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria II.	606
Modelo 434C - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria II.	266
Modelo 434D - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria III.	969
Modelo 434E - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria III.	123
Modelo 434F - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria IV.	339
Modelo 434G - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria IV (grupos específicos).	1
Modelo 435A - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria I.	189
Modelo 435C - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria II.	555
Modelo 435D - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria III.	960
Modelo 435E - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria III.	84
Modelo 435G - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria IV.	19
Modelo 436B - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria II.	5
Modelo 436D - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria III.	13
Modelo 437B - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria II.	4
Modelo 437C - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria II.	2
Modelo 438A - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria I .	199
Modelo 438B - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria II.	44
Modelo 438C - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria II.	201
Modelo 438D - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria III.	51
Modelo 438E - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria III.	45
Modelo 438F - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria IV.	125
Modelo 439D - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria III.	2
Modelo 439F - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria IV.	1
Modelo 440C - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria II.	1
Modelo 443A - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria I	117
Modelo 443B - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria I	33
Modelo 443C - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria I	8
Modelo 444A - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria I	6
Modelo 444C - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria I	1
Modelo 446A - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria II	31
Modelo 446B - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria II	26
Modelo 446C - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria II	4
Modelo 449A - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria III	25
Modelo 449B - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria III	8
Modelo 452A - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria III	1
Modelo 453A - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria IV	16
Modelo 453B - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria IV	7
Modelo 453C - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria IV	1
Modelo 454A - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria IV	6
Modelo 454B - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria IV	7
Modelo 454C - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria IV	1
Modelo 455A - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria IV	10
Modelo 455B - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria IV	16

Modelo de Declaração	Nº Declarações emitidas
Modelo 455C - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria IV	3
Modelo 456A - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria IV	5
Modelo 457A - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria IV	5
Modelo 458A - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria IV	3
Modelo 460A - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria V	10
Modelo 460B - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria V	39
Modelo 460C - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria V	5
Modelo 461A - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria IV	29
Modelo 463B - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria IV	1
Modelo 464A - Alvará (civil) Até classe 6 - Obras de 1.ª Categoria	463
Modelo 464B - Alvará (civil) Até classe 8 - Obras de 1.ª Categoria	189
Modelo 464C - Alvará (civil) Até classe 9 - Obras de 1.ª Categoria	43
Modelo 465A - Alvará (Mecânica) Até classe 1 Obras de 1.ª Categoria - Edifícios e património construído - 5ª subcategoria: Estuques, pinturas e outros revestimentos	5
Modelo 465B - Alvará (Mecânica) Até classe 6 Obras de 1.ª Categoria - Edifícios e património construído (outras subcategorias)	28
Modelo 465C - Alvará (Mecânica) Até classe 8 - Obras de 1.ª Categoria	19
Modelo 466A - Alvará - Obras de 1.ª Categoria (Ambiente)	1
Modelo 467A - Alvará (Civil) até classe 6 - Obras de 2.ª Categoria	224
Modelo 467B - Alvará (Civil) até classe 8 - Obras de 2.ª Categoria	109
Modelo 467C - Alvará (Civil) até classe 9 - Obras de 2.ª Categoria	24
Modelo 468A - Alvará (Mecânica) até classe 4 - Obras de 2.ª Categoria	7
Modelo 469A - Alvará (Ambiente) - Obras de 2.ª Categoria	1
Modelo 470A - Alvará (Agrária) - Obras de 2.ª Categoria até Classe 6	6
Modelo 470B - Alvará (Agrária) - Obras de 2.ª Categoria até Classe 8	4
Modelo 471A - Alvará (Geotécnica e Minas) - Obras de 2.ª Categoria até Classe 3	5
Modelo 472A - Alvará (Civil) - Obras de 3.ª Categoria até Classe 6	85
Modelo 472B - Alvará (Civil) - Obras de 3.ª Categoria até Classe 8	60
Modelo 472C - Alvará (Civil) - Obras de 3.ª Categoria até Classe 9	10
Modelo 473A - Alvará (Ambiente) - Obras de 3.ª Categoria até Classe 6	3
Modelo 474A - Alvará (Agrária) - Obras de 3.ª Categoria até Classe 6	5
Modelo 475A - Alvará (Geotécnica e Minas) - Obras de 3.ª Categoria até Classe 6	4
Modelo 476A - Alvará (Civil) - Obras de 4.ª Categoria até Classe 6	95
Modelo 476B - Alvará (Civil) - Obras de 4.ª Categoria até Classe 8	58
Modelo 476C - Alvará (Civil) - Obras de 4.ª Categoria até Classe 9	18
Modelo 477A - Alvará (Mecânica) - Obras de 4.ª Categoria até Classe 3	13
Modelo 477B - Alvará (Mecânica) - Obras de 4.ª Categoria até Classe 4	11
Modelo 477C - Alvará (Mecânica) - Obras de 4.ª Categoria até Classe 6	37
Modelo 477D - Alvará (Mecânica) - Obras de 4.ª Categoria até Classe 8	34
Modelo 477E - Alvará (Mecânica) - Obras de 4.ª Categoria até Classe 9	6
Modelo 478A - Alvará (Energia e Sistemas de Potência) - Obras de 4.ª Categoria até Classe 3	65
Modelo 478B - Alvará (Energia e Sistemas de Potência) - Obras de 4.ª Categoria até Classe 6	84
Modelo 478C - Alvará (Energia e Sistemas de Potência) - Obras de 4.ª Categoria até Classe 8	135
Modelo 478D - Alvará (Energia e Sistemas de Potência) - Obras de 4.ª Categoria até Classe 9	16
Modelo 479A - Alvará (Eletrónica e Telecomunicações) - Obras de 4.ª Categoria até Classe 3	10
Modelo 479B - Alvará (Eletrónica e Telecomunicações) - Obras de 4.ª Categoria até Classe 6	16
Modelo 480A - Alvará (Engenharia da Segurança) - Obras de 4.ª Categoria até Classe 6	7
Modelo 481A - Alvará (Engenharia da Proteção Civil) - Obras de 4.ª Categoria até Classe 6	2
Modelo 483A - Alvará (Engenharia Civil) - Obras de 5.ª Categoria até Classe 6	230
Modelo 483B - Alvará (Engenharia Civil) - Obras de 5.ª Categoria até Classe 8	166
Modelo 483C - Alvará (Engenharia Civil) - Obras de 5.ª Categoria até Classe 9	39
Modelo 484A - Alvará (Engenharia Mecânica) - Obras de 5.ª Categoria até Classe 6	25
Modelo 485A - Alvará (Engenharia Agrária) - Obras de 5.ª Categoria até Classe 2	4
Modelo 485B - Alvará (Engenharia Agrária) - Obras de 5.ª Categoria até Classe 6	4
Modelo 485C - Alvará (Engenharia Agrária) - Obras de 5.ª Categoria até Classe 8	6
Modelo 486A - Alvará (Engenharia Geotécnica e de Minas) - Obras de 5.ª Categoria até Classe 6	2
Modelo 486B - Alvará (Engenharia Geotécnica e de Minas) - Obras de 5.ª Categoria até Classe 8	11
Modelo 486C - Alvará (Engenharia Geotécnica e de Minas) - Obras de 5.ª Categoria até Classe 9	1
Modelo 487A - Licenciamento Municipal - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria I e II	10876
Modelo 487B - Licenciamento Municipal - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria III	3674
Modelo 489 - Alterações a projetos de arquitetura	646
Modelo 490A - Licenciamento Municipal - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria I e II (inclui Gás)	19661
Modelo 490B - Licenciamento Municipal - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria III (Inclui gás)	10329
Modelo 491A - Elaboração de projetos de engenharia - Licenciamento Municipal - obras da categoria I e II	99
Modelo 491B - Elaboração de projetos de engenharia - Licenciamento Municipal - obras da categoria III	50
Modelo 492A - Elaboração de projetos de engenharia - Licenciamento Municipal - obras da categoria I e II	247
Modelo 492B - Elaboração de projetos de engenharia - Licenciamento Municipal - obras da categoria III	151
Modelo 493B - Elaboração de projetos específicos de engenharia da categoria II - ITUR	1
Modelo 493C - Elaboração de projetos específicos de engenharia da categoria III - ITUR	25
Modelo 494 - Elaboração de Peças escritas e desenhadas respeitantes a obras de conservação ou de alteração no interior de edifícios sujeitos a um regime de isenção de procedimento de controlo prévio	62

Modelo de Declaração	Nº Declarações emitidas
Modelo 495 - Escolas de Condução - Elaboração de Peças escritas e desenhadas respeitantes a obras de conservação ou de alteração no interior de edifícios sujeitos a um regime de isenção de procedimento de controlo prévio	7
Modelo 496A - Perito avaliador (Prop.Urbana - Artº 63º DL287/2003)	45
Modelo 497A - Perito avaliador (Prop.Rústica - Artº 56º DL287/2003)	1
Modelo 497B - Perito avaliador (Prop.Rústica - Artº 56º DL287/2003) Outras especialidades	1
Modelo 498 - Perito e árbitro no âmbito dos procedimentos anteriores à declaração de utilidade pública e no âmbito do processo de expropriação	9
Modelo 499 - Acesso e exercício de atividade de Perito Avaliador de imóveis que prestem serviços a entidades do sistema financeiro nacional (CMVM)	78
Modelo 500 - Perito avaliador de imóveis - Serviço particular	239
Modelo 501 - Destaque de parcela de terreno	184
Modelo 502-Projetista e instalador de infraestruturas de telecomunicações em edifícios-ITED	20729
Modelo 503-Projetista e instalador de infraestruturas de telecomunicações em loteamentos, urbanizações e conjunto de edifícios-ITUR	1640
Modelo 504 - Alvará-Infraestruturas de telecomunicações	59
Modelo 505 - Bolsa de Peritos - Inspeções e peritagens de imóveis	35
Modelo 507 - Técnico de Cadastro Predial	5
Modelo 508 - Declaração global	1994
Modelo 509A - PQ - I Perito qualificado para a certificação energética, para atuação em edifícios de habitação, no âmbito do REH e em pequenos edifícios de serviços dotados de sistemas de climatização com potência nominal igual ou inferior a 25 kW, no âmbito do RECS.	133
Modelo 509B - PQ - II Perito qualificado para a certificação energética, para atuação em edifícios de serviços no âmbito do RECS,	61
Modelo 510 - Peritagens Técnicas (seguradoras)	79
Modelo 511 - Elaboração de cálculo de estrutura de andaimes com altura superior a 25m	21
Modelo 512A - Técnico Responsável pela montagem, desmontagem ou modificação de andaimes (em obras até à classe 6)	302
Modelo 512B - Técnico Responsável pela montagem, desmontagem ou modificação de andaimes (em obras até à classe 8)	105
Modelo 512C - Técnico Responsável pela montagem, desmontagem ou modificação de andaimes (em obras até à classe 9)	4
Modelo 513 - Estudos de tráfego	4
Modelo 514 - Projeto de Ocupação da Via Pública	901
Modelo 515 - Alterações a Planos de Urbanização, Planos de Pormenor e de Projectos de Operações de Loteamento	130
Modelo 516A - Elaboração de projetos específicos de obras de engenharia da categoria I - ITED	500
Modelo 516B - Elaboração de projetos específicos de obras de engenharia da categoria II - ITED	332
Modelo 516C - Elaboração de projetos específicos de obras de engenharia da categoria III - ITED	33
Modelo 516D - Elaboração de projetos específicos de obras de engenharia da categoria IV - ITED	3
Modelo 517 - Representação gráfica georreferenciada	612
Modelo 518 - Configuração Geométrica (retificação de área, com base em representação topográfica-cadastral) para Conservatórias do Registo Predial e Repartições de Finanças	3920
Modelo 519 - Pessoa competente - equipamentos de elevação de cargas	1
Modelo 520 - Representação gráfica georreferenciada e apresentação no Balcão Único do Prédio (BUPi)	303
Modelo 522 - Técnico de cadastro predial (Lei n.º 3/2015)	3
Modelo 523 - Projeto de transformação especial de viaturas de RSU (com e sem grua)	47
Modelo 524 - Planos de Acessibilidades	783
Modelo 525 - Relatório técnico credenciado (demolições)	2
Modelo 526 - Formação na sua especialidade	331
Modelo 527 - Projetos Engenharia - Licenciamento Municipal (ESP)	812
Modelo 528 - Projetos Engenharia - Licenciamento Municipal + Gás (ESP)	3
Modelo 529 - Técnico qualificado de proteção contra radiações	2
Modelo 530 - Relatório de avaliação de vulnerabilidade sísmica	10
Modelo 532 - Projeto de instalação de Equipamentos Sob Pressão e Projeto de reparações e alterações aos Recipientes ou Equipamentos	109
Modelo 533 - Peças Desenhadas	114
Modelo 534 - Levantamentos Topográficos	51
Modelo 535 - Obras de alteração no interior de edifícios ou suas frações que não impliquem modificações na estrutura, cérceas, forma das fachadas e telhados ou coberturas, obras de conservação e obras de escassa relevância urbanística	102
Modelo 537 - Elaboração de projetos de SCIE e medidas de autoproteção, referentes a edifícios e recintos classificados na 1.º categoria de risco	1189
Modelo 538 - Elaboração de projetos de SCIE e medidas de autoproteção, referentes a edifícios e recintos classificados nas 2.ª, 3ª ou 4ª categorias de risco	1140
Modelo 539A - Elaboração de projetos de AVAC (Cat. I)	60
Modelo 539B - Elaboração de projetos de AVAC (Cat. II)	112
Modelo 540A - Técnico autor do projeto de conforto térmico - obras da categoria I	11
Modelo 540B - Técnico autor do projeto de conforto térmico - obras da categoria II	1
Modelo 540C - Técnico autor do projeto de conforto térmico - obras da categoria III	3
	241826

3. Contas do Conselho Diretivo Nacional

Apresentam-se algumas referências em relação à Demonstração de Resultados e Balanço do Ano de 2021.

O resultado líquido do período em 2021, no valor de 717.536,83 €, registando um crescimento de 13,6% em relação ao ano anterior.

Este resultado, que em valor absoluto é superior ao ano anterior, deve ser considerado bastante positivo, ainda que percentualmente seja inferior, mas não podemos esquecer que o ano de 2020 foi considerado um ano atípico como consequência do confinamento provocado pela pandemia da COVID-19.

Foi um ano ainda muito apoiado na transição digital implementada em 2020 face a alguns confinamentos ainda verificados pela Autoridade de Saúde.

Os quadros abaixo descriminam no global o apuramento do Resultado do Período em função dos Rendimentos e Gastos:

3.1. Rendimentos

Em relação aos Rendimentos do Período, verificou-se um decréscimo de 4,32%, em comparação com o ano anterior, consequência de uma reversão em 2020 que não se verificou no corrente ano.

As quotas emitidas mantiveram-se praticamente inalteráveis - aumento de menos 1% - que deve ser considerado positivo fase à situação económica que ainda se viveu

RENDIMENTOS

ENTID. S/FINS LUC	DESCRIÇÃO	2020	VARIAÇÃO DE 2021/2020	2021
7211	QUOTIZAÇÕES	1.900.607,60 €	0,87%	1.917.227,20 €
7212	JOIAS	0,00 €		0,00 €
7214/24	EMOLUMENTOS	0,00 €		0,00 €
76	REVERSÕES	110.815,00 €	-100,00%	0,00 €
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	302.420,38 €	-3,29%	292.478,59 €
79	JUROS E OUTROS REND. SIMILARES	1.315,03 €	306,83%	5.350,00 €
	TOTAL DA RECEITA	**2.315.158,01 €**	**-4,32%**	**2.215.055,79 €**

Rendimentos de 2021

3.2. Gastos

Em relação aos Gastos do Período, verificou-se uma redução de 11**%,** em comparação com o ano anterior, valor bastante significativo e positivo fase à redução dos proveitos de 4% o que permitiu um aumento substancial do Resultado Líquido do Exercício.

No quadro seguinte pode-se ver a comparação dos valores atrás referenciados:

GASTOS

ENTID. PUB S/FINS LUC	DESCRIÇÃO	2020	VARIAÇÃO DE 2021/2020	2021
62	FORN.SERV.EXTERNOS	579.354,92 €	-3,39%	559.737,44 €
63	CUSTOS C/PESSOAL	359.415,59 €	4,26%	374.728,88 €
64	GASTOS DEPREC. E AMORTIZACOES	282.003,68 €	8,42%	305.749,25 €
65	PERDAS POR IMPARIDADES	91.130,46 €	-59,41%	36.987,93 €
66	PERDAS P/REDUÇÃO DE JUSTO VALOR	0,00 €	#DIV/0!	458,02 €
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	295.362,67 €	-45,44%	161.160,82 €
69	GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	53.725,31 €	-25,89%	39.818,22 €
	TOTAL DE GASTOS	**1.660.992,63 €**	-10,98%	**1.478.640,56 €**

Gastos de 2021 e variação face a 2020

Resultado Líquido do Período antes de Impostos 740.692,33 €

3.3. Comparação com o Orçamento (CDN)

No quadro seguinte comparam-se os valores orçamentados e realizados para o ano em análise:

RENDIMENTOS	ORÇAMENTADO	REALIZADO	Variação
Quotas	2.052.435,60 €	1.917.227,20 €	-6,59%
Estágios-Ética e Deontologia	14.000,00 €	5.350,00 €	-61,79%
Proveitos Suplementares	238.500,00 €	292.478,59 €	22,63%
TOTAIS	2.304.935,60 €	2.215.055,79 €	-3,90%

GASTOS	ORÇAMENTADO	REALIZADO	Variação
Despesas de Pessoal	304.106,99 €	313.633,23 €	3,13%
Custos Fixos de Instalação	87.550,00 €	101.232,54 €	15,63%
Custos Variav. de Instalação	250.000,00 €	156.357,20 €	-37,46%
Actividade Associativa	35.000,00 €	13.177,39 €	-62,35%
Desp. Represent/Desloc.Estadas	75.000,00 €	47.161,00 €	-37,12%
Informação e Divulgação	170.000,00 €	95.293,72 €	-43,94%
Congresso	200.000,00 €	10.000,00 €	-95,00%
Órgãos Nacionais	50.000,00 €	48.373,60 €	-3,25%
Processos Judiciais	10.000,00 €	5.712,00 €	-42,88%
Consultoria	55.000,00 €	33.210,00 €	-39,62%
Eleições	85.000,00 €	65.018,43 €	-23,51%
Conselho da Profissão	45.792,00 €	1.123,95 €	-97,55%
Transição Digital	40.000,00 €	1.887,93 €	-95,28%
SsOA / CONEST / Outros	40.000,00 €	0,0 €	0,00%
Projectos	40.000,00 €	12.385,48 €	-69,04%
Cooperação	60.000,00 €	44.424,40 €	-25,96%
AP. Exerc./Seguro Resp. Civil Prof	80.000,00 €	69.285,33 €	-13,39%
Estágios/Ética e Deontologia	7.500,00 €	3.120,00 €	-58,40%
Fundo de Reserva	102.621,78 €	95.421,47 €	-7,02%
Serviços Bancários	35.000,00 €	33.164,77 €	-5,24%
Amortização Edifícios	340.000,00 €	211.399,13 €	-37,82%
Amort. Instalações	57.000,00 €	35.699,86 €	-37,37%
Amort.Act. Fixos Tangíveis	120.000,00 €	71.721,76 €	-40,23%
Outras despesas	15.364,83 €	5.560,27 €	-63,81%
TOTAIS	2.304.935,60 €	1.474.363,46 €	-36,03%

RESULTADO DO PERIODO ANTES DE IMPOSTOS	***740.692,33 €***

Comparação com o Orçamento (CDN)

3.4. Situação Económica e Financeira

O Conselho Diretivo Nacional fechou o ano de 2021 com um valor global de Rendimentos de 2.215.055,79 €, sendo da sua atividade principal 1.917.227,20 € (cobrança de quotas) e um total de Gastos de 1.474.363,46 €.

Deve ser salientado, que tendo-se saído de um ano de confinamento, sendo sempre muito imprevisível o que aconteceria no ano em análise, verificou-se que a atividade principal da OET – emissão de quotas – manteve-se praticamente inalterável (teve um aumento de 1%).

O Resultado positivo do período é de 717.536,83 €, depois da estimativa para Impostos (23.155,50 €).

Analisando os indicadores financeiros do período de 2020/2021, através do quadro dos rácios estruturais abaixo indicados, verifica-se que os seus valores continuam todos positivos e reforçaram a sua solidez nas contas do CDN, que refletem a consolidação dos resultados em função da sua atividade principal.

A subida da Solvabilidade em 126,70% é prova disso, pois os empréstimos que ainda existiam – Edifício da Sede e Edifício da Secção Regional Norte foram liquidados,

Estas amortizações não puseram em causa a solidez económica do CDN, bem como a sua Autonomia Financeira, que pelo contrário, também verificou uma subida de 14,6%.

No global e a nível económico continua-se a destacar a continuação do comportamento positivo dos diversos indicadores.

MAPA DE INDICADORES

RÁCIOS	FÓRMULAS	2020	2021	Variação
Rácios Financeiros				
Solvabilidade	Capitais próprios / Passivo Exigível	3,38	7,66	126,7%
Autonomia financeira	Capitais próprios / Activo total x 100	77%	88%	14,6%
Capacid de endividamento	Capitais próprios / capitais Permanentes	0,94	0,95	0,7%
Liquidez geral	Activo circulante / Débitos c/p	3,77	5,28	40,1%
Cobertura dos Investimentos	Capitais permanentes / Investimento Líquido	1,25	1,44	15,2%
Rácios económicos				
Rendibilidade activo total	(Result líquido + Enc financ) / Activo líquido x 100	6,6%	7,9%	20.0%
Rendibil fundos próprios	Resultado líquido / Capitais Próprios x 100	9,4%	9,5%	1,4%
Rendibilidade prest serv	Resultado líquido / Vendas x 100	33,2%	37,3%	12,4%
Cash-flow bruto/ Vendas	(Result líquido + deprec + provis) / Prest.serv	52,9%	37,3%	-29,4%
Outros				
Autofinanciamento bruto	Resultado líquido + depreciações + imparidades	1.004.751	1.060.732	80,3%
Meios libertos totais	Autofinanciamento bruto + encargos financeiros	1.024.580	1.068.317	72,5%

Indicadores Económicos e Financeiros

3.4.1. Património Predial

Todas as Secções Regionais e o CDN têm as suas Sedes em Edificios próprios, não existindo qualquer divida bancária sobre os mesmos, constituem o Patrimonio Predial da OET conforme se pode verificar pelo mapa abaixo:

504923218	
Nº PRÉDIOS	13
VALOR PATRIMÓNIO	€ 3.550.100,17

Devemos referir que o 4º andar do edifício sede da OET não figura ainda na lista à direita uma vez que a propriedade horizontal desta fração ainda se encontra pendente da autorização pela Câmara Municipal de Lisboa.

FREGUESIA	ARTIGO	PARTE	ANO INSCR MATRIZ	VALOR INICIAL	VALOR
060334 - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE COIMBRA (SÉ NOVA, SANTA CRUZ, ALMEDINA E SÃO BARTOLOMEU)	U-1826-	1/1	1989	10.239,67 €	600.280,30 €
110665 - SANTA MARIA MAIOR	U-1967-LJDTA	1/1	2007	347.160,00 €	378.526,62 €
110665 - SANTA MARIA MAIOR	U-1967-LJESQ	1/1	2007	593.580,00 €	647.211,19 €
110665 - SANTA MARIA MAIOR	U-1967-1ºDTO	1/1	2007	251.300,00 €	274.005,49 €
110665 - SANTA MARIA MAIOR	U-1967-1ºESQ	1/1	2007	149.670,00 €	163.192,99 €
110665 - SANTA MARIA MAIOR	U-1967-2ºDTO	1/1	2007	239.470,00 €	261.106,61 €
110665 - SANTA MARIA MAIOR	U-1967-2ºESQ	1/1	2007	146.190,00 €	159.398,57 €
110665 - SANTA MARIA MAIOR	U-1967-3ºDTO	1/1	2007	275.840,00 €	300.762,72 €
110665 - SANTA MARIA MAIOR	U-1967-3ºESQ	1/1	2007	177.840,00 €	193.908,21 €
131210 - PARANHOS	U-8546-	1/1	1965	1.140,93 €	223.763,88 €
190114 - ANGRA (S. PEDRO)	U-2383-A	1/1	2014	90.150,00 €	91.953,00 €
210316 - PONTA DELGADA (S. JOSE)	U-126-	1/1	1937	721,64 €	148.060,59 €
220308 - FUNCHAL (S. PEDRO)	U-223-	1/1	1937	1.738,21 €	107.930,00 €

Património Predial

3.4.2. Património Predial – Empréstimos Bancários

Deste património já não existem quaisquer empréstimos bancários, tendo sido liquidados em 2021 os últimos 2 que existiam, conforme informação abaixo detalhada:

EDIFICIOS OET - EMPRESTIMOS BANCARIOS

EDIFICIOS	DATA FIM CONTRATO	TOTAL EM DIVIDA 31.12.2020
EDIFICIO SEDE	07-12-2021	411.499,74 €
EDIFICIO SR NORTE	19-07-2021	370.505,83 €

Empréstimos Bancários

3.5. Balanço a 31/12/2021 (CDN)

Entidade: (CD_S) - OET - CONSELHO DIRECTIVO NACIONAL

BALANÇO (individual ou consolidado) EM 31-12-2021

Unidade monetária: (1)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2021	31-12-2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		5.470.492,19	5.667.026,66
Propriedades de investimento		-	-
Ativos biológicos		-	-
Outros investimentos financeiros		72.976,37	72.682,13
Ativos por impostos diferidos		-	-
		5.543.468,56	**5.739.708,79**
Ativo corrente			
Inventários		-	-
Ativos biológicos		-	-
Estado e outros entes públicos		27.128,06	26.421,81
Capital subscrito e não realizado			
Outros créditos a receber		1.486.566,98	1.569.973,50
Diferimentos		12.091,17	76.660,80
Ativos não correntes detidos para venda		-	143.805,17
Caixa e depósitos bancários		1.466.652,70	1.176.693,12
		2.992.438,91	**2.993.554,40**
Total do ativo		**8.535.907,47**	**8.733.263,19**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito		4.718.596,80	4.086.979,55
Ações (quotas) próprias		-	-
Reservas legais		1.647.082,59	1.551.661,12
Resultados transitados		567.221,81	572.721,81
Ajustamentos / outras variações no capital próprio		(99.996,39)	(105.179,66)
Resultado líquido do período		717.536,83	631.617,25
Interesses que não controlam			
Total do capital próprio		**7.550.441,64**	**6.737.800,07**
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		418.561,78	426.463,96
Financiamentos obtidos		-	17.486,31
Outras dívidas a pagar			
		418.561,78	**443.950,27**
Passivo corrente			
Fornecedores		45.717,08	12.362,35
Estado e outros entes públicos		31.975,89	32.044,92
Financiamentos obtidos		4.872,67	1.021.429,49
Fornecedores de investimento		402.649,48	402.649,48
Outras dívidas a pagar		81.688,93	83.026,61
Diferimentos		-	-
		566.904,05	**1.551.512,85**
Total do passivo		**985.465,83**	**1.995.463,12**
Total do capital próprio e do passivo		**8.535.907,47**	**8.733.263,19**
		0,00	**0,00**

(1) O Euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possiblidade de expressão das quantias em milhares de euros

Assinado por: Sílvia Maria Miguel Gonçalves
Identificação: BI02323402
Data: 2022-03-30 às 12:33:51

NIF: 128 390 247
Contabilista Certificado n.º 6555

3.6. Demonstração de Resultados (CDN)

Entidade: (CD_S) - OET - CONSELHO DIRECTIVO NACIONAL

DEMONSTRAÇÃO - INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31-12-2021 — Unidade monetária: (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2021	31-12-2020
Vendas e serviços prestados		1.921.504,30	1.900.607,60
Subsídios à exploração		-	-
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		125.616,73	127.015,89
Variação nos inventários da produção		-	-
Trabalhos para a própria entidade		-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-	-
Fornecimentos e serviços externos		(559.737,44)	(579.354,92)
Gastos com o pessoal		(374.728,88)	(359.415,59)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		(36.987,93)	19.684,54
Provisões (aumentos/reduções)		-	-
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Aumentos/reduções de justo valor		(458,02)	-
Outros rendimentos		161.298,04	170.220,38
Outros gastos		(155.977,55)	(290.178,56)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**1.080.529,25**	**988.579,34**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(305.749,25)	(282.003,68)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**774.780,00**	**706.575,66**
Juros e rendimentos similares obtidos		5.730,55	1.315,03
Juros e gastos similares suportados		(39.818,22)	(53.725,31)
Resultado antes de impostos		**740.692,33**	**654.165,38**
Imposto sobre o rendimento do período		(23.155,50)	(22.548,13)
Resultado líquido do período		**717.536,83**	**631.617,25**

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de eur

Assinado por: Sílvia Maria Miguel Gonçalves
Identificação: BI02323402
Data: 2022-03-30 às 12:35:35

NIF: 128 390 247
Contabilista Certificado n.º 6555

Demonstração de Resultados CDN - 2021

Página propositadamente deixada em branco para impressão frente e verso

4. Contas Consolidadas

4.1. Introdução

O exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi caracterizado pela continuação do esforço desenvolvido para que a atividade da Ordem seja assegurada com qualidade mantendo os resultados positivos. De igual modo, foram realizadas todas as ações a que nos propusemos, conforme descrito anteriormente.

Assim, as contas apresentadas refletem a operação da Ordem dos Engenheiros Técnicos, que é resultado da adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e o alargamento do controlo interno apropriado.

4.2. Resultados Nacionais consolidados

Em termos nacionais consolidados, agregando informação de todos os relatórios e contas das Secções Regionais e do Conselho Diretivo Nacional (CDN), chegamos aos seguintes números:

OET - ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS

CONTAS CONSOLIDADAS DA OET - 2021

	AÇORES	CENTRO	MADEIRA	NORTE	SUL	CDN	OET
RENDIMENTOS							
QUOTAS	126.214,20 €	252.428,40 €	126.214,20 €	252.428,40 €	252.428,40 €	1.917.227,20 €	2.926.940,80 €
JOIAS	2.557,00 €	10.775,00 €	500,00 €	24.627,50 €	30.838,50 €		69.298,00 €
ESTAGIOS - ETICA E DEONTOLOGIA						5.350,00 €	5.350,00 €
PROVEITOS SUPLEMENTARES	150,00 €	4.683,56 €	507,37 €	4.105,30 €	0,26 €	292.478,59 €	301.925,08 €
EMOLUMENTOS	58,50 €	385,50 €	17,50 €	2.425,00 €	1.319,50 €		4.206,00 €
TOTAL	**128.979,70 €**	**268.272,46 €**	**127.239,07 €**	**283.586,20 €**	**284.586,66 €**	**2.215.055,79 €**	**3.307.719,88 €**
GASTOS							
PESSOAL	50.304,35 €	118.887,48 €	25.936,29 €	115.912,65 €	110.556,56 €	313.633,23 €	735.230,56 €
IMOBILIZADO							
CUSTOS FIXOS INSTALAÇÃO	15.834,93 €	44.896,71 €	16.701,02 €	56.721,70 €	47.177,56 €	101.232,54 €	282.564,46 €
CUSTOS VARIAV. DE INSTALAÇÃO	20.117,90 €	50.656,72 €	20.581,91 €	31.620,63 €	25.560,55 €	156.357,20 €	304.894,91 €
ACTIVIDADE ASSOCIATIVA						13.177,39 €	13.177,39 €
DESPESAS REPRESENTAÇÃO	8.824,81 €	27.539,94 €	17.929,87 €	38.798,70 €	67.739,95 €	47.161,00 €	207.994,27 €
INFORMAÇÃO DIVULGAÇÃO	2.007,00 €	2.343,47 €	22.742,83 €	1.481,23 €	6.912,00 €	95.293,72 €	130.780,25 €
ELEIÇÕES						65.018,43 €	65.018,43 €
CONGRESSO						10.000,00 €	10.000,00 €
ORGAOS REGIONAIS	15.480,00 €		18.759,60 €		15.927,72 €		50.167,32 €
ORGAOS NACIONAIS						48.373,60 €	48.373,60 €
PROCESSOS JUDICIAIS						5.712,00 €	5.712,00 €
CONSELHO DA PROFISSÃO						1.123,95 €	1.123,95 €
TRANSIÇÃO DIGITAL						1.887,93 €	1.887,93 €
SsOA / CONEST / OUTROS							- €
PROJECTOS						12.385,48 €	12.385,48 €
FUNDO RESERVA						95.421,47 €	95.421,47 €
COOPERAÇÃO						44.424,40 €	44.424,40 €
SEGURO RESP.CIVIL PROFISSIONAL						69.285,33 €	69.285,33 €
ESTAGIOS - ETICA E DEONTOLOGIA						3.120,00 €	3.120,00 €
CONSULTORIA						33.210,00 €	33.210,00 €
SERVIÇOS BANCARIOS		479,31 €	125,49 €	122,20 €	1.058,48 €	33.164,77 €	34.950,25 €
OUTRAS DESPESAS	372,14 €	2.808,69 €	92,49 €	533,80 €	1.705,20 €	5.560,27 €	11.072,59 €
AMORTIZ. EDIFICIOS						247.098,99 €	247.098,99 €
AMORTIZ. AT.FIXOS TANGIVEIS	10.566,93 €	12.909,07 €	2.245,45 €	5.147,41 €	5.772,06 €	71.721,76 €	108.362,68 €
	123.508,06 €	**260.521,39 €**	**125.114,95 €**	**250.338,32 €**	**282.410,08 €**	**1.474.363,46 €**	**2.516.256,26 €**
RES. LIQUIDO A IMPOSTOS	**5.471,64 €**	**7.751,07 €**	**2.124,12 €**	**33.247,88 €**	**2.176,58 €**	**740.692,33 €**	**791.463,62 €**

Contas consolidadas OET - 2021

4.3. Demonstrações Financeiras

4.3.1. Balanço a 31/12/2021 (consolidado)

Entidade: (02_S) - OET - ORDEM ENGENHEIROS TECNICOS

BALANÇO (individual ou consolidado) EM 31-12-2021

Unidade monetária: (1)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2021	31-12-2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		5.577.321,11	5.792.148,61
Goodwill		-	-
Ativos intangíveis		568,77	819,84
Ativos biológicos		-	-
Outros investimentos financeiros		72.976,37	72.682,13
		5.650.866,25	**5.865.650,58**
Ativo corrente			
Inventários		-	-
Ativos biológicos		-	-
Estado e outros entes públicos		27.217,82	26.561,15
Outros créditos a receber		1.490.325,93	1.572.319,47
Diferimentos		13.999,27	78.096,88
Ativos não correntes detidos para venda		-	143.805,17
Caixa e depósitos bancários		2.106.993,62	1.721.036,01
		3.638.536,64	**3.541.818,68**
Total do ativo		**9.289.402,89**	**9.407.469,26**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito		4.718.596,80	4.086.979,55
Reservas legais		1.647.082,59	1.551.661,12
Resultados transitados		1.456.528,12	1.308.316,68
Ajustamentos / outras variações no capital próprio		-	-
Resultado líquido do período		768.308,12	785.329,25
Total do capital próprio		**8.590.515,63**	**7.732.286,60**
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		418.561,78	426.463,96
Financiamentos obtidos		-	774.722,58
Outras dívidas a pagar			
		418.561,78	**1.201.186,54**
Passivo corrente			
Fornecedores		54.068,98	18.946,50
Estado e outros entes públicos		51.084,17	50.993,86
Financiamentos obtidos		8.821,19	277.122,11
Fornecedores de investimento		7.124,43	7.124,43
Outras dívidas a pagar		159.226,71	119.809,22
Diferimentos		-	-
		280.325,48	**473.996,12**
Total do passivo		**698.887,26**	**1.675.182,66**
Total do capital próprio e do passivo		**9.289.402,89**	**9.407.469,26**
		0,00	**0,00**

(1) O Euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possiblidade de expressão das quantias em milhares de euros

Balanço OET - 2021

4.3.2. Demonstração de Resultados a 31/12/2021 (consolidado)

Entidade: (02_S) - OET - ORDEM ENGENHEIROS TECNICOS

DEMONSTRAÇÃO -CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31-12-2021 — Unidade monetária: (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2021	31-12-2020
Vendas e serviços prestados		3.004.871,90	2.980.556,41
Subsídios à exploração		-	-
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		(5.183,27)	(5.184,11)
Variação nos inventários da produção		-	-
Trabalhos para a própria entidade		-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-	-
Fornecimentos e serviços externos		(969.858,67)	(871.053,94)
Gastos com o pessoal		(828.133,53)	(814.686,75)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		(36.987,93)	19.684,54
Provisões (aumentos/reduções)		-	-
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Aumentos/reduções de justo valor		(458,02)	-
Outros rendimentos		170.376,84	175.715,44
Outros gastos		(166.675,96)	(303.845,54)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**1.167.951,36**	**1.181.186,05**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(342.390,17)	(320.984,26)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**825.561,19**	**860.201,79**
Juros e rendimentos similares obtidos		5.948,24	1.905,01
Juros e gastos similares suportados		(40.045,81)	(54.229,42)
Resultado antes de impostos		**791.463,62**	**807.877,38**
Imposto sobre o rendimento do período		(23.155,50)	(22.548,13)
Resultado líquido do período		**768.308,12**	**785.329,25**
Resultado por ação básico			

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

Demonstração de Resultados OET - 2021

4.4. Comparação com o Orçamentado (consolidado)

Se analisarmos o quadro seguinte verificamos em 2021 uma execução abaixo do orçamentado nos rendimentos (2,41 % abaixo do previsto em orçamento) e nos gastos (25,76% abaixo). No corrente ano os gastos tiveram de novo uma execução bastante significativa quase idêntica ao ano de 2020 (28%) em que existiu um confinamento provocado pela pandemia da COVID-19 . Esta redução é fruto de uma mudança de paradigma no desenvolvimento das Atividades da OET, apoiada na transição digital que foi implementada.

CONTAS CONSOLIDADAS DA OET - 2021

	ORÇAMENTADO	REALIZADO
RENDIMENTOS		
QUOTAS	3.062.149,20 €	2.926.940,80 €
JOIAS	61.250,00 €	69.298,00 €
ESTAGIOS - ETICA E DEONTOLOGIA	14.000,00 €	5.350,00 €
PROVEITOS SUPLEMENTARES	243.840,00 €	301.925,08 €
EMOLUMENTOS	8.128,00 €	4.206,00 €
TOTAL	**3.389.367,20 €**	**3.307.719,88 €**
GASTOS		
PESSOAL	763.380,29 €	735.230,56 €
IMOBILIZADO	4.000,00 €	- €
CUSTOS FIXOS INSTALAÇÃO	259.764,23 €	282.564,46 €
CUSTOS VARIAV. DE INSTALAÇÃO	398.243,30 €	304.894,91 €
ACTIVIDADE ASSOCIATIVA	57.734,12 €	13.177,39 €
DESPESAS REPRESENTAÇÃO	169.509,14 €	207.994,27 €
INFORMAÇÃO DIVULGAÇÃO	231.408,71 €	130.780,25 €
ELEIÇÕES	85.000,00 €	65.018,43 €
CONGRESSO	200.000,00 €	10.000,00 €
ORGAOS REGIONAIS	64.728,43 €	50.167,32 €
ORGÃOS NACIONAIS	50.000,00 €	48.373,60 €
PROCESSOS JUDICIAIS	10.000,00 €	5.712,00 €
CONSELHO DA PROFISSÃO	45.792,00 €	1.123,95 €
TRANSIÇÃO DIGITAL	60.058,28 €	1.887,93 €
SsOA / CONEST / OUTROS	40.000,00 €	- €
PROJECTOS	40.000,00 €	12.385,48 €
FUNDO RESERVA	102.621,78 €	95.421,47 €
COOPERAÇÃO	60.000,00 €	44.424,40 €
SEGURO RESP.CIVIL PROFISSIONAL	80.000,00 €	69.285,33 €
ESTAGIOS - ETICA E DEONTOLOGIA	7.500,00 €	3.120,00 €
CONSULTORIA	55.000,00 €	33.210,00 €
SERVIÇOS BANCÁRIOS	36.485,00 €	34.950,25 €
OUTRAS DESPESAS	20.855,72 €	11.072,59 €
AMORTIZ. INSTALAÇÕES	340.000,00 €	247.098,99 €
BENEFICIAÇÃO INSTALAÇÕES	57.000,00 €	- €
AMORTIZ. AT.FIXOS TANGIVEIS	150.286,20 €	108.362,68 €
	3.389.367,20 €	**2.516.256,26 €**

RES. LIQUIDO ANTES DE IMPOSTOS ***791.463,62 €***

Comparação dos resultados com o orçamento (Consolidadas)– Exercício de 2021

4.5. Análise dos Resultados

Na linha de gestão dos anos anteriores, encontram-se espelhados nos resultados de 2021 um critério de contenção de custos, através de uma gestão sóbria e cuidada e com resultados amplamente positivos.

Assim, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 verificam-se as seguintes situações (elementos provenientes da Demonstração de Resultados:

Os resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) são positivos em 1.167.951,36 €

O resultado operacional antes de financiamento e impostos é igualmente positivo em cerca de 825.561,19 €.

O resultado antes de impostos é positivo em 791.463,62 €.

O resultado líquido do exercício é positivo no montante de 768.308,12 €.

Analisando os indicadores financeiros do período de 2020/2021, através do quadro dos rácios estruturais abaixo indicados, verifica-se uma solidez nas contas da OET que refletem a consolidação dos resultados em função da sua atividade principal, conforme se comprova pelos rácios de Solvabilidade e Liquidez geral que apresentam uma variação de 166,1% e 73,8% respetivamente.

MAPA DE INDICADORES

RÁCIOS	FÓRMULAS	2020	2021	Variação
Rácios Financeiros				
Solvabilidade	Capitais próprios / Passivo Exigivel	4,62	12,29	166,1%
Autonomia financeira	Capitais próprios / Activo total x 100	82%	92%	12,8%
Capac de endividam	Capitais próprios / capitais Permanentes	0,87	0,95	9,6%
Liquidez geral	Activo circulante / Débitos c/p	7,47	12,98	73,8%
Cobertura dos Invest	Capitais permanentes / Investim Líquido	1,52	1,59	4,9%
Rácios económicos				
Rendib activo total	(Result líquido + Encs financ) / Activo líquido	7,8%	7,8%	0,5%
Rendib fundos próprios	Resultado líquido / Capitais Próprios	10,2%	8,9%	-7,8%
Rendib prest serv	Resultado líquido / Prest serviços x 100	26,3%	25,6%	-2,8%
Cash-flow / Vendas	(Result líquido+deprec+provisões) / Prest.serv	40,2%	38,2%	-5,0%
Outros				
Autofinanc bruto	Result líq+deprec+impar+red justo valor+prov	1.197.444	1.148.144	-4,1%
Meios libertos totais	Autofinanc bruto + encargos financeiros	1.217.777	1.155.957	-5,1%

Rácios financeiros e Económicos

Nestes termos, propõe-se à Assembleia representativa Nacional a aprovação das Contas Consolidadas referente ao exercício de 2021 e a transferência do resultado líquido de 768.308,12 € para a conta de Resultados Transitados.

Página propositadamente deixada em branco para impressão frente e verso

4.6. Certificação Legal de Contas

RLGM & Associados

Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de **"OET - Ordem dos Engenheiros Técnicos"**, que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 9 289 milhares de euros e um total de capital próprio de 8 591 milhares de euros, incluindo um resultado líquido positivo de 768 milhares de euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **"OET - Ordem dos Engenheiros Técnicos"** em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das Entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

1/2

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno do Grupo;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 6 de Abril de 2022

Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, S.R.O.C., Lda

representada por

Carlos António Rosa Lopes (ROC nº 645)

2/2

Anexo 1. Demonstrações Financeiras Consolidadas

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021

BALANÇO CONSOLIDADO

OET - Ordem dos Engenheiros Tecnicos

Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2021

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.21	31.Dez.20
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativo fixos tangíveis	4	5.577.321	5.792.149
Ativo intangíveis	5	569	820
Investimentos financeiros	6	72.976	72.682
Total dos Ativos Não Correntes		5.650.866	5.865.651
Activo corrente			
Créditos a receber	7	1.490.325	1.572.319
Estado e outros entes públicos	8	27.218	26.561
Diferimentos	9	13.999	78.097
Outros Ativos correntes	10		143.805
Caixa e depósitos bancários	11	2.106.994	1.721.036
Total dos Ativos Correntes		3.638.536	3.541.819
		9.289.402	9.407.469
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	12	4.718.597	4.086.980
Reservas	13	1.647.082	1.551.661
Resultados transitados	14	1.456.528	1.308.317
Resultado líquido do período		768.308	785.329
Total dos fundos patrimoniais		8.590.515	7.732.287
Passivo não corrente			
Provisões	15	418.562	426.464
Financiamentos obtidos	16		774.723
Total dos Passivos Não Correntes		418.562	1.201.187
Passivo corrente			
Fornecedores	18	54.069	26.071
Estado e outros entes públicos	8	51.084	50.994
Financiamentos obtidos	16	8.821	277.122
Fornecedores de investimento		7.124	0
Outras dívidas a pagar	17	159.227	119.809
Total dos Passivos Correntes		280.325	473.996
Total do Passivo		698.887	1.675.183
Total dos Fundos Patrimoniais e Passivo		9.289.402	9.407.469

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

CONTABILISTA CERTIFICADO

CONSELHO DIRETIVO NACIONAL

Assinado por: Sílvia Maria Miguel Gonçalves
Identificação: BI02323402
Data: 2022-04-01 às 14:39:27

NIF: 128 390 247
Contabilista Certificado n.º 6555

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

Demonstração dos Resultados Consolidados
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2021

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.21	31.Dez.20
Vendas e serviços prestados	19	3.004.872	2.980.556
Subsídios, doações e legados à exploração	20		
Fornecimentos e serviços externos	21	- 969.859	- 871.054
Gastos com o pessoal	22	- 828.133	- 814.687
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	23	- 36.988	- 91.130
Provisões (aumentos/reduções)	15		
Aumentos/reduções de justo valor		- 458	
Outros rendimentos	24	301.177	418.730
Outros gastos	25	- 302.659	- 441.230
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1.167.952	1.181.186
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	26	- 342.390	- 320.984
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		825.562	860.202
Juros e rendimentos similares obtidos	27	5.948	1.905
Juros e gastos similares suportados	27	- 40.046	- 54.229
Resultado antes de impostos		791.464	807.877
Imposto sobre o rendimento do período	8	- 23.156	- 22.548
Resultado líquido do período		768.308	785.329

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Assinado por: Sílvia Maria Miguel Gonçalves
Identificação: BI02323402
Data: 2022-04-01 às 14:39:27

NIF: 128 390 247
Contabilista Certificado n.º 6555

CONSELHO DIRETIVO NACIONAL

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados
Exercicio findo a 31 de Dezembro de 2021

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.21	31.Dez.20
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Recebimentos de membros		3 004 872	2 980 556
Pagamentos a fornecedores		(972 539)	(904 899)
Pagamentos ao pessoal		(824 753)	(814 687)
Caixa gerada pelas operações		1 207 580	1 260 971
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(23 205)	(23 196)
Outros recebimentos/pagamentos		(482 315)	(24 734)
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)		702 060	1 213 040
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(85 396)	(40 433)
Outros Ativos		(59 422)	(5 466)
		(144 818)	(45 899)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		545	-
Ativos intangíveis		589	-
Investimentos financeiros		125 322	
Subsídios ao investimento		5 183	-
Juros e rendimentos similares		5 948	1 905
		137 588	1 905
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)		(7 230)	(43 994)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio		631 617	-
		631 617	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(1 044 249)	(501 641)
Juros e gastos similares		(40 046)	(54 229)
		(1 084 295)	(555 871)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)		(452 678)	(555 871)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		242 153	613 176
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 864 841	1 251 666
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2 106 994	1 864 841

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

CONTABILISTA CERTIFICADO

Assinado por: Sílvia Maria Miguel Gonçalves
Identificação: BI02323402
Data: 2022-04-01 às 14:39:27

NIF: 128 390 247
Contabilista Certificado n.º 6555

CONSELHO DIRETIVO NACIONAL

OET - Ordem dos Engenheiros Tecnicos

Demonstração das Alterações dos Fundos Patrimoniais Consolidados findo em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em euros)

		Notas	Reconciliação dos fundos patrimoniais					
			Fundos	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos / Outras variações nos fundos próprios	Resultado líquido do período	Total dos fundos próprios
Posição no Início do Período 2021	1		4 086 980	1 551 661	1 308 317	-	785 329	7 732 287
Alterações no período								
Primeira adopção de novo referencial contabilístico			-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas			-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras			-	-	-	-	-	-
Realização do excendente de revalorização de activos			-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização de activos			-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos			-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			631 617	95 421	148 211	-	(785 329)	89 921
	2		631 617	95 421	148 211	-	(785 329)	89 921
Resultado Líquido do Período	*3*						768 308	-
Resultado Integral	*4 = 2 + 3*						(17 021)	89 921
Operações com detentores dos fundos próprios								
Realizações de fundos			-	-	-	-	-	-
Distribuições			-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas			-	-	-	-	-	-
Outras operações			-	-	-	-	-	-
	5		-	-	-	-	-	-
Posição no Fim do Período 2021	*6 = 1 + 2 + 3 + 5*		4 718 597	1 647 082	1 456 528	-	768 308	8 590 516

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

CONTABILISTA CERTIFICADO

Assinado por: Sílvia Maria Miguel Gonçalves
Identificação: BI02323402
Data: 2022-04-01 às 14:39:27

NIF: 128 390 247
Contabilista Certificado n.º 6555

CONSELHO DIRETIVO NACIONAL

ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS

OET - Ordem dos Engenheiros Tecnicos

Demonstração das Alterações dos Fundos Patrimoniais Consolidados findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em euros)

			Reconciliação dos fundos patrimoniais					
			Fundos	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos / Outras variações nos fundos próprios	Resultado líquido do período	Total dos fundos próprios
Posição no Início do Período 2020	1	**Notas**	3.894.407	1.457.323	1.321.322	-	181.952	6.855.004
Alterações no período								
Primeira adopção de novo referencial contabilístico			-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas			-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras			-	-	-	-	-	-
Realização do excendente de revalorização de activos			-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização de activos			-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos			-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			192.573	94.338	(13.005)	-	(181.952)	91.954
	2		192.573	94.338	(13.005)	-	(181.952)	91.954
Resultado Líquido do Período	*3*						785.329	-
Resultado Integral	*4 = 2 + 3*						603.377	91.954
Operações com detentores dos fundos próprios								
Realizações de fundos			-	-	-	-	-	-
Distribuições			-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas			-	-	-	-	-	-
Outras operações			-	-	-	-	-	-
	5		-	-	-	-	-	-
Posição no Fim do Período 2020	*6 = 1 + 2 + 3 + 5*		4.086.980	1.551.661	1.308.317	-	785.329	7.732.287

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

CONTABILISTA CERTIFICADO

Assinado por: Sílvia Maria Miguel Gonçalves
Identificação: BI02323402
Data: 2022-04-01 às 14:39:27

NIF: 128 390 247
Contabilista Certificado n.º 6555

CONSELHO DIRETIVO NACIONAL

OET – Ordem dos Engenheiros Técnicos

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em euros)

1. Nota introdutória

A entidade OET é uma Associação de direito público, com estatuto publicado na Lei 157/2015, de 17 de setembro, foi criada pela Lei 47/2011, de 27 de Junho, que redenomina a ANET e produz a primeira alteração ao seu estatuto, anteriormente publicado através do Decreto-Lei n.º 349/99 de 2 de Setembro, no uso da autorização legislativa concedida pelo Artigo 1º da Lei nº. 38/99, de 26 de Maio, e nos termos da alínea b) no nº 1 do Artigo 198º da Constituição da República Portuguesa, é a associação pública de natureza profissional que atribui o título e regula o exercício da profissão de engenheiro técnico.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

Em 2021, as demonstrações financeiras consolidadas da ***OET – Ordem dos Engenheiros Técnicos*** foram preparadas com pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, e que foram objeto de alterações substanciais na sequência da publicação do Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho, no que diz respeito aos modelos de demonstrações financeiras neles previstos, publicada no Diário da República, 2.ª série, de 29 de julho de 2015, através do Aviso n.º 8259/2015.

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Ordem. Para as ESNL, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

c) Regime do acréscimo

A Ordem regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos e diferimentos".

d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista para as ESNL.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da OET são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações, bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos de financiamento", se relacionados com empréstimos ou em "Outros gastos ou perdas operacionais", para todos os outros saldos/transações.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados ao custo de aquisição (o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na condição e localização necessárias para operarem da forma pretendida), deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes/linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros ativos fixos tangíveis	2 - 8

As despesas com reparação e manutenção destes ativos, que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros, são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos", consoante se trate de mais ou menos valias.

3.3. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se mensurados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações acumuladas.

As despesas de desenvolvimento e de manutenção são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

O método de amortização utilizado foi o da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado, em regime de duodécimos, a saber:

	Anos de vida útil
Programas de computador	3 - 6

3.4. Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição ou, no caso de empréstimos concedidos, ao custo amortizado. Sempre que existam indícios de que o ativo possa estar em imparidade, é efetuada uma avaliação destes investimentos financeiros, sendo registadas como gastos as perdas de imparidade que se demonstrem existir. Os rendimentos obtidos destes investimentos financeiros são registados na demonstração de resultados do período em que é decidida a sua distribuição.

3.5. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo com maturidades até três meses, imediatamente mobilizáveis. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

3.6. Fundos Patrimoniais e Passivo

Os passivos financeiros e os fundos patrimoniais são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

3.7. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

A Ordem analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Ordem reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as provisões foram revistas na data do balanço e ajustadas, de modo a refletir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas.

Por sua vez, os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras. No entanto, são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo não seja remota.

Tal como os passivos contingentes, os ativos contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.8. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Ordem tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

Os custos com empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica, são capitalizados no ativo.

3.9. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal pelo método do custo, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.10. Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Ordem.

A Ordem reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Ordem baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

3.11. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Ordem cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica "Rendimentos a reconhecer" e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.12. Imposto sobre o Rendimento

A OET é uma pessoa coletiva pública de interesse privado, de tipo associativo sem fins lucrativos, que não exerce a título principal uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola.

É um sujeito passivo de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) nos termos do n.º 1 do art.º 2.º do Código do IRC (CIRC), sendo a base deste imposto o rendimento global, correspondente à soma algébrica dos rendimentos das diversas categorias consideradas para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º do CIRC.

As regras de determinação da matéria coletável de IRC são as constantes dos artigos 53.º e 54.º do CIRC, sendo aplicável aos rendimentos tributáveis a taxa de IRC de 21% prevista no n.º 5 do art.º 87.º do CIRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Ordem dos anos de 2015 a 2018 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.13. Acontecimentos após a data de balanço

Os acontecimentos após a data de balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que ocorram após a data de balanço são divulgados nas demonstrações financeiras se forem considerados materiais.

4. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos exercícios de 2021 e de 2020 foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2021					
	Saldo em 01-Jan-21	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-21
Ativos Fixos Tangiveis:						
Terrenos e recursos naturais	1.373.910	-	-	-	-	1.373.910
Edifícios e outras construções	5.326.102	-	-	86.346	-	5.412.448
Equipamento básico	502.262	43.899	-	-	-	546.161
Equipamento de transporte	145.691	30.485	(41.254)	-	-	134.922
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	304.133	52.342	-	-	-	356.475
Outros activos fixos tangíveis	1.130.341		(40.986)	-	-	1.089.355
Investimentos em curso	45.629		-	(45.629)	-	-
	8.828.067	126.726	(82.240)	40.717	-	8.913.271
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	1.494.117	214.250	-	-	-	1.708.367
Equipamento básico	444.805	23.738		-	-	468.543
Equipamento de transporte	82.765	55.712	(41.254)	-	-	97.223
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	302.264	13.975	-	-	-	316.239
Outros activos fixos tangíveis	711.966	33.611	-	-	-	745.577
	3.035.917	341.287	(41.254)	-	-	3.335.950

	31 de Dezembro de 2020					
	Saldo em 01-Jan-20	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-20
Ativos Fixos Tangiveis:						
Terrenos e recursos naturais	1.373.910	-	-	-	-	1.373.910
Edifícios e outras construções	5.326.102	-	-	-	-	5.326.102
Equipamento básico	482.734	19.527	-	-	-	502.261
Equipamento de transporte	145.784	54.637	(54.730)	-	-	145.691
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	344.742	-	(40.609)	-	-	304.133
Outros activos fixos tangíveis	1.109.812	20.529	-	-	-	1.130.341
Investimentos em curso	17.449	45.629	-	(17.449)	-	45.629
	8.800.533	140.322	(95.339)	(17.449)	-	8.828.067
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	1.310.740	183.377	-	-	-	1.494.117
Equipamento básico	426.640	25.084	(6.919)	-	-	444.805
Equipamento de transporte	92.730	31.083	(41.048)	-	-	82.765
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	285.382	16.882	-	-	-	302.264
Outros activos fixos tangíveis	648.228	63.738	-	-	-	711.966
	2.763.720	320.164	(47.967)	-	-	3.035.917

5. Ativos intangíveis

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2021, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2021					
	Saldo em 01-Jan-21	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Perdas por imparidade	Saldo em 31-Dez-21
Ativos Intangíveis						
Projectos de desenvolvimento (ii)	-	-	-	-	-	-
Programas de computador	29.305	853	-	-	-	30.159
Propriedade industrial	-	-	-	-	-	-
Outras activos intangíveis	-	-	-	-	-	-
	29.305	**853**	**-**	**-**	**-**	**30.159**
Depreciações Acumuladas						
Projectos de desenvolvimento (i)	-	-	-	-	-	-
Programas de computador	28.486	1.104	-	-	-	29.590
Propriedade industrial	-	-	-	-	-	-
Outras activos intangíveis	-	-	-	-	-	-
	28.486	**1.104**	**-**	**-**	**-**	**29.590**

	31 de Dezembro de 2020					
	Saldo em 01-Jan-20	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Perdas por imparidade	Saldo em 31-Dez-20
Ativos Intangíveis						
Projectos de desenvolvimento (ii)	-	-	-	-	-	-
Software	29.305	-	-	-	-	29.305
Propriedade industrial	-	-	-	-	-	-
Outras activos intangíveis	-	-	-	-	-	-
	29.305	**-**	**-**	**-**	**-**	**29.305**
Depreciações Acumuladas						
Projectos de desenvolvimento (i)	-	-	-	-	-	-
Software	27.666	820	-	-	-	28.486
Propriedade industrial	-	-	-	-	-	-
Outras activos intangíveis	-	-	-	-	-	-
	27.666	**820**	**-**	**-**	**-**	**28.486**

6. Investimentos financeiros

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o movimento ocorrido no valor em Investimentos Financeiros, foi o seguinte:

A ordem detém uma participação na empresa SPESI sedeada no estrangeiro, que foi incorporada na instituição por via da liquidação da Academia. Refira-se que, no último exercício, a Ordem não obteve qualquer rendimento relacionado com a referida empresa participada.

Esta rubrica inclui, também os investimentos em instrumentos de capital próprio que não têm preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado. Estes investimentos encontram-se mensurados pelo custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

	31-dez-21			31-dez-20		
	Participações Capital		Empréstimos	Participações Capital		Empréstimos
	MEP	Outro Método		MEP	Outro Método	
Investimentos Noutras Entidades						
Academia dos Engenheiros Técnicos	-	-	-	-		-
	-		-	-		-
SPESI	-	72.000	-	-	72.000	-
	-	72.000	-	-	72.000	-
Outros Investimentos Financeiros						
FCT	-	976	-	-	682	-
	-	976	-	-	682	-
Perdas por imparidade	-		-	-		-
Investimentos em Curso	-		-	-		-
	-	**72.976**	**-**	**-**	**72.682**	**-**

7. Créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 as rubricas apresentavam os seguintes saldos:

	31-dez-21		31-dez-20	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Clientes/Utentes/Membros				
Clientes/Utentes/Membros conta corrente	-	-	-	-
Clientes/Utentes/Membros conta títulos a receber	-	-	-	-
Clientes/Utentes/Membros de cobrança duvidosa	-	-	-	-
	-	**-**	**-**	**-**
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	-	**-**	**-**	**-**
Adiantamento Fornecedores				
Outras contas a receber				
Pessoal	-	-	-	-
Fornecedores		37.888,00		
Fornecedores de Investimento		99.400,00		
Outros	-	1.353.037	-	1.572.319
	-	**1.490.325**	**-**	**1.572.319**
Total Créditos a Receber	**-**	**1.490.325**	**-**	**1.572.319**

O saldo evidenciado em Outros devedores refere-se sobretudo a quotas por cobrar e a devedores diversos.

8. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31-Dez-21	31-Dez-20
Activo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	27.218	26.561
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Outros impostos e taxas	-	-
	27.218	**26.561**
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	23.155	22.548
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	11.393	11.343
Segurança Social	16.535	17.103
Outros impostos e taxas	-	-
	51.084	**50.994**

9. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 os saldos da rubrica "Diferimentos" do ativo e passivo foram como segue:

	31-Dez-21	31-Dez-20
Diferimentos (Activo)		
Valores a facturar	-	-
Seguros pagos antecipadamente	-	72.011
Juros a pagar	-	-
Outros gastos a reconhecer	13.999	6.086
	13.999	**78.097**
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer	-	-
Outros rendimentos a reconhecer	-	
	-	**-**

10. Outros ativos correntes

Esta rubrica inclui, essencialmente, investimentos em instrumentos de capital próprio que não têm preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado. Estes investimentos encontram-se mensurados pelo custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, esta rubrica evidenciava os seguintes saldos:

	31-dez-21		31-dez-20	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Depósitos a prazo	-		-	
Instrumentos Financeiros Detidos para Negociação	-	-	-	143.805
(…)	-	-	-	-
Outras	-	-	-	-
	-	**-**	**-**	**143.805**

11. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-21	31-Dez-20
Caixa	6.477	6.155
Depósitos à ordem	2.100.517	1.721.036
(…)	0	0
Outras	0	0
	2.106.994	**1.727.191**

12. Fundos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021, o valor dos fundos patrimoniais eram de 4 718 597 €. A variação ocorrida no ano no valor de 631 617 € é referente a aplicação do resultado líquido da entidade OET – CDN, tal como evidenciado no quadro abaixo.

	31-Dez-21	31-Dez-20
Saldo inicial	4.086.980	3.894.407
Aumentos	631.617	192.573
Diminuições	-	-
Saldo final	**4.718.597**	**4.086.980**

13. Reservas

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2021 evidenciava o saldo de 1 647 082 € resultante da aplicação de 5% das quotas emitidas pelo CDN no ano, de acordo com os estatutos.

	31-Dez-21	31-Dez-20
Saldo inicial	1.551.661	1.457.323
Aumentos	95.421	94.338
Diminuições	-	-
Saldo final	**1.647.083**	**1.551.661**

14. Resultados transitados

A 31 de dezembro de 2021 o saldo desta rubrica apresentava um valor de 1 456 528 €. As variações ocorridas devem-se aos resultados líquidos de 2021 das secções, o restante decorre da aplicação consolidada dos resultados líquidos das restantes secções.

	31-Dez-21	31-dez-20
Saldo inicial	1.308.317	1.321.322
Aumentos	148.211	0
Diminuições	0	- 13.005,00
Saldo final	**1.456.528**	**1.308.317**

15. Provisões

O movimento ocorrido nas provisões acumuladas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, foi o seguinte:

	31-Dez-21	31-Dez-20
Saldo a 1 de Janeiro	426.464	446.149
Reforço no período (i)	36.988	91.130
Reduções no período (ii)	-5.325	-110.815
Redução do período (iii)	-39.565	
Utilizações (iv)	-	-
Saldo a 31 de Dezembro	**418.562**	**426.464**

(a) Comentário sobre os reforços
(b) Comentário sobre as reduções

(i) Estes aumentos devem-se sobretudo ao reforço de imparidades de quotas;

(ii) A redução diz respeito a um Acordo das renda da Superopticas Osuya assinado a 23 de dezembro de 2020 que foi cumprido durante um ano de 2021 o que ocasionou este acerto na redução da provisão;

(iii) A redução diz respeito pela anulação das quotas de 2015 de acordo com a Deliberação nr 517/2021 de 19 maio 2021 publicada em D.R.;

(iv) Nada a referir.

16. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-21		31-Dez-20	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários m.l.prazo (i)	0	0	735 337	277 122
Contas caucionadas (ii)	-		-	
Contas bancárias de factoring (iii)	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas (iv)	-	-	-	-
Descobertos bancários contratados (v)	-	-	-	-
Locações financeiras (vi)	0	8 821	8 931	30 454
Outros empréstimos (vi)	-	-	-	-
	0	**8 821**	**744 268**	**307 576**

Em 31 de dezembro de 2021, os planos de reembolso da dívida da Ordem, referente a empréstimos bancários, detalham-se como segue:

Locações	31 de Dezembro de 2021		
	Custo Aquisição	Depreciações acumuladas	Valor liquido contabilistico
Edificios e outras construções			-
Equipamento básico			-
Equipamento de transporte	134.922	97.223	37.699
Equipamento administrativo	0	0	-
Outros ativos fixos tangíveis			-
Propriedades de investimento			-
	134.922	**97.223**	**37.699**

Em 31 de Dezembro de 2021, os planos de reembolso da dívida da Ordem, referente a locações financeiras, detalham-se como segue:

Plano de reembolso	Capital	Juros	Total
Menos de um ano	7.595	-	**7.595**
1 a 2 anos	0	-	**0**
2 a 3 anos	-	-	**-**
3 a 4 anos	-	-	**-**
4 a 5 anos	-	-	**-**
Mais de 5 anos	-	-	**-**
	7.595	**-**	**7.595**

17. Outras dívidas a pagar / Outros passivos correntes

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica "Outras contas a pagar" não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31-Dez-21		31-Dez-20	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fornecedores de investimento	-	65.447	-	119.809
Membros/Seções	-	-	-	-
Outras contas a pagar	-	93.780	-	-
	-	**159.227**	**-**	**119.809**

18. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-21	31-Dez-20
Fornecedores conta corrente	54.069	18.947
Fornecedores conta títulos a pagar	-	-
Fornecedores recepção e conferência	-	7.124
Fornecedores outros	-	-
	54.069	**26.071**

	31-Dez-21		31-Dez-20	
	Fornecedores gerais	Grupo / relacionados	Fornecedores gerais	Grupo / relacionados
Fornecedores				
Fornecedores conta corrente	54.069	-	18.947	-
Fornecedores conta títulos a pagar	-	-	-	-
Fornecedores recepção e conferência	-	-	7.124	-
Fornecedores outros	-	-	-	-
	54.069	**-**	**26.071**	**-**

19. Vendas e serviços prestados

As vendas e prestações de serviços nos períodos de 2021 e de 2020 foram como segue:

	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de mercadorias	-	-	-	-	-	-
Prestação de serviços	3.004.872	-	3.004.872	2.980.556	-	2.980.556
	3.004.872	**-**	**3.004.872**	**2.980.556**	**-**	**2.980.556**

20. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

	31-Dez-21	31-Dez-20
Subcontratos	125.423	105.399
Serviços especializados	300.780	303.209
Materiais	26.100	32.562
Energia e fluídos	30.758	29.809
Deslocações, estadas e transportes	130.125	78.544
Serviços diversos (*)	282.667	250.457
Despesas de representação	84.689	54.543
Comunicação	113.209	107.914
Seguros	84.770	88.000
Outros	74.007	71.074
	969.859	**871.054**

21. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

	31-Dez-21	31-Dez-20
Remunerações dos orgãos sociais	75.007	56.280
Remunerações do pessoal	595.032	599.587
Beneficios pós-emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	129.355	132.550
Seguros	24.457	22.719
Gastos de acção social		
Outros gastos com pessoal	4.282	3.551
	828.133	**814.687**

O número médio de empregados da Ordem no exercício de 2021 foi de 23 e no exercício de 2020 foi de 24.

22. Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, as perdas por imparidade de dividas a receber apresentavam-se como segue:

	31-Dez-21			31-Dez-20		
	Perdas	Reversões	Total	Perdas	Reversões	Total
Em inventários	-	-	-	-	-	-
Em dividas a receber	36.988	-	36.988	91.130	-	91.130
	36.988	-	36.988	91.130	-	91.130

23. Outros rendimentos

Os outros rendimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, foram como segue:

	31-Dez-21	31-Dez-20
Rendimentos suplementares	145.750	154.075
Descontos de pronto pagamento obtidos	6	0
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Reversões - Perdas Imparidades	-	110.815
Rendimentos em subsidiárias e associadas	130.800	132.200
Rendimentos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos em inv. não financeiros	17.888	14.317
Outros rendimentos	6.733	7.323
	301.177	418.730

Em 2020 devido a um Acordo de perdão de divida das rendas da Superopticas Osuya verificou-se Perdas de Imparidades o que não aconteceu em 2021.

24. Outros gastos

Os outros gastos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, foram como segue:

	31-Dez-21	31-Dez-20
Impostos	29.450	28.899
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-	122.240
Perdas em inventários	-	-
Gastos em subsidiárias e associadas	135.983	137.384
Gastos nos restantes activos financeiros		
Gastos em inv. não financeiros	-	-
Outros gastos	137.226	152.707
	302.659	441.230

25. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

	31-Dez-21			31-Dez-20		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Propriedades de investimento	-	-	-	-	-	-
Activos fixos tangíveis	342.390	-	342.390	320.984	-	320.984
Activos intangíveis	-	-	-	-	-	-
	342.390	**-**	**342.390**	**320.984**	**-**	**320.984**

26. Resultados financeiros

Os resultados financeiros, nos períodos de 2021 e de 2020, tinham a seguinte composição:

	31-Dez-21	31-Dez-20
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	5.948	1.905
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
	5.948	**1.905**
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	(7.813)	(20.333)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos de financiamento	(32.233)	(33.897)
	(40.046)	**(54.230)**
Resultados financeiros	**(34.098)**	**(52.325)**

27. Outras informações

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pelo conselho diretivo, autorizadas para emissão e submetido à Assembleia Representativa no dia 9 de abril de 2021. Foi decidido que o resultado líquido de 768 308 € será aplicado em Resultados Transitados

28. Eventos subsequentes

Entre a data de reporte das demonstrações financeiras (31/12/2021) e a data de autorização para a sua emissão (09/04/2022), não ocorreram quaisquer factos relevantes que justifiquem divulgações ou alterações às demonstrações financeiras do período.

29. Informações exigidas por diplomas legais

OET – Ordem dos Engenheiros Técnicos
Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de dezembro de 2021

O Conselho informa que a Ordem não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, o conselho diretivo informa que a situação da Ordem perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Lisboa, 09 de Abril de 2022

O Contabilista Certificado

Assinado por: Sílvia Maria Miguel Gonçalves
Identificação: BI02323402
Data: 2022-04-01 às 14:39:27

NIF: 128 390 247
Contabilista Certificado n.º 6555

O Conselho Diretivo Nacional

Anexo 2. Parecer do Conselho Fiscal Nacional

ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS

PORTUGAL

Conselho Fiscal Nacional

PARECER

do Conselho Fiscal Nacional relativamente à proposta de

Relatório e Contas da OET do exercício de 2021

--- Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, apresentamos o parecer do Conselho Fiscal Nacional da Ordem dos Engenheiros Técnicos, com o NIF 504 923 218, relativamente ao exercício de 2021.----------

--- Assim, em cumprimento do Regulamento de Funcionamento do Conselho Fiscal Nacional e no âmbito das competências que lhe são conferidas pelo Estatuto da OET, realizaram-se ao longo de 2021, ações de acompanhamento da gestão financeira desenvolvida pelo Conselho Diretivo Nacional e da execução do plano de atividades aprovado em Assembleia Representativa Nacional. ----------

--- Na apreciação do Relatório e Contas regista-se a evidência de uma consolidada robustez financeira da Ordem dos Engenheiros Técnicos, onde o resultado do exercício consolidado apresenta um carater de estabilidade devidamente sublinhada e reiterada no documento em análise. ----------

A estabilidade dos resultados do exercício de 2020 e 2021, gerou um cash-flow que se traduziram na melhoria da robustez financeira que permitiu proceder à liquidação dos empréstimos bancários relativos à aquisição do património predial da OET, Edifício Sede Nacional € 411 499,74 e edifício S.R. Norte € 370 505,83, que torna irrelevante o desvio do Resultado Líquido do corrente exercício relativamente ao ano anterior. ----------

---- Mais cumpre a este Conselho Fiscal, no âmbito das suas atribuições, sublinhar a inclusão contabilística no Relatório de Contas da Ordem dos Engenheiros Técnicos do ano de 2021, que está em conformidade com as contas do exercício, proporcionando uma compreensão clara da atividade e da situação económica ou

ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS
PORTUGAL

Conselho Fiscal Nacional

financeira da Ordem, relativas ao exercício a que se reportam e uma boa perspetiva quanto à sua evolução futura. ----------

---- Deste modo, tendo em conta tudo o que fica exposto e atendendo a que todos os gastos incorridos e todos os rendimentos reconhecidos, apresentam os respetivos e adequados suportes contabilísticos e documentais bem como o exposto nos relatórios e na Certificação Legal das Contas, sem quaisquer reservas ou enfases e não existindo qualquer violação da lei e dos estatutos, o Conselho Fiscal Nacional emite parecer no sentido de que devem ser aprovados: ----------

1. O Relatório e Contas respeitante ao exercício de 2021 e----------
2. A proposta de aplicação de resultados constantes do mesmo relatório----------

--- Este parecer é aprovado por unanimidade dos membros do Conselho Fiscal.------

--- O Conselho Fiscal Nacional votou ainda, por unanimidade, um louvor ao Conselho Diretivo Nacional pelo bom desempenho no controlo e gestão financeira que implementou durante o exercício de 2021, extensivo a todos os colaboradores diretamente envolvidos, assim como um louvor ao Senhor Bastonário, Engenheiro Técnico Augusto Ferreira Guedes, pela atividade desenvolvida a nível Nacional e Internacional, na presença e influência da ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS. ----------

--- Pelo facto de esta reunião ter decorrido através de videoconferência, o presente parecer é assinado pelo Presidente do Conselho Fiscal, sendo subscrito por todos os membros deste conselho. ----------

Lisboa, 06 de abril de 2022.----------

O Conselho Fical Nacional

Presidente

Carlos Pereira

Relatórios e Contas das Secções Regionais

ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS

Secção Regional dos Açores

sracores@oet.pt

Rua Diário dos Açores, nº 3; 9500-178 Ponta Delgada
Rua de Baixo de São Pedro, nº 35; 9700-025 Angra do Heroísmo

Relatório Anual e Contas de 2021

Sufragado em Assembleia Geral de Secção realizada em Ponta Delgada a 19 de março de 2022



A Ordem dos Engenheiros Técnicos (OET) é uma Associação de Direito Público, com estatuto publicado na Lei 157/2015, de 17 de setembro que foi criada pela Lei 47/2011, de 27 de junho



ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS

Secção Regional dos Açores

Conteúdo do relatório

1. Mensagem do Conselho Diretivo da Secção Regional 6
2. Enquadramento Jurídico 8
3. Quem somos 9
3.1 Novos membros 10
3.2 Distribuição Regional 11
3.3 Por Especialidade 13
3.4 Por Grau Académico 14
4. Atividade registada em 2021 16
4.1 Serviços administrativos da Secção Regional 17
4.2 Atividade do Conselho Fiscal Regional 18
4.3 Atividade do Conselho Diretivo Regional / Relações Institucionais 19
4.4 Atividade do Gabinete de Apoio ao membro (política de qualidade) 23
4.5 Anúncios de emprego on-line, de formação e legislação on-line 23
5. Contas do Conselho Diretivo Regional 27
5.1 Balanço em 31 de dezembro de 2021 28
5.2 Demonstração de Resultados em 31 de dezembro de 2021 29
5.3 Anexo ao balanço e demonstração de resultados 31
5.3.1. Identificação da Entidade 31
5.3.2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras 31
5.3.3. Principais Políticas Contabilísticas 31
5.3.3.1 Bases de Apresentação 31
5.3.3.2 Continuidade 32

5.3.3.3 Regime do Acréscimo (periodização económica):.....32
5.3.3.4 Consistência de Apresentação.....32
5.3.3.5 Materialidade e Agregação.....33
5.3.3.6 Compensação.....33
5.3.3.7 Informação Comparativa 33
5.3.4 Políticas de Reconhecimento e Mensuração 34
5.3.4.1 Ativos Fixos Tangíveis 34
5.3.4.2 Ativos Intangíveis 35
5.3.4.3 Estado e Outros Entes Públicos 36
5.3.5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros 37
5.3.6. Ativos Fixos Tangíveis.....37
5.3.6.1 Outros ativos Fixos Tangíveis.....37
5.3.7. Ativos Intangíveis 38
5.3.7.1 Outros ativos intangíveis.....38
5.3.8. Custos de Empréstimos Obtidos 39
5.3.9 Rédito 39
5.3.10. Benefícios dos empregados.....40
5.3.11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....40
5.3.12. Outras Informações.....41
5.3.12.1. Investimentos Financeiros 41
5.3.12.2. Outras contas a receber.....41
5.3.12.3. Diferimentos 41
5.3.12.4. Outros ativos Financeiros 42

5.3.12.5 Caixa e Depósitos Bancários 42
5.3.12.6. Fornecedores 42
5.3.12.7. Estado e Outros Entes Públicos 42
5.3.12.8. Outras Contas a Pagar 43
5.3.12.9. Outros Passivos Financeiros 43
5.3.12.10. Subsídios, doações e legados à exploração 44
5.3.12.11. Fornecimentos e serviços externos 44
5.3.12.12. Outros rendimentos e ganhos 44
5.3.12.13. Outros gastos e perdas 45
5.3.12.14. Resultados Financeiros 45
5.3.12.15. Acontecimentos após data de Balanço 45
Parecer do Conselho Fiscal da Secção Regional 47

ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS
Secção Regional dos Açores

1. Mensagem do Conselho Diretivo da Secção Regional

Caras e Caros Colegas:

O ano de 2021, foi de particular importância para a nossa Ordem na medida em que coincidiu com a eleição dos Órgãos para o quadriénio 2022 / 2025. Com a consciência de que vários são os desafios com que, a nível regional, somos confrontados, apresentámo-nos com espírito de quem entende poder mobilizar os nossos membros e as múltiplas instituições públicas e privadas dos Açores para o que entendemos dever ser a defesa pública da legítima engenharia praticada por quem de direito e nesse sentido, a Secção Regional dos Açores remeteu uma missiva a todas os departamentos do Governo Regional, Câmaras Municipais, empresas públicas, Associações Empresariais de direito público, Câmaras de Comércio e Escolas informando acerca da obrigatoriedade da posse de título profissional e da correspondente inscrição na Ordem.

Esta mobilização também se fez notar ao nível da articulação com a Universidade dos Açores, com quem a OET estabeleceu a assinatura de um protocolo que oficializa o Prémio de Ingresso na Ordem dos Engenheiros Técnicos para os Graduados em Proteção Civil e Gestão de Riscos deste Estabelecimento de Ensino Superior. Para nós este protocolo tem um significado extra já que veio garantir a definição das condições específicas de elegibilidade à OET por parte dos graduados deste curso superior. No todo, um interesse maior: a prática de atos de engenharia de excelência.

Em termos administrativos, no ano de 2021 a Secção Regional deu resposta a um vasto conjunto de solicitações sendo que, destacamos as relacionadas com a receção dos contributos dos Delegados de Ilha e dos Delegados Concelhios convidados e

mobilizados a realizarem o levantamento dos edifícios públicos abandonados existentes nos seus concelhos, com vista à posterior criação e lançamento de uma plataforma digital de gestão do catálogo de património abandonado na Região Autónoma dos Açores. Esta futura plataforma informática permitirá, assim, mapear os edifícios públicos abandonados e apresentar propostas e recomendações para a respetiva melhoria e/ou utilização dos mesmos, visando a promoção do aproveitamento de recursos existentes.

O ano de 2021, embora de recuperação, foi ainda imensamente marcado pela situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e pela doença COVID-19 e nesse sentido, a Ordem dos Engenheiros Técnicos, para assegurar a prevenção do alastramento da pandemia e para segurança de todos, encerrou por 3 ocasiões todas as instalações da Ordem, respetivamente, 15 dias em janeiro, 10 dias em março / abril e 3 dias em dezembro, no entanto, os serviços administrativos regionais mantiveram-se em funcionamento com recurso a trabalho à distância e com os contactos telefónicos ativos por forma a garantir a resolução das questões que pudessem emergir.

Como melhor adiante se especifica, durante o ano de 2021 foi possível verificar o início da recuperação económica, através do aumento da emissão de declarações pelos nossos membros, do próprio aumento do número de membros, que superou as expetativas e do número de ofertas de emprego, que foi claramente superior ao ano anterior.

Por fim, no dia em que escrevemos estes parágrafos, sabemos já que o ano de 2022 irá ser marcado economicamente e socialmente pelo contexto internacional que se vive no Leste da Europa. Estes são dias difíceis que devem fazer sobressair a nossa capacidade de resiliência e, ao nosso nível regional, cerrar fileiras e trabalhar em prol da melhoria de todos, com a certeza que o trabalho, esforço e dedicação dos Engenheiros Técnicos será fundamental para a recuperação da economia e consequentemente da qualidade de vida dos nossos concidadãos.

O Conselho Diretivo da Secção Regional dos Açores da OET

2. Enquadramento Jurídico



A Ordem dos Engenheiros Técnicos (OET) é uma Associação de Direito Público, com estatuto publicado na Lei 157/2015, de 17 de setembro que foi criada pela Lei 47/2011, de 27 de junho.

Nos termos da alínea b) do nº 1 do Artigo 198º da Constituição da República Portuguesa, é a Associação Pública de natureza profissional que atribui o título e regula o exercício da profissão de engenheiro técnico.

Compete à OET zelar pela função social, dignidade e prestígio da profissão de engenheiro técnico, promovendo a valorização profissional e científica dos seus associados e a defesa e o respeito pelos respetivos princípios deontológicos.

A Secção Regional dos Açores da OET, está dotada de Órgãos Estatutários e instalações próprias em Ponta Delgada e em Angra do Heroísmo.

3. Quem somos



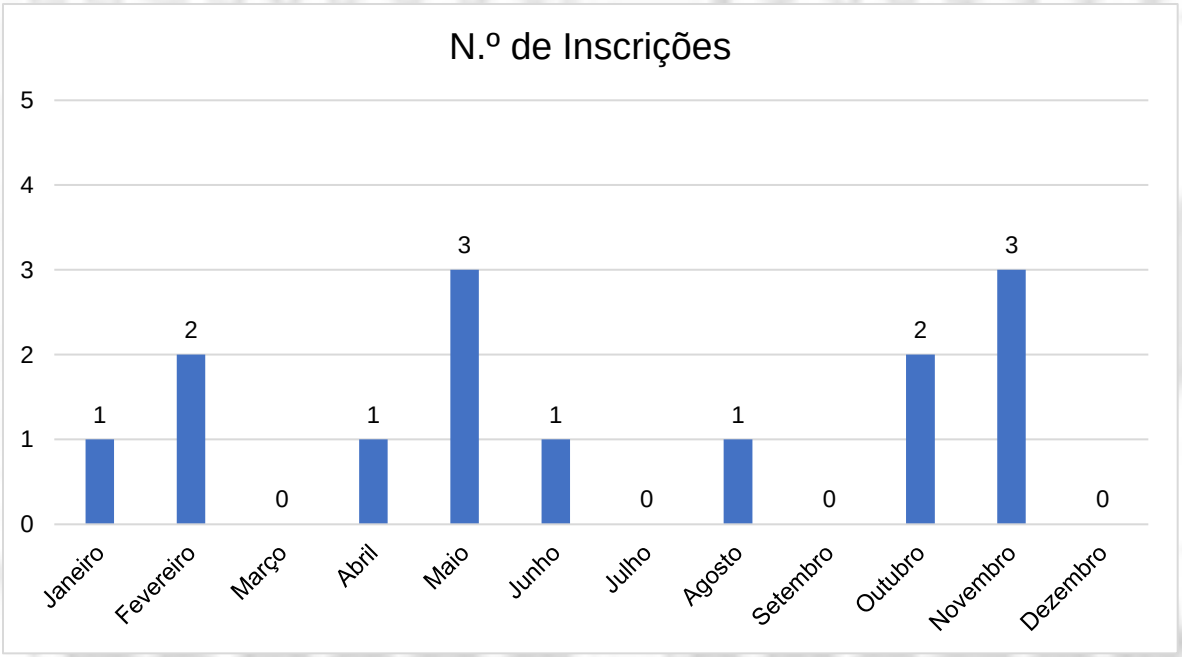
Principais indicadores relativamente aos membros da Secção Regional dos Açores

3.1 Novos membros



Ao longo do ano procedeu-se à inscrição de 14 novos membros na Secção Regional.

As inscrições realizaram-se com a seguinte distribuição mensal:



Destas novas inscrições, 6 corresponderam a candidatos com mais de cinco anos de experiência em Engenharia, cuja admissão foi realizada com base em audição para a

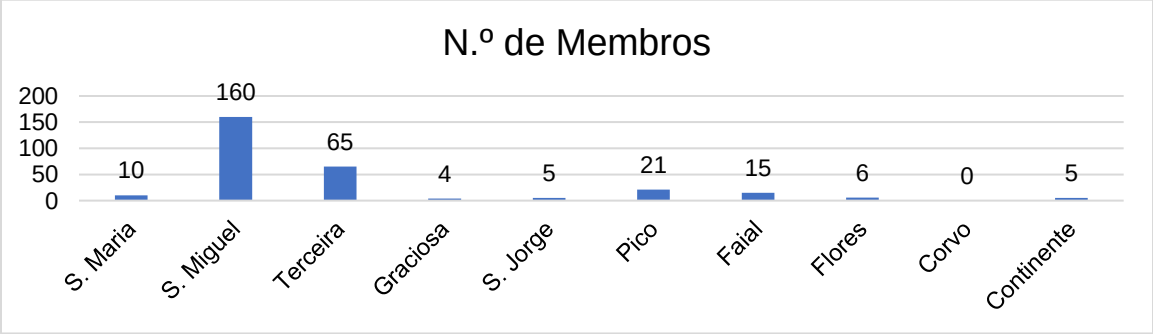
avaliação da atividade profissional e, assim, dispensados da frequência do módulo de formação de Ética e Deontologia Profissional.

3.2 Distribuição Regional



A Secção Regional dos Açores da OET encerrou o ano de 2021 com um total de 291 membros equivalendo a um aumento de 11 membros em relação ao número de inscritos do ano anterior (280 membros), ou seja, um aumento de 7,8% relativamente ao ano anterior. A este respeito interessa aludir ao facto do plano de atividades e orçamento para o ano de 2021, sufragado em Assembleia Geral de Secção a 7 de novembro de 2020, prever um aumento de 5%, ou seja, este foi um objetivo plenamente concretizado.

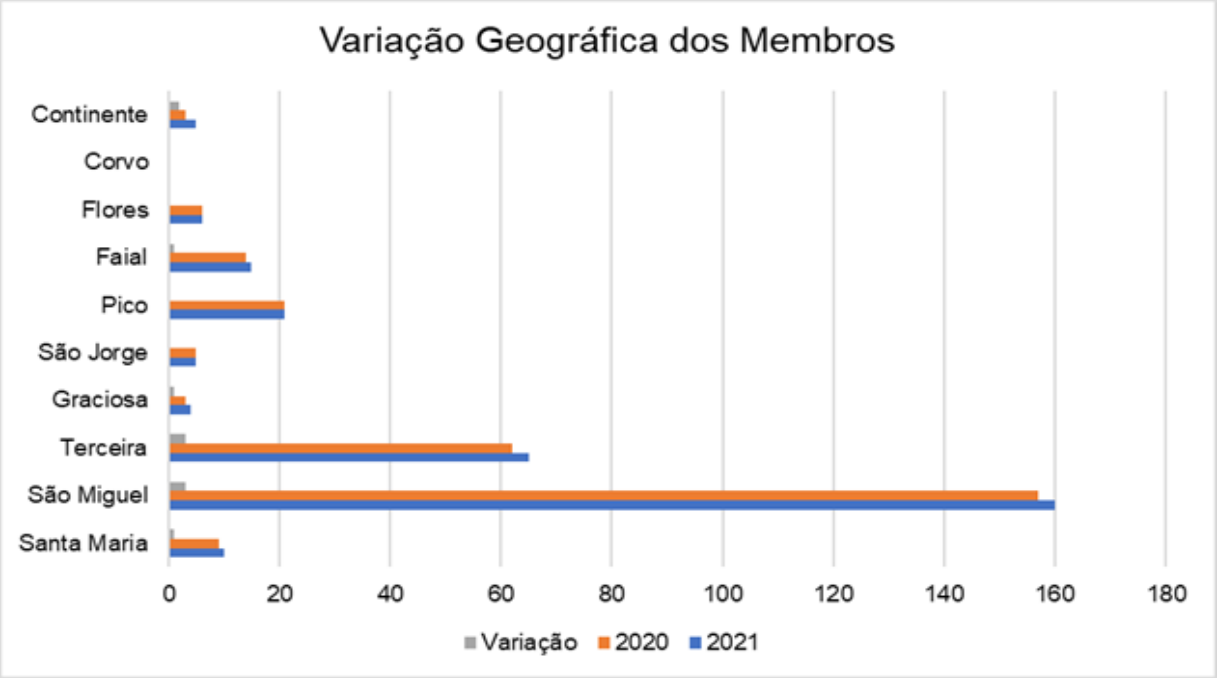
O gráfico que se segue demonstra a distribuição dos membros por ilhas.



Ilha	2020	2021	Variação
Santa Maria	9	10	**1**
São Miguel	157	160	**3**
Terceira	62	65	**3**
Graciosa	3	4	**1**
São Jorge	5	5	**0**
Pico	21	21	**0**
Faial	14	15	**1**
Flores	6	6	**0**
Corvo	0	0	**0**
Continente	3	5	**2**
Total	**280**	**291**	**11**

Conforme a mesma informação, no decorrer do ano de 2021, pudemos assistir à seguinte variação do número de membros relativamente ao ano de 2020;

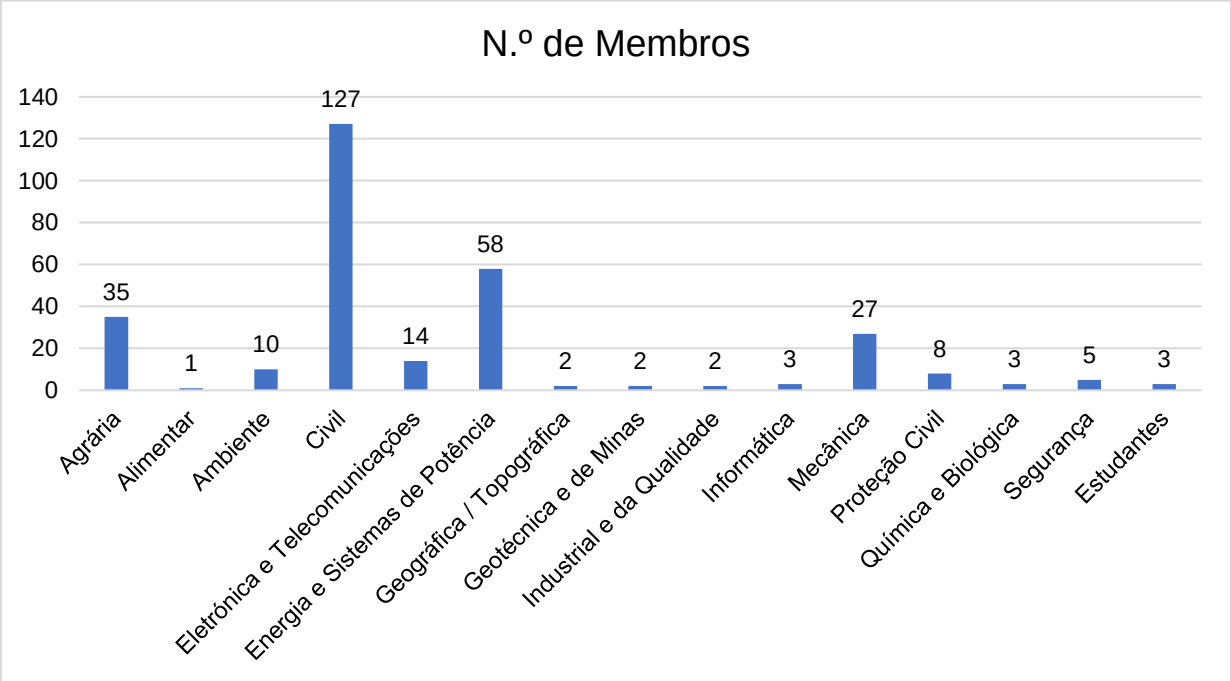
A tabela apresentada relaciona a variação numérica de membros por ilha sendo que, é demonstrativa do aumento total do número de membros em 5 ilhas e reflete ainda o facto de, em todas as ilhas, se ter alicerçado a nossa presença, principalmente ao nível das ilhas de maior dimensão.



3.3 Por Especialidade



Em termos de Colégios de Especialidade, a distribuição de membros da Secção Regional dos Açores da OET é a seguinte:

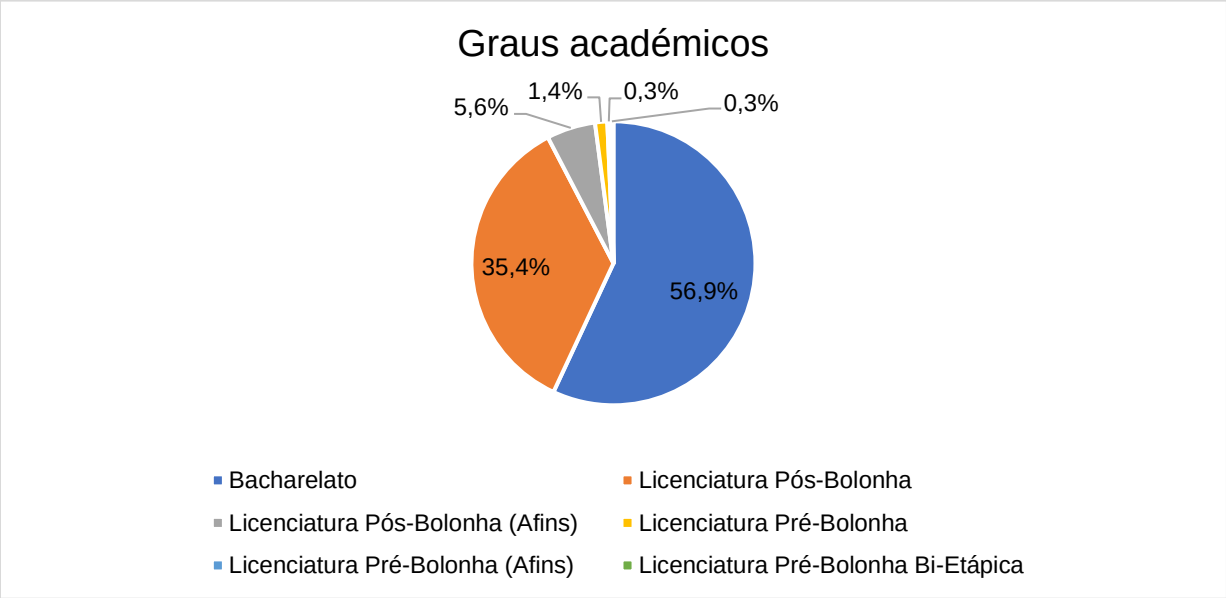


Podemos verificar que, do total de 291 membros que pertencem à Secção Regional, 9 membros se encontram inscritos em dois colégios de especialidade diferentes.

3.4 Por Grau Académico

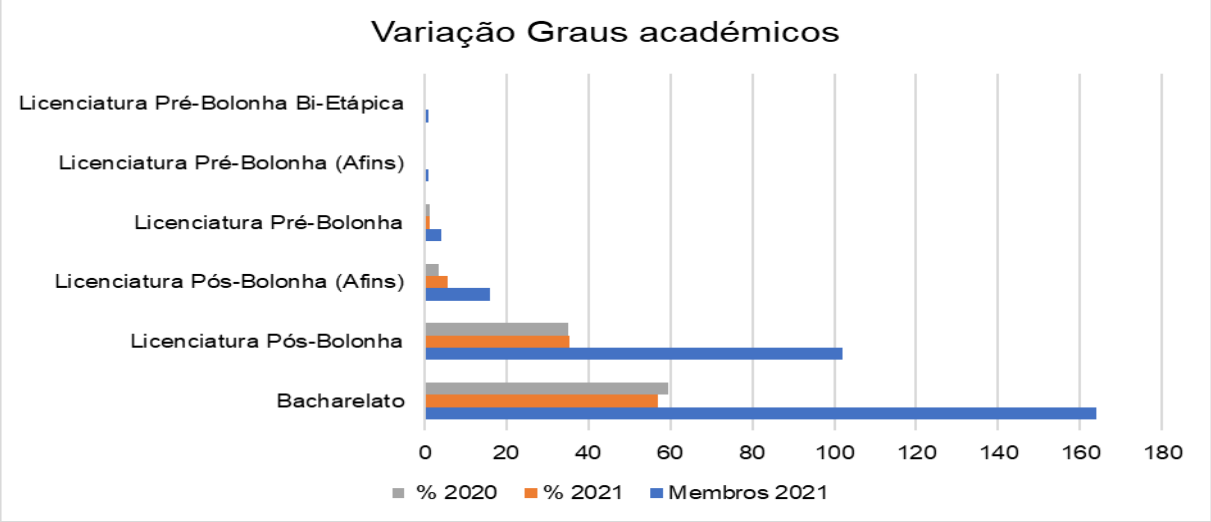


Relativamente à distribuição dos membros da Secção Regional dos Açores por grau académico, consta-se a seguinte distribuição:



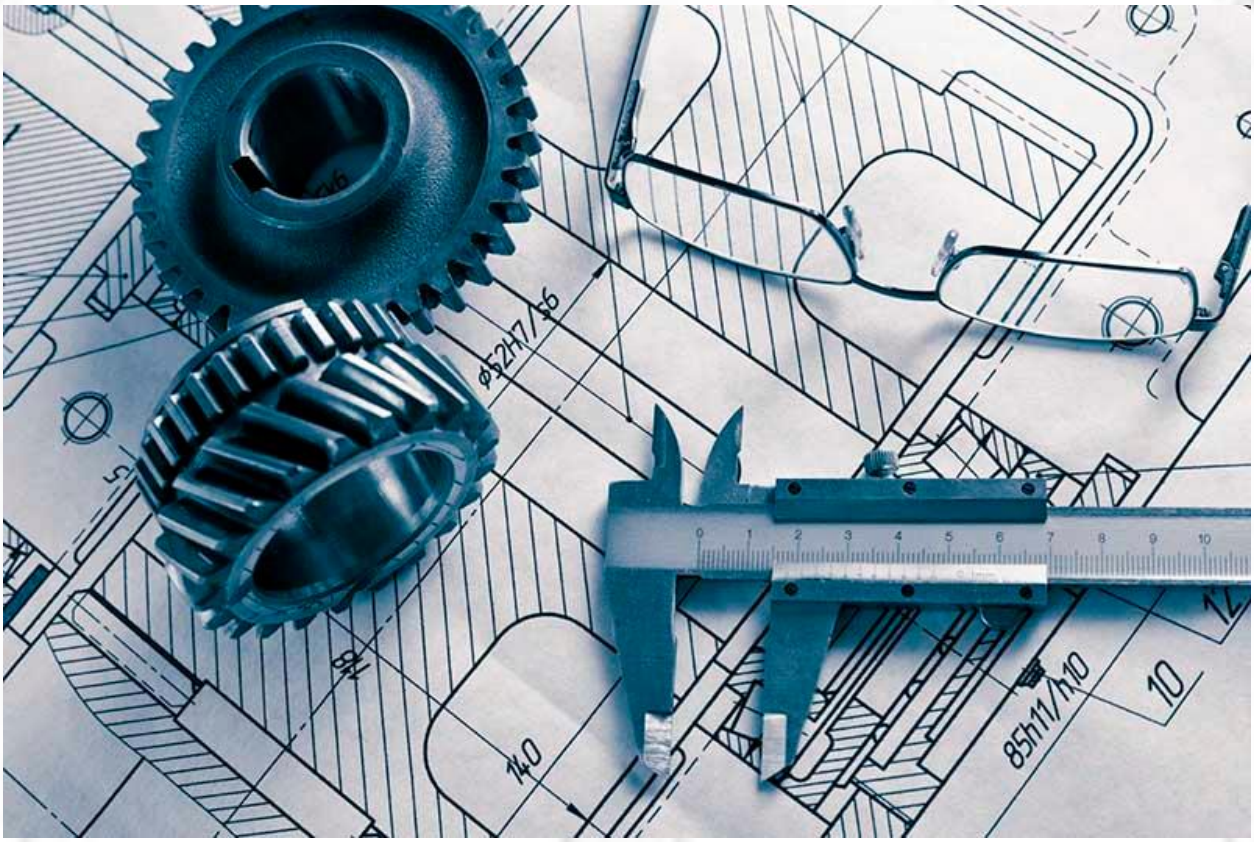
Relativamente ao número total de membros, excetuando os membros estudantes que não possuem ainda grau académico definido, constata-se ainda que alguns membros da Secção são detentores de graus académicos diferentes sendo que, nesse caso, estatisticamente passam a ser contabilizados pelo grau académico mais elevado.

Relativamente ao ano de 2020, quando se observada a distribuição dos membros por grau académico, constata-se que no ano de 2021 houve uma variação ligeira no número de membros que detêm o grau de Bacharelato relativamente ao número de membros que detêm o grau de Licenciatura ainda que, os primeiros continuem a ser em maior número. As principais razões desta variação têm que ver com o facto de estarmos perante um renovar de gerações e também, ainda que em menor número, à atualização de habilitações de alguns membros.



Grau académico	2021	% 2021	2020	% 2020	Var.
Bacharelato	164	56,9%	166	59,5%	-2,6%
Licenciatura Pós-Bolonha	102	35,4%	98	35,1%	0,3%
Licenciatura Pós-Bolonha (Afins)	16	5,6%	10	3,6%	2,0%
Licenciatura Pré-Bolonha	4	1,4%	4	1,4%	0,0%
Licenciatura Pré-Bolonha (Afins)	1	0,3%	0	0,0%	0,3%
Licenciatura Pré-Bolonha Bi-Etápica	1	0,3%	1	0,4%	-0,1%

4. Atividade registada em 2021



Principais indicadores relativamente à atividade da Secção Regional dos Açores em 2021

4.1 Serviços administrativos da Secção Regional



Durante o ano de 2021, em termos administrativos, a secção Regional dos Açores da OET deu resposta a um vasto conjunto de solicitações internas e externas, através de documentos oficiais, presencialmente, telefonicamente e por correio eletrónico.

Em termos de emissão de declarações, um dos vários indicadores da atividade económica dos nossos membros, foram emitidas pelos Serviços Administrativos da Secção Regional 14 declarações para atos de engenharia.

O baixo número de atos associados à emissão física de declarações deve-se ao facto de, atendendo à deliberação do Conselho Diretivo Nacional no sentido de desmaterializar os processos, ser agora possível aos membros, através do sistema SEDAP – Sistema para a Emissão de Declarações para Atos Profissionais, sem mais, emitir, as próprias declarações a partir de qualquer terminal web pelo que, o sistema passou a permitir a emissão de declarações para atos de engenharia certificadas digitalmente, deixando de ser obrigatório dispor de vinhetas numeradas. Com esta implementação foram, assim, eliminados os custos para os membros da OET, desde que as declarações sejam emitidas pelos próprios membros mantendo-se os custos associados quando emitidas pelos Serviços Administrativos.

Neste sentido, a Secção apurou um total de 3.788 declarações emitidas pelos seus membros, número este superior em 7% relativamente ao apurado no ano de 2020. Estes números refletem uma melhoria da atividade económica da própria Região Autónoma dos Açores e consequentemente, das empresas.

4.2 Atividade do Conselho Fiscal Regional



Durante o ano de 2021, o Conselho Fiscal de Secção reuniu por 3 vezes, sendo que, na reunião realizada no dia 10 de julho, a convite do Presidente daquele órgão, participaram outros elementos dos órgãos da Secção. Todas as reuniões do Conselho Fiscal de Secção se realizaram num formato misto presencial e por videoconferência.

4.3 Atividade do Conselho Diretivo Regional / Relações Institucionais



O Conselho Diretivo Regional participou em 8 reuniões do Conselho Diretivo Nacional, em 4 reuniões da Assembleia de Representantes e 3 reuniões do Conselho da Profissão.

Realizaram-se 8 reuniões do Conselho Diretivo Regional e que contaram com a participação de outros órgãos regionais; A este respeito refira-se o caso da reunião do dia 11 de dezembro, na qual participaram Delegados de Ilha, Delegados-Adjuntos de Ilha e Delegados Concelhios e cujo ponto de agenda se centrou na análise ao projeto de desenvolvimento da plataforma de gestão do Catálogo de Património Abandonado na Região Autónoma dos Açores, a ser atualmente implementada e integrada na plataforma web de alojamento do site da Secção Regional dos Açores.

Entretanto, realizaram-se ainda duas Assembleias Gerais de Secção, nomeadamente, no dia 6 de março de 2021, nas instalações da Secção, em Ponta Delgada, na qual foi aprovado o Relatório e Contas de 2020 e, no dia 6 de novembro, na qual foi apreciado

o plano de atividades e orçamento para 2022, nas instalações da Delegação da Secção Regional dos Açores, em Angra do Heroísmo.

De salientar o facto de, à semelhança do ano anterior e nos termos das orientações em vigor na Região que determinam a implementação de medidas excecionais de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19, as reuniões dos Órgãos Regionais e Nacionais da OET terem decorrido num formato misto, presencial e por videoconferência, através da plataforma Zoom. Efetivamente, e por forma a minimizar o risco de contágio, foi dada primazia à utilização da participação através de videoconferência apelando, assim, à salvaguarda da proteção individual dos participantes no entanto, nos casos em que os membros participaram presencialmente nas instalações da Secção Regional, tal, leia-se a participação presencial, foi feita mediante a adoção de todas as medidas de proteção individual e de acordo com as recomendações da Autoridade de Saúde Regional para a prevenção da COVID-19, designadamente, através do uso obrigatório de máscara e o respeito pelo distanciamento físico.

Ainda relativamente à atividade do Conselho Diretivo Regional, no ano de 2021, destaque para a participação em vários eventos de índole institucional a convite de várias entidades regionais:

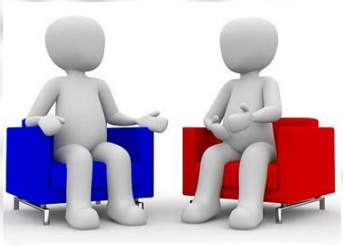
- **Na cerimónia alusiva ao Prémio Literário Natália Correia, instituído pela Câmara Municipal de Ponta Delgada;**
- **Na inauguração do Hospital Internacional dos Açores, a convite do Presidente do Conselho de Administração daquela nova instituição;**
- **Na sessão dos "Encontros com a Eficiência Energética" a convite da Direção Regional de Energia;**
- **Na conferência "Olhar o Futuro – Como imagino Ponta Delgada daqui a 50 anos?", integrada nas comemorações do 475.º aniversário da autarquia;**
- **Na Sessão Comemorativa dos 475 anos da Cidade de Ponta Delgada;**

- **Na "1ª Conferência da Macaronésia – Transportes", subordinada ao tema "O impacto dos transportes no desenvolvimento sustentável da Macaronésia", a convite do Senhor Subsecretário Regional da Presidência;**
- **Na reunião com a Diretora do Curso de Proteção Civil e Gestão de Riscos da Universidade dos Açores na qual participou, para além do Presidente e Vice-Presidente do CDR, o Presidente do Conselho da Profissão da OET, Eng. Pedro Brás;**
- **No "Congresso da Reabilitação – CONREA 2021", evento que decorreu no auditório da Reitoria da Universidade de Aveiro;**
- **Na sessão de trabalho para apoio à finalização da conceção da Plataforma para a valorização de resíduos de construção de demolição, que a equipa do projeto Rebuild17, liderada pelo LREC, se encontra a desenvolver para a Região Autónoma dos Açores;**
- **Na reunião com a Secretária Regional das Obras Públicas e Comunicações;**
- **Na sessão de esclarecimento com alunos da Universidade dos Açores, no âmbito do curso de Licenciatura de Proteção Civil e Gestão de Riscos daquela instituição de ensino superior, interessados em se inscrever futuramente na OET cujo processo veio a definir as unidades curriculares de Cálculo Diferencial e Integral II, e Álgebra Linear, ministradas extraplano de estudos pela UAç, como sendo a formação complementar específica para os interessados em se inscrever na OET;**
- **Na cerimónia da instalação da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal de Ponta Delgada, que se realizou no dia 19 de outubro;**
- **Na reunião do CROP – Conselho Regional de Obras Públicas, órgão consultivo da Secretária Regional das Obras Públicas e Comunicações ao qual compete funções consultivas e de análise nos domínios da construção civil e obras públicas e no âmbito da análise à "Anteproposta do Plano Regional Anual para o ano de 2022";**

- **Na apresentação da "XXXI Edição de Fehispor 2021, Feira de Espanha e Portugal", que decorreu na embaixada de Espanha, em Lisboa a convite da Câmara de Comércio e Indústria Luso Espanhola;**
- **Na transmissão online de um encontro informal que abordou questões relativas ao Ordenamento do Território e suas repercussões na Mobilidade e Sustentabilidade, iniciativa da Ordem dos Arquitetos;**
- **Na reunião com a Diretora Regional de Apoio ao Investimento e Competitividade com o objetivo de ser estabelecido um acordo de colaboração entre a DRAIC e a OET, no âmbito do acompanhamento de projetos de investimento apresentados para comparticipação dos fundos comunitários (FEDER), essencialmente nos sectores secundário e terciário para o qual manifestaram interesse em prestar apoio à DRAIC 28 membros da Secção;**
- **Na participação no "IV Congresso Internacional da Ordem dos Engenheiros de Angola" subordinado ao lema "Engenharia Disruptiva: Construindo um futuro sustentável para Angola" em que a Secção Regional participou igualmente com dois dos seus membros na qualidade de formadores nas áreas de segurança alimentar na transformação de alimentos e de higiene na produção primária de hortofrutícolas frescos;**
- **No lançamento da Revista "100 Maiores Empresas dos Açores em 2020", que decorreu no Teatro Micaelense;**

Entre outros.

4.4 Atividade do Gabinete de Apoio ao membro (política de qualidade)



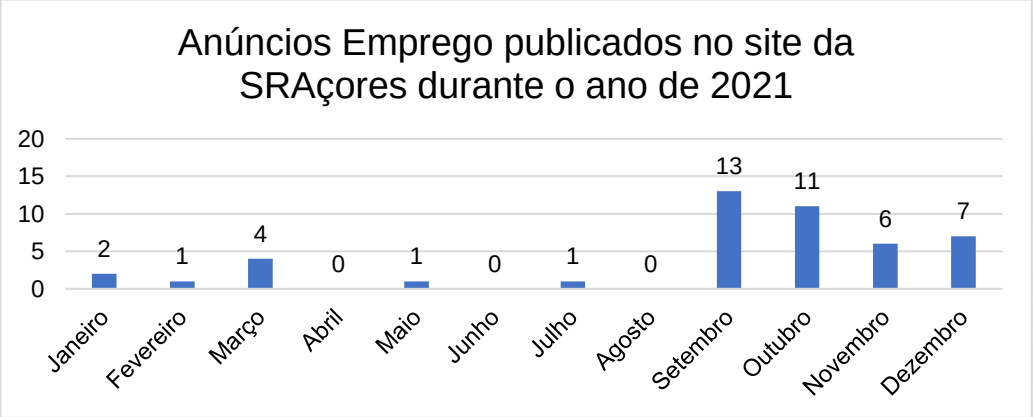
O Gabinete de Apoio ao Membro, à disposição dos membros efetivos da Secção com o principal objetivo de prestar apoio relativamente a assuntos de natureza individual e profissional, prestou cerca de 8 ações de apoio a membros da Secção Regional.

4.5 Anúncios de emprego on-line, de formação e legislação on-line



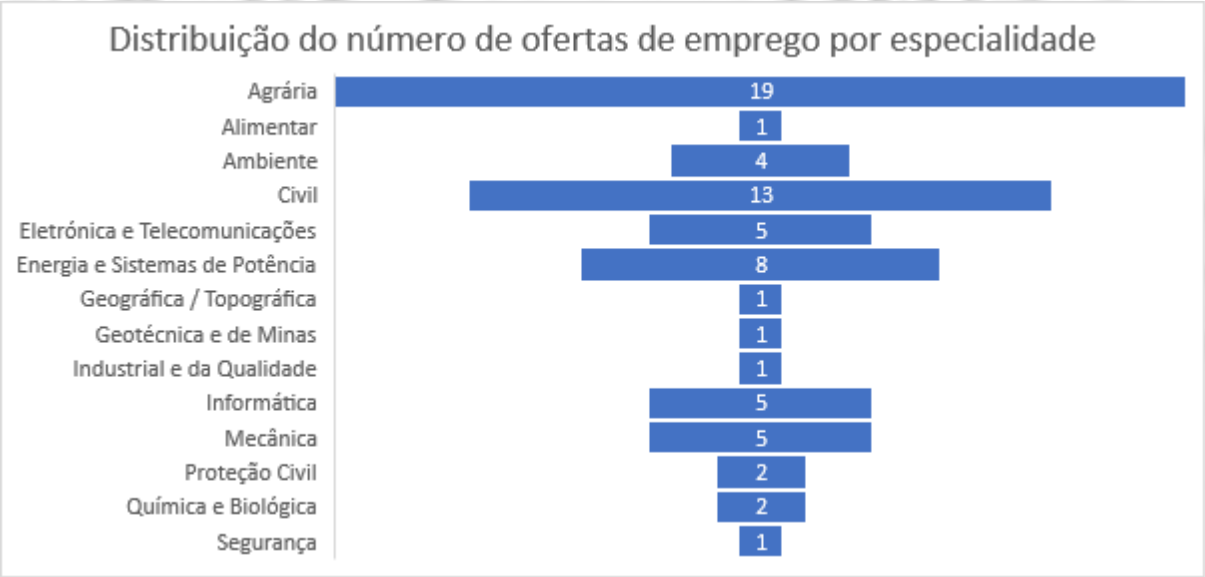
Ao longo de 2021, através do website da Secção Regional dos Açores (http://sracores.oet.pt/ofertas/) e visando disponibilizar informações relevantes aos seus membros, foram publicadas inúmeras divulgações.

Relativamente à secção do portal dedicada a Ofertas de Emprego, ao longo do ano de 2021 foram publicitados 46 anúncios de emprego, tendo os mesmos sido divulgados pelos respetivos membros dos colégios da especialidade a que as ofertas respeitavam.

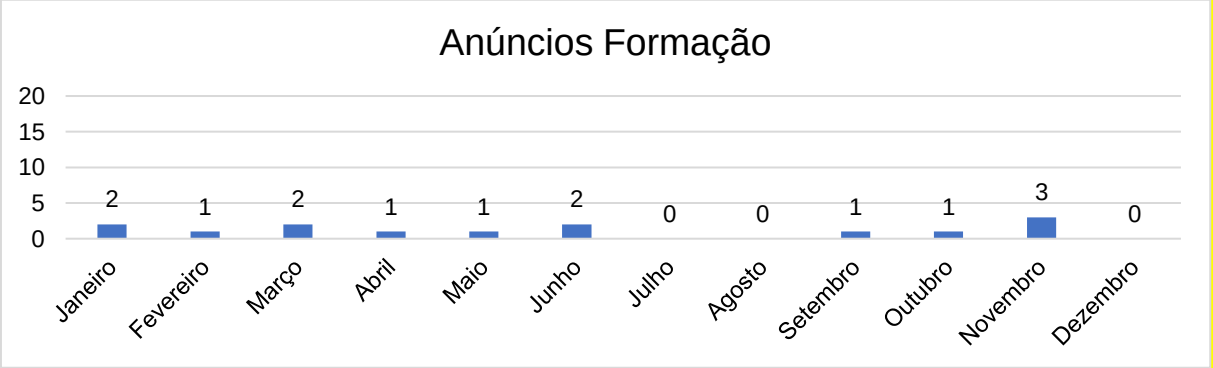


Relativamente à distribuição das ofertas de emprego por colégio de especialidade, continua a constatar-se que a maioria de ofertas se destinam aos membros de Agrária, com 19 ofertas, seguindo-se Civil com 13 e Energia e Sistemas de Potência. Este é um indicador importante porque para além de destacar o aumento da atividade nalguns setores específicos é ainda demonstrativo da dinâmica económica à luz do desenvolvimento regional num todo ainda que, principalmente ao nível da oferta de emprego privado, nem sempre tenhamos a informação clara relativamente ao local aonde os serviços serão prestados.

De referir o facto de o somatório do número de ofertas por especialidade ser superior ao total das ofertas mercê do facto de haver algumas solicitações que se destinavam a mais do que uma especialidade.



Por outro lado, foram publicitados 14 anúncios referentes a ofertas formativas que pudessem ser do interesse dos membros.



Por fim, e também de caráter relevante para os membros, elencamos a legislação publicitada no site da Secção ao longo de 2021:

- **Portaria n.º 32/2021, de 10 de fevereiro, referente à Regulamentação do processo de credenciação de técnicos municipais responsáveis pela apreciação de**

projetos e medidas de autoproteção e pela realização de vistorias e inspeções das condições de segurança contra incêndio em edifícios (SCIE) de edifícios e recintos classificados na 1.ª categoria de risco.

- Decreto Legislativo Regional n.º 3/2021/A, de 1 de março, que Suspende o Sistema de Recolha e Gestão de Informação Cadastral.
- Resolução da Assembleia da República n.º 145/2021, de 20 de maio, que recomenda ao Governo a clarificação da equivalência, para fins profissionais, entre antigos bacharelatos e licenciaturas pós -Bolonha.
- Decreto-Lei n.º 73/2021, de 18 de agosto, que altera o regime da revisão de preços das empreitadas de obras públicas e de obras particulares e de aquisição de bens e serviços.
- Lei n.º 60/2021, de 19 de agosto, que autoriza o Governo a estabelecer os requisitos de acesso e de exercício da atividade dos técnicos do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios.
- Decreto-Lei n.º 102/2021, de 19 de novembro, que estabelece os requisitos de acesso e de exercício da atividade dos técnicos do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios.

5. Contas do Conselho Diretivo Regional



Demonstrações Financeiras e Anexos

5.1 Balanço em 31 de dezembro de 2021

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
ACTIVO		31-dez-21	31-dez-20
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	51.028,39	58.477,14
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Ativos intangíveis	6	153,90	819,84
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Fundadores/associados/membros		0,00	0,00
		51.182,29	59.296,98
Activo corrente			
Estado e outros entes públicos		0,00	0,00
Fundadores/associados/membros		0,00	0,00
Outras contas a receber	11	75,00	75,00
Diferimentos	11	241,12	238,23
Outros activos financeiros		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	11	92.485,59	46.050,92
		92.801,71	46.364,15
Total do activo		143.984,00	105.661,13
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		96.830,95	89.069,91
Outras variações nos fundos patrimoniais		0,00	0,00
		96.830,95	89.069,91
Resultado líquido do período		5.471,64	7.761,04
Total do fundo de capital		102.302,59	96.830,95
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	11	2.518,93	2.448,42

Fundadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outras contas a pagar	11	39.162,48	6.381,76
		41.681,41	8.830,18
Total do passivo		41.681,41	8.830,18
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		143.984,00	105.661,13

(Valores em Euros)

5.2 Demonstração de Resultados em 31 de dezembro de 2021

Conta		RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
Positivo	Negativo			2021	2020
71/72		Vendas e serviços prestados	8	128.979,70	127.619,20
75		Subsídios, doações e legados à exploração		0,00	0,00
74		Custos merc. vendidas e mat. consumidas		0,00	0,00
	62	Fornecimentos e serviços externos	11	-50.282,14	-45.917,58
	63	Gastos com o pessoal	9	-50.304,35	-49.077,77
		Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
7622	652	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
781/4; 786/8		Outros rendimentos e ganhos	11	0,00	0,00
	681/4; 686/8	Outros gastos e perdas	11	-12.354,64	-13.221,53
		Resultado antes deprec., gastos financ. e imp.		16.038,57	19.402,32

761 7625/6	64 655/6	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-10.566,93	-11.666,36
		Resultado operac. (antes gastos financ. e impostos)		5.471,64	7.735,96
79	 69	Juros e rendimentos similares obtidos Juros e gastos similares suportados		0,00 0,00	25,08 0,00
		Resultados antes de impostos		5.471,64	7.761,04
	812	Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
		Resultado líquido do período		5.471,64	7.761,04

F3M - Information Systems, SA

5.3 Anexo ao balanço e demonstração de resultados

5.3.1. Identificação da Entidade

A Secção Regional dos Açores da Ordem dos Engenheiros Técnicos é uma associação sem fins lucrativos, com sede na Rua Diário dos Açores nº 43 – Ponta Delgada.

5.3.2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março.

5.3.3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

5.3.3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

5.3.3.2 Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

5.3.3.3 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

5.3.3.4 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

5.3.3.5 Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

5.3.3.6 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

5.3.3.7 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- **A natureza da reclassificação;**
- **A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e**
- **Razão para a reclassificação.**

5.3.4 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

5.3.4.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Taxas de amortização
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	5%
Equipamento básico	10% a 14,33%
Equipamento de transporte	25%

Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	10% a 33,33%
Outros ativos fixos tangíveis	

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

5.3.4.2 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha recta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	3
Propriedade industrial	
Outros ativos intangíveis	3

O valor residual de um "ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- **Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou**
- **Houver um mercado ativo para este ativo, e**
- **Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.**

5.3.4.3 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;

b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;

c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

5.3.5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5.3.6. Ativos Fixos Tangíveis

5.3.6.1 Outros ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	2021					
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico	9.710,51	2.221,39				11.931,90
Equipamento de transporte						
Equipamento administrativo	69.797,87					69.797,87
Outros ativos fixos tangíveis	54.189,05					54.189,05
Total	133.697,43	2.221,39	0,00	0,00	0,00	135.918,82

Descrição	2021			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Amortizações				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções				
Equipamento básico	3.052,79	2.689,68		5.742,47
Equipamento de transporte				
Equipamento administrativo	46.188,22	4.507,32		50.695,54
Outros ativos fixos tangíveis	25.979,27	2.473,15		28.452,42
Total	75.220,28	9.670,15	0,00	84.890,43

5.3.7. Ativos Intangíveis

5.3.7.1 Outros ativos intangíveis

Em termos de ativos intangíveis os valores são os seguintes:

Descrição	2021					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	3.443,42	230,84				3.674,26
Propriedade Industrial						0,00
Investimentos em curso						0,00
Total	3.443,42	230,84	0,00	0,00	0,00	3.674,26

Descrição	2021			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Goodwill	0,00			0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00			0,00
Programas de Computador	2.623,58	896,78		3.520,36
Propriedade Industrial	0,00			0,00
Outros Activos intangíveis	0,00			0,00
Total	2.623,58	896,78	0,00	3.520,36

5.3.8. Custos de Empréstimos Obtidos

A instituição não tinha a 31 de dezembro de 2021 qualquer empréstimo.

5.3.9 Rédito

Para os períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2021	2020
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	126.214,20	126.619,20
Jóias	2.557,00	1.350,00
Promoções para captação de recursos (eventos)	0,00	0,00
Emolumentos	58,50	55,00
Outros Proveitos	150,00	0,00

Total	128.979,70	127.619,20

5.3.10. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, no período de 2021 foi "3". Dos órgãos diretivos eleitos, 2 usufruem remuneração:

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2021 foi de "2".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2021	2020
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	41.635,76	40.638,58
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	8.668,59	8.439,19
Seguros Acidentes Trabalho e Doenças Profissionais	0,00	0,00
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	0,00	0,00
Total	50.304,35	49.077,77

5.3.11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

5.3.12. Outras Informações

5.3.12.1. Investimentos Financeiros

A instituição não tinha qualquer investimento financeiro a 31 de dezembro

5.3.12.2. Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não tinha qualquer valor novo.

Descrição	2021	2020
Outras contas a receber	75,00	75,00
Total	75,00	75,00

5.3.12.3. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica "Diferimentos" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2021	2020
Gastos a reconhecer - seguros	241,12	238,23
Total	241,12	238,23

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica "Diferimentos" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2021	2020

Gastos a reconhecer - seguros	241,12	238,23
Total	241,12	238,23

5.3.12.4. Outros ativos Financeiros

A Entidade não detinha qualquer outro ativo financeiro em 31 de dezembro de 2021.

5.3.12.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com o seguinte saldo:

Descrição	2021	2020
Caixa	589,80	501,83
Depósitos à ordem	69.829,18	23.482,48
Depósitos a prazo	22.066,61	22.066,61
Total	**92.485,59**	**46.050,92**

5.3.12.6. Fornecedores

A rubrica de "Fornecedores" não apresenta qualquer saldo em 31 de dezembro de 2021

5.3.12.7. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Ativo		
Imposto sobre o Rendimento Pessoas Coletivas (IRC)	5.02	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00

Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	5,02	0,00
Passivo		
Imposto sobre o Rendimento Pessoas coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimento Pessoas Singulares (IRS)	702,08	681,08
Segurança Social	1.821,87	1.772,36
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	2.518,93	2.448,42

5.3.12.8. Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2021		2020	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		6.559,83		6.381,76
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		0,00		0,00
Credores por acréscimo de gastos		0,00		0,00
Outros credores		32.602,65		0,00
Total		39.162,48		6.381,76

5.3.12.9. Outros Passivos Financeiros

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 não registava qualquer valor

5.3.12.10. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade, nos períodos de 2021 e 2020, não registava qualquer valor

5.3.12.11. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

Descrição	2021	2020
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	26.262,71	25.017,04
Materiais	2.867,35	815,97
Energia e fluidos	2.188,53	2.024,81
Deslocações, estadas e transportes	7.605,56	7.890,94
Serviços diversos	11.357,99	10.168,82
Total	50.282,14	45.917,58

5.3.12.12. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Restituição impostos – IRS	0,00	0,00
Imputação subsídios para investimentos.	0,00	0,00
Donativos	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

5.3.12.13. Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Impostos	881,84	421,53
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas em, assoc. e empreend. Conj. (CDN)	11.400,00	12.800,00
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	72,80	0,00
Total	12.354,64	13.221,53

5.3.12.14. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020 foram os seguintes:

Descrição	2021	2020
Juros obtidos	0,00	25,08
Total	0,00	25,08

5.3.12.15. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pelo Conselho Diretivo em Ponta Delgada a 05 de março de 2022.

O Conselho Diretivo Regional

Presidente

Vice-presidente

Secretário

Tesoureiro

Vogal

O Contabilista Certificado

Dr. André Paz CC n.º

Parecer do Conselho Fiscal da Secção Regional

ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS

PORTUGAL



RELATÓRIO E CONTAS 2021

Página intencionalmente deixada em branco

Índice

Artigo de opinião *3*
Relatório de Atividades *4*
Representação Externa *5*
Atividades Internas *13*
Dinamização da Seção *14*
Gabinete de Apoio Jurídico *18*
Presença nas Redes Sociais e Website *18*
Presença nos Meios de Comunicação Social *20*
Bolsa de Emprego *21*
Relatório e Contas do Exercício 2021 *22*
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal *32*
Nota Final *33*
Nota de pesar *34*

Página intencionalmente deixada em branco

Artigo de opinião, por Luís Filipe Rocha de Almeida



Em tempos tão conturbados, como os que vivemos atualmente, parece-me razoável afirmar que falar do setor da construção civil em Portugal, acaba por ser um dos temas menos penosos, quando, e se comparados, com outras áreas e setores da economia portuguesa.

Se pensarmos que a situação pandémica teve o seu início, no nosso país, em março do ano transato, a verdade é que o setor da Construção Civil e Obras Públicas conseguiu ser resiliente o suficiente para se manter ativo, e terminar o ano de 2020 com um saldo positivo e uma evolução auspiciosa, embora igualmente cautelosa, para o que podemos esperar de 2021.

Tendo essa perspetiva em mente, gostaria de fazer referência neste espaço à campanha nacional lançada pela OET, curiosamente aqui mesmo, na cidade de Coimbra, corria o ano de 2019, do "***Resgate da Engenharia"*** portuguesa, onde nos propusemos levar a cabo um estudo exaustivo, a nível nacional, do estado atual da engenharia.

Esta campanha inclui, entre outros desígnios, o mapeamento das infraestruturas dos muitos edifícios públicos abandonados, contando com a mais valia e ajuda dos delegados distritais e concelhios, a qual tem aliás sido determinante na identificação de variados locais icónicos, totalmente votados ao abandono que precisam, eu diria mesmo, merecem, ser reerguidos e transformados em espaços úteis e dignos, contribuindo, desta forma, não apenas como agente potenciador no setor da construção civil como, igualmente, para a elevação do nosso país aquém e além-fronteiras.

Por fim, e enquanto Presidente do Conselho Diretivo da Secção Regional Centro da OET – Ordem dos Engenheiros Técnicos, não posso deixar de me congratular, na figura de todos os Engenheiros Técnicos portugueses, pelo papel fulcral que muitos dos nossos membros têm vindo a desempenhar, em todas as áreas e setores, contribuindo para a revitalização e passagem para o século XXI, da cidade, e do País, deixando para trás os modelos obsoletos, pertencentes ao século passado. Ou não fosse o mote da OET: Saber fazer, fazer bem e à primeira.

in Diário de Coimbra, maio/2021- artigo de opinião

ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS

PORTUGAL

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2021

SECÇÃO REGIONAL DO CENTRO

Representação externa

O ano de 2021, muito à semelhança do ano de 2020 foi, também ele, atípico. A imposição de vários confinamentos gerais no país, aliados às mediadas de prevenção do alastramento da pandemia levou ao encerramento de todas as instalações da Ordem dos Engenheiros Técnicos logo no início do ano, com recurso ao teletrabalho.

No entanto não deixamos de participar nas atividades que foram surgindo e das quais damos de seguida informação:

- Dia 4 de março - DIA MUNDIAL DA ENGENHARIA – assinalamos a data com a intervenção do Presidente da Secção Regional do Centro da Ordem dos Engenheiros Técnicos, Engenheiro Técnico Luís Filipe Almeida, no Programa da Manhã da Rádio Regional do Centro, onde em entrevista ao jornalista Carlos Gaspar destacou o risco que corremos com a falta engenheiros civis num futuro breve.



https://www.radioregionalcentro.pt/noticias/programa-da-manha-eng-luis-almeida-da-src-da-ordem-dos-engenheiros-tecnicos/

- Nos dias 18 e 19 de maio, a convite do Núcleo de Estudantes de Bioengenharia da Universidade da Beira Interior (NEBE) marcamos presença nas VIII Jornadas de Bioengenharia, realizadas através de plataforma digital. Este evento anual, organizado pelo NEBE, visou juntar vários oradores das áreas da Saúde, Tecnologia, Biologia e Engenharia numa ação de descoberta de novos projetos e ideias. Ao mesmo tempo, serviu para elucidar e informar os alunos sobre o mercado de trabalho existente nas diversas áreas, através da realização de palestras com oradores e empresas do ramo. Assim, no dia 18, a Ordem dos Engenheiros Técnicos, através da Secção Regional do Centro, proferiu uma palestra aos estudantes de Engenharia seguida de uma sessão de esclarecimentos e dúvidas.



- Ainda em maio, a convite do jornal “Diário de Coimbra” foi publicado um artigo de opinião da autoria do Presidente do Conselho Diretivo da Secção, integrado numa Revista de Edição Especial dedicada à construção civil.



Diário de Coimbra

OPINIÃO | 13
500 maiores | Construção Civil

Saber fazer, fazer bem e à primeira

Luís Filipe Rocha de Almeida
→Presidente do Conselho Directivo da Secção Regional Centro da Ordem dos Engenheiros Técnicos

Em tempos tão conturbados, como os que vivemos atualmente, parece-me razoável afirmar que falar do setor da construção civil em Portugal, acaba por ser um dos temas menos penosos, quando, e se comparados, com outras áreas e setores da economia portuguesa.

Se pensarmos que a situação pandémica teve o seu início, no nosso país, em março do ano transato, a verdade é que o setor da Construção Civil e Obras Públicas conseguiu ser resiliente o suficiente para se manter ativo, e terminar o ano de 2020 com um saldo positivo e uma evolução auspiciosa, embora igualmente cautelosa, para o que podemos esperar de 2021.

Tendo essa perspetiva em mente, gostaria de fazer referência neste espaço à campanha nacional lançada pela OET, curiosamente aqui mesmo, na cidade de Coimbra, corria o ano de 2019, do “Resgate da Engenharia” portuguesa, onde nos propusemos levar a cabo um estudo exaustivo, a nível nacional, do estado atual da engenharia.

Esta campanha inclui, entre outros desígnios, o mapeamento das infraestruturas dos muitos edifícios públicos abandonados, contando com a mais valia e ajuda dos delegados distritais e concelhios, a qual tem aliás sido determinante na identificação de variados locais icónicos, totalmente votados ao abandono que precisam, eu diria mesmo, merecem, ser reerguidos e transformados em espaços úteis e dignos, contribuindo, desta forma, não apenas como agente potenciador no setor da construção civil como, igualmente, para a elevação do nosso país aquém e além-fronteiras.

> **Setor da Construção Civil e Obras Públicas conseguiu ser resiliente o suficiente para se manter ativo, e terminar o ano de 2020 com um saldo positivo**

> **Não posso deixar de me congratular pelo papel fulcral que muitos dos nossos membros têm vindo a desempenhar, em todas as áreas e setores**

Por fim, e enquanto Presidente do Conselho Diretivo da Secção Regional Centro da OET – Ordem dos Engenheiros Técnicos, não posso deixar de me congratular, na figura de todos os Engenheiros Técnicos portugueses, pelo papel fulcral que muitos dos nossos membros têm vindo a desempenhar, em todas as áreas e setores, contribuindo para a revitalização e passagem para o século XXI, da cidade, e do País, deixando para trás os modelos obsoletos, pertencentes ao século passado. Ou não fosse o mote da OET: Saber fazer, fazer bem e à primeira.

- No dia 2 de junho marcamos presença nas Jornadas ETICS, levadas a cabo pela Escola Superior de Tecnologia e Gestão da Guarda.



- No dia 2 de setembro - DIA DO ENGENHEIRO TÉCNICO - comemorando-se o 22º aniversário desde a publicação do Estatuto de Associação Pública dos Engenheiros Técnicos, através do Decreto-Lei nº 349/99, de 2 de setembro, a Secção Regional Centro entendeu por bem aderir à iniciativa levada a cabo pela Secção Regional do Norte, convidando todos os seus membros a participarem na videoconferência subordinada a tema: **OET- QUE FUTURO QUEREMOS PARA A NOSSA ORDEM?**



- No dia 30 de setembro estivemos presentes no Encontro PEFC Portugal - Floresta e Sustentabilidade, que decorreu em sessão Live Streaming; simultaneamente a este evento decorreu o Encontro Técnico Científico nas Escolas do IPCB no âmbito das comemorações do 40.º aniversário do Instituto Politécnico de Castelo Branco.

- De 18 a 20 de outubro, decorreu, no campus do ISEC, a **FENGE 2021** levada a cabo pela Associação de Estudantes do Instituto Superior de Engenharia de Coimbra, em parceria com o ISEC. A OET - Ordem dos Engenheiros Técnicos, através da Secção Regional Centro, associou-se, por mais um ano, a esta importante e nobre iniciativa, apoiando não só todos os futuros e jovens licenciados, como também participando ativamente num evento que dá a conhecer o que de melhor se faz na Engenharia Portuguesa.

  Em 2021 a OET foi patrocinadora Platinium do evento.



- No dia 19 de outubro, integrada no ciclo de palestras apresentada na FENGE 2021 decorreu a apresentação da OET, este ano subordinada ao tema: "A inovação disruptiva na engenharia", ministrada pelo Presidente do Conselho Diretivo, Engenheiro Técnico Luís Almeida.

- No dia 29 de outubro, e enquanto "parceiros de promoção" de inúmeras iniciativas do IPG estivemos presentes no Workshop "Manutenção para a Gestão Sustentável de Edifícios". Este evento visou apresentar as linhas orientadoras para a Manutenção Preventiva de Edifícios na vertente da construção civil e abordar as estratégias de sustentabilidade na manutenção e nas formas como podemos conseguir edifícios mais saudáveis a partir da sua manutenção.

  No âmbito desta iniciativa foi ainda apresentado o livro técnico "Da Manutenção Preventiva à Gestão Sustentável de Edifícios - Guia Prático na Perspetiva da Engenharia Civil" pela Engenheira Susana Lucas, autora e investigadora em Engenharia Química e Engenharia Civil e especialista em construção sustentável. A organização desta iniciativa foi da responsabilidade da Unidade Técnico-Científica de Engenharia & Tecnologia para a Gestão Sustentável de Edifícios".



- Entre 29 de outubro e 9 de novembro realizaram-se uma série de reuniões distritais com o propósito de aprofundar a relação de proximidade com todos os seus membros. Estas reuniões tiveram como objetivo discutir o exercício da Engenharia e reativar, na medida do possível, as atividades que, durante grande parte do mandato prestes a terminar, foram impossibilitadas pela pandemia que assolou o mundo. Estas reuniões, em nosso entender, revestem-se de extrema importância, não apenas para o estreitamento da relação com a Associação Profissional que os representa, mas igualmente para tomarem conhecimento de todos os desenvolvimentos no âmbito da sua profissão.

- No dia 5 de novembro, a convite do Professor Doutor João Freitas Coroado, Presidente do Instituto politécnico de Tomar assistimos à Abertura Solene do Ano Letivo2021/2022, a qual contou igualmente com a presença de Sua Excelência o Ministro do Planeamento, Dr. Nelson de Souza.

- A 6 de novembro, poucos dias antes das eleições para os órgãos estatutários da OET – mandato 2022/2025 – marcadas para dia 11 de novembro, a Secção Regional Centro da OET volta à Rádio Regional do Centro, para mais uma entrevista levada a cabo pelo jornalista Carlos Gaspar, onde o Engenheiro Técnico Luís Almeida, na qualidade de candidato à presidência do Conselho Diretivo explicou quais as suas motivações e o que se propõe realizar.


ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS

Divulgação

(OET S. R. Centro)

Rádio Regional do Centro - Programa da manhã: Entrevista Engenheiro Técnico Luís Almeida-Presidente do CD da SRCentro OET

06.11.21 | Coimbra

- Dia 11 de novembro decorreram as eleições os Órgãos Nacionais, Órgãos Regionais e Direções dos Colégios de Especialidade para o mandato 2022-2025, realizadas em formato presencial, via correio ou via votação eletrónica.



- No dia 26 de novembro, marcamos presença no Seminário “Mitigação do Despovoamento Através da Revitalização dos Sistemas Agro-Silvo-Pastoris no Interior de Portugal”, realizado em Vouzela, considerando a pertinência e relevância do tema no seio da especialidade de engenharia agrária.

- A OET marcou presença no IV Congresso Internacional da Ordem dos Engenheiros de Angola, que decorreu em Luanda nos dias 18 e 19 de novembro de 2021. A representação da OET no IV Congresso da OE Angola foi liderada pelo Bastonário Engenheiro Técnico Augusto Guedes e pelos Vice-Presidentes Engenheiro Técnico António Lousada, Engenheiro Técnico José Manuel Sousa e Engenheiro Técnico Carlos Pereira, tendo a Secção Regional do Centro sido representada pelo Engenheiro Técnico Paulo Moradias, Vice Presidente do Conselho Diretivo.



- A Secção Regional Centro da OET esteve ainda presente no “IV Debate Florestas e Legislação - O Novo Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR)”, que decorreu no dia 17 de dezembro, no Auditório Municipal da Pampilhosa da Serra.

Atividades internas:

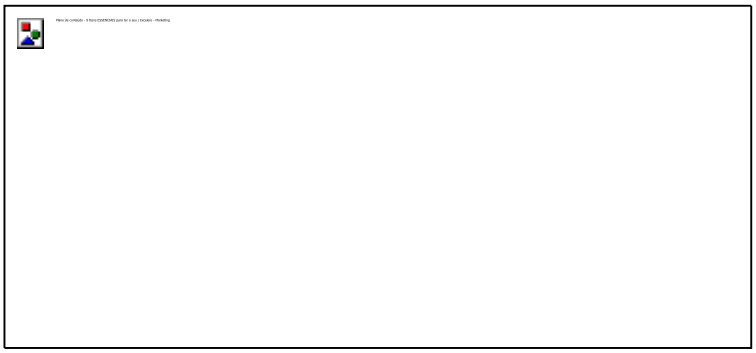
- Ao longo de ano de 2021 realizaram-se várias reuniões do Conselho Diretivo Regional, alargadas aos outros órgãos diretivos, delegados distritais e delegados concelhios devidamente adaptadas à situação epidemiológica, tendo sempre em consideração todas as condições de segurança emanadas pela DGS.

- Foram ainda realizadas reuniões entre a Direção e alguns dos restantes elementos dos órgãos diretivos, em períodos de folgas profissionais, para troca de ideias e delineação de métodos estratégicos a seguir.

- Participamos em reuniões com as restantes direções das outras Secções Regionais para harmonização de procedimentos e delineação de estratégias a seguir.

- Tendo em conta o crescimento e a visibilidade da Ordem dos Engenheiros Técnicos participamos, sempre que exequível, em alguns eventos realizados a nível nacional.

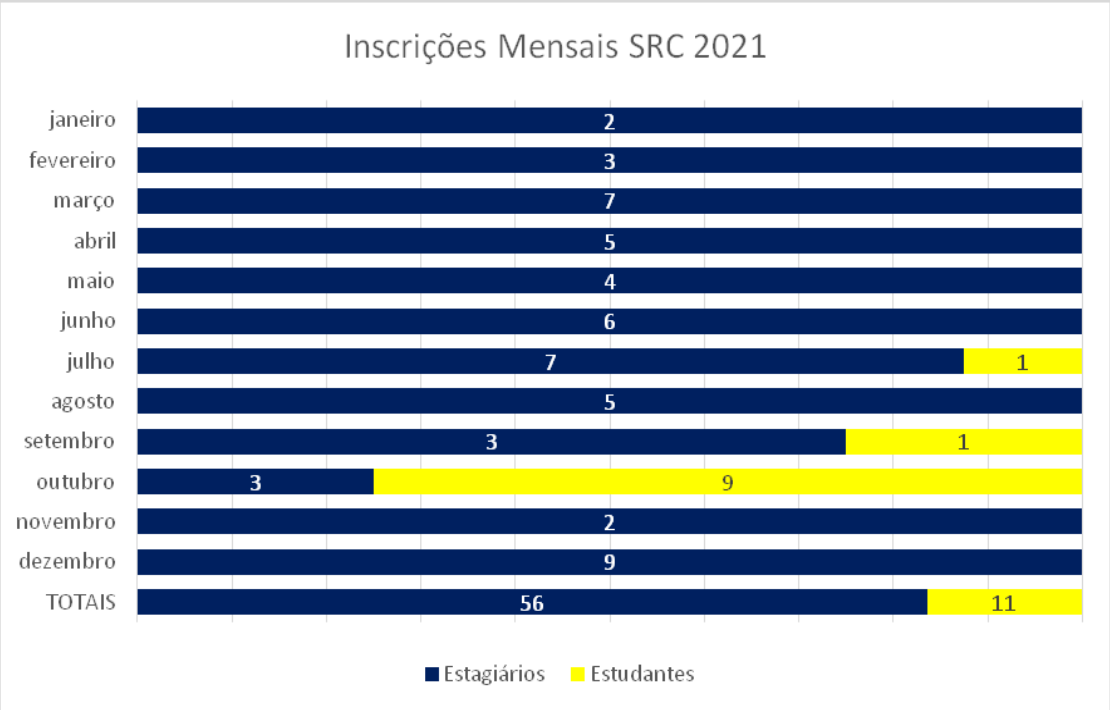
- Participamos nas reuniões do Conselho Diretivo Nacional e nas Assembleias de Representantes, mais uma vez, em condições devidamente adaptadas à situação epidemiológica vivida.

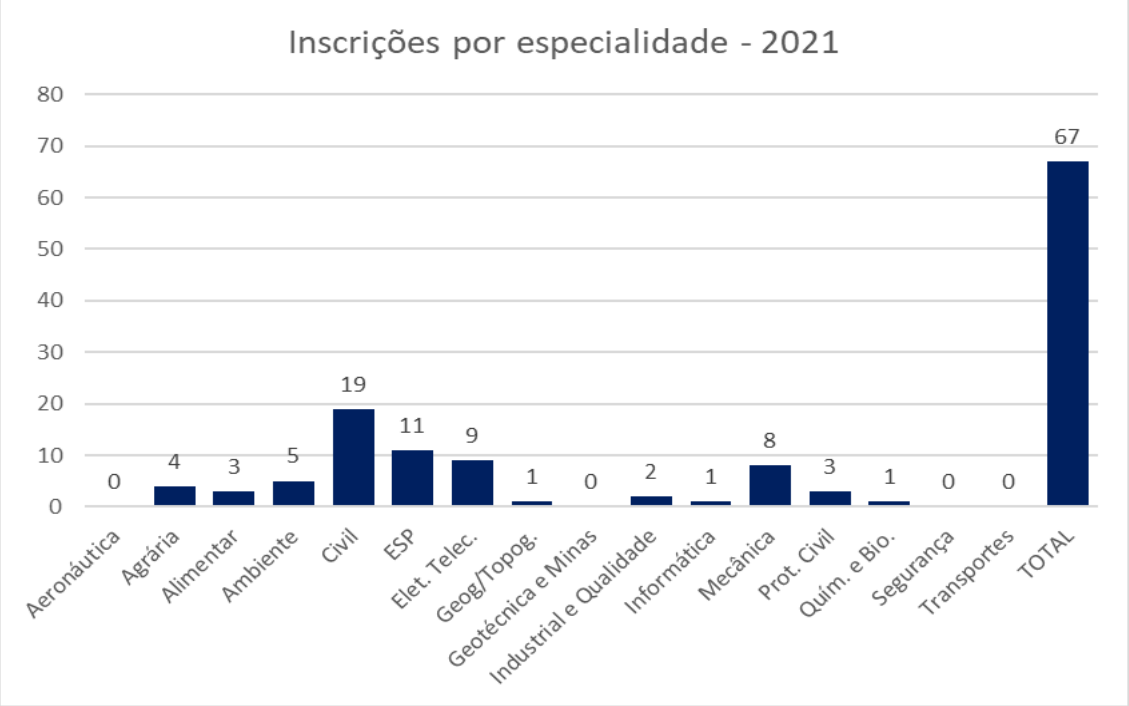


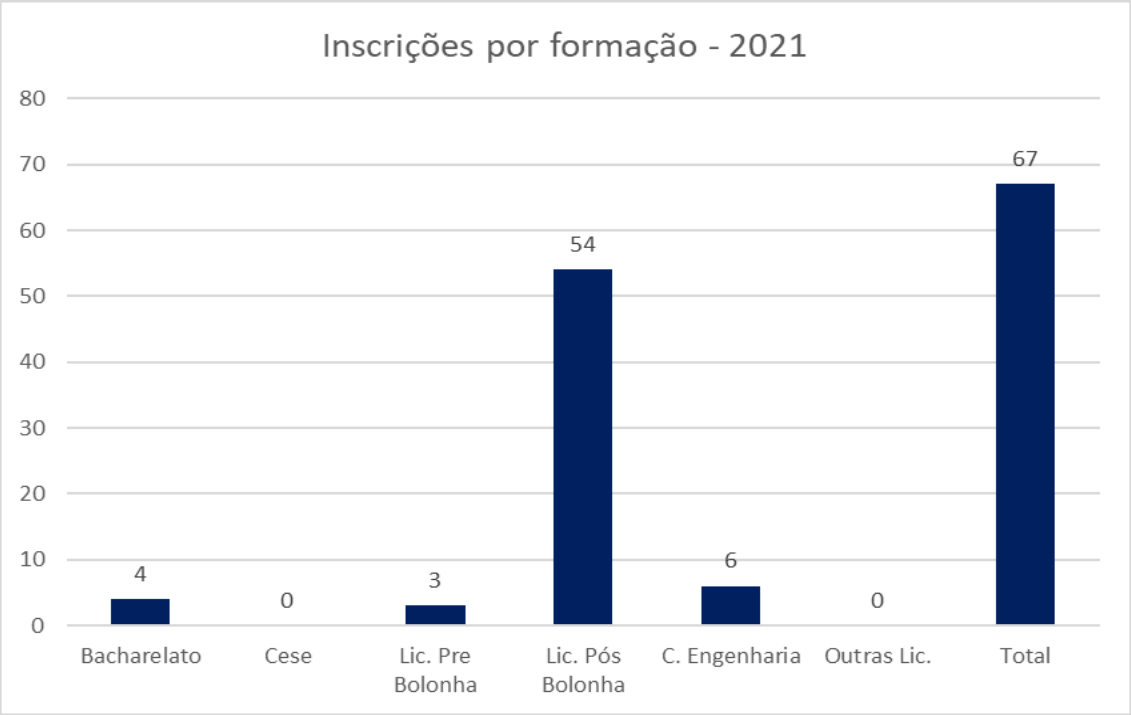
Dinamização da Secção

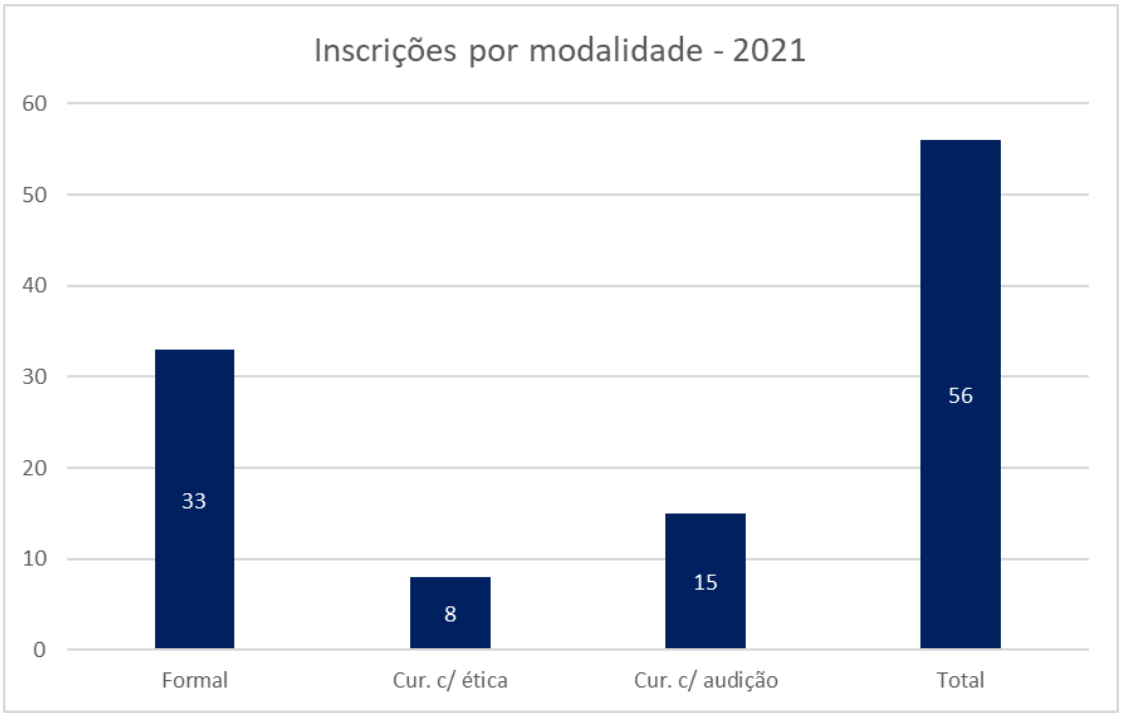
Inscrições 2021

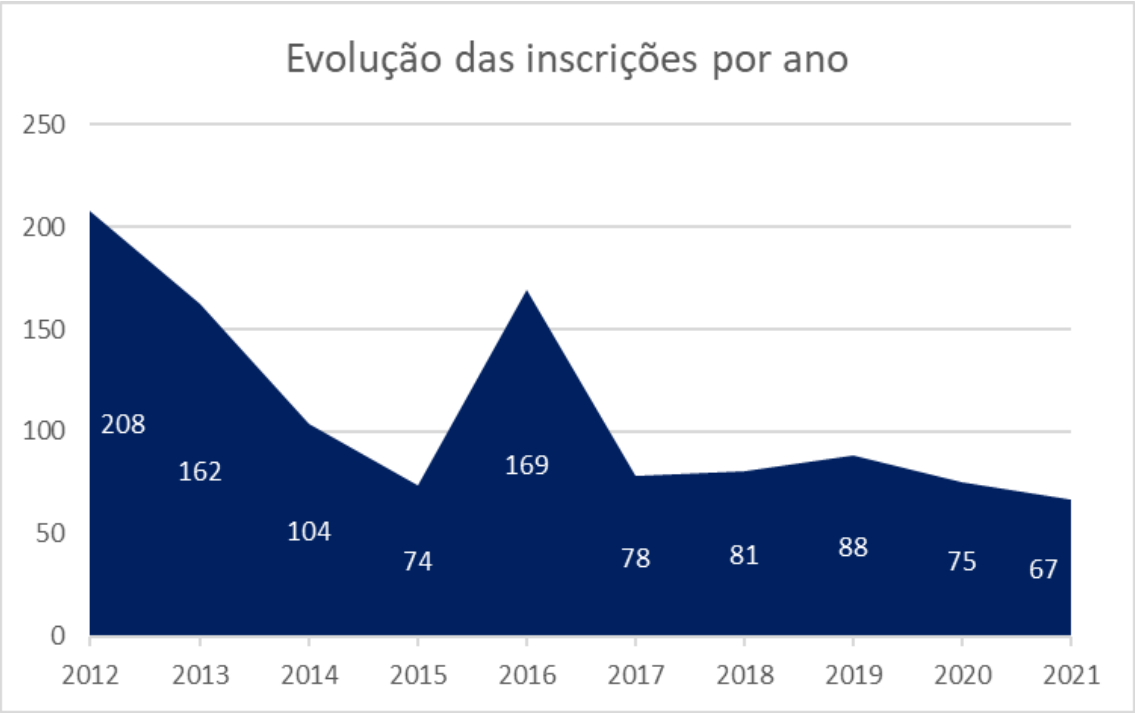
Estudantes	Estagiários	Total
11	56	67






Inscrições por formação - 2021
80
70
60
50
40
30
20
10
0
4
0
3
54
6
0
67
Bacharelato
Cese
Lic. Pre Bolonha
Lic. Pós Bolonha
C. Engenharia
Outras Lic.
Total


Inscrições por modalidade - 2021
60
50
40
30
20
10
0
33
8
15
56
Formal
Cur. c/ ética
Cur. c/ audição
Total


Evolução das inscrições por ano
250
200
150
100
50
0
208
162
104
74
169
78
81
88
75
67
2012
2013
2014
2015
2016
2017
2018
2019
2020
2021

Gabinete de apoio jurídico



- O departamento jurídico da Secção Regional Centro continua ativo e em pleno funcionamento, sendo cada vez mais procurado pelos Colegas.

- Em 2021 mantivemos a média de cerca de 10 pedidos de esclarecimentos por mês.

Presença nas redes sociais e website

- É com bastante satisfação que verificamos que, ano após ano, o alcance e a interação com os membros tem vindo constantemente a aumentar.

- Também o website se mantém ativo e em pleno funcionamento.



- Durante o ano de 2021 divulgamos cerca 220 notícias / eventos.
- A média alcançada, por publicação, foi de 1000 pessoas.
- Terminamos o ano com 1420 seguidores.
- Também estamos ativos no LinkedIn tendo, neste momento 2653 seguidores, com uma média de 450 visualizações por mês.













Presença nos meios de comunicação social



- A Secção Regional Centro da OET, na figura do seu Presidente, foi por diversas vezes convidada a intervir no “Programa da Manhã” da Rádio Regional do Centro.

- Em 2021, a OET continuou a emitir o seu Spot informativo na Rádio Regional do Centro.

- Também no “Diário de Coimbra”, ao longo de 2021, foram publicadas algumas comunicações, de entre os quais sublinhamos o artigo de opinião do Senhor Presidente do Conselho Diretivo Regional integrado na Revista Especial dedicada à construção civil.

Bolsa de Emprego

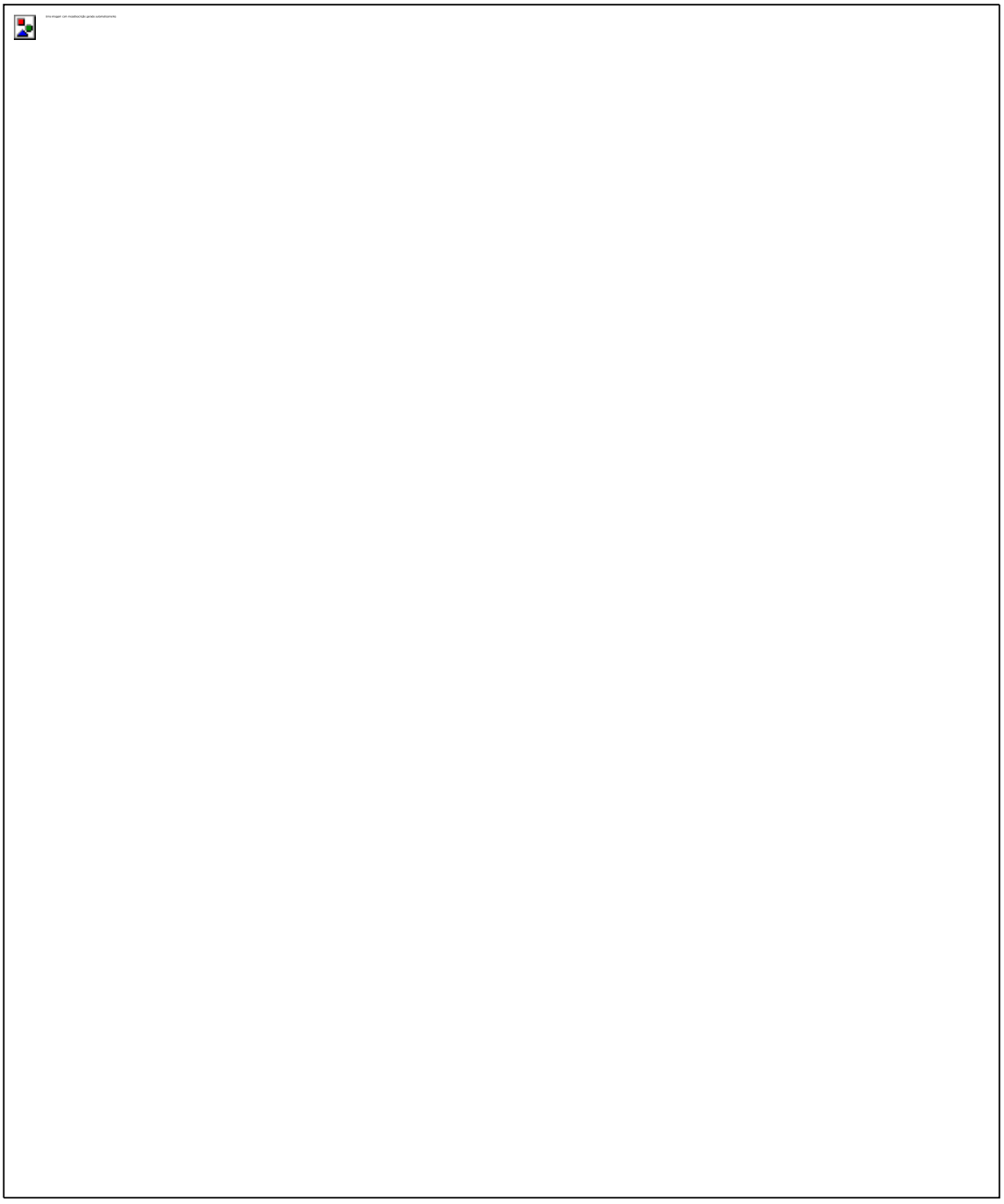


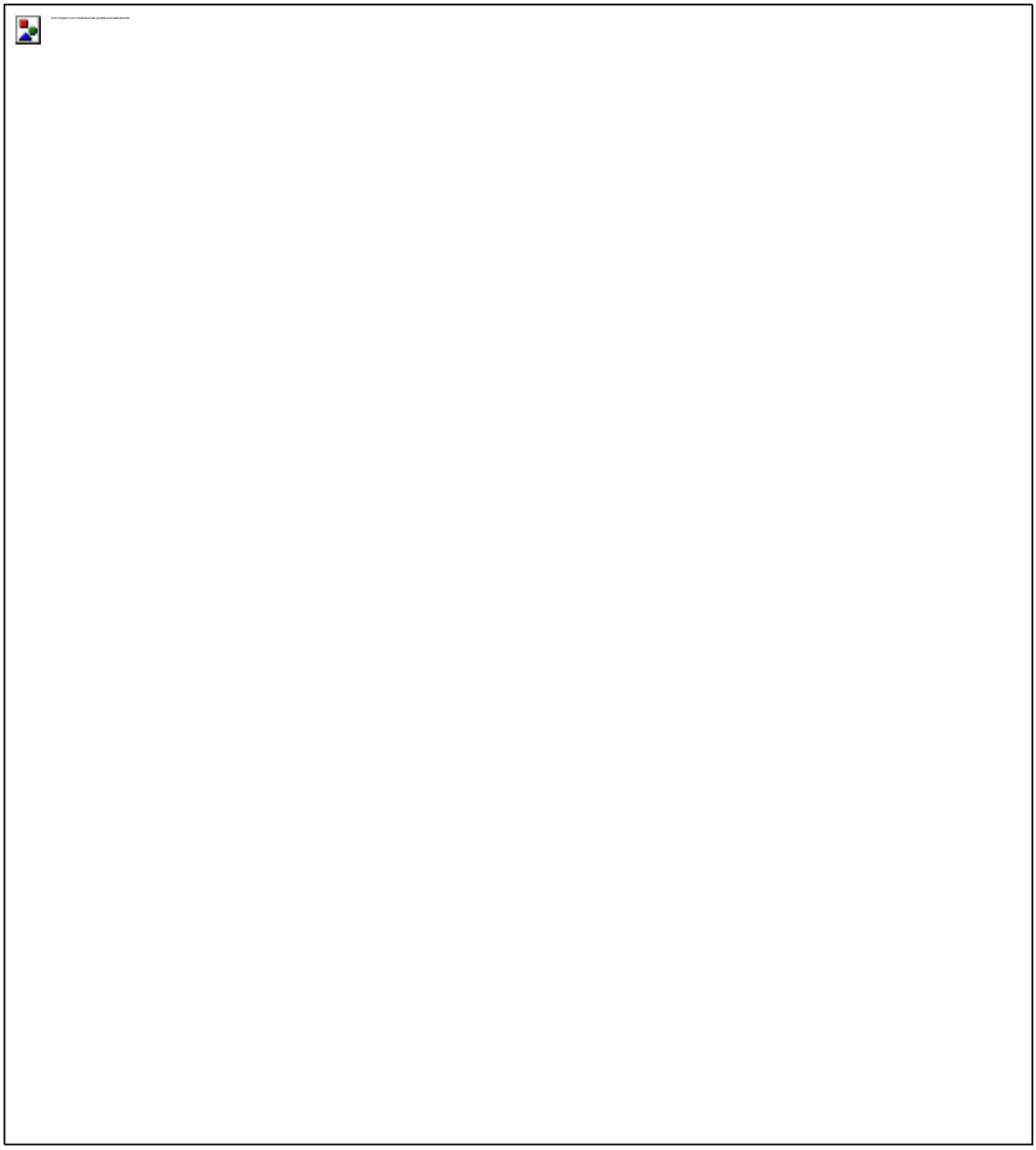
- A Secção Regional do Centro continua a comunicar aos seus membros todas as ofertas de emprego das quais tem conhecimento, quer as publicitadas na BEP, como outras indiferenciadas que nos são remetidas via email.

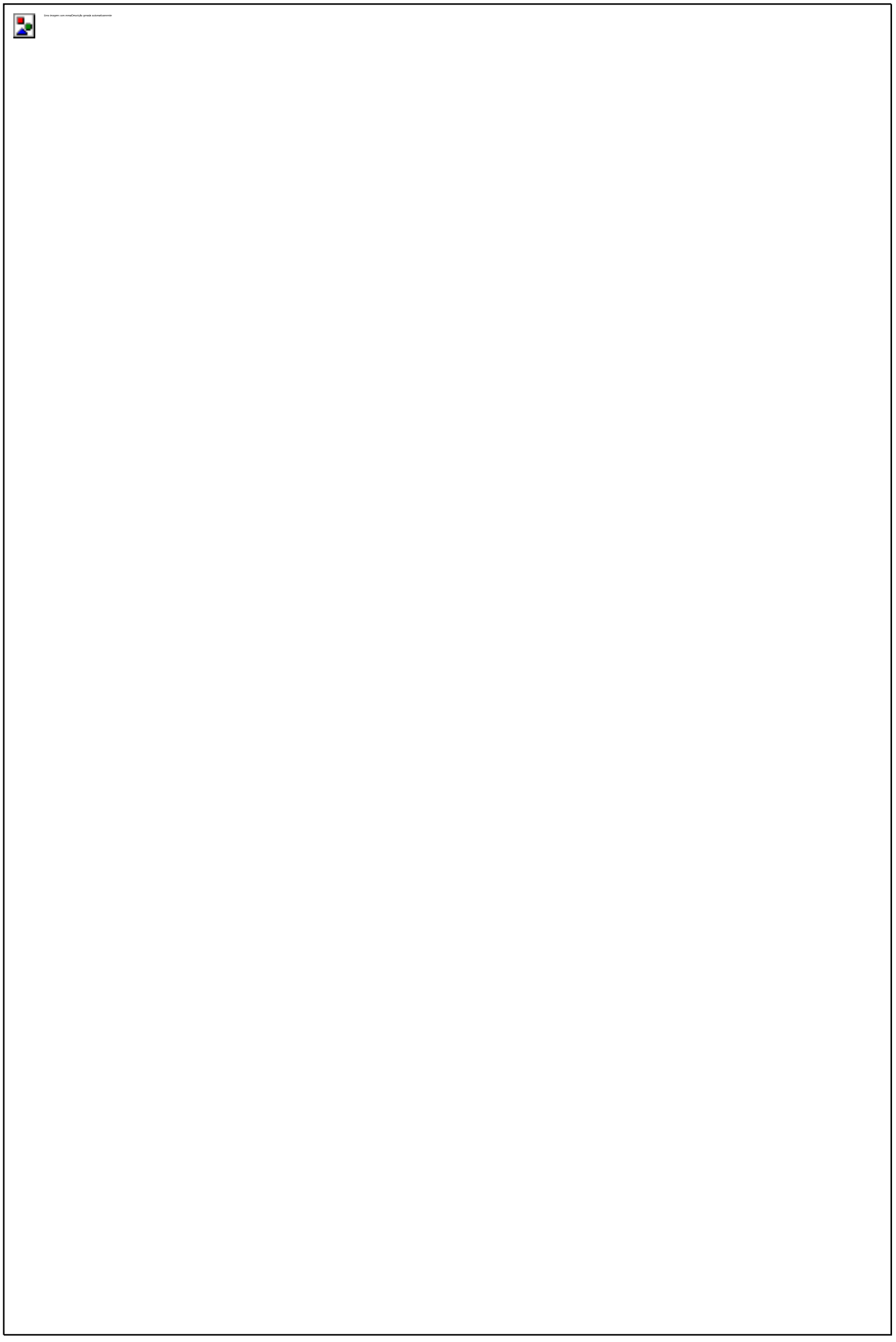
- Em 2021 foram publicadas/divulgadas cerca de 40 ofertas.

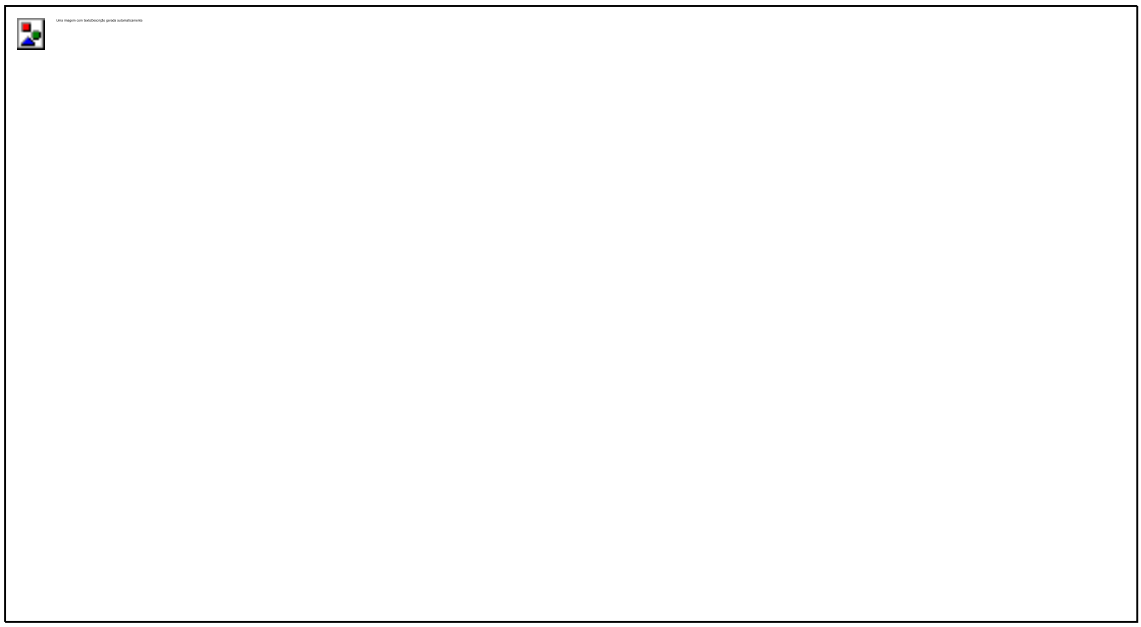


Contas do exercício 2021









Coimbra, 17 de março de 2021

O Conselho Diretivo da Secção Regional Centro da OET,

Luís Filipe Rocha de Almeida, Presidente

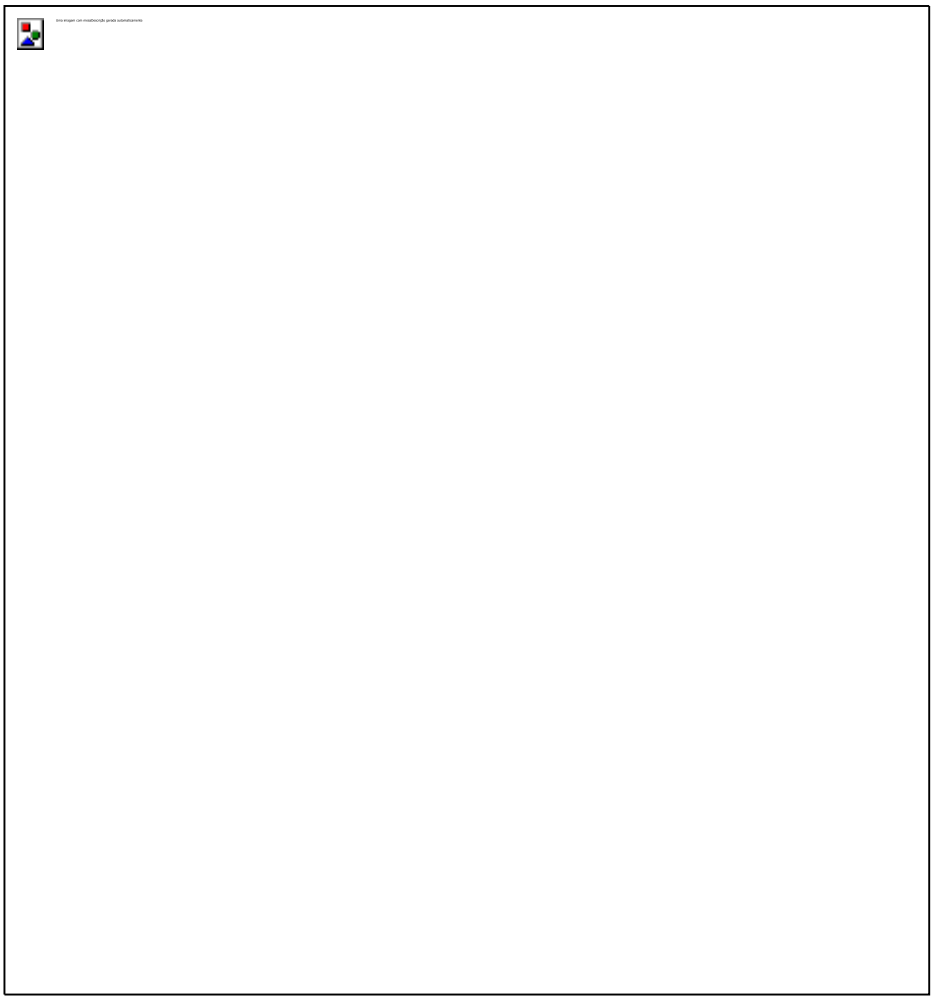
Paulo Alexandre Martins Moradias, Vice-Presidente

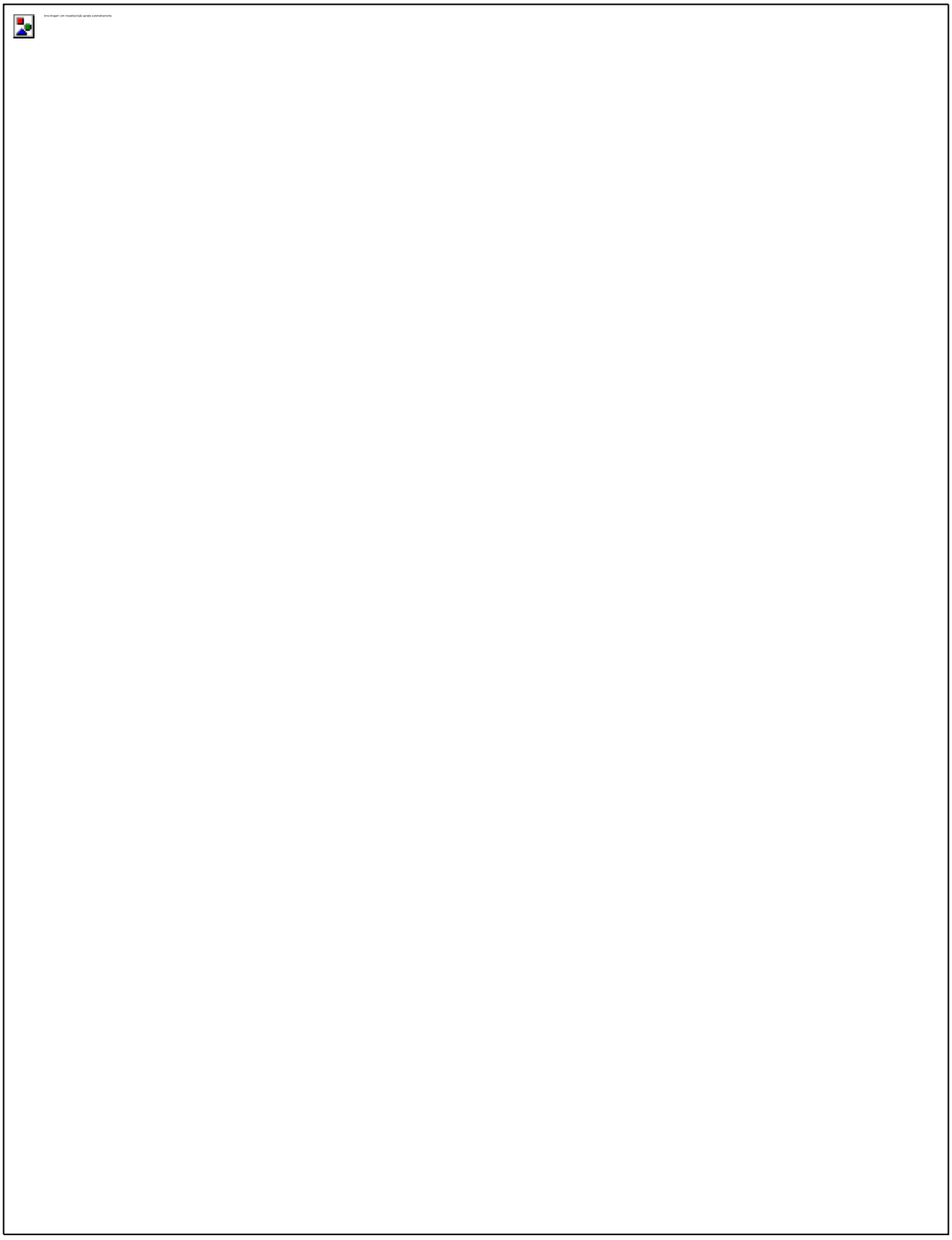
Mauro António Pereira Alegre, Secretário

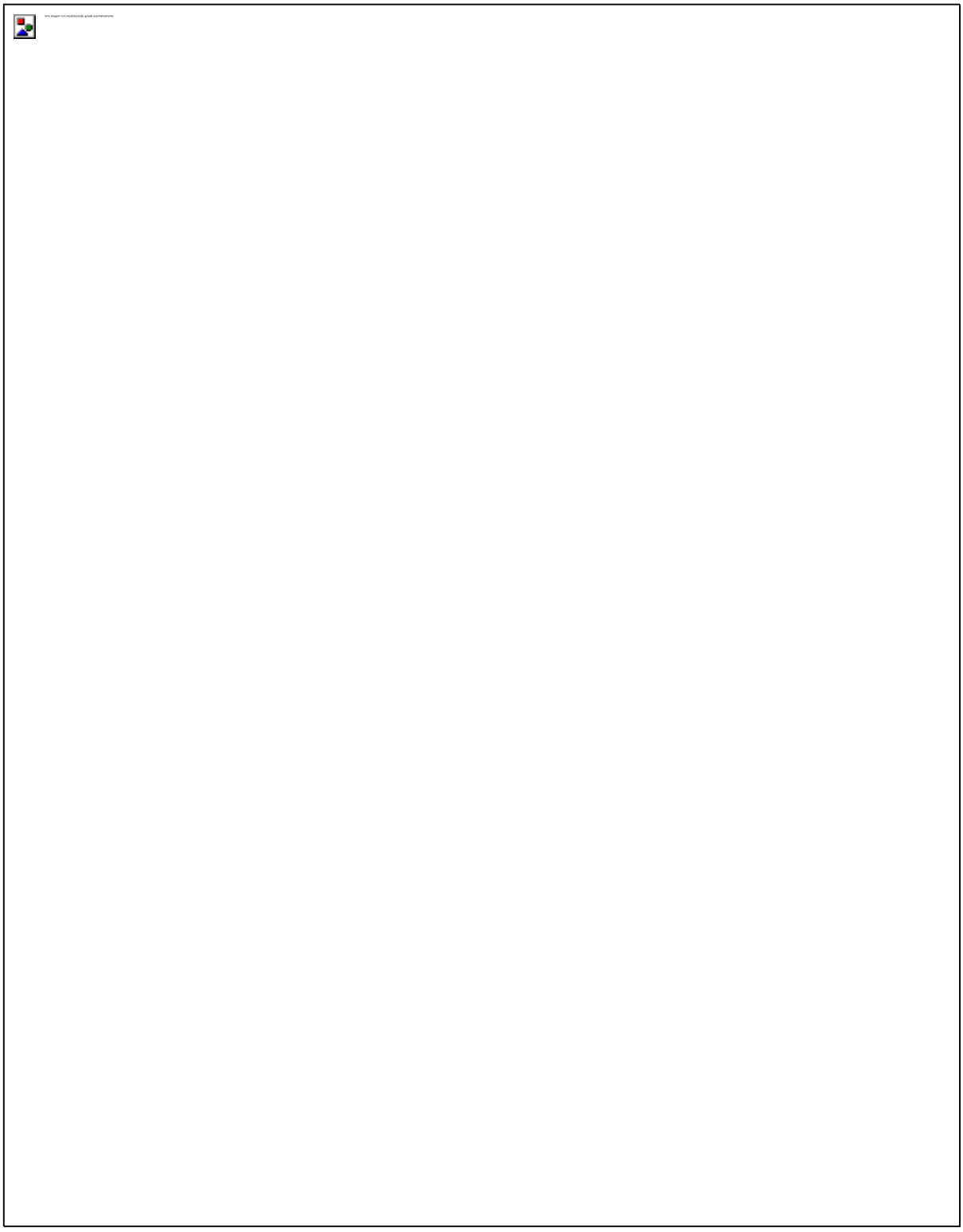
Vítor Hugo Almeida Coelho, Tesoureiro

Hugo Filipe Silva Rocha de Almeida, Vogal











Relatório e Parecer

OET – Ordem dos Engenheiros Técnicos

Estatuto aprovado pelo Decreto-Lei n.º 349/99, de 2 de setembro, alterado sucessivamente pela Lei 47/2011, de 27 de junho, e pela Lei n.º 157/2015, de 17 de setembro

Secção Regional Centro

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL REGIONAL

Em cumprimento do prescrito no ponto 2 do art.º 45º dos Estatutos da OET, Ordem dos Engenheiros Técnicos, vem o Conselho Fiscal da Secção Regional do Centro da OET apresentar o seu relatório e parecer sobre o balanço e as contas do exercício de 2021, assim como sobre o relatório do Conselho Diretivo da Secção e sua proposta de aplicação do resultado líquido.

Com a frequência necessária, procedeu este Conselho, durante o exercício, ao exame da escrita da Secção, visando prioritariamente a regularidade dos documentos e registos contabilísticos.

O relatório do Conselho Diretivo descreve sumariamente a actividade desenvolvida pela Secção e ajuda a interpretar os resultados apurados, na medida em que evidencia os factos mais relevantes e os fatores que para eles contribuíram.

Em resumo, é da opinião que a contabilidade, o balanço, a demonstração de resultados líquidos e o relatório de gestão, satisfazem as disposições legais e estatutárias, traduzindo corretamente a situação patrimonial da Secção.

Consequentemente, propomos:

I - Que aproveis o balanço, as contas e o relatório de gestão, assim como a sua proposta de aplicação dos resultados apurados no exercício de 2021.

II - Que aproveis um voto de congratulação ao Conselho Diretivo da Secção, pela competência com que exerceu as suas funções, extensivo a todos os outros Órgãos e pessoal da Secção.

O Conselho Fiscal Regional analisou ainda o Plano de Atividades e Orçamento para 2022 apresentado pelo Conselho Diretivo Regional e propõe que o mesmo seja aprovado pela Assembleia Regional.

Coimbra, 17 de março de 2022



Nota final:

Terminamos este relatório agradecendo a todos quantos, de uma forma ou outra, contribuíram e apoiaram para ajudar a elevar cada vez mais a nossa Classe.
Todo o apoio, ajuda e contributos recebidos foram, sem dúvida, uma mais valia para a prossecução no alcance dos nossos objectivos, os quais visam sempre a dignificação da Ordem dos Engenheiros Técnicos.

É também para alguns (felizmente poucos!) tempo de despedida; para esses em particular, que connosco trabalharam afincadamente durante 3 anos, expresso o nosso reconhecimento e gratidão pelo empenho e dedicação no trabalho desenvolvido.

Ao Senhor Bastonário, aos Senhores Vice-Presidentes da OET e aos restantes Colegas do Conselho Diretivo Nacional pelo apoio prestado, quando necessário.

Por último, uma palavra de especial apreço a todos os Colegas da região centro pelo voto de confiança em nós depositado.

O Conselho Diretivo,

Luís Filipe Rocha de Almeida
Presidente

Paulo Alexandre Martins Moradias
Vice-Presidente

Mauro António Pereira Alegre
Secretário

Vítor Hugo Almeida Coelho
Tesoureiro

Hugo Filipe da Silva Rocha de Almeida
Vogal



Nota de pesar:

O ano de 2021 mostrou-se pesado e amargo para a OET.

Em apenas 365 dias vimos desaparecer 6 vultos da sociedade portuguesa, 6 Engenheiros Técnicos, 6 Colegas e Amigos:

- Em janeiro partiu o nosso colega e amigo de longa data Hélder Pita, que desempenhava as funções de vice-presidente da OET, e foi uma das pessoas que mais contribuiu para a dignificação e prestígio da profissão de engenheiro técnico e para a construção de uma Ordem Profissional de grande relevância na vida de Portugal.

- No mês de fevereiro a OET cumpriu o doloroso dever de comunicar o falecimento dos Colegas Eduardo Torcato David e Vítor Macedo.

- Já no mês de março deixou-nos o nosso Colega e Amigo David Ferreira Leite, estimado membro da Secção Regional Centro, membro da Assembleia Representativa Nacional e delegado distrital da OET para o distrito de Aveiro.

- Em setembro foi dever da OET comunicar o falecimento do Engenheiro Técnico Manuel António Silva Morais, da Secção Regional da Madeira.

- No mês de novembro foi com profundo pesar e consternação que a Ordem dos Engenheiros Técnicos informou os colegas do falecimento do Colega Engenheiro Técnico José Carlos Moita, da Secção Regional Norte da OET.

À OET deram tudo o que tinham de melhor; participaram e trabalharam pela Classe até ao fim e, como tal, jamais serão esquecidos por todos aqueles que com eles tiveram a honra e o privilégio de trabalhar e conviver. O trabalho e dedicação de todos eles, aliados à resiliência, empenho e disponibilidade são meritórios dum voto de Reconhecimento por parte de todos os Engenheiros Técnicos Portugueses, sendo certo que os seus legados permanecerão por muitos e longos anos.

ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS

SECÇÃO REGIONAL DA MADEIRA



RELATÓRIO DE CONTAS 2021

APRECIAÇÃO DO ORÇAMENTO E PLANO DE ACTIVIDADES 2022

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO 1

2. ATIVIDADES REALIZADAS 2

2.1. Comemorações do 47º aniversário do 25 de Abril 3

2.2. Comemorações dos 500 anos do Voto a S.Tiago Menor 3

2.3. Participação em Publireportagem 4

2.4. Visita Técnica À Obra De Reabilitação E Restauro Do Convento De Santa Clara No Funchal 5

2.5. Comemoração do Dia Mundial do Ambiente 5

2.6. Comemoração do Dia de Portugal 7

2.7. Jornadas Madeira 2021 7

2.8. Comemoração do Dia do Médico 8

2.9. Visita à Escola Básica Com Pré-Escolar De Santo António E Curral Das Freiras 8

2.10. Comemoração do Dia da Região 9

2.11. Lançamento Do Livro "A Agricultura Madeirense E Eu" Do Engenheiro Técnico Duarte Caldeira 10

2.12. Visita à Sede Da Oet - Grupo De Campo De Férias Pontassolense 10

2.13. Visita à Sede Da OET Pela Coligação Confiança 11

2.14. Visita Técnica Às Obras De Construção Da Via Expresso Ribeira De São Jorge/Arco De São Jorge 12

2.15. Comemoração do Dia Nacional do Engenheiro Técnico 12

2.16. Jantar Comemorativo Do "Dia Do Engenheiro Técnico" 14

2.17. Distinções Dos Membros Seniores E Membros Especialistas 15

2.18. Reinício do Ano Judicial 16

2.19. Mesa Redonda e lançamento do livro -Vila: do Tempo e do seu desenho 16

2.20. Comemoração do Dia Mundial da Arquitetura 17

2.21. Entrega de Prémios de Arquitetura da Madeira e Porto Santo 17

2.22. Formação de 1º Intervenção Em Caso De Incêndio 18

2.23. Cerimónia de entrega de diplomas UMa 19

2.24. Convívio De Natal OET 2021 20
2.25. Apresentação de Cumprimentos de Boas Festas 20
2.26. Visita do Bastonário à Secção Regional da Madeira 21
2.27. Atividade dos Delegados Concelhios 22
2.28. Participação Mensal com artigos no Diário de Notícias da Madeira 22
3. RELATÓRIO E CONTAS 2021 25
4. ORÇAMENTO 2022 26
1. ATIVIDADES PARA 2022 27
4.1. V Congresso da OET 27
4.2. OET na Comunicação Social 27
4.3. Dia do Engenheiro Técnico 27
4.4. Associação de Engenharia da Macaronésia 27
4.5. ENGeduca 27
4.6. Formação ao longo da vida 27
4.7. Delegados Concelhios 28
4.8. Participação OET /Representatividade 28
4.9. Visitas Técnicas 28
4.10. Legislação 28
4.11. CES – Conselho Económico e Social 28
4.12. Ensino Superior 28

1. INTRODUÇÃO

Dando cumprimento aos estatutos da OET - Ordem dos Engenheiros Técnicos, segundo a Lei nº157/2015 de 17 de setembro, no artigo nº44, Conselhos Diretivos de Secção, alíneas e) f) g), apresenta-se este documento ao Conselho Fiscal de Secção, para posterior apreciação na Assembleia Geral de Secção, no qual se descreve sucintamente as atividades desta Secção Regional da OET no ano 2021. ----------

2. ATIVIDADES REALIZADAS EM 2021

Os membros do Conselho Diretivo da OET - Secção Regional da Madeira, participaram, por videoconferência nas diversas reuniões realizadas pela OET - Conselho Diretivo Nacional, para as quais foram convocados no ano de 2021. ----------

Devido ao estado pandémico provocado pelo vírus SARS-CoV2, as instalações da Secção Regional estiveram encerradas do dia 14 de janeiro até ao dia 16 de fevereiro, passando o serviço ser efetuado por teletrabalho. A partir do dia 17 de fevereiro o horário voltou a ser presencial com o horário contínuo das 10h00 às 17h00. ----------

A partir do dia 1 de novembro o regresso ao horário normal de funcionamento, tornou-se efetivo. Os Órgãos Sociais da OET - Secção Regional da Madeira organizaram e participaram nos seguintes eventos: ----------

2.1. COMEMORAÇÕES DO 47º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL

A Ordem dos Engenheiros Técnicos foi convidada a participar nas Comemorações dos 47º aniversários do 25 de Abril de 1974, no Salão Nobre da Assembleia da Câmara Municipal do Funchal, esteve presente nesta celebração o Sr. Vice-Presidente Engenheiro Técnico José Carlos Jesus. ----------





2.2. COMEMORAÇÕES DOS 500 ANOS DO VOTO A S.TIAGO MENOR

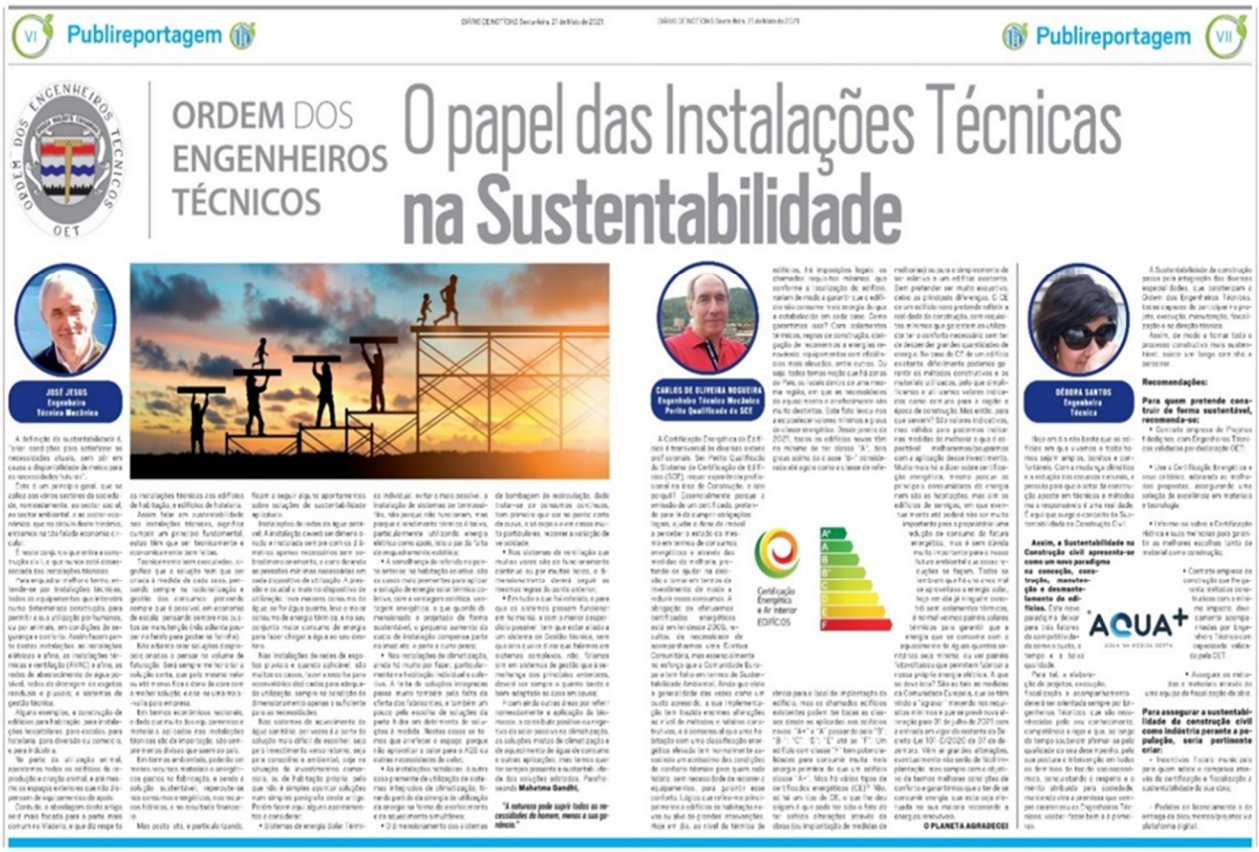
A Ordem dos Engenheiros Técnicos foi convidada pela Câmara Municipal do Funchal a participar nas Comemorações dos 500 anos, no dia 1 de Maio, com celebração de Missa na Sé Catedral do Funchal esteve pesente nesta Eucaristia a Sr.ªTesoureira Engenheira Técnica Débora Santos. ----



2.3. PARTICIPAÇÃO EM PUBLIREPORTAGEM

O Diário de Notícias publicou uma Publireportagem, no dia 21 maio de 2021 intitulada "Sustentabilidade: A Construção Civil do novo milénio". ----------

A OET -SR Madeira participou nesta publicação, com os artigos do Engenheiro Técnico José Carlos Jesus, do Engenheiro Técnico Carlos Nogueira e da Engenheira Técnica Débora Santos. ----------



VI Publireportagem

Publireportagem VII

ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS

O papel das Instalações Técnicas na Sustentabilidade

2.4. VISITA TÉCNICA À OBRA DE REABILITAÇÃO E RESTAURO DO CONVENTO DE SANTA CLARA NO FUNCHAL



A OET-Secção Regional da Madeira realizou a 01/06/2021, uma visita técnica à obra de reabilitação e restauro do Convento de Santa Clara, localizado no centro histórico da Freguesia de São Pedro, Funchal, fundado no século XV, pelo 2º Capitão do donatário do Funchal, João Gonçalves da Câmara. ----------

Estiveram presentes 10 membros da OET, foi um evento muito bem acolhido por todos, dado o interesse cultural e técnicas de engenharia aplicadas. Verificou-se a importância das obras de reabilitação, e a dificuldade técnica de execução em centros históricos. ----------

2.5. COMEMORAÇÃO DO DIA MUNDIAL DO AMBIENTE

O Diário de Notícias publicou uma publireportagem, no Dia Mundial do Ambiente a 05 de junho de 2021, tendo a participação nesta publicação da Engenheira Técnica Débora Santos, Engenheiro Técnico Décio Alves, Engenheira Técnica Marta Alves, Engenheira Técnica Ana Oliveira. ----------

Publireportagem
DIÁRIO DE NOTÍCIAS Sábado, 5 de Junho de 2021



A CELEBRAÇÃO DO DIA MUNDIAL DO AMBIENTE TEVE INÍCIO NO ANO DE 1972

O dia 5 de junho foi escolhido para festejar esta data já que marca o dia em que teve início a Conferências das Nações Unidas sobre o meio ambiente. É um evento anual que tem como objetivo assinalar ações positivas de proteção e preservação do ambiente e alertar as populações e os governos para a necessidade de salvar o ambiente.

Atualmente, o principal inimigo do ambiente é a desinformação e a falta de conhecimento sobre o que é o Ambiente, nomeadamente sobre qual o nosso papel, como seres humanos, e especialmente como engenheiros técnicos.

A abrangência do Ambiente é demasiado vasta, desde gestão de resíduos sólidos, tratamento de água potável, tratamento de águas residuais, tratamento do ar, verifica-se que as questões ambientais conectam-se sempre com a atividade humana e é esta que rege o seu desenvolvimento.

Assim, o engenheiro técnico tem de conhecer e aplicar as melhores tecnologias disponíveis e desenvolver uma solução de equilíbrio entre o que pretende solucionar e os recursos a utilizar nessa solução.

Aproveito a oportunidade para **congratular todos os engenheiros técnicos dos diversos colégios de especialidade da Secção Regional da Madeira que, direta ou indiretamente, trabalham diariamente para assegurar um Ambiente são e seguro na nossa região,** trabalho perceptível apenas na qualidade da água que bebemos e que chega a nossas casas, no nível da limpeza urbana nas nossas ruas, no cuidado visível dos nossos jardins, na qualidade das águas balneares com diversos galardões Bandeira Azul atribuídos, na qualidade do ar que respiramos entre outras tantas caraterísticas que damos por garantidas mas que exigem um esforço técnico de engenharia a emendar as ações humanas.

A todos um bem hajam!



ENTRAMOS NA DÉCADA DECISIVA!

As Nações Unidas apontam o ano de 2030 como o prazo final para a humanidade tomar medidas que possam evitar alterações climáticas catastróficas. Este é também o ano limite para que todos os países cumpram os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos pela Agenda 2030. Foi neste seguimento que a década de 2021--2030 foi definida como "Década das Nações Unidas para a Restauração dos Ecossistemas". Esta definição é mais um apelo para todos nós agirmos em sintonia com a revitalização e proteção dos ecossistemas, garantindo que estes permanecem saudáveis e prósperos. Estaremos assim a contribuir para uma subsistência sustentável da humanidade, travar o colapso da biodiversidade e simultaneamente a ajudar no combate às alterações climáticas.

ECOSSISTEMAS NA CIDADE

Apesar das nossas cidades estarem cobertas de betão, alcatrão, prédios e multidões, albergam ecossistemas que desempenham um papel muito relevante na nossa qualidade de vida. Estes ajudam a manter a qualidade do ar e da água, ajudam na redução do efeito "ilha de calor" e ainda na proteção contra alguns desastres naturais.

Podemos agir para a preservação destes ecossistemas participando ativamente num planeamento adequado da nossa cidade. Algumas formas de o fazer **é criando mais espaços verdes e cuidando dos existentes, criando jardins em casa, nas escolas e em outros locais públicos com plantas indígenas ou evitando impermeabilizar o solo sempre que possível.**

Neste contexto, a abordagem de qualquer intervenção que seja alvo de avaliação por um Engenheiro Técnico do Ambiente, tem a garantia de contar com uma visão holística, orientada não só para atingir o objetivo, mas também para garantir que este é atingido de uma forma sustentável e segura.



ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E A SUA IMPORTÂNCIA

Todos os cidadãos têm direito a um ambiente ecologicamente equilibrado, havendo a necessidade de um planeamento que promova, potencialize e garanta a continuidade da utilização dos recursos naturais, como pressuposto básico de um desenvolvimento autossustentado.

O ordenamento do território é a ferramenta que garante uma gestão eficiente da ocupação do solo, onde se impõe a preservação da capacidade de uso, de forma a desempenhar as respetivas funções ambientais, biológicas, económicas, sociais, científicas e culturais. Considerando que o solo é um bem cada vez mais escasso, é fundamental promover uma permanente harmonização do uso do espaço. Este conceito tem sido abordado, devido à crescente exposição a eventos naturais adversos e antevendo a probabilidade de os mesmos afetarem a vida da população, é necessário e premente uma consciencialização para as questões ambientais, sobretudo em territórios mais suscetíveis como o Arquipélago da Madeira.

De modo a haver um equilíbrio, é fundamental existir uma articulação entre a componente humana e ambiental, através da compreensão das dinâmicas naturais, atenuando riscos existentes. Existindo um défice deste equilíbrio verifica-se a existência de riscos à salvaguarda de recursos, sistemas naturais, pessoas e bens.

A gestão da política ambiental, baseada no ordenamento do território, assenta em instrumentos de informação ambiental, de planeamento económico, de melhoria contínua do desempenho ambiental e de controlo, fiscalização e inspeção, que visam prevenir e reduzir os efeitos ambientais negativos.

Todos somos peças fundamentais nesta estratégia de prevenção, sendo que as instituições públicas, transpõem as suas estratégias de desenvolvimento para os instrumentos de gestão territorial, salvaguardando os interesses comuns, fundamentais para um equilíbrio benéfico. Para existir um desenvolvimento equilibrado, o contributo de todos os intervenientes é fundamental para um território cada vez mais valorizado.



A IMPORTÂNCIA DA QUALIDADE DO AR NA NOSSA VIDA!

Uma forma curiosa de avaliação da qualidade do ambiente poderá ser o equilíbrio sustentável entre os quatro elementos: Água, Terra, Fogo e Ar.

O elemento ar é encontrado na natureza, na brisa, nas rajadas de vento, no oxigénio que respiramos. É o único elemento invisível, mas não é por isso que deve ser esquecido.

Uma boa qualidade do ar é fundamental para a qualidade de vida e tem um forte impacto na saúde humana, como também, quando é má contribui para as alterações climáticas e danifica ecossistemas.

Os sucessivos anos de poluição na atmosfera, quer seja originada pela indústria, pelos transportes, agricultura, pela gestão de resíduos e habitações tiveram um preço, que é segundo os investigadores a diminuição do índice de oxigénio na atmosfera.

São várias as **medidas estratégicas** que têm sido implementadas em várias cidades de forma a assegurar a qualidade do ar, pois o ar limpo é um direito que assiste a todos, incluindo as pessoas que vivem nas cidades.

Aqui ficam algumas **dicas do que pode ser feito para ajudar:**

Use menos o carro – recorra a soluções alternativas – use parques de estacionamento periféricos, ande a pé, compre aquela bicicleta que sempre desejou ou simplesmente utilize os transportes públicos,

Tenha uma condução mais amiga do ambiente – promova um comportamento na estrada com menos acelerações e velocidades mais constantes,

Ajude o comércio local e o ambiente – assim reduz-se a necessidade de transporte dos produtos e as correspondentes emissões,

Reduza, reutilize e recicle – há uma diminuição nos resíduos produzidos e nas emissões atmosféricas associadas ao seu tratamento.

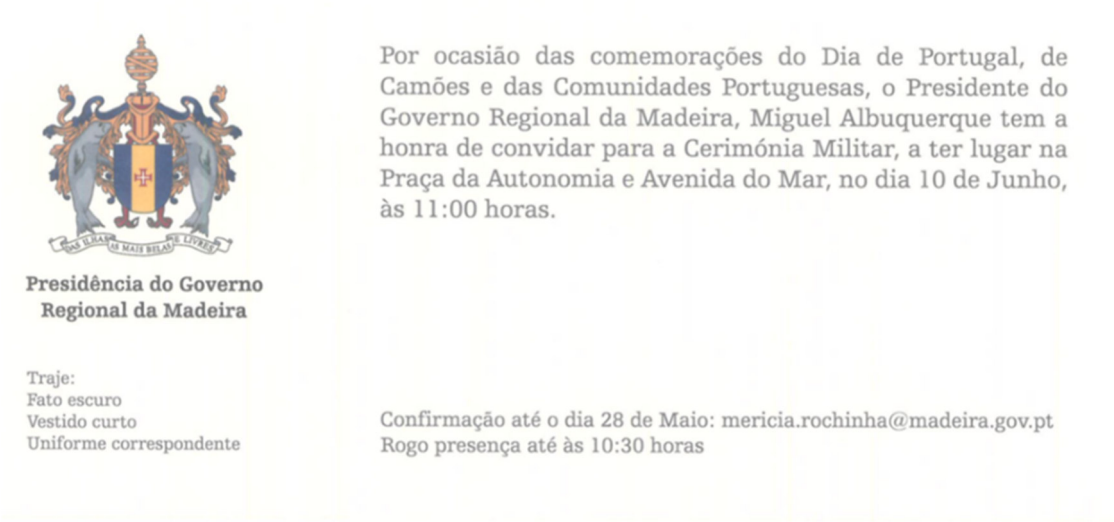
Não só no dia Mundial do Ambiente, mas **sempre** sejamos conscientes que temos o papel principal em garantir o equilíbrio sustentável dos quatro elementos, acima de tudo a responsabilidade em deixar a mais importante herança às gerações vindouras, um Mundo ambientalmente sustentável.



PUB
ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS
PORTUGAL
Simplicidade e Modernidade
Por um melhor ambiente
WWW.OET.PT
Secção Regional da Madeira
Rua da Carreira, n.º 99
Tel.: 291 238 596 | Móvel: 962 954 459
Email: srmadeira@oet.pt

2.6. COMEMORAÇÃO DO DIA DE PORTUGAL

O Governo Regional da Madeira em nome do Sr. Presidente Miguel Filipe Machado Albuquerque, convidou a OET- Secção Regional da Madeira, para assistir à parada Militar na comemoração do Dia de Portugal e das comunidades portuguesas, no dia 10 de Junho de 2021, entre a Praça da Autonomia e a Avenida do Mar. Esteve presente neste evento o Sr. Vice-Presidente Engenheiro Técnico José Carlos Jesus. ----------



Presidência do Governo
Regional da Madeira

Por ocasião das comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, o Presidente do Governo Regional da Madeira, Miguel Albuquerque tem a honra de convidar para a Cerimónia Militar, a ter lugar na Praça da Autonomia e Avenida do Mar, no dia 10 de Junho, às 11:00 horas.

Traje:
Fato escuro
Vestido curto
Uniforme correspondente

Confirmação até o dia 28 de Maio: mericia.rochinha@madeira.gov.pt
Rogo presença até às 10:30 horas

2.7. JORNADAS MADEIRA 2021

No âmbito das Jornadas Madeira 2021, no Fórum Temático no Concelho da Ponta de Sol, esteve a representar a OET, neste encontro o representante dos Delegados Concelhios da RAM e do Município Engenheiro Técnico Carlos Souto. ----------



O Jornal da Madeira realizou as jornadas da Madeira 2021, no dia 17 de junho. A OET participou no Fórum Temático no Concelho da Ponta do Sol, com a presença do Delegado Concelhio do Município, Engenheiro Técnico Cardos Souto e a Engenheira Técnica Débora Santos. ----------

2.8. COMEMORAÇÃO DO DIA DO MÉDICO

O Presidente do Conselho Médico da Região Autónoma da Madeira da Ordem dos Médicos convidou a OET, para a Solene Eucaristia do Dia do Médico, que se celebrou no dia 18 de junho, na Sé Catedral do Funchal. Nesta cerimónia esteve presente Eng.ª Téc.ª Débora Santos. ----------

2.9. VISITA À ESCOLA BÁSICA COM PRÉ-ESCOLAR DE SANTO ANTÓNIO E CURRAL DAS FREIRAS



A OET-Secção Regional da Madeira realizou no dia 24 de junho, a visita à Escola Básica com Pré-Escolar de Santo António e Curral das Freiras, no âmbito do projeto de flexibilidade curricular desta escola, cujo tema da turma é «A força de um vírus invisível que afeta a humanidade». -----

Em representação da OET esteve presente a, Engenheira Técnica Débora Santos que efetuou uma apresentação para dar a conhecer a OET e o significado do estudo da engenharia no contexto da vida atual e futura e o Engenheiro Técnico Décio Alves, que fez uma ação de sensibilização sobre os microrganismos do ambiente, para os 18 alunos da turma do 6º ano, que estiveram presentes, na sala de sessões deste estabelecimento de ensino, bem como o corpo docente, na pessoa da Dr.ª Ana Viríssimo. ----------

2.10. COMEMORAÇÃO DO DIA DA REGIÃO



O Governo Regional da Madeira em nome do Sr. Presidente Miguel Filipe Machado Albuquerque, convidou a OET-Secção Regional da Madeira, a assistir ao concerto de Cordofones Tradicionais Madeirenses, no âmbito das Comemorações do Dia da Região Autónoma das Comunidades Madeirenses no dia 30 de junho pelas 21h00, na Praça do Povo. ----------

Esteve presente neste evento o Sr. Vice-Presidente Engenheiro Técnico José Carlos Jesus. -------

2.11. LANÇAMENTO DO LIVRO "A AGRICULTURA MADEIRENSE E EU" DO ENGENHEIRO TÉCNICO DUARTE CALDEIRA



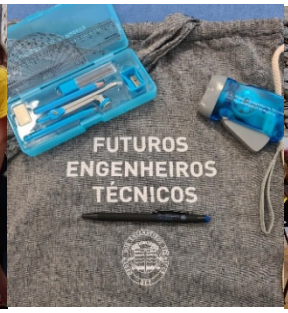


A OET-Secção Regional da Madeira promoveu a realização da apresentação do livro intitulado "A Agricultura Madeirense e Eu", do Eng. Téc. Duarte Caldeira, na Reitoria da Universidade da Madeira pelas 18h00 do dia 15/07/2021. ----------

Neste evento, estiveram presentes 90 convidados, entre os quais o Senhor Representante da República, a Secretária Regional do Ambiente e Recursos Naturais, e Presidentes de diversas Câmaras Municipais, membros da OET, familiares e amigos. ----------

2.12. VISITA À SEDE DA OET - GRUPO DE CAMPO DE FÉRIAS PONTASSOLENSE







A Secção Regional da Madeira da Ordem dos Engenheiros Técnicos, recebeu a visita de 60 crianças do Campo de Férias Da Ponta do Sol, divididas em quatro turmas, nos dias 21 e 22 de julho na sua Sede Regional, no âmbito do Plano Estratégico intitulado "Divulgação da Secção

Regional da Madeira da OET nos estabelecimentos de ensino da Região Autónoma", com os seguintes objetivos: ----------

- Apresentação do conceito de engenharia e suas especialidades; ----------
- O saber fazer e fazer bem à primeira; ----------
- A importância da engenharia na sociedade; ----------

O Jornal da Madeira publicou uma publireportagem a 25 de julho de 2022, sobre a visita técnica destes jovens alunos do campo de férias à OET. ----------

2.13. VISITA À SEDE DA OET PELA COLIGAÇÃO CONFIANÇA



A Secção Regional da Madeira da Ordem dos Engenheiros Técnicos, recebeu o candidato à reeleição para Presidente da Câmara Municipal do Funchal pela Coligação Confiança, no dia 29 de julho, na sede Regional, com o intuito de conhecer as propostas da Ordem dos Engenheiros Técnicos para dar continuidade ao melhoramento da cidade do Funchal. ----------

Durante esta visita e em representação da OET, estiveram presentes a Engenheira Técnica Débora Santos, o Engenheiro Técnico José Jesus, o Engenheiro Técnico Décio Alves e o Delegado Concelhio do Município do Funchal, Engenheiro Técnico Vítor Bettencourt.

2.14. VISITA TÉCNICA ÀS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA VIA EXPRESSO RIBEIRA DE SÃO JORGE/ARCO DE SÃO JORGE



A OET-Secção Regional da Madeira realizou no passado dia 31/08/2021, uma visita técnica às obras de construção da Via Expresso Ribeira de São Jorge ao Arco de São Jorge – 2 fase. Esta ligação rodoviária com 5.990m de comprimento irá dar continuidade à ligação rodoviária do Faial/Santana/Ribeira de São Jorge, ligando às localidades de São Jorge e Arco de São Jorge. ---

Estiveram presentes 13 membros da OET e nove convidados da entidade promotora Secretaria Regional de Estruturas e Infraestruturas e a Direção Regional de Estradas a qual esteve representada pelo Sr. Diretor de Estradas Eng. António Ferreira e o Diretor de Serviços de Obras Eng. José Martins. ----------

2.15. COMEMORAÇÃO DO DIA NACIONAL DO ENGENHEIRO TÉCNICO

Foi publicada a entrevista do Sr. Presidente do Conselho da Profissão da OET, Engenheiro Técnico Pedro Brás, no da comemoração do ”Dia Nacional do Engenheiro Técnico” a 02/09/2021, no Diário de Notícias da Madeira e Jornal da Madeira, onde reforça o papel e os deveres da Ordem em prol da comunidade.----------

JM
Quinta-feira
2 de setembro de 2021

"Ordens Profissionais: entidades conservadoras ou transformadoras"

ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS
PORTUGAL

Ao longo da sua existência, a Ordem dos Engenheiros Técnicos (OET) tem assumido um papel discreto e eficaz na sua acção. Nesta entrevista, Pedro Brás, Presidente do Conselho da Profissão da OET, reforça o papel e os deveres da Ordem em prol da comunidade.

Parece uma pergunta complexa: O que faz uma Ordem?

"A resposta é simples: O que qualquer Ordem deve fazer é regular a profissão. E isso tem duas fases fundamentais: admissão e exercício da profissão". E, continua, "em ambos os casos, simplicidade, modernidade e competência são o mote da nossa atuação".

"Na fase de admissão", começa por esclarecer-nos o Engenheiro Técnico Pedro Brás, "as pessoas detentoras de cursos superiores em Engenharia que cumpram os critérios (nacionais e europeus) são admitidas diretamente na Ordem". E esses critérios, acrescenta, "encontram-se claramente descritos no Regulamento de Registo e Inscrição na OET".

"Já na fase do exercício da profissão, é ao Conselho da Profissão que compete definir os critérios para que se possa creditada uma competência a um membro, através da verificação do cumprimento da lei ou, à falta dela, do Regulamento dos Atos de Engenharia, que a OET publicou pela primeira vez em 2005. E, a cada competência, corresponde um modelo de declaração (totalmente desmaterializada, mas segura, e que os membros podem emitir online) para a prática dos actos de Engenharia", explica.



Pedro Brás, Eng.º Técnico, Presidente do Conselho da Profissão da OET.

"O bloqueio no acesso"

"Na nossa visão as Ordens não foram feitas para bloquear o acesso à profissão. E no nosso caso, nunca tivemos exames de acesso à Ordem ou outros truques para bloquear o acesso à profissão. O nosso modelo é outro".

Mas, sublinha, "um problema que se tem agravado nos últimos anos tem a ver com o facto de alguns cursos de Engenharia (ou afins) não serem claros na sua designação nem adequados no seu conteúdo".

"A organização curricular de alguns cursos pretende tocar em várias áreas (ex.: gestão e construção), mas não são cursos de Engenharia, para evitar Matemática e Física como requisito de acesso". Por isso, continua, "há muitos cursos nesta situação que não habilitam os diplomados para o exercício da profissão. E os lesados são sempre os alunos".

Neste aspeto, "por questões de transparência na regulação, a OET publica no seu site o Core das Especialidades, assim como o index dos cursos que dão acesso à Ordem e quais as respetivas condições de admissão. Para não sermos enganados, antes de escolher um curso, devemos sempre ver se esse curso habilita para o exercício da profissão".

"A nossa obrigação é acolher as pessoas na profissão", refere Pedro Brás, mas alerta: "no acesso à Ordem, uma coisa é facilitar, outra coisa é facilitismo".

"Em vez de rejeitar pedidos de admissão, a Ordem deve informar os candidatos de quais as competências que o curso não lhes proporcionou e que têm que adquirir para serem admitidos como membros efetivos na Ordem e poderem exercer legalmente a profissão. E essas competências, traduzidas em ECTS, podem ser adquiridas durante o período de estágio".

E, acrescenta, "o que não pode ocorrer nunca é pessoas serem admitidas na Ordem sem que tenham obtido a qualificação adequada".

"O processo de construção da legislação"

"Neste momento o problema maior é que as Ordens passam demasiado tempo a dar palpites sobre os assuntos da ordem do dia, e descuram os seus deveres de regulação. Claro que a atração do microfone é grande e temos assistido a inúmeras intervenções públicas de responsáveis das Ordens sobre os assuntos da vida quotidiana que não são propriamente da sua esfera de competência. Não foi para isso que as Ordens foram criadas", acrescenta.

> **O que não pode ocorrer nunca é pessoas serem admitidas na Ordem sem que tenham obtido a qualificação adequada.**
> Pedro Brás

E, continua, "não sei se está relacionado, mas constato um retrocesso na colaboração entre as Ordens e o Governo e o Parlamento, pois temos assistido à publicação de legislação relevante para a profissão sem que a Ordem seja previamente ouvida ou, quando o é, as opiniões são sistematicamente ignoradas. E isso preocupa-me pois este é um âmbito em que as Ordens devem ter uma participação relevante, com a sua visão integradora e enquadradora. Ao ignorar as propostas das Ordens, corremos o risco de os quadros legais se tornarem desconexos, incoerentes e desarticulados".

"A postura das Ordens"

Pedro Brás lamentou que: "pela terceira vez, o CNOP [Conselho Nacional das Ordens Profissionais] tivesse recusado a admissão da Ordem dos Engenheiros Técnicos" e relembra que "era suposto o CNOP ser o conselho que deveria agregar TODAS as ordens profissionais". A presença da OET neste fórum permitir-nos-ia apresentar, entre pares, os nossos pontos de vista".

E, prossegue, "Muitas vezes o que se vê é as Ordens a criticar o poder político por decidir em sentido contrário às suas opiniões" e, conclui, "as divergências resolvem-se com diálogo e não no espaço mediático". E, acrescenta, "nesse aspeto, a OET sabe bem qual o seu papel na sociedade e não nos vão ver, nem diretamente nem por interposta pessoa, a denegrir ou criticar a classe política ou os órgãos de soberania... se calhar, é por isso que não somos admitidos no CNOP".

"É por isso que refiro que seria bom que as Ordens abandonassem algumas posturas conservadoras e passassem a ser entidades transformadoras, concentrando as suas energias a impulsionar a capacidade e credibilidade de cada um dos setores de atividade, contribuindo com a sua ação para o desenvolvimento de Portugal."

DIA NACIONAL DO ENGENHEIRO TÉCNICO
160 anos de engenharia com simplicidade e modernidade

Ordem dos Engenheiros Técnicos | Secção Regional da Madeira - Rua da Carreira, 99, 9000-042 Funchal
Contactos: (351)291 238 596 / (351)96 29 54 459 - E-mail: srmadeira@oet.pt - Site: www.oet.pt

2.16. JANTAR COMEMORATIVO DO "DIA DO ENGENHEIRO TÉCNICO"



A OET-Secção Regional da Madeira realizou no passado dia 10/09/2021, o jantar convívio para comemorar o "Dia do Engenheiro Técnico", no jantar participaram 90 pessoas, membros da Secção Regional mais uma companhia da respetiva família ou afins. ----------

De notar a intervenção do Presidente da Secção Regional da Madeira, Engenheiro Técnico José Francisco da Costa Gil, que apresentou homenagem aos colegas Engenheiro Técnico Hélder Pita e Engenheiro Técnico Manuel Morais falecidos neste ano. ----------

Durante o jantar houve a entrega de um quadro de distinção aos membros seniores presentes. ----------

O principal objetivo deste evento foi partilha de ideias, convivência e proximidade social entre os membros, dando a visão e o sentido de unidade que o lema *Paulo Majora Canamus* simboliza para a OET. ----------

2.17. DISTINÇÕES DOS MEMBROS SENIORES E MEMBROS ESPECIALISTAS



A Secção Regional da Madeira da OET, distinguiu 12 membros que têm o título de Engenheiro Técnico Sénior, que demonstraram a sua capacidade e conhecimentos relevantes dentro da sua especialidade e exercício da atividade pelo período mínimo de 15 anos e 3 com o título de Engenheiro Técnico Especialista, que demonstraram a sua capacidade técnica e desenvolvimento de competências excecionais numa área dentro da sua especialidade. Esta atribuição foi entregue aos membros distinguidos através de um quadro de distinção entre mês de setembro e novembro de 2021. ----------

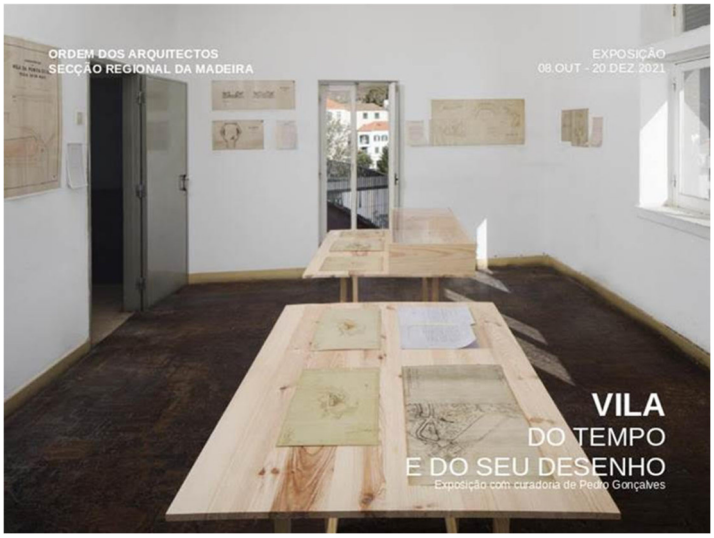
2.18. REINÍCIO DO ANO JUDICIAL



A Ordem dos Advogados Conselho Regional da Madeira, efetuou convite para o reinício do Ano Judicial, no dia 01 de outubro de 2021, para a assistir à Eucaristia Solene, celebrada pela Sua Excelência Revendidíssimo Bispo do Funchal D. Nuno Brás, na Sé Catedral do Funchal. —----------

Em representação da OET- Secção Regional da Madeira esteve presente, nesta Eucaristia a Tesoureira do Conselho Diretivo Regional, Engenheira Técnica Débora Santos. ----------

2.19. MESA REDONDA E LANÇAMENTO DO LIVRO -VILA: DO TEMPO E DO SEU DESENHO



A Sr.ª Presidente da Câmara Municipal de Ponta do Sol, Célia Pecegueiro, efetuou um convite à OET, para estar presente na Mesa Redonda - Vila: do tempo e do seu desenho, no dia 24 de julho de 2021, no Auditório do Centro Cultural John dos Passos, na Vila da Ponta do Sol. ----------

2.20. COMEMORAÇÃO DO DIA MUNDIAL DA ARQUITETURA

No âmbito das comemorações do Dia Mundial da Arquitetura, a Presidente do Conselho Diretivo Regional da Ordem dos Arquitetos, pela Arquiteta Susana Gouveia de Jesus, convidou a OET- Secção Regional da Madeira, para a inauguração da Exposição "Vila, do Tempo e do seu Desenho", gentilmente cedida pelo município da Ponta do Sol, no dia 8 de outubro com a curadoria do Arquiteto Pedro Gonçalves, na sede Regional da Ordem dos Arquitetos. Em representação da OET- Secção Regional da Madeira esteve presente, nesta exposição a Tesoureira do Conselho Diretivo Regional, Engenheira Técnica Débora Santos.



2.21. ENTREGA DE PRÉMIOS DE ARQUITETURA DA MADEIRA E PORTO SANTO

A Sr.ª Presidente do Conselho Diretivo Regional da Ordem dos Arquitetos, Arquiteta Susana Gouveia de Jesus, convidou a OET- Secção Regional da Madeira, para a cerimónia de entrega de prémios e Exposição do Prémio Arquitetura da Madeira e Porto Santo 2021.

Em representação da OET-Secção Regional da Madeira, esteve presente neste evento o Sr. Vice-Presidente Engenheiro Técnico José Carlos Rodrigues Jesus. ----------

2.22. FORMAÇÃO DE 1º INTERVENÇÃO EM CASO DE INCÊNDIO



A OET-Secção Regional da Madeira promoveu a realização de formação intitulada 1ª intervenção em casos de Incêndios, nas instalações do Serviço de Proteção Civil da Madeira no do dia 09/10/2021, das 9h00 às 14h00. Esta formação foi da responsabilidade da empresa GrupoSafety – Proteção Contra Incêndios, Entidade Formadora Certificada pela Direção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho. Este curso foi ministrado pelo formador Miguel Dinis, estiveram presentes 7 formandos, que manifestaram o seu contentamento por esta formação ter tido a componente teórica e prática muito proveitosa com simulação de cenários reais, para a aplicação/utilização dos equipamentos de acordo com as situações propostas. ----------

2.23. CERIMÓNIA DE ENTREGA DE DIPLOMAS UMA



O Reitor da Universidade da Madeira, Meritíssimo Prof. Doutor Sílvio Moreira Fernandes, convidou a OET – Secção Regional Madeira, para a cerimónia de entrega dos diplomas da 2ª e 3ª edição e receção dos novos alunos da 4º edição da Pós-Graduação em Gestão Empresarial, para licenciados noutras áreas do INDEG/ISCTE em parceria com a UMA. ----------

Este evento realizou-se no auditório da Reitoria da Universidade da Madeira e esteve presente o Sr. Secretário do Conselho Diretivo Regional, Engenheiro Técnico Jorge Amâncio Leça Graterol, em representação da OET -Secção Regional da Madeira. -------

2.24. CONVÍVIO DE NATAL OET 2021




A OET-Secção Regional da Madeira realizou o convívio de Natal no dia 18/12/2021, estiveram presentes neste evento 20 membros da Secção Regional com mais um acompanhante da respetiva família. ----------

2.25. APRESENTAÇÃO DE CUMPRIMENTOS DE BOAS FESTAS




A Tesoureira do Conselho Diretivo Regional, Engenheira Técnica Débora Santos, esteve presente a 21 de dezembro de 2021, nos cumprimentos de Boas Festas ao Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Madeira, Dr. José Manuel Rodrigues, que recebeu, os representantes das Ordens Profissionais com representação na Região Autónoma da Madeira.



A 22 de dezembro de 2021, o Secretário do Conselho Diretivo Regional da Secção Regional da Madeira, Engenheiro Técnico Jorge Leça Graterol, esteve na Quinta Vigia, juntamente com as Ordens Profissionais que têm representação na RAM, para os cumprimentos oficiais de Boas Festas, ao Senhor Presidente do Governo Regional, Dr. Miguel Filipe Machado Albuquerque. –

2.26. VISITA DO BASTONÁRIO À SECÇÃO REGIONAL DA MADEIRA



No dia 06 de Novembro o Sr. Bastonário da OET, Eng. Téc. Augusto Ferreira Guedes esteve no Funchal, juntamente com o Sr. Vice-Presidente da OET, Engenheiro Técnico António Lousada, para uma sessão de esclarecimentos e apresentação das suas ideias para o futuro mandato nas eleições de 2022/2025. ----------

2.27. ATIVIDADE DOS DELEGADOS CONCELHIOS







Foram realizadas diversas visitas aos Municípios da Região pelo coordenador dos Delegados Concelhios da Região Autonoma da Madeira, Engenheiro Técnico Carlos Souto, e respetivos Delegados Concelhios, para cumprimentarem e fecilitarem os Presindentes pelo novo mandato.-

2.28. PARTICIPAÇÃO MENSAL COM ARTIGOS NO DIÁRIO DE NOTÍCIAS DA MADEIRA

A OET – Secção Regional da Madeira no ano 2021, publicou, mensalmente, no Diário de Notícias de janeiro a outubro, um artigo sobre engenharia nas diferentes áreas de especialidades, no intuito do público em geral conhecer algumas ideias, aplicações, técnicas, atividades práticas para o seu quotidiano. ----------

Com o objetivo principal dar a conhecer a OET como associação de ordem pública, que está presente nas mais diversificadas situações que a engenharia atual compete. ----------

Sistemas de Gestão Técnica



"Descarbonizar" é uma palavra que cada vez mais faz parte do nosso vocabulário. Os acordos ratificados por 195 países em Paris em 2015 e os resultados do relatório elaborado pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), publicado em 2018, implicam alterações sem precedentes nas políticas de energia, transportes, construção e indústria, no sentido de, por um lado fazer cumprir o compromisso comum de limitar o aquecimento global a 1,5ºC, e por outro cumprir com o objetivo traçado pela Comunidade Europeia de atingir a neutralidade carbónica até 2050.

A 7 de outubro de 2020, o parlamento europeu tornou uma posição mais ambiciosa apelando que seja definido um objetivo já para 2030, no sentido de reduzir 60% as emissões de gases de efeito de estufa em comparação com os níveis de 1990.

A engenharia de um modo geral, e nós, engenheiros técnicos de um modo particular, de todos os colégios e especialidades temos assim um papel fundamental na sociedade, na elaboração de projetos, na implementação de soluções, bem como na exploração, condução e manutenção de infraestruturas.

É sabido que, na União Europeia, os edifícios de habitação e serviços são responsáveis por cerca de 40% do consumo energético e por 35% de todas as emissões de CO2, o que por si só justifica a necessidade absoluta e urgente, de implementar a nova diretiva comunitária relativa à performance energética dos edifícios EPBD (Energy performance of buildings directive), nomeadamente no que diz respeito aos edifícios com necessidades quase nulas de energia NZEB (Nearly Zero Energy Building).

Por outras palavras, e para que se torne mais simples perceber o que é isto no neutralidade carbónica e da necessidade nula de energia, torne-se como exemplo meramente teórico e de uma habitação que tem uma produção diária de energia elétrica, através de painéis fotovoltaicos exatamente igual à energia que consome da rede pública, resultando assim num balanço energético nulo.

O propósito deste artigo não será entrar numa espiral interminável de referências legislativas, importa sim referir e alertar as entidades competentes, responsáveis pelo licenciamento e fiscalização que existe um enquadramento legal em vigor em Portugal que regula o projeto, execução, condução e manutenção de Sistemas de Regulação, Controlo e Gestão Técnica (sgt-Edifícios. Estes sistemas de gestão técnica pretendem a eficiência energética e reduzem os custos de exploração dos edifícios públicos e privados, sendo por isso uma ferramenta essencial no processo de redução de emissões de gases que provocam o efeito de estufa.



Membro O.E.T- 16107
Eng. Técnico Mecânico Sénior
Manuel Silva
Eng. Técnico de Energia e Sistemas de Potência

O atual quadro legislativo define que sempre que se trate de um edifício de serviços (novo ou sujeito a grande intervenção), com potência térmica nominal igual ou superior a 250kW, deverá existir um projeto específico para o Sistema de Gestão Técnica, elaborado por prestista reconhecido para o efeito, de acordo com um projeto de execução conforme disposto no artigo 68º da Portaria 701-H/2008, devendo abranger os vários sistemas técnicos e de manutenção do edifício (pt. 10.3.1 da Portaria 349-D/2013).

Com a Gestão Técnica, é possível adquirir dados, supervisionar e gerir consumos de água, combustíveis e eletricidade, criar alarmes, definir eventos e configurar registos, também é possível ajustar os parâmetros que compõem todas as unidades produtoras e consumidoras de energia existentes no edifício, otimizando os custos inerentes à exploração.

O futuro é já hoje e os Sistemas de Gestão Técnica já não se resumem aos limites físicos dos edifícios. Em muitas cidades, utilizar a Gestão Técnica para gerir e partilhar recursos energéticos disponíveis em diversos edifícios na rede de distribuição de energia pública comum (Smart- Grids) já é uma realidade. Nestes casos, os sistemas de Gestão Técnica avaliam e decidem em tempo real se os edifícios estão em condições de poder injetar na rede pública a energia em situações de excedente energético ou se, por outro lado, havendo necessidade, recorrem à rede pública, dando sempre preferência aos horários de tarifa mais económicos.

As condições técnicas estão criadas, haja vontade pública e privada para "Descarbonizar" o Planeta.

Para onde vai o lixo?



Todos nós produzimos resíduos. No entanto, na nossa azáfama diária, não é fácil nos apercebermos nem termos consciência da dimensão e quantidade de lixo que descartamos. Dados relativos ao ano de 2020 indicam que a Região Autónoma da Madeira (RAM) produziu nesse ano 285.774 toneladas de resíduos sólidos. Olhando para estes números, facilmente se percebe que este número equivale a mais de uma tonelada produzida por cada habitante. Para ser mais preciso, no ano de 2020, cada madeirense produziu em média 3Kg/dia de resíduos sólidos.

Então, para onde vai todo este lixo?

É aqui que entra a engenharia, que abetiva encontrar soluções para os desafios da sociedade. A gestão de resíduos sólidos é uma das áreas da Engenharia do Ambiente e, felizmente, são inúmeras as soluções que hoje em dia estão disponíveis para que seja possível olhar para os resíduos de uma forma inovadora e ambientalmente segura.



DÉCIO ALVES
Engenheiro Técnico do Ambiente

Uma das técnicas mais utilizadas em todo o mundo é a valorização energética. Esta técnica é útil nos resíduos que não podem ser reciclados, mas que podem ser utilizados como combustível para produzir energia elétrica. Em 2020 na RAM, aproximadamente 44% dos resíduos sólidos foram encaminhados para incineração e consequente produção de energia elétrica. Os restantes resíduos seguiram outros caminhos como a reciclagem, valorização orgânica, produção de estrilha, deposição, etc.

É necessário sublinhar que o maior interveniente em todo este processo é o cidadão. Somos nós que estamos no início do ciclo dos resíduos sólidos, tendo a responsabilidade de Reduzir, Reutilizar e Reciclar, sendo também nosso dever separá-los devidamente para que possam ter o destino mais adequado.

A separação dos resíduos sólidos tem o seu início nas nossas casas, onde devemos ter um contentor adequado a cada resíduo. Um contentor amarelo onde vamos depositar embalagens de plástico e de metal; um contentor verde, para colocar vidro e um Contentor azul para papel e cartão. Separe sempre, mesmo em caso de dúvida do ecoponto em que deve colocar, pois a recolha dos resíduos separados é encaminhada para Estações de Triagem, onde é realizada a separação definitiva por tipo de material para encaminhamento para reciclagem, e caso o resíduo não seja reciclável é separado e segue o destino apropriado.

Os resíduos que não se enquadrem nas categorias referidas, normalmente designado por "lixo normal" devem ser colocados no contentor de resíduos indiferenciados, e esses têm como destino a incineração ou a deposição em aterro, não tendo passos intermédios de separação, portanto deverão ser deitados no contentor indiferenciado unicamente os resíduos que não têm como ser reciclados.

Compostagem

Uma forma de aliviar a pressão do sistema de gestão de resíduos sólidos é utilizarmos a compostagem. Esta consiste num processo biológico em que os microrganismos transformam a matéria orgânica (folhas, papel, restos de fruta, cascas e restos de legumes, etc) numa substância semelhante ao solo, à qual chamamos de composto.

Este composto é rico em nutrientes e melhora o crescimento das plantas, relvados e jardins, flores e pode ser utilizado como fertilizante natural.

Caso tenha um pequeno terreno, informe-se sobre como funciona um compostor e de que forma pode obter ou mesmo criar o seu. É uma das melhores soluções domésticas para a redução de lixo orgânico.

Toalhitas descartáveis – um verdadeiro pesadelo!

Para terminar esta intervenção, encontro-me no dever profissional de abordar o tema das toalhitas descartáveis que cada vez mais utilizamos.

Embora sejam muito práticas para o nosso dia-a-dia, são normalmente constituídas por fibras plásticas não biodegradáveis e normalmente estão impregnadas num líquido que as humedece, mas tonando-as tóxicas e muito poluentes.

De um modo geral a população está a descartar estas toalhitas pelas suas sanitas, provocando um grande impacto negativo nos efluentes gerados, tanto a nível de composição química da água, mas também em termos mecânicos, onde as toalhitas entopem e danificam tubagens e até órgãos das Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR).

Sempre que possível evite a utilização destas toalhitas, substituindo-as por papel higiénico ou, no caso das toalhitas desmaquilhantes, por um pano de microfibra reutilizável. Em todo o caso, após a sua utilização nunca as deite na sanita. Deposite-as no seu contentor de resíduos indiferenciados.

Engenharia e Águas Residuais



O mundo das águas residuais, é um mundo pouco conhecido que começa nos drenos e nos esgotos e continua ao longo de uma rede subterrânea de tubagens e Estações Elevatórias de Águas Residuais (EEAR) que têm como meta uma Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR).

As águas residuais são caraterizadas por possuírem cargas poluentes advindas da sua origem fecal. Assim, resultam cargas orgânicas excessivas, assim como nutrientes como azoto e fósforo e biliões de bactérias fecais.

Os conhecimentos de engenharia, nas suas diversas especialidades, acompanham cada passo da água residual, desde a sua recolha, ao encaminhamento até ao tratamento desta água, para devolução ao ambiente nas melhores condições possíveis.

Dada a particularidade orográfica da nossa ilha, as EEAR existem em grandes quantidades, sendo efetivamente uma solução que auxilia a existência de saneamento básico em zonas de costa mais baixa, provando-se ser, cada vez mais, uma solução a evitar, por diversos motivos: a existência de poços de bombagem que ao acumular águas residuais criam maus cheiros, têm uma manutenção difícil e sensível além de um elevado consumo energético.

Assim, numa ETAR existe normalmente, um tratamento físico, com remoção de detritos grosseiros, como todos os resíduos presentes na água, desde papel higiénico a areias, incluindo todos os resíduos que NÃO DEVERIAM estar presentes na água, como cotonetes, pensos higiénicos, fraldas, esfregões, toalhitas,...



DÉBORA SANTOS
Eng.ª Técnica do Ambiente
Membro 10759

Após a remoção desses detritos, no tratamento secundário, recorre-se normalmente ao tratamento biológico que, como o próprio nome indica, utiliza a biologia existente nas águas residuais para o seu tratamento. Para tal, acumula-se a água num reator, onde promovem-se as condições ideais para desenvolvimento das bactérias que irão consumir o excesso de nutrientes existente na água residual. Após esse processo a água é decantada, ou seja, a água fica num tanque em que se deixam os sólidos (que são muito finos) assentarem no fundo. Nesse fundo existe um raspador, que empurra esses sólidos para outro local, e a esse material chamam-se lamas.

Na parte superior do decantador, a água clarificada sai e é encaminhada para o local de descarga.

Normalmente, o tratamento secundário é suficiente para o cumprime entanto, existem ETAR's

mento terciário que se baseia na desinfeção. A desinfeção pode ser realizada utilizando diversas tecnologias, sendo a mais frequente a desinfeção ultravioleta. Ao ser desinfetada, a água à saída poderá ser aproveitada para outras utilizações, em vez de ser só descarregada. Esses fins incluem, rega ou lavagens de ruas ou a própria reutilização nas lavagens da ETAR.

No caso particular das fossas sépticas, muito comuns na nossa região, essencialmente são ETAR's de tamanho reduzido, com tratamento biológico e sedimentação. É importante que estejam bem dimensionadas, e que o comportamento das pessoas a nível doméstico preveja a sua manutenção preventiva. Para tal, bastará ter a máxima atenção ao que deita na sanita (evitar resíduos de qualquer tipo incluindo o papel higiénico) ou pelo ralo da cozinha (evitar restos de comida e óleos). Assim, estará a prevenir maus cheiros, presença de pragas como roedores e baratas, assim como custos de desobstrução com camião. Sendo um tratamento biológico é preciso ter atenção, também, ao uso ou descarga de lixívia, pois poderá eliminar as bactérias existentes prejudicando o normal funcionamento da fossa séptica.

Para que todo este sistema funcione de forma otimizada, é extremamente importante ter atenção que existem materiais para o qual o sistema não foi desenhado. No caso particular de resíduos provindos de higiene, é particularmente grave, pois poderá causar entupimentos ao longo da rede de tubagens, ou entupir ou causar danos aos sistemas elevatórios, causando falhas e descargas de águas residuais não tratadas.

É importante que o cidadão tenha consciên-

Engenharia na Construção de uma Moradia



Saber toda a documentação e passos para construir uma moradia é um processo difícil e que pode criar ansiedade e indecisão, que pela elevada quantidade de escolhas que as pessoas terão que fazer, como pelo tempo e investimento financeiro associado. No entanto, é um projeto "de uma vida" ou "um sonho" para muitas pessoas e que muitas vezes se transforma num pesadelo.

É importante saber os passos e os investimentos iniciais e até finais (Após conclusão da Obra), pois verifica-se que, o não conhecer todos os custos associados pode levar a desistências na fase da construção.

1.º Etapa – Terreno

A primeira etapa consiste na aquisição de um terreno e no pedido de Informação Prévia (condicionamentos legais ou regulamentares, relativos a infraestruturas, servidões administrativas, restrições à construção), para verificar os requisitos e limites que poderá ser possível construir.

2.º Etapa – Levantamento Topográfico e Projeto de Arquitetura

O passo seguinte trata-se de realizar um levantamento topográfico de modo a criar as bases de limites, altimetrias para iniciar o Estudo do Projeto de Arquitetura.

Os projetos de Arquitetura geralmente são desenvolvidos em três partes, Estudo prévio, Projeto de Licenciamento e Projeto de Execução.

3.º Etapa – Projeto de Especialidades

Após a aprovação de todos os documentos, da fase de Projeto de Licenciamento de Arquitetura, pelas entidades competentes, passa-se a entrega dos Projetos de Especialidades, a realizar por Engenheiros Técnicos. Apresentam-se, os Projetos de Especialidade de Engenharia normalmente exigidas:

- Estabilidade que inclua o projeto de escavação e contenção periférica;
- Alimentação e distribuição de energia elétrica (ou Ficha Eletrotécnica para potência da moradia inferior 10.35kVA);
- Instalação de gás;
- Redes prediais de água e esgotos;
- Águas pluviais;
- Arranjos exteriores;
- Infraestruturas de telecomunicações;
- Comportamento térmico e demais elementos;
- Instalações eletromecânicas;
- Segurança contra incêndios em edifícios (ou Ficha de Segurança contra incêndios se for moradia);
- Condicionamento acústico.

Estes projetos são entregues à Autarquia para apreciação (a qual é cobrada uma taxa para tal ao Dono da Obra).

De seguida, o Engenheiro Técnico avança o processo com a preparação do Mapa de Quantidades e outros elementos necessários. De notar que a seleção da empresa de Projeto reveste-se de especial cuidado, dadas as nuances orgamentais. É necessária a máxima atenção ao que está incluído no orçamento, nomeadamente nesta etapa, para assegurar um orgamento fidigno e que inclua tudo o que é exigido.



FÁBIO CÉSAR PESTANA
Engenheiro Técnico Civil
Membro n.º 25963

4.º Etapa – Processo de Licença de Construção

Após a apreciação e aprovação, deverá contratar os serviços de um empreiteiro geral que tenha alvará válido, seguro civil e de acidentes de trabalho e um Engenheiro Técnico Civil responsável, que pode ser o coordenador de segurança em obra e ter contratação de Serviços de Segurança em obra, algo obrigatório por lei. O pagamento das Taxas para emissão do Alvará de Construção, livro de Obra, entre outros são da responsabilidade do Dono de Obra.

5.º Etapa – Processo Construção

Após estabelecer o orgamento com o empreiteiro é importante um bom acompanhamento de todas as fases de construção para evitar derrapagens financeiras ou a escolha de materiais não correspondentes às expetativas do Dono de Obra, para tal, o Engenheiro Técnico Civil, poderá realizar uma devida fiscalização. Existem também empresas de Engenharia especializadas em fiscalização de obras.

6.º Etapa – Processo de Licença de Utilização

Após a conclusão da obra e caso tenha havido alterações ao projeto inicial, estas devem ser comunicadas à Autarquia local em forma de telas finais, bem como o Livro de Obra preenchido com o termo de encerramento assinado pelo dono de obra, diretor de obra e diretor de fiscalização, Avaliação Acústica ou Relatório Acústico da Moradia, Certificado Energético Final, entre outros.

Para terminar, deve-se realçar a importância do pagamento das taxas de emissão da Licença de Utilização e da inscrição na Delegação das Finanças da matriz predial do edifício, para ser avaliado para efeitos de aplicação do Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI).

O desafio da energia elétrica



"A revolução digital" em que vivemos desde o início deste século acentuou a necessidade e a importância da utilização de energia elétrica! Infelizmente, no compito do nosso dia-a-dia esquecemo-nos dessa importância e só quando algo acontece percebemos como a energia elétrica é vital na nossa vida. Como exemplo disso podemos recordar a passada intempérie da noite de 27 de março, com consequentes problemas na rede elétrica que provocaram um "apagão", afetando a vida de muitos madeirenses. Devemos, pois, refletir sobre o quão dependente a nossa sociedade é deste bem.



GONÇALO MIGUEL GOUVEIA CAFOFO
Engenheiro Técnico de Energia e Sistemas de Potência

Nos últimos anos iniciámos a convergência para uma mobilidade elétrica que demonstrou ser fiável e eficiente. Os carros híbridos, plug-in e elétricos trazem algumas vantagens na sua utilização, tais como a redução de poluição atmosférica e sonora, binário total no arranque, economia no consumo, manutenção reduzida, entre outros. Este tipo de veículo é já uma realidade nas nossas estradas. Com uma tendência de crescimento em quantidade exponencial, veio para ficar e necessitará de muita energia elétrica.

Acredito que o consumo energético irá duplicar nos próximos vinte anos, isto implica que as redes elétricas das casas, das empresas e das cidades sofram a necessidade de ser ampliadas para atender a esta crescente procura. Pela frente temos o desafio de uma eletrificação em massa segura, resiliente e sustentável.

Ao nível económico a energia elétrica terá obviamente um peso maior nas nossas contas pessoais, empresariais e comunitárias. Com a procura os preços de energia continuarão a subir.

A escolha de tarifários adequados ao nosso consumo energético pode permitir alguma poupança. Os distribuidores de energia elétrica, têm diferentes tarifas para diferentes potências a diferentes horas, é preciso ter atenção a isso.

Infelizmente, na Região Autónoma da Madeira, ao contrário do que se passa no continente, existe apenas uma única entidade onde podemos comprar energia elétrica. Seria de extrema relevância que se criassem condições para que outras entidades procurassem a região, criando concorrência na venda de energia elétrica, deixando todos a ganhar.

A eficiência energética elétrica é e será cada vez mais fundamental. Muito tem sido feito, mas há certamente muito mais para fazer. À substituição convencional para iluminação led é a primeira medida que nos lembramos nesse sentido, mas ainda se pode observar nas casas, nos locais de trabalho e nas vias públicas muita iluminação pouco eficiente por substituir.

A tecnologia avança a um ritmo vertiginoso. O uso de sistemas inteligentes, automação, domótica e gestão técnica são muito importantes para o controle do uso energético, e se forem devidamente parametrizados permitem um melhor desempenho do consumo elétrico.

Aplicações nos nossos telemóveis ou tablietes, quando instalados nos dispositivos adequados permitem a monotorização de consumos em tempo real e disponibilizam relatórios detalhados da energia que consumimos nos equipamentos utilizados, permitindo adequar a nossa necessidade à eficiência de consumo. É possível, por exemplo, saber quando a máquina de lavar roupa acaba a sua tarefa, que energia consumiu e quanto é que isso custou.

A escolha de equipamentos com classe energética mais eficiente é também um fator muito importante nesta demanda de eficiência energética.

O aumento de produção de energia é uma consequência do aumento do consumo. Os sistemas fotovoltaicos são os que maior procura têm tido na auto-produção de energia elétrica. Se repararmos, há cada vez mais coberturas com painéis. Tem havido incentivos para a implantação (ou implementação) destes sistemas, pois para além de ser uma energia limpa permite uma distribuição de energia produzida na rede elétrica, reduzindo perdas por transporte e entregando a potência junto aos locais de consumo. Quando bem dimensionados são um bom investimento económico.

As características geográficas (ou orográficas) e hídricas da ilha permitem um aproveitamento de água para produção de energia elétrica. O projeto hídro- elétrico concluído recentemente no Paúl da Serra - Calheta é um excelente exemplo, no entanto verifica-se que se pode fazer muito mais aproveitamento de canais de água para sistemas de pequena dimensão, ou seja, de minihídricas, sejam elas públicas ou privadas.

O nosso mar, que é a nossa maior riqueza, tem um potencial energético para produção de energia elétrica que tem de ser estudado, quer ao nível hídrico como ao eólico offshore.

O futuro passará certamente pela energia elétrica.

Fiscalização e coordenação de segurança

Neste artigo, fique a par da importância da fiscalização e da coordenação de segurança em obra numa moradia.



Saber toda a documentação necessária após obter a licença de construção e antes do arranque da obra, é fundamental tanto para o dono de obra como para o empreiteiro que irá construir a moradia. Assim, evita contra-ordenações da Direção Regional do Trabalho e da Ação Inspetiva, na certeza de que tendo uma boa organização só irá ficar com vantagens a todos os níveis: qualidade, custos e prazos.

Realizar uma construção de uma moradia é um passo com inúmeros desafios pela frente que exige a máxima dedicação ao longo de todo o processo. O papel do Engenheiro Técnico que irá realizar a fiscalização será garantir a conformidade entre o planeado e o executado, pois é ele o elo de ligação entre o projetista, o dono da obra e a entidade executante em todas as fases.

Em relação ao coordenador de segurança em obra, convém explicar que o mesmo irá desempenhar um papel fundamental de aconselhamento e apoio técnico aos processos de decisão do dono de obra e de dinamização da ação dos diversos intervenientes no que diz respeito à observância dos princípios gerais da prevenção nas fases de elaboração de projeto, de contratualização das empreitadas, de execução dos trabalhos da construção e, até, quanto à consideração das intervenções subsequentes à conclusão da edificação.

Funções desempenhadas pelo Coordenador de Segurança em Fase de Obra:

- Apoiar o dono da obra na elaboração e atualização da comunicação prévia. Este documento deverá ser enviado para a **Direção Regional do Trabalho e da Ação Inspetiva,** sendo um documento onde terá a informação da Obra, do Empreiteiro e de todos os Técnicos desde a Arquitectura, Especialidades e intervenientes na fase de construção.
- Verificar o mapa de horário de trabalho que todos os intervenientes terão que enviar par a DRTAI antes do início da obra.
- Além do Plano de Segurança em projeto, o Engenheiro Técnico da empresa que irá executar a obra, terá que fazer um plano de segurança para a fase de obra, podendo baixar-se no de projeto, mas adequado para as funções a serem desempenhadas na obra. Será importante o Coordenador apreciar o desenvolvimento e as alterações do Plano de Segurança e saúde para a execução da obra e, sendo caso disso, propor à entidade executante as alterações adequadas com vista à sua validação técnica.

Por outro lado, faz parte destas funções verificar a coordenação das atividades das empresas e dos trabalhadores independentes que intervêm no estaleiro, tendo em vista a prevenção dos riscos profissionais, ou seja, verificar e ter em obra:

- Documentação de trabalhadores imigrantes, caso existam;
- Alvarás do empreiteiro e subempreiteiros;
- Situação tributária e contributiva regularizada de todas as empresas ou trabalhadores em nome pessoal;
- Folha de Remunerações da Segurança Social e comprovativo de pagamento;



FÁBIO CÉSAR VIEIRA PESTANA
Engenheiro Técnico Civil

- Contratos de subempreitada;
- Apólice de Seguro Civil para a Obra, neste caso obrigatório para o empreiteiro geral;
- Apólice de Seguro de acidentes de trabalho para todos os intervenientes;
- Verificar a ficha de EPI's (Equipamento de Proteção Individual), bem como a documentação de equipamentos e obra como por exemplo uma grua que deverá ter inspeção atualizada ou andaimes que deverão ser certificados e com declaração CE;
- Verificar a coordenação das atividades das empresas e dos trabalhadores independentes que intervêm no estaleiro, tendo em vista a prevenção dos riscos profissionais;
- Promover e verificar o cumprimento do plano de segurança e saúde, bem como das outras obrigações da entidade executante, dos subempreiteiros e dos trabalhadores independentes, nomeadamente no que se refere à organização do estaleiro, ao sistema de emergência, às condicionantes existentes no estaleiro e na área envolvente, aos trabalhos que envolvam riscos especiais, aos processos construtivos especiais, às atividades que possam ser incompatíveis no tempo ou no espaço e ao sistema de comunicação entre os intervenientes na obra;
- Registar as atividades de coordenação em matéria de segurança e saúde no livro de obra, nos termos do regime jurídico aplicável ou, na sua falta, de acordo com um sistema de registos apropriado que deve ser estabelecido para a obra.

Artigo escrito pelo Engenheiro Técnico Civil
Fábio César Vieira Pestana
https://www.oet.pt

10 Soluções para eficiência hídrica





DÉBORA SANTOS
Eng.ª Técnica do Ambiente
Membro 18759

Numa altura em que a preocupação com o consumo de água costuma ser debatido abertamente pela sua escassez, é fundamental analisar o papel dos edifícios residenciais na prossecução de um consumo mais eficiente deste recurso.

A importância da água, seja como recurso essencial do ponto de vista ambiental, seja como custo inerente à sua utilização, é inefutável. Enumeram-se, assim 10 soluções que poderão auxiliar na melhoria da eficiência hídrica no sector doméstico.

1 – Nos edifícios mais antigos, compensa reabilitar a rede de edifício, por exemplo no caso da ocorrência de falta de caudal ou pressão da rede, ou, quando ocorrem fenómenos de deposição nas tubagens, alterando até a qualidade da água. Nesse caso, deverá fazer-se a renovação da rede predial com materiais certificados para água potável.

2 – A instalação de sistemas de gestão de consumos de água, que consistem na ligação da rede predial a sistemas de telegestão, poderá proporcionar o acesso ao seu perfil de consumo diário. Desta forma, pode conhecer os seus próprios consumos e adotar comportamentos para ser mais eficiente da água, além possibilitar a identificação de perdas de água nas redes e nos equipamentos, caso se verifiquem consumos de água nos períodos de não utilização (por exemplo: período noturno).

3 – A aquisição de eletrodomésticos mais eficientes, do ponto de vista energético e hídrico, pode gerar poupanças consideráveis. Ao adquirir estes equipamentos, faça sempre um estudo de eficiência hídrica. Este é um sistema de rotulagem baseado em especificações técnicas para os diversos produtos. Além da classe energética A+ ou superior, procure máquinas cuja etiqueta indique um consumo de água anual médio inferior a 10.000 litros por ano (máq.lares de lavar roupa) e 2.900 litros por ano (máq.lares de lavar loiça).

4 – Nos autoclismos, os mecanismos de descarga dupla ou com interrupção de descarga asseguram geralmente um maior nível de eficiência comparativamente aos que apenas apresentam descarga completa.

5 – Existem chuveiros e sistemas de duche mais eficientes. Estes deverão ter consumos de água entre 5 l/min e 7 l/min. Os chuveiros e os sistemas de duche, para além da redução do consumo de água, podem ter associada uma redução do consumo de energia, em proporção à água quente necessária. Por questões de eficiência e para maior conforto do utilizador, existem também sistemas que têm incorporadas torneiras termostáticas (com temperatura estilhar) ou "eco-stop" (com temporizador para corte de caudal).

6 – Quanto às torneiras das lavatórios, invista nas que têm um consumo de água até 2 l/min. Para as torneiras de cozinha, o ideal é o que tem um consumo de água até 4 l/min. Para reduzir o consumo de água, sem substituição de dispositivos, poderá ainda, adquirir redutores de caudal, para melhor adequação do volume consumido. Os redutores podem ser do tipo arejador, pulverizador ou redutor de fluxo laminado.

7 – Os sistemas e os equipamentos para a circulação e retorno de águas quentes ou equipamentos de recuperação do calor da água que saem e algum tipo de armazenamento de água, pelo que têm de ser compatibilizados com o sistema de produção de águas quentes sanitárias. Para simplificar, podem ser instalados sistemas "monobloco" de retorno de águas quente ou, de aproveitamento do calor da água em equipamentos existentes (por exemplo: lavatórios ou banheiras e bases de duche).

8 – Aproveitamento de águas pluviais e reutilização de água, criando outras fontes de água para a rega e lavagem de espaços exteriores. O ideal é instalar uma rede de rega eficiente em todos os jardins e similares (por exemplo: sistemas gota a gota), e no caso de área a regar ser extensa, adotar o método por aspersão. De modo a otimizar o sistema, pode ainda, instalar sensores de humidade no solo e de intensidade de rega ou ocorrência de precipitação, prevenindo consumos de água desnecessário.

9 – Optar por coberturas verdes ou ajardinadas, que consistem na instalação de vegetação sobre uma estrutura construída. Estes sistemas devem ser devidamente dimensionados e requerem manutenção, mas retêm a água da chuva e garantem conforto térmico.

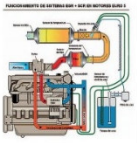
10 – Na piscina, as soluções passam pela gestão de entanqueidade, da redução de fugas e a diminuição de perdas por transcordo e evaporação, nomeadamente através da utilização de cobertura do espelho de água.

Finalmente, além das escolha de equipamentos e dispositivos mais eficientes a nível hídrico, é fundamental garantir um ajuste da utilização da água, através da redução do tempo despendido em cada uso e na adoção de comportamentos de poupança de água, que se traduzem em poupanças, também, na fatura.

Motores Térmicos vs. Motores Elétricos



ADELINO FILIPE
Especialidade Engenharia Mecânica, membro da OET nº40



Desde os tempos em que se começaram a produzir viaturas em série em 1913, por Henry Ford (Modelo T) a indústria automóvel tem evoluído muito, principalmente nas últimas décadas com o aperfeiçoamento das tecnologias e materiais de fabrico, melhorando as características mecânicas, nomeadamente a resistência a temperaturas muito mais elevadas nos motores.

Com o aumento da temperatura média de funcionamento, consegue-se aumentar o rendimento dos motores por via do aumento da taxa de compressão. Esta constatação em conjunto com a introdução dos "turbocompressores" que aproveitam alguma energia contida nos gases de escape para pré comprimir o ar "novo" que vai alimentar o combustível dentro dos cilindros, veio dar um novo fôlego na evolução destes motores.

Mais recentemente, com o domínio da eletrónica no comando dos motores térmicos, utilizando sensores de várias grandezas com medições em tempo real, evoluiu-se para as "controlines" computorizadas. Estavam assim criadas as condições para substituir a motorização da viatura por motores elétricos.

Esta transição do térmico para o elétrico, foi forçada pela adoção de normas limitadoras de gases de escape, a nível da União Europeia (Euro).

Para conseguir a redução na emissão de partículas e gases ditos de estufa, que vinha sendo imposta aos construtores ao longo do tempo, estes ainda adicionaram outras soluções de melhoria de queima dos hidrocarbonetos, como por exemplo a válvula EGR que faz recirculação do gasoil, diminui não o volume que é lançado no exterior e posteriormente o tratamento químico desses gases com AdBlue (amónia-NH3 e água-H2O) antes de serem lançados na atmosfera.

A proteção do Meio Ambiente veio impor a redução drástica das emissões de gases pelos veículos automóveis, pelo que, a partir dos limites máximos impostos pela norma Euro V, já não foi possível alcançá-los sem o recurso a um tratamento químico dos Óxidos de Azoto (NOx) e com auxílio de catalisador e filtro de partículas. O AdBlue que é usado para este tratamento, a uma temperatura superior a 200ºC reage com os óxidos resultantes da combustão dos hidrocarbonetos (combustível) libertando azoto gasoso (N2) e vapor de água (H2O) que são inócuos para a atmosfera. A questão agora centra-se nos valores residuais, que embora em pequenas quantidades continuam a ser nocivos.

Daí a evolução para a Norma Euro VII, que nunca chegou a entrar em vigor devido ao elevado nível de exigência que encerra. A sua entrada em vigor já foi várias vezes adiada, com soluções intermédias (Euro VI- B, C e D), estando essa Norma prevista para o ano 2025.

Só para enquadrar os valores em jogo, a atual norma Euro VI -D impõe um valor máximo de 80 mg de NOx por Km e a Euro VII reduz este valor para 30 mg de NOx por Km.

Neste momento, várias marcas deixaram de fabricar alguns motores térmicos para a Europa (ainda comercializam motores adquiridos protocolarmente à concorrência) sendo que a própria "Volvo" já anunciou que a partir de 2025 deixará de os comercializar (data prevista para a entrada em vigor da Norma Euro VII). Paralelamente, a União Europeia também anunciou que a partir de 2035 deixarão de ser produzidos estes motores na UE.

Assim, está o caminho aberto para os Motores Elétricos e Outros.

Importa referir a componente financeira, pois as viaturas elétricas e apesar dos apoios que tem havido por parte dos governos (leia-se contribuintes), são comercializadas a preços elevados, comparativamente às viaturas de motores térmicos. Um motor elétrico, do ponto de vista construtivo é um órgão muito simples e básico, quando comparado com a complexidade do motor térmico.

Se analisarmos toda esta evolução tecnológica rumo a Sustentabilidade Ambiental, verificamos que o motor elétrico ainda não será o adequado, deste ponto de vista. O slogan comercial de algumas marcas que pretendem fazer crer que estamos perante um motor de Emissões Zero, não é verdade.

A recarga das baterias continuará a ser feita, em parte, por energia elétrica que não sendo de origem "renovável" é indiretamente poluente. Assim como, a reciclagem em massa de baterias num futuro próximo, poderá causará problemas ambientais ainda por desvendar.

Então, qual o caminho do futuro?!... Poderá-se pensar no desenvolvimento rápido das tecnologias do Hidrogénio (H2)?

Se for tido em conta que, a água (H2O) pode fornecer hidrogénio dissociando as suas moléculas: 2H2O = 2H2 + 02 e sabendo que o oxigénio (02) resultante pode ser lançado diretamente na atmosfera, poder-se-ia, assim, realizar o velho sonho do carro movido a água.

A engenharia técnica na limpeza urbana



ANA OLIVEIRA
Engenheira Técnica, do Colégio de Especialidade de Engenharia do Ambiente



As cidades são encaradas como os espelhos da Sociedade, assim revela-se de extrema importância o cuidado acrescido na gestão da limpeza urbana, sendo que se verifica a valorização de um local cuja organização e nível de salubridade e limpeza no meio urbano são evidentes.

Os Engenheiros Técnicos do Ambiente, têm um papel determinante na gestão mais sustentável das cidades, no que concerne à recolha de resíduos urbanos e limpeza urbana, sendo que um dos atuais desafios é a necessidade do aumento da eficiência e do crescente recurso às tecnologias de informação, com o objetivo de melhoria da gestão dos serviços prestados.

Com o recurso à tecnologia, verificam-se melhorias de eficiência e a otimização de custos, devido, sobretudo, à otimização de circuitos de recolha e, consequentemente, à diminuição do consumo de combustível, assim como a redução dos custos com a manutenção das viaturas de recolha de resíduos.

De forma a garantir uma limpeza pública deve-se conhecer a população e os seus hábitos. É, também, essencial a utilização dos equipamentos adequados e recorrer a equipas de trabalho capazes e multifacetadas, seja para a limpeza de terrenos, ribeiras, a recolha seletiva e indiferenciada de resíduos, limpeza e lavagem de ruas, sarjetas, limpeza de espaços e casas abandonadas, corte e manutenção de árvores, como também o controlo de pragas e espécies invasoras que possam surgir nas cidades.

A forma como a cidade é limpa, o potencial da descarbonização, de otimização e ainda o impacto que os equipamentos (veredores ou veículos de recolha) e trabalhadores têm no território são também fatores essenciais na limpeza urbana.

Por exemplo, o Município do Funchal substituiu os sopradores tradicionais a gasolina por sopradores elétricos, mais económicos e menos ruidosos.

O potencial de melhoria na limpeza urbana, através de soluções tecnológicas, da disponibilização de mais e melhores materiais de acondicionamento na via pública, com ecopontos e papeleiras em vários pontos do espaço urbano, permite certamente concretizar objetivos prementes de redução do impacte visual, assim como da otimização de número de limpezas diárias, contudo, como todas as medidas que envolvem cidadania, o fator mais importante é o fator humano.

Assim, e com o retorno à normalidade, os espaços urbanos estão a ganhar uma nova dinâmica de afluência de pessoas, assim como do tipo de resíduos, fica o apelo para a utilização do poder do civismo, da sensibilidade e primazia pelo zelo do espaço urbano sem resíduos.

No âmbito da preparação do Plano Municipal para os Resíduos e Limpeza da CMF foi realizado um inquérito por questionário online , entre 29 de Junho a 12 de Julho de 2021.

Este inquérito teve como objetivo auscultar a opinião dos funchalenses relativamente a questões relacionadas com a Limpeza Urbana e a Gestão de Resíduos na Cidade e desta forma melhorar o espaço público e a qualidade de vida do Funchal.

Em suma, 80% dos inquiridos de uma amostra (n= 1 320 pessoas) afirmaram estar muito satisfeitos ou satisfeitos com a limpeza urbana na sua zona de residência.

Os Engenheiros Técnicos do Ambiente têm sido, e continuarão a ser, capazes de criar as condições técnicas, assim como sensibilizar e incentivar a gestão sustentável do espaço urbano.

Contudo, é também, primordial, a ação individual ser digna e coerente. São pequenos gestos individuais, conscientes e responsáveis que irão contribuir para um futuro mais sustentável.





Contributo da OET na dignificação da Engenharia



ENG.º TÉCNICO JOSÉ FRANCISCO DA COSTA GIL
Presidente da Secção Regional da Madeira

A Secção Regional da Madeira da Ordem dos Engenheiros Técnicos, consciente da importância da Engenharia no bem-estar da sociedade, e com o objetivo de manter a sua presença, apesar da situação pandémica que se vive nos últimos tempos, e além de estar no terreno com os seus membros ativos, realizou uma série de artigos mensais de modo a transmitir a relevância do Engenheiro Técnico, do seu conhecimento específico e dedicado à apresentação de soluções.

Foram 11 artigos que abordaram temas muito diversos, informando sobre a limpeza urbana, sobre os resíduos e o seu ciclo, sobre os sistemas de gestão técnica de edifícios e sobre o desafio da energia elétrica, explicando de forma sucinta e clara a diferença entre motores térmicos e motores elétricos, providenciando consultoria de forma aberta sobre a importância da fiscalização e da coordenação de segurança em obra, sobre os passos e documentação na construção de uma moradia, sobre o ruído e suas influência, assim como soluções para a eficiência hídrica.

Foi possível, também, desmistificar questões como o conforto térmico, águas residuais e água de abastecimento, com as devidas propostas para a atuação das pessoas em cada caso.

Estes somente demonstram a variabilidade de atuação dos Engenheiros Técnicos na sociedade, refleso das 16 especialidades pertencentes à OET.

Esta partilha de conhecimento técnico, transmitido de forma simples, e, acima de tudo, voluntária pelos membros da OET, é de louvar, e aqui fica o meu agradecimento a todos os membros que tiveram a amabilidade de fornecer algo tão precioso como o seu conhecimento em prol de uma sociedade mais criativa que valoriza, cada vez mais, a profissão de Engenheiro Técnico.

Como Presidente do Conselho Diretivo da Secção Regional da Madeira, creio que esta foi uma solução bem conseguida, pois permitiu em tempos de distanciamento manter a proximidade com os membros da OET e com a sociedade em geral.

Hoje, este artigo apresenta-se como o último deste ciclo, numa fase em que se verificam melhorias significativas na situação pandémica e que permitem o regresso à normalidade.

No próximo dia 11 de novembro, realizam-se, também, as eleições na Ordem dos Engenheiros Técnicos.

A única Lista concorrente, compromete-se a realizar o Programa de Ação 2022/2025 bem como, os eventos que ficaram adiados devido à situação epidemiológica que atravessamos no último ano, nomeadamente o Congresso Nacional dos Engenheiros Técnicos e a Associação da Engenharia da Macaronésia.

De modo a esclarecer o compromisso assumido, passo a citar o nosso Bastonário Eng.º Téc. Augusto Ferreira Guedes:

"Para os próximos anos fico o compromisso de não pactuar com alguns tiques supremacistas, de pessoas que continuam a tudo fazer para impedir que a OET possa ser membro de pleno direito do Conselho Nacional das Ordens Profissionais (CNOP), e de outras organizações, que pelo sua natureza e desígnio deveriam integrar todas as ordens profissionais. Até hoje, todos aqueles que tentaram impedir a nossa afirmação, ficaram pelo caminho, destacando alguns dos bastonários, presidentes de sindicatos e algumas organizações que se extinguiram (ASPOENTE, Sindicato Português dos Engenheiros Graduados na União Europeia – SPEUE)

E nós continuamos cá, e continuaremos a estar. Que ninguém duvide disso..."

Finalmente, deixo o lema da OET *"Paulo Majora Canamus"*, frase latina, tirada das "Bucólicas" de Virgílio, que significa "deixar as coisas pequenas e passar às mais elevadas".

Um bem haja a todos os membros da OET.



3. RELATÓRIO E CONTAS 2021

Quanto ao exercício das contas referente ao ano de 2021, é elaborado pela empresa de contabilidade GOV - Gabinete Técnico de Contabilidade e Fiscalidade Lda., o mesmo foi posto à consideração do Conselho Fiscal para apreciação conforme estatutariamente determinado. -----

4. ORÇAMENTO 2022

O orçamento para o ano de 2022 foi elaborado tendo em atenção as despesas para o bom funcionamento dos serviços e verbas necessárias à boa implementação das atividades propostas.

Orçamento da OET-Secção Regional da Madeira/2022

RECEITAS	
QUOTAS	107 730,00 €
JÓIAS	2 000,00 €
ESTÁGIOS - ÉTICA E DEONTOLOGIA	
PROVEITOS SUPLEMENTARES	
EMOLUMENTOS	28,00 €
TOTAL	109 758,00 €

DESPESAS	
PESSOAL	32 862,84 €
CUSTOS FIXOS INSTALAÇÃO	7 338,56 €
CUSTOS VARIÁVEIS DE INSTALAÇÃO	16 526,00 €
ACTIVIDADE ASSOCIATIVA	
DESPESAS REPRESENTAÇÃO	10 600,00 €
INFORMAÇÃO DIVULGAÇÃO	13 643,48 €
CONGRESSO	
ORGÃOS REGIONAIS	15 687,12 €
ORGÃOS NACIONAIS	
PROCESSOS JUDICIAIS	
CONSULTORIA	
ELEIÇÕES	
CONSELHO DA PROFISSÃO	
TRANSIÇÃO DIGITAL	7 500,00 €
ALENGSST/SsOA / CONEST / Outros	
PROJECTOS	
COOPERAÇÃO	
SEGURO RESP. CIVIL PROFISSIONAL	
ESTÁGIOS - ÉTICA E DEONTOLOGIA	
FUNDO RESERVA	
SERVIÇOS BANCÁRIOS	150,00 €
OUTRAS DESPESAS	1 013,80 €
AMORTIZAÇÃO DE EDIFÍCIOS	
BENEFICIAÇÃO DE INSTALAÇÕES	
IMOBILIZADO	2 000,00 €
AMORTIZAÇÃO ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	2 436,20 €
TOTAL	109 758,00 €

5. ATIVIDADES PARA 2022

Com o levantamento das restrições, 2022 apresenta-se como o ano da retoma das atividades presenciais, potenciando uma maior participação por parte dos membros e da sociedade.

5.1. V CONGRESSO DA OET

Propõe-se a realização do V Congresso Nacional da OET na Madeira, em formato misto, presencial e online, fazendo ligação para todas as Secções Regionais da OET e Conselho Diretivo Nacional, sendo a sua previsão para outubro de 2022.----------

5.2. OET NA COMUNICAÇÃO SOCIAL

Continuação da promoção de ações de divulgação da OET na comunicação social Regional através de artigos de engenharia e outras atividades promovidas pela Ordem. ----------

5.3. DIA DO ENGENHEIRO TÉCNICO

Comemoração do "Dia do Engenheiro Técnico" com programa a definir. ----------

5.4. ASSOCIAÇÃO DE ENGENHARIA DA MACARONÉSIA

Promover o arranque da atividade da AEM, com o devido apoio previsto estatutariamente. Promover atividades desta associação na Secção Regional da Madeira. ----------

5.5. ENGEDUCA - IMPLEMENTAÇÃO

Desenvolvimento e implementação do projeto intitulado "ENGeduca" que tem por objetivo a divulgação da OET e do tema Engenharia junto do ensino básico e secundário. Incluindo o desenvolvimento de materiais didáticos de suporte. ----------

5.6. FORMAÇÃO AO LONGO DA VIDA

Promoção a formação contínua junto dos membros, com divulgação de eventos formativos. Reforçar os equipamentos informáticos e criação de soluções tecnológicas que permitam aperfeiçoar o desenvolvimento de formações/eventos online. ----------

5.7. DELEGADOS CONCELHIOS

Promoção dos Delegados Concelhios da Região Autónoma da Madeira, junto dos Municípios regionais, apoiando as suas iniciativas e participação ativa.----------

5.8. PARTICIPAÇÃO OET /REPRESENTATIVIDADE

Propõe-se a participação contínua de representantes da Secção Regional da Madeira em eventos promovidos por outras entidades. ----------

5.9. VISITAS TÉCNICAS

Continuar a promoção de visitas técnicas a obras, instalações e edifícios importantes tecnicamente para o curriculum dos nossos membros. ----------

5.10. LEGISLAÇÃO

Promover e colaborar junto dos Colégios Regionais a contribuição para adaptação de legislação à RAM. ----------

5.11. CES – CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL

Continuar a luta e a demonstração de trabalho em prol do direito público com o intuito de ingressar no CES –Conselho Económico e Social.----------

5.12. ENSINO SUPERIOR

Continuar de forma ativa a relação com a UMA-Universidade da Madeira, junto das associações de estudantes, apoiando as suas iniciativas e promovendo o bom nome da OET. ----------

Simplicidade e Modernidade



ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS

Secção Regional da Madeira

Rua da Carreira, 99, 9000-042, Funchal

Telefone: (351)291 238 596

Telemóvel: (351)962 954 459

E-mail: srmadeira@oet.pt

WWW.OET.PT

ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS



Março 2022

RELATÓRIO

E

CONTAS

DE

2021

SECÇÃO REGIONAL NORTE

*Composição dos Órgãos Sociais da OET—**Secção Regional Norte***

No resultado do sufrágio nacional para os Órgãos Regionais da OET a Secção Regional Norte é constituída pelos seguintes Órgãos Associativos:

CONSELHO DIRETIVO DE SECÇÃO :



Presidente: António Augusto Sequeira Correia

Vice-Presidente: Mário Gil Abrunhosa

Tesoureiro: *Manuel Soares da Silva*

Secretário: Manuel Duarte Queijo

Vogal: Mónica Andreia Ferreira Resende

Suplente: Luís Ezequiel B. Pereira Marques

Suplente: Sónia Cristina S. Ferreira

MESA DA ASSEMBLEIA DE SECÇÃO :

Presidente: *Manuel Júlio Carvalho da Silva*

Secretário: *José Carlos Moita*

Secretário: *Maria Manuela B. P. Marques*

Suplente: *Paulo Jorge Vilares Santos*

Suplente: *Jorge Aníbal Andrade leite*



CONSELHO FISCAL DE SECÇÃO :



Presidente: *Manuel Fernando Maia Casal*

Secretário: *José Martinho Nogueira*

Secretário: *Dulce Maria Rodrigues Silva*

Suplente: *Nuno Gabriel M. Pires Lima*

Suplente: *José Eduardo Sequeira Correia*

CONSELHO DISCIPLINAR DE SECÇÃO :

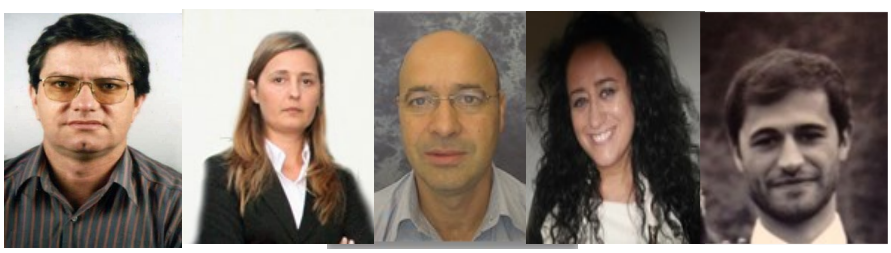
Presidente*: Júlio Idílio de Sousa Guerra*

Secretário: *Carla Isabel Pinto M. Rocha*

Secretário: *Horácio Ilídio Correia Martins*

Suplente: *Adelma Manuela J. Valente Silva*

Suplente: *Pedro Jorge Figueiredo Rocha*



NOTA INTRODUTÓRIA

O CONSELHO DIRETIVO DA SECÇÃO REGIONAL DO NORTE DA OET, vem apresentar aos seus membros o respetivo RELATÓRIO E CONTAS relativos ao exercício da atividade do ano de 2021 de acordo com as disposições estatutárias, a que se refere a alínea e) do nº 2 do Artigo 44º da Lei 157/2015 de 17 de setembro (ESTATUTO DA ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS).

Deste modo, apresentamos de uma forma genérica as atividades principais em que a S. R. NORTE da OET, participou ao longo do ano nas diversas organizações promovidas pelos diferentes órgãos da OET, tenham sido organizadas pela secção, pelo C. D. N., ou pelas outras Secções Regionais. Assim como, o conjunto de realizações efetuadas por organizações externas e que consideramos de elevada importância para a atividade, desenvolvimento e o crescimento da OET.

WEBINARS

Face à crise pandémica que o país tem atravessado a Secção proporcionou os seguintes webinars por videoconferência:

23 de julho – Webinar "Segurança Alimentar em Casa"

07 de outubro - Webinar "Proteção de Infraestruturas contra Raios"





DIA NACIONAL DO ENGENHEIRO TÉCNICO

Passaram 22 anos desde a publicação do Estatuto de Associação Pública dos Engenheiros Técnicos (através do Decreto-Lei nº 349/99, de 2 de setembro, tendo este sido, posteriormente, reforçado com a redenominação para OET – Ordem dos Engenheiros Técnicos através da Lei n.º 47/2011, de 27 de junho, alterada e republicada pela Lei n.º 157/2015, de 17 de setembro)

A Secção Regional do Norte da OET, comemorou no dia 02 de setembro o DIA NACIONAL DO ENGENHEIRO TÉCNICO, com a realização de uma videoconferência subordinada ao Tema "OET—QUE FUTURO QUEREMOS PARA A NOSSA ORDEM?"

Participou um número significativo de Colegas nesta iniciativa, tendo em atenção que se comemorou pela segunda vez por videoconferência esta data de elevada importância para os Engenheiros Técnicos.



ELEIÇÕES

No dia 11 de novembro de 2021 decorreram as eleições para os Órgãos Estatutários da Ordem dos Engenheiros Técnicos (Órgãos Nacionais; Órgãos Regionais e Direções dos Colégios de Especialidade) para o quadriénio 2022-2025.

Concorreu uma única lista, a Lista A, cujo primeiro subscritor foi o Engenheiro Técnico Civil, Augusto Ferreira Guedes.

A Lista A recolheu uma percentagem de cerca de 96,5% dos votos expressos, num total de 1107 votos.

A Secção Regional do Norte obteve um total de 436 votos, que reflete um crescimento, em termos de votação relativamente ao ano de 2017 de 9,8 %.

A modalidade presencial e por correspondência mantiveram-se disponíveis como sempre aconteceu ao longo de todas as nossas eleições, e a modalidade de votação eletrónica esteve também disponível para todos os membros da OET verificando-se um aumento significativo de votos por este meio. As eleições decorreram com total normalidade.





Este relatório pretende demonstrar de forma resumida as estatísticas dos acessos, eventos publicitados e as adesões às funcionalidades do site da Ordem dos Engenheiros Técnicos – Secção Regional Norte.

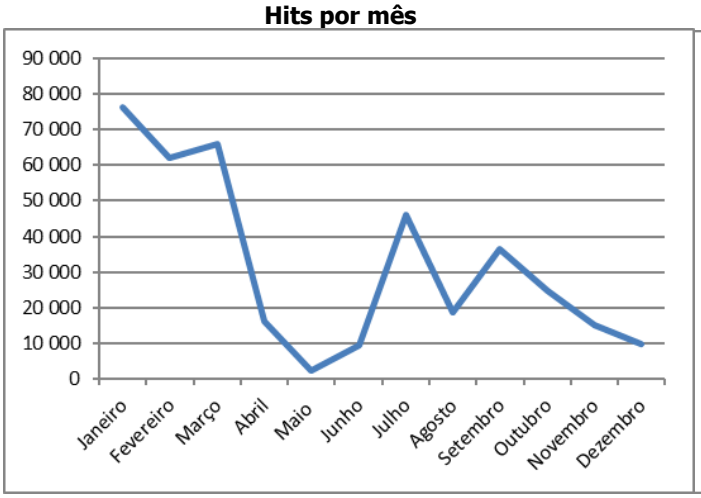
Estatísticas do site www.srnorte.oet.pt em 2021

1. Estatísticas Gerais

Hits				
	2021	**2020**	**2019**	**Diferença**
Total de Hits	361.95/—/383.296	1.085.836	764.922	
Média de Hits por Dia	991.67/—/1.050	2.975	2.095	
Visitas a páginas				
Total Page Views	291.229/—/234.146	873.668	334.948	
Média de visitas a páginas por dia	797.67/—/645	2.393	917	
Visitantes				
Total Visitantes	3384.67/—/9.808	10.154	24.884	
Média de Visitantes por dia	9.33/—/27	28	68	
Largura de Banda				
Total Largura de Banda	7.92GB/—/13.98 GB	23.77 GB	39.01 GB	
Média Largura de Banda por dia	0.02GB/—/0.03 GB	0.06 GB	0.10 GB	

2. Estatísticas da Atividade por Mês

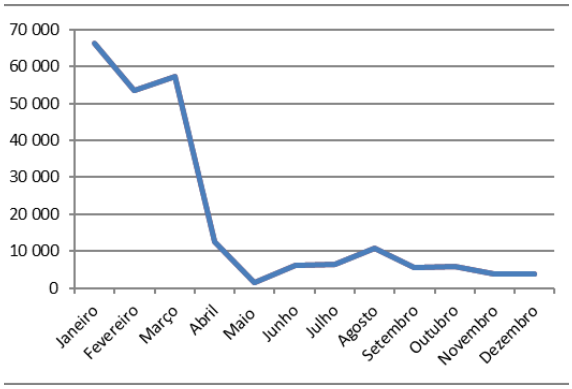
Hits por mês



Visitas por mês



Visitas a páginas por mês



Caros colega

Relativamente á questão da utilização do nosso sitio, e como devem ter reparado, este esteve em baixo durante mais ou menos quatro meses, pois efetuamos uma profunda remodelação na forma, nos conteúdos e no grafismo. Assim, podemos constatar que os valores anuais de utilização estão abaixo do normal, (sem crescimento) dado que não houve atividade durante todo esse tempo. No entanto em boa verdade, o sitio da secção foi sempre encaminhado para o sitio nacional pelo que nenhum membro ou possíveis membros que eventualmente se queiram inscrever, deixou de ter acesso á informação aqui referida.

Mês	Hits	Páginas	Visitantes	Visitas	Bytes
Janeiro	76.341	66.256	600	1.129	1.13 GB
Fevereiro	62.081	53.565	546	1.077	1.11 GB
Março	65.807	57.249	530	1.025	1.05 GB
Abril	16.277	12.438	511	968	295.72 MB
Maio	2.230	1.615	393	793	73.56 MB
Junho	9.324	6.182	470	957	420.11 MB
Julho	45.926	6.550	1.368	2.074	2.64 GB
Agosto	18.685	10.941	1.922	2.821	832.60 MB
Setembro	36.564	5.601	1.019	1.592	2.61 GB
Outubro	24.814	5.867	954	1.530	1.85 GB
Novembro	15.294	3.774	762	1.317	1.22 GB
Dezembro	9.953	3.928	733	1.291	796.61 MB
Total	**383.296**	**234.146**	**9.808**	**16.574**	**13.98 GB**

SERVIÇOS JURÍDICOS

O gabinete jurídico de apoio a todos os membros continua a prestar um serviço de inegável valor e que podemos constatar que se trata de um êxito.

A secção é regularmente, solicitada pelos seus membros para intervir, ou ser consultada, sobre diferentes áreas da atividade dos Engenheiros Técnicos, nomeadamente:

- *Intervenção na defesa dos interesses dos Engenheiros Técnicos junto das C. Municipais*
- *Consulta dos membros sobre legislação aplicável nas suas atividades profissionais.*
- *Desrespeito à legislação*
- *Desrespeito pela ética profissional*
- *Os Serviços Jurídicos foram consultados durante o ano de 2021 por cerca de 48 membros*
- *No ano de 2021 foram abertos 6 processos de inquérito.*

CONSELHO DE DISCIPLINA

O Conselho de Disciplina tem neste momento algumas ações em análise relativas a processos em que se encontram intervenientes alguns Engenheiros Técnicos e que fundamentalmente se resumem a participações de Câmaras Municipais ou Particulares.

Com efeito os tipos de processos em causa tem como fundamento o não cumprimento das normas regulamentares, a desconformidade com o projeto aprovado, falsas declarações, etc.

Assim, dos casos sujeitos a apreciação, durante 2021 estão:

Em análise……..…..... 3
Já analisados……....2
Resolvidos……..…..…....0
Aguarda resposta dos membros…....1
Aguarda processo crime ……..…...0
Total dos Processos 2000 / 2021…...151

REPRESENTAÇÃO DA SECÇÃO

A S.R.Norte da OET esteve presente nas seguintes iniciativas durante o ano 2021:

Em todas as realizações da OET e nomeadamente nas reuniões do CDN, por videoconferência (confinamento) e de forma presencial quando possível ;

06 de maio—Sessão Pública para a Economia Circular promovida pela CCDR-N;

28 de maio – Comemoração do 17º Aniversário da Escola Superior de Tecnologia do IPCA

19 de julho—Cerimónia de Apresentação da Fundação Mestre Casais - Mesa Redonda sobre os desafios da sustentabilidade;

15 a 21 de novembro—IV Congresso da OEA em Luanda,

23 a 25 de novembro Stand da OET na IX Semana da Reabilitação Urbana;

16 de dezembro—29ª Reunião da Assembleia Geral da Ade Porto;

17 de dezembro—Sessão Solene de Comemoração dos 27 anos do IPCA, em Barcelos;

Concerto de Abertura do Ano Académico com a Orquestra Clássica do IPP

MOVIMENTO ASSOCIATIVO

Em 31 de Dezembro de 2020, A secção contava com 5815 membros efetivos.

A 31 de Dezembro de 2021, a secção conta com 5879 membros efetivos.

O que representa um crescimento de 64 membros.

Verificamos que apesar da pandemia e da continua saída de membros por diferentes motivos, como sejam reforma, morte, abandono ou mais comumente pelas dificuldades de prosseguir a atividade profissional de que resulta dificuldade no pagamento das quotas, continuamos a crescer, lentamente é certo mas a crescer. A exemplo do ano transato esperamos que em função da melhoria gradual das condições económicas do país e por isso da reativação da atividade industrial alguns membros que haviam solicitado a suspensão de quotas podem regressar gradualmente à atividade. Queremos desde já deixar aqui uma nota de pesar relativamente a este ano de 2021, que foi efetivamente devastador no que respeita á perda de membros da OET. Com efeito vimos partir neste ano o colega HÉLDER PITA, ilustre Engenheiro Técnico e vice presidente da nossa ordem. Os colegas JOSÉ MOITA, ALBERTO MESQUITA, MANUEL MORAIS, DAVID LEITE , TORCATO DAVID e VITOR MACEDO. Todos eles contribuíram de forma decisiva para o engrandecimento e prestígio da OET.

Continuamos apesar do enorme esforço que a Ordem no seu conjunto tem feito, a ter uma grande desinformação sobre a atividade da OET, do seu reconhecimento e do enquadramento igualitário que a Ordem tem relativamente à OE. Esta promove uma atividade diária contra a OET que nos merece as maiores criticas, pois procura influenciar de modo não verdadeiro, em conjunto com alguns professores dos politécnicos, os recém licenciados, à não inscrição na OET. Com efeito tem sido extremamente difícil promover o reconhecimento da OET junto das escolas e dos novos formandos em particular, pois deparamo-nos sistematicamente com as mais variadas formas de oposição e até boicote as atividades da OET, o que proporciona situações de desigualdade. De qualquer modo temos ainda que referir que no ano transato verificamos um acréscimo de 64 membros inscritos na secção, o que se traduz num número superior ao atingido no ano 2020.

A secção continua a emitir anualmente uma média de 420 declarações, para todos os membros e todas as especialidades. Os membros desta secção emitem de modo próprio mais de 83500 declarações anuais, sobre a capacidade para o uso do Titulo e a prática de atos próprios da respetiva profissão. Desta forma continuamos a verificar que a emissão de declarações (SEDAP) por parte de cada vez mais membros, origina a que a secção quase só presta esclarecimentos nesta matéria.

Dadas as condicionantes existente no país a secção tem efetuado, a exemplo de anos anteriores outro tipo de funções como sejam enviando documentação, notas sobre a legalidade da atuação dos profissionais devidamente inscritos, as deslocações às escolas, às câmaras municipais, aos diferentes serviços públicos e entidades privadas de forma a promover e cativar novos membros nomeadamente colocando cartazes promovendo a OET e dando a indicação dos diferentes colégios onde cada um pode exercer a sua atividade.

Finalmente, não podemos deixar de dar uma palavra de agradecimento aos colegas que se disponibilizaram para as tarefas relativas ao exercício da profissão e que tiveram a preciosa colaboração dos Delegados Distritais e agora também com os Delegados Concelhios, o que demonstra a vitalidade da Secção.





.

AGRADECIMENTOS

Queremos deixar um especial agradecimento:

- Aos que nos apoiaram ou patrocinaram nas nossas iniciativas e que permitiram a concretização com êxito das nossas ações.

- Aos que planearam, patrocinaram, organizaram, colaboraram e participaram nas diferentes iniciativas levadas a cabo pela secção nomeadamente no apoio às jornadas técnicas.

- *À Amélia que tem sabido ser a responsável mais próxima de todas as tarefas que a secção tem levado a cabo, nunca desanimando e até enfrentando sem azedume, algumas prestações menos conseguidas da Direção.*
- *À Carla que continua a sua ingrata tarefa de resolver perante os colegas as diferentes mudanças de procedimentos que o CDN tem imposto face aos novos membros que pretendem iniciar a sua atividade com a inscrição na secção na atividade de novas inscrições e estágios.*
- *À Sara que tem demonstrado um querer saber e uma abnegação dignas de uma profissional, sendo de realçar a tarefa de substituir a Amélia.*
- *Ao Pedro pelo apoio que tem prestado, e pelo empenho na melhoria da sua função que tem demonstrado ao longo destes anos, uma vez que são constantes as alterações de procedimentos na emissão de declarações, o que exige uma atenção e empenho permanentes.*
- *Ao Dr. Manuel Araújo pelo empenho e colaboração prestada no apoio aos membros e às dúvidas que a Secção lhe coloca, face ao evoluir da legislação e nomeadamente nesta fase da sua vida que tantos sacrifícios lhe tem pedido.*
- *Ao Manuel Júlio pela dedicação e competência*
- *Ao António Fernandes pelo empenho, competência, zelo e dedicação*
- *A todos que se empenharam na concretização das ações realizadas e dos objetivos traçados, pela secção e que apesar das diferentes dificuldades que diariamente lhes foram sendo colocadas.*
- *À disponibilidade e empenhamento que todos demonstraram para a realização de tarefas complicadas e de alguma forma pouco atrativas, como sejam as realizações levadas a cabo para engrandecer e dignificar os Engenheiros Técnicos, como as tarefas da realização de colóquios, conferências, deslocações para diferentes atividades da secção etc:, um bem hajam.*

- Ao CDN, às Secções Regionais da OET e respetivos colaboradores, pela disponibilidade, cordialidade e empenho demonstrados.

- A todos sem exceção, nomeadamente aos delegados distritais o profundo reconhecimento do Conselho Diretivo Regional.

EVOLUÇÃO DOS MEMBROS EFETIVOS

ANO	Nº DE MEMBROS	VARIÁVEL NOMINAL	VARIÁVEL EM %	CRESCIMENTO TOTAL
2001/2002	2397/2867	636/470	36,12 %19,61 %	36,12 % 62,81%
2003	3251	384	13,39 %	84,61%
2004	3860	609	18,73 %	119,19%
2005	3979	119	3,08 %	125,95%
2006	4177	198	4,97 %	137,19%
2007	4513	336	8,04 %	156,27%
2008	4594	81	1,79 %	160,87%
2009	4805	211	4,59%	172,85%
2010	5247	442	9,19%	197,95%
2011	5375	128	2,44%	205,22 %
2012	5497	122	2,27 %	212,15 %
2013	5584	87	1,58 %	217,09 %
2014	5565	-19	0.02 %	216,01 %
2015	5592	27	0,49 %	217.55 %
2016	5567	-25	0,45 %	216,13 %
2017	5618	51	0,50 %	219,02 %
2018	5693	75	0,76 %	221,94 %
2019	5763	70	0,77%	227,25%
2020	5815	52	0,89%	230,21%
2021	5879	64	1,10 %	245,26%

EVOLUÇÃO DOS MEMBROS EFETIVOS POR COLÉGIOS

ESPECIALIDADES DE ENGENHARIA	2000/ 2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017		2018		2019		2020		2021			
CIVIL	3147	3236	3286	3321	3291	3304	3262	6	3268	24	3292	18	3310	11	3321	-11	3310		
ELETRÓNICA E TELECOMUNICA-ÇÕES	132	155	161	153	158	159	159	3	162	1	163	1	164	9	173	7	180		
ENERGIA E SISTEMAS DE POTÊNCIA	914	917	942	948	935	933	923	12	935	18	953	16	969	19	988	33	1021		
MECÂNICA	646	666	691	679	665	655	655	6	661	6	667	10	677	6	683	14	697		
QUÍMICA E BIOLOGIA	38	37	37	38	37	36	39	0	39	4	43	3	46	-1	45	2	47		
INFORMÁTICA	11	13	11	13	13	20	11	3	14	2	16	4	20	1	21	3	24		
GEOTÉCNICA E DE MINAS	142	143	144	140	134	132	124	3	127	1	128	5	133	7	140	-1	139		
AGRÁRIA	104	100	99	99	99	100	104	0	104	2	106	1	107	-1	106	3	109		
AMBIENTE	18	21	23	21	17	20	24	0	24	6	30	7	37	5	42	7	49		
GEOGRÁFICA / TOPOGRÁFICA	20	21	22	21	23	22	24	2	26	0	26	0	26	3	29	1	30		
INDUSTRIA E DA QUALIDADE	2	3	3	4	5	5	9	4	13	5	18	0	18	2	20	0	20		
ALIMENTAR	-	1	2	2	3	4	5	0	5	1	6	1	7	1	8	0	8		
SEGURANÇA	7	20	38	58	66	82	96	4	100	2	102	5	107	4	111	2	113		
PROTEÇÃO CIVIL	-	-	2	3	5	5	5	1	6	2	8	2	10	3	13	3	16		
AERONÁUTICA	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	2	0	2	0	2	0	2		

RESUMO DAS INSCRIÇÕES POR MESES NO ANO DE 2021

MÊS	Inscrições em estágio	Estudantes	Inscrições Pré-Bolonha	Inscrições Pós-Bolonha
JANEIRO	12	1	0	12
FEVEREIRO	12	0	1	11
MARÇO	18	3	2	16
ABRIL	15	0	1	14
MAIO	13	2	2	11
JUNHO	6	0	1	5
JULHO	13	0	1	12
AGOSTO	7	0	1	6
SETEMBRO	8	1	0	8
OUTUBRO	8	2	1	7
NOVEMBRO	7	3	1	6
DEZEMBRO	10	0	1	9

Análise da situação económica e financeira

A situação resultante da atividade da Secção Regional, no ano de 2021 apresenta um resultado positivo em termos de balanço, de 33.247,88 € (trinta e três mil, duzentos e quarenta e sete euros e oitenta e oito cêntimos). Esta situação decorre fundamentalmente, na nossa opinião, pelo facto de em 2021 o país continuar a ser afetado pela pandemia SARs Cov 2—COVID 19 que afetou todos nós de tal forma que limitou a atividade da Secção.

A pandemia provocou desde logo que a atividade da secção tivesse sido reduzida de forma presencial ao mínimo indispensável, nomeadamente as reuniões da Secção, Direções dos Colégios da Especialidade sediados na Secção, bem como as reuniões do Conselho Diretivo Nacional, uma vez que passaram a ser reuniões mistas, ou seja, com presenças físicas limitadas e por videoconferência. Deste modo verificaram-se significativas e acentuadas reduções de custos, por este motivo.

Assim, não foi possível executar algumas das diferentes tarefas que estavam previstas no Plano de Atividades como por exemplo as visitas técnicas a empreendimentos de interesse regional ou nacional que todos os anos levamos a efeito nas várias regiões da secção, as jornadas técnicas tão conhecidas e com grande participação dos colegas, os eventos relacionados com as atividades das escolas, associação de estudantes (enquadramento profissional) as jornadas de reabilitação para os quais assumimos compromissos presenciais de elementos da Direção da Secção e mesmo de colaboração financeira.

No entanto e passados que foram os primeiros meses desta pandemia e após o primeiro desconfinamento conseguimos levar a efeito algumas realizações de jornadas técnicas, embora em formato misto ou seja respeitando as normas emanadas pela DGS e que com grande satisfação verificamos uma forte participação dos membros.

Assim, comparativamente aos anos transatos, a atividade da secção foi deveras reduzida, até porque estivemos durante largos períodos de tempo fechados e confinados realizando a nossa atividade através de teletrabalho.

Pelo que e apesar dos constrangimentos referidos podemos com satisfação dizer que a realidade de tesouraria continua nos termos dos anos anteriores, isto é, a secção tem toda a sua contabilidade em dia, tendo os nossos fornecedores um grau de satisfação elevado pelos compromissos assumidos na resolução dos assuntos de contabilísticos.

Investimentos

Continuamos a realizar melhoramentos nas condições relativas aos equipamentos de informática, uma vez, que as existentes começam a demonstrar algum cansaço e já ultrapassados para as exigências atuais. Assim e de acordo com a nova realidade das reuniões mistas, a Secção já está preparada para o futuro, ou seja, para a vertente de presenças pessoais e por videoconferência.

Tal como em anos transatos foi e vai continuar a ser necessário promover algumas melhorias na manutenção do edifício, até porque se trata de uma estrutura já com muitos anos

Evolução previsível da Secção Regional

A S. R. Norte da O.E.T., continua como sempre em desenvolvimento, como o demonstra o numero crescente de membros. Temos esperança que a situação atualmente existente no país possa melhorar e por isso a atividade dos membros da secção volte á normalidade. Continuamos por isso, a disponibilizar apoio aos estudantes com a atribuição de prémios, patrocínios e facilidades de ingresso na secção por forma a que um maior número de estudantes possa com maior facilidade efetuar a sua inscrição na Ordem. Desta forma continuaremos a alargar os nossos protocolos a todas as escolas de ensino superior, tal como já fazemos com os Departamentos de Química, Geotecnia e Geoambiente e Eletrotécnica do ISEP.

O Presidente da Secção Regional Norte

António Augusto Sequeira Correia

O Tesoureiro

Manuel Soares da Silva

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Dezembro 2021

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS 2021	PERÍODOS 2020
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados		279.480.90	278 037,61
Subsídios à exploração			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos		(89.789.78)	(82 797,09)
Gastos com o pessoal		(115.912.65)	(113 459,64)
Imparidade (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Outros rendimentos		4.105.30	564,90
Outros gastos		(39 488.48)	(39 375,38)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		38.395.29	42 970,40
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(5.147.41)	(4 108,50)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		33.247.88	38 861,90
Gasto de financiamento (líquidos)			
Resultado antes de impostos		33.247.88	38 861,90
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		**33.247.88**	**38 861,90**
		,00	,00

A Direção:_____

O Contabilista certificado:_____

OET-SECÇAO REGIONAL DO NORTE, 2021

Contribuinte nº 504923218
Emitido por CLAUDIA em 09-03-2022 16:10:30

Balancete Analítico

Acumulados até ao mês: 13º (Euros)

CONTA		VALORES ACUMULADOS		SALDOS ACUMULADOS			
Código	Designação	Débito	Crédito	Débito	Crédito		
Classe 1							
11	CAIXA	39 895,51	38 978,05	917,46			
12	DEPOSITOS A ORDEM	404 309,00	338 291,06	66 017,94			
13	OUTROS DEPÓSITOS BANCÁRIOS	476 000,00	175 000,00	301 000,00			
	Totais da	**Classe 1**		920 204,51	552 269,11	367 935,40	0,00
Classe 2							
22	FORNECEDORES	41 741,59	42 635,68		894,09		
23	PESSOAL	75 013,20	75 013,20				
24	ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS	43 879,13	49 799,88		5 920,75		
27	OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR	433 189,61	447 512,62		14 323,01		
28	DIFERIMENTOS	961,14	407,53	553,61			
	Totais da	**Classe 2**		594 784,67	615 368,91	553,61	21 137,85
Classe 4							
43	Activos Fixos Tangiveis	242 977,67	235 938,84	7 038,83			
44	Activos Fixos Intangiveis	18 585,73	18 170,86	414,87			
	Totais da	**Classe 4**		261 563,40	254 109,70	7 453,70	0,00
Classe 5							
56	RESULTADOS TRANSITADOS	282 662,71	604 219,69		321 556,98		
	Totais da	**Classe 5**		282 662,71	604 219,69	0,00	321 556,98
Classe 6							
62	FORNECIMENTOS E SERVICOS EXTERNOS	90 143,66	353,88	89 789,78			
63	GASTOS COM O PESSOAL	131 106,85	15 194,20	115 912,65			
64	GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	5 147,41		5 147,41			
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	39 488,48		39 488,48			
	Totais da	**Classe 6**		265 886,40	15 548,08	250 338,32	0,00
Classe 7							
72	PRESTACOES DE SERVICOS		279 480,90		279 480,90		
78	Rend. ganhos investim. não financ.		3 887,61		3 887,61		
79	JUROS,DIVID.OUT.RENDIM.SIMILARES	172,60	390,29		217,69		
	Totais da	**Classe 7**		172,60	283 758,80	0,00	283 586,20
Classe 8							
81	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	38 861,90	38 861,90				
	Totais da	**Classe 8**		38 861,90	38 861,90	0,00	0,00
Total geral:		2 364 136,19	2 364 136,19	626 281,03	626 281,03		

BALANÇO
DEZEMBRO 2021

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS 2021	EXERCÍCIOS 2020
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis		7.038.83	8 636,70
Ativos intangíveis		414.87	
Investimentos Financeiros			
Créditos e outros ativos não correntes			
		7.453.70	8 636,70
Ativo corrente:			
Inventários			
Clientes			
Estado e outros entes públicos		84.74	134,32
Capital subscrito e não realizado			
Diferimentos		553.61	407,53
Outros ativos correntes		4.113.73	4 716,66
Caixa e depósitos bancários		367.935.40	329 778,58
		372.687.48	335 037,09
Total do Ativo		**380.141.18**	**343 673,79**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio:			
Capital subscrito			
Outros instrumentos de capital próprio			
Reservas			
Resultados transitados		321.556.98	282 695,08
Outras variações no capital próprio			
Resultado líquido do período		33.247.88	38 861,90
Total do capital próprio		**354.804.86**	**321 556,98**
Passivo			
Passivo não corrente:			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar			
Passivo corrente:			
Fornecedores		894.09	1 100,68
Estado e outros entes públicos		6.005.49	5 972,41
Financiamentos obtidos			
Diferimentos			
Outros passivos correntes		18.436.74	15 043,72
		25.336.32	22 116,81
Total do passivo		**25.336.32**	**22 116,81**
Total do Capital Próprio e do Passivo		**380.141.18**	**343 673,79**

A Direção: _____

O Contabilista certificado: _____

ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS

Secção Regional do Norte

Conselho Fiscal Regional

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL REGIONAL

Em cumprimento do prescrito na alínea b) do número 2 do Art.º 45 dos Estatutos da OET – Ordem dos Engenheiros Técnicos, vem o Conselho Fiscal Regional da Secção Regional Norte da OET apresentar o seu relatório e parecer sobre o Relatório e Contas do Exercício de Atividades, referentes ao período de janeiro a dezembro do ano de 2021.

Com a frequência necessária, procedeu este conselho, durante o exercício, ao exame da escrita da secção, visando prioritariamente as regularidades dos documentos e registos contabilísticos.

O relatório do Conselho Diretivo descreve sumariamente a atividade desenvolvida pela Secção e ajuda a interpretar os resultados apurados, na medida em que evidência os fatos mais relevantes e os fatores que para eles contribuíram.

Dado que o presidente do Conselho Fiscal Regional, participou ativamente em reuniões do CDR Norte, pelo que acompanhou sistematicamente a atividade desenvolvida, somos de opinião que a contabilidade, o balanço, a demonstração de resultados líquidos e o relatório da gestão do CDR Norte satisfazem as disposições legais e estatutárias, traduzindo corretamente a situação patrimonial e financeira da secção.

Assim, propomos:

Que aproveis o Relatório e Contas do exercício de atividade referentes ao período de janeiro a dezembro do Ano de 2021.

Que aproveis o Plano de Atividades e Orçamento para 2022 proposto pelo Conselho Diretivo Regional Norte

Que aproveis um voto de louvor ao Conselho Diretivo Regional Norte pela competência com que exerceu as suas funções, extensivo a todos os órgãos e pessoal da secção.

Porto, 12 de março de 2022

O Presidente: _____



srnorte.oet.pt

Director:
Mário Gil Abrunhosa

Propriedade: OET - Secção Regional Norte

Administração e Redacção: - Rua Pereira Reis, nº 429. - 4200-448 Porto **Telf.:** 223 395 030/1/2/3/4/5/6/7/8 - **Fax:** 223 395 039 - **Email:** srnorte@oet.pt

Produção e Design: S.R.N.OE.T. - Tiragem: Distribuição gratuita aos membros da ANET - Secção Regional Norte

ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS

PORTUGAL

- Relatório e Contas do Exercício de 2021
- Orçamento para 2022
- Pareceres do Conselho Fiscal

Secção Regional do Sul

1. Introdução 3

2. Administração 3

2.1 Os Serviços 3

2.2 Obras no edifício sede da OET 3

2.3 Protocolos 5

2.4 Divulgação e Participação 5

2.5 Análise Quantitativa 6

2.5.1 Inscrições e Estágios 6

2.5.2 Declarações 8

2.6 Órgãos Regionais 9

2.6.1 Conselho Diretivo de Secção 9

2.6.2 Conselho Fiscal de Secção 9

2.6.3 Conselho Disciplinar de Secção 10

2.7 Delegados 11

3. Principais Atividades e Eventos 12

3.1 Reuniões Descentralizadas/ Encontros 12

3.2 Representações 12

3.3 Formação Profissional 13

3.4 Resumo de eventos, ações e participações [presenciais e online (mencionados nos pontos 2 e 3)] 13

4. Análise Financeira 19

4.1 Receitas 19

4.2 Despesas 21

5. Demonstrações Financeiras 23

5.1 Balanço Individual em 31/12/2021 23

5.2 Demonstração Individual dos Resultados por Natureza 24

5.3 Demonstração Individual de Fluxos de Caixa 25

5.4 Anexo à Informação Financeira 26

6. Parecer do Conselho Fiscal Sobre o Relatório e Contas do Ano de 2021 36

7. Orçamento para 2022 37

7.1 Parecer do Conselho Fiscal Sobre o Orçamento para 2022 38

8. Agradecimentos 39

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório tem como principal objetivo retratar a atividade levada a cabo pela Secção Regional do Sul no ano de 2021, em cumprimento ao disposto no Estatuto da OET – Ordem dos Engenheiros Técnicos (Lei n.º 157/2015, de 17 de setembro).

Está dividido em duas partes distintas: a primeira descreve a atividade administrativa e a atuação dos diferentes órgãos da Secção, bem como, os principais eventos que tiveram lugar no ano de 2021, e a segunda trata da análise financeira, integrando o balanço do exercício.

Devido à situação pandémica provocada pelo COVID-19, este relatório refletirá os condicionalismos e necessidades de adaptação que a Secção continuou a enfrentar durante o ano de 2021.

2. ADMINISTRAÇÃO

2.1 OS SERVIÇOS

Os serviços da Secção Regional do Sul colaboraram com os diversos órgãos regionais e delegados na prossecução das atividades da Secção.

Por outro lado, no âmbito dos serviços prestados aos membros, asseguraram o atendimento, presencial e online, e prestação de informações diversificadas, tratamento de correspondência, procederam à inscrição de membros, à análise e avaliação dos processos de estágio, à emissão de declarações, para além de serviços de tesouraria.

Considerando a atual situação pandémica, que nos assola desde o final do primeiro trimestre de 2020, procedeu-se à reorganização dos serviços e à alteração de alguns procedimentos, sempre que necessário, com o objetivo de continuar a mostrar resultados positivos, resultando numa melhoria eficaz dos serviços prestados, tanto aos membros da OET, como às entidades com quem a Secção tem relacionamento e protocolos.

Ainda no âmbito da pandemia, a adaptação das instalações e a aquisição de equipamentos foram necessárias para possibilitar a constante otimização das ações, em termos qualitativos e quantitativos.

2.2 OBRAS NO EDIFÍCIO SEDE DA OET

No ano de 2021 a intervenção de maior relevo no edifício sede da OET foi a remodelação do auditório.

As obras de requalificação, que têm vindo a ser executadas e aquelas que se perspetivam para o futuro, continuam e continuarão a contribuir para a melhoria das condições de funcionamento da Secção Regional do Sul, cujos serviços são no mesmo edifício.







2.3 PROTOCOLOS

A Secção, tendo em vista a criação de novas oportunidades e a necessidade de estar permanentemente disponível para os seus membros e entidades públicas e privadas, trabalhou na criação de um conjunto de protocolos com empresas de formação e escolas, de forma a poder proporcionar uma bolsa de cursos, que permitam aos seus membros reforçar e adquirir novos conhecimentos e competências.

Os membros da Secção podem, caso o julguem pertinente, propor a promoção de áreas de formação e protocolos, que tenham como objetivo potenciar o conhecimento, divulgar e facilitar as ações dos engenheiros técnicos.

2.4 DIVULGAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

A Secção, na sequência de convites de entidades externas e em ações por si desenvolvidas, adequou às limitações impostas pelo COVID-19 a sua participação em diversos eventos e seminários técnico científicos, nacionais e internacionais, onde se divulgaram as ações e posições dos Engenheiros Técnicos.



IV Congresso Internacional da OEA

2.5 ANÁLISE QUANTITATIVA

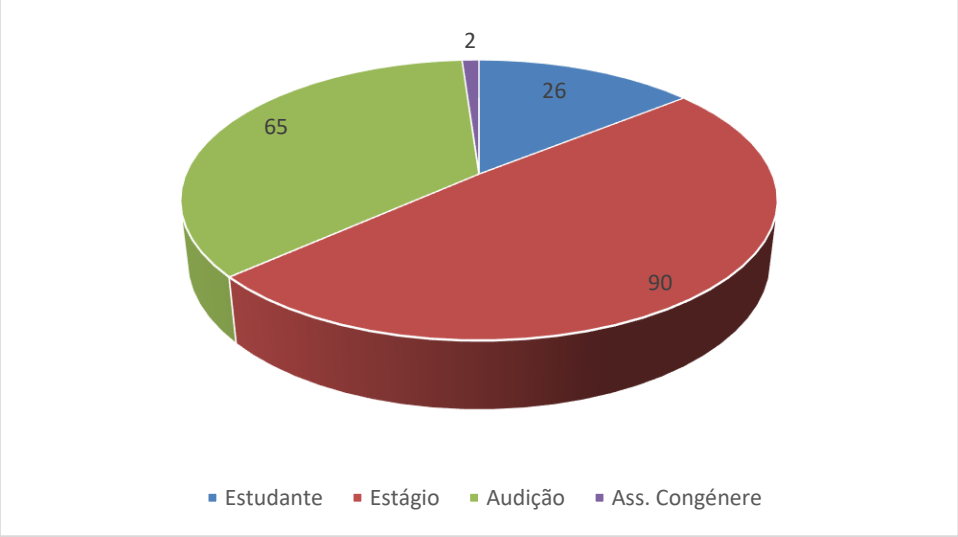
2.5.1 INSCRIÇÕES E ESTÁGIOS

Durante o ano de 2021 verificaram-se 183 inscrições de novos membros, das quais 26 na qualidade de membro estudante, 2 de membros de associações congéneres, 90 em estágio e as restantes 65 corresponderam a inscrição com audição. **(quadros 1 e 2, gráficos 1 e 2)**.

Quadro 1 – Inscrições por tipo (2021)

Inscrições – Período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021	
Estudante	26
Estágio	90
Audição	65
Associação Congénere	2
Total:	**183**

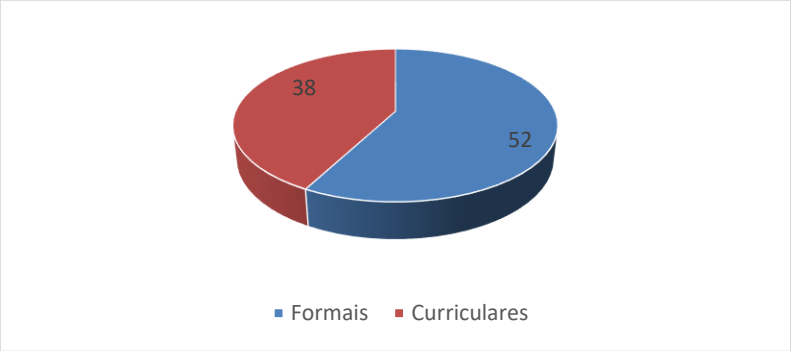
Gráfico 1 – Inscrições por tipo (2021)



Quadro 2 – Inscrições em Estágio por Modalidade (2021)

ESTÁGIOS – Período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021	
Formais	52
Curriculares	38
Total:	**90**

Gráfico 2 – Estágios profissionais por modalidade (2021)



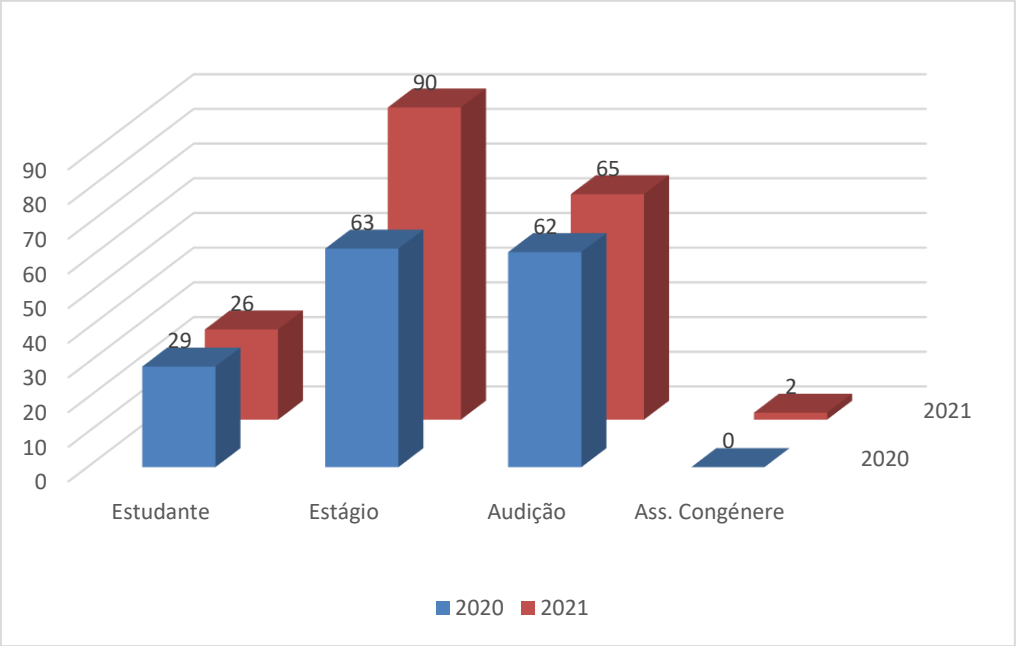
Em relação ao ano de 2020, à exceção das inscrições de estudantes, em 2021 verificou-se um acréscimo dos números de inscrições nos restantes tipos, independentemente da modalidade.

No total, em 2021 verificaram-se mais 29 inscrições do que no ano de 2020, o que se explica com uma melhor adaptação aos condicionalismos provocados pela pandemia (**quadro 3 e gráfico 3**).

Quadro 3 – Inscrições por tipo (Comparação 2020/2021)

INSCRIÇÕES	**2020**	**2021**
Estudante	29	26
Estágio	63	90
Audição	62	67
Associação Congénere	0	2
Total:	**154**	**183**

Gráfico 3 – Inscrições por tipo (Comparação 2020/2021)



2.5.2 DECLARAÇÕES

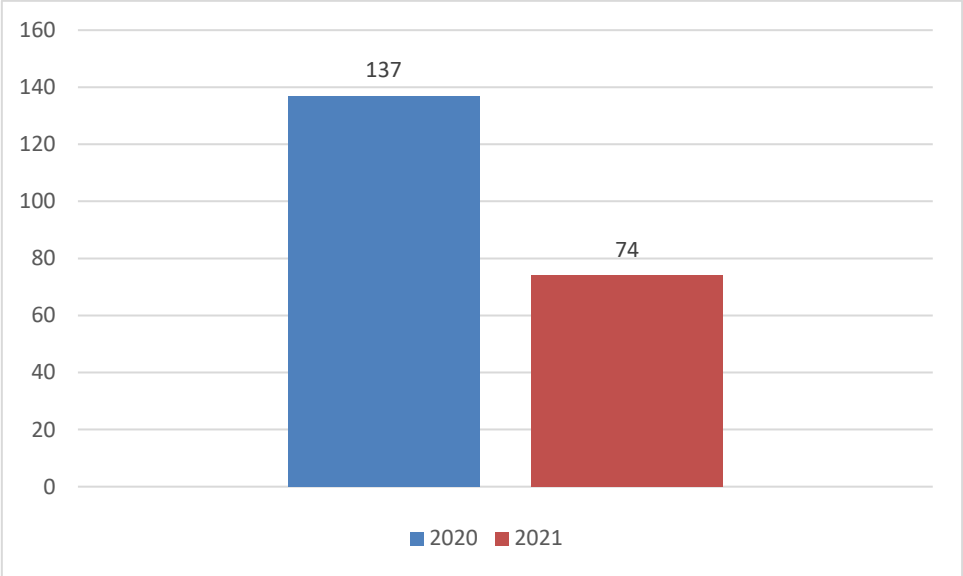
Durante o ano de 2021 foram emitidas 74 declarações, pelos serviços da Secção Regional do Sul. (**gráfico 4 e quadro 4**).

Relativamente ao ano de 2020, foram emitidas menos 63 declarações (**quadro 4**).

Quadro 4 – Declarações emitidas (Comparação 2020/2021)

ANO	Total
2020	137
2021	74
Diferença verificada	**-63**

Gráfico 4 – Declarações emitidas (Comparação 2020/2021)



2.6 ÓRGÃOS REGIONAIS

2.6.1 CONSELHO DIRETIVO DE SECÇÃO

O Conselho Diretivo de Secção realizou, presencialmente ou por videoconferência, as suas reuniões ordinárias com uma periodicidade mensal e reuniu extraordinariamente, sempre que necessário, com a presença da maioria dos seus membros.

Levou a cabo, igualmente e nos mesmos moldes, reuniões de trabalho periódicas com os outros órgãos regionais e nacionais, bem assim como, com os delegados, delegados adjuntos e delegados concelhios.

Na impossibilidade de deslocações do Conselho Diretivo de Secção, ou dos seus elementos, às várias regiões, no sentido de contactarem os membros, partilharem informações e de se inteirarem das necessidades específicas de cada distrito e concelho, promoveram-se eventos online.

No âmbito das inscrições e estágios, o Conselho Diretivo foi assessorado pela Comissão de Estágios, na análise dos vários processos e emissão dos competentes pareceres.

2.6.2 CONSELHO FISCAL DE SECÇÃO

O presidente do Conselho Fiscal participou na maioria das reuniões do Conselho Diretivo de Secção e analisou periodicamente os documentos contabilísticos e a gestão corrente da Secção.

2.6.3 CONSELHO DISCIPLINAR DE SECÇÃO

O Conselho Disciplinar reuniu periodicamente, presencialmente e/ ou por videoconferência, destacando-se ainda as reuniões do seu Presidente com o Gabinete Jurídico, para acompanhamento dos processos em curso.

No ano de 2021, o Conselho Disciplinar de Secção instruiu/analisou 24 processos, 17 dos quais tinham transitado do ano anterior enquanto 7 resultaram de novas queixas/ participações recebidas em 2021 (**quadro 5**).

Dos processos analisados, 7 foram arquivados. Parte destes arquivamentos tiveram como fundamento o facto de, em alguns casos, se verificar a impossibilidade de se fazer prova dos factos participados, e/ou por os mesmos não constituírem infração disciplinar. Por outro lado, algumas participações/ queixas deram entrada na OET após o decurso do prazo prescricional referido no Estatuto da OET. Nos processos disciplinares instaurados/ analisados incluem-se 4 suspensos por penderem ainda, nos competentes Tribunais Judiciais, processos de natureza criminal incidindo sobre os mesmos fatos participados à OET.

Incluindo os processos suspensos no ano em análise ou que tinham transitado de anos anteriores, transitaram 17 processos para 2022, encontrando-se 13 em inquérito ou em fase de instrução.

Quadro 5 – Processos disciplinares (2021)

PROCESSOS DISCIPLINARES – Período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021	
Processos iniciados em 2021	7
Processos que tinham transitado de 2020 (incluindo os suspensos)	17
Total:	**24**
Em 2021:	
Processos arquivados	7
Processos disciplinares com sanção	0
Processos disciplinares suspensos	1
Total:	**8**

Verificou-se o mesmo número de participações no ano de 2021, comparativamente ao ano de 2020.

Dos processos analisados, nenhum resultou na aplicação de pena (**quadro 6**).

Quadro 6 – Processos disciplinares (análise comparativa 2020/2021)

	2020	2021
Participações	7	7
Processos instruídos/ analisados (participações novas + as transitadas de anos anteriores)	26	24
Processos arquivados	7	7
Penas aplicadas	2	0

2.7 DELEGADOS

À semelhança dos anos anteriores, os delegados distritais desempenharam um papel de relevo na missão de aproximação dos órgãos da Secção Regional aos membros nela inscritos.

Com o intuito de dar continuidade à política de proximidade adotada e promover uma maior participação dos engenheiros técnicos nos assuntos e problemas ligados ao exercício profissional, foram promovidos inúmeros contatos para consultar os delegados sobre os vários assuntos relacionados com o exercício da profissão, bem como, sobre as dificuldades existentes em cada região.



3. PRINCIPAIS ATIVIDADES E EVENTOS

3.1 REUNIÕES DESCENTRALIZADAS/ ENCONTROS

Não obstante as limitações impostas pelas medidas de contingência em vigor para fazer face à pandemia de COVID-19, o recurso aos meios digitais, com ênfase nas plataformas de videoconferência, permitiu à Secção Regional do Sul continuar a promover eventos com vista a divulgar os assuntos de interesse para o Engenheiro Técnico, nomeadamente, no âmbito das atividades que a OET vem desenvolvendo, relacionadas com o exercício da profissão, bem como, com a formação e educação.

3.2 REPRESENTAÇÕES

Pela prevenção e segurança de todos, em 2021 fez-se uma grande aposta na promoção de eventos online.

Assim, a Secção pode participar em diversas ações de representação e divulgação da OET. Estas ações decorreram em eventos promovidos por diversas entidades, incluindo escolas e associações, tanto de estudantes como empresariais.



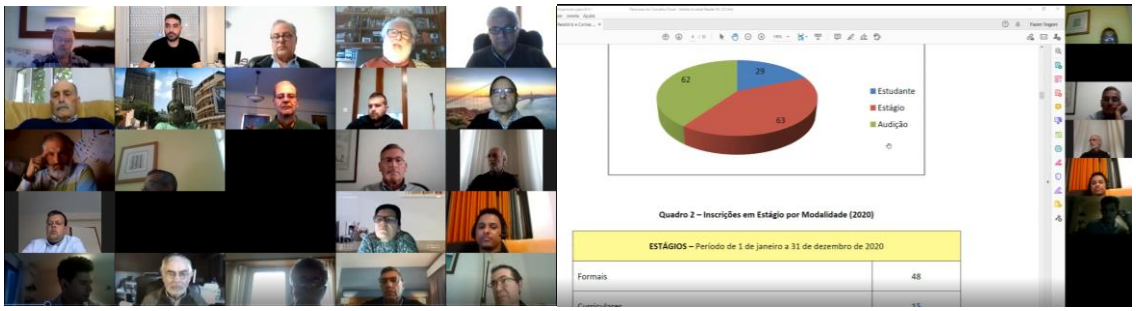
3.3 FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A Secção Regional do Sul dinamizou e divulgou a formação profissional, enquadrada no conceito de formação ao longo da vida, tendo como principais objetivos a qualificação dos recursos humanos e a divulgação do conhecimento, para fazer face a um mercado de trabalho cada vez mais competitivo. Por outro lado, a formação profissional procurou dar resposta aos condicionalismos impostos pela pandemia e aos normativos legais aprovados que exigem formação especializada no sentido de balizar a prática de determinados atos de engenharia.

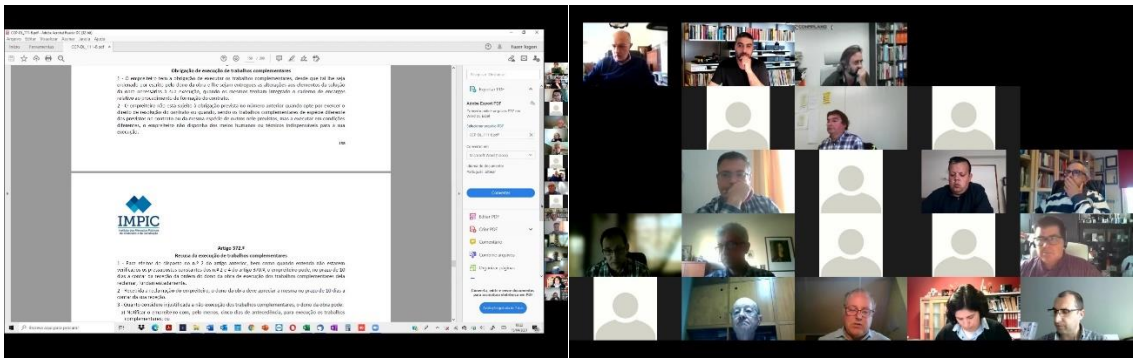
À semelhança dos anos anteriores, este conjunto de iniciativas foi levado a cabo através de parcerias e protocolos, numa estratégia de cooperação com instituições académicas, bem como, com entidades de formação e o CDN, tendo em vista a valorização profissional dos membros.

3.4 RESUMO DE EVENTOS, AÇÕES E PARTICIPAÇÕES [PRESENCIAIS E ONLINE (MENCIONADOS NOS PONTOS 2 E 3)]

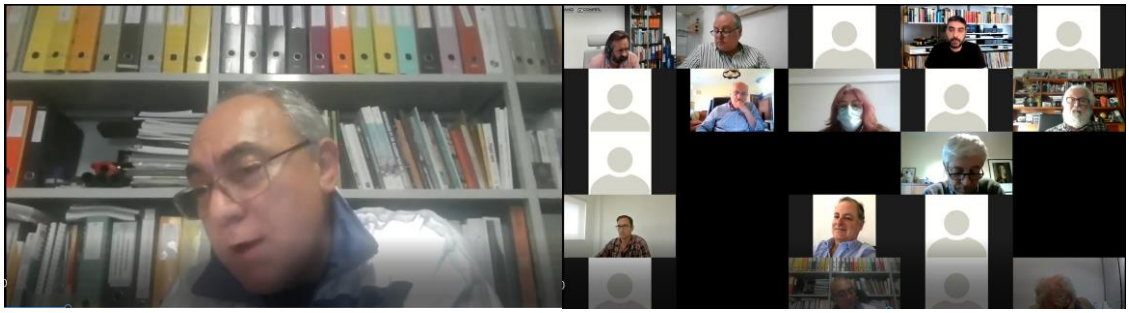
- 18/03/2021: Assembleia Geral da Secção Regional Sul da OET (videoconferência com 125 minutos e 82 participantes)



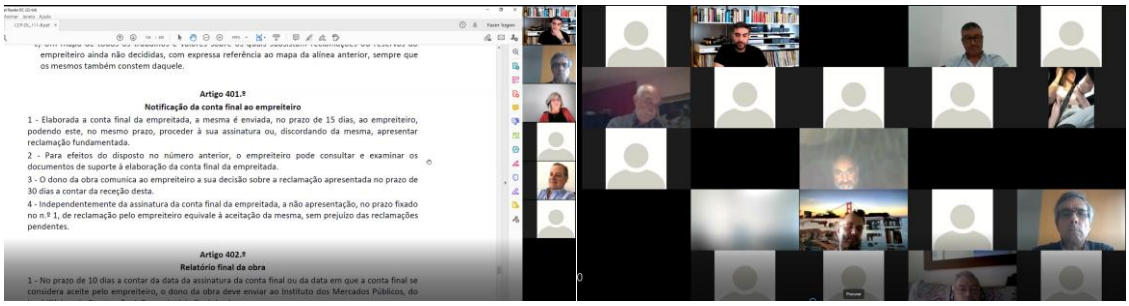
- 15/04/2021: Fórum de discussão | Contratação Pública - Erros e Omissões e Trabalhos Complementares (videoconferência com 152 minutos e 318 participantes)



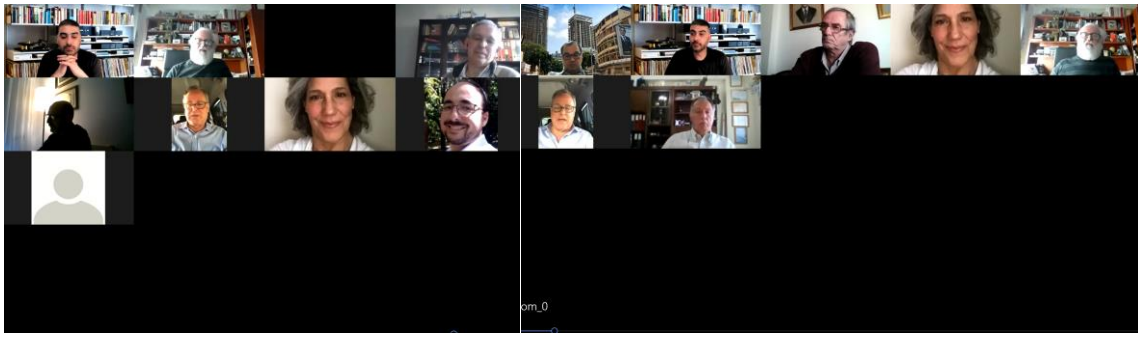
- 29/04/2021: Fórum de discussão | Contratação Pública - Plano de Trabalhos e Prorrogação de Prazos (videoconferência com 126 minutos e 195 participantes)



- 13/05/2021: Fórum de discussão | Contratação Pública - Revisão de preços, adiantamentos e conta final (videoconferência com 140 minutos e 133 participantes)



- 27/05/2021: Fórum de discussão | A importância da fase de projeto na construção civil e obras públicas (videoconferência com 138 minutos e 50 participantes)



- 17/06/2021: Fórum de discussão | A Importância das Instalações Técnicas em Edifícios (videoconferência com 111minutos e 74 participantes)



- 22/10/2021: Reuniões Distritais OET, Secção Regional Sul - Distrito de Santarém (reunião presencial em Tomar com 33 participantes)




- 27/10/2021: Reuniões Distritais OET, Secção Regional Sul - Distrito de Portalegre (reunião presencial em Vila Fernando, Elvas, com 30 participantes)




- 29/10/2021: Reuniões Distritais OET, Secção Regional Sul - Distrito de Setúbal (reunião presencial em Setúbal com 20 participantes)




- 03/11/2021: Reuniões Distritais OET, Secção Regional Sul - Distrito de Évora (reunião presencial em Arraiolos com 21 participantes)



- 05/22/2021: Reuniões Distritais OET, Secção Regional Sul - Distrito de Faro (reunião presencial em Almancil com 34 participantes)



- 04/11/2021: Lançamento do livro "Tecnologias Móveis Celulares da 4ª Geração"



- 08/11/2021: Reuniões Distritais OET, Secção Regional Sul - Distrito de Beja (reunião presencial em Beja com 25 participantes)



- 10/11/2021: Reuniões Distritais OET, Secção Regional Sul - Distrito de Lisboa (reunião presencial em Lisboa com 65 participantes)



- 11/11/2021: Eleições OET



- 29/11/2021: Receção a alunos do Ensino Profissional



ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS

PORTUGAL

4. ANÁLISE FINANCEIRA

Procedeu-se à apreciação das contas do ano de 2021, tendo a Secção Regional do Sul registado neste exercício um decréscimo tanto na despesa como na receita, verificando-se um saldo global positivo em relação ao orçamentado para o ano em análise.

4.1 RECEITAS

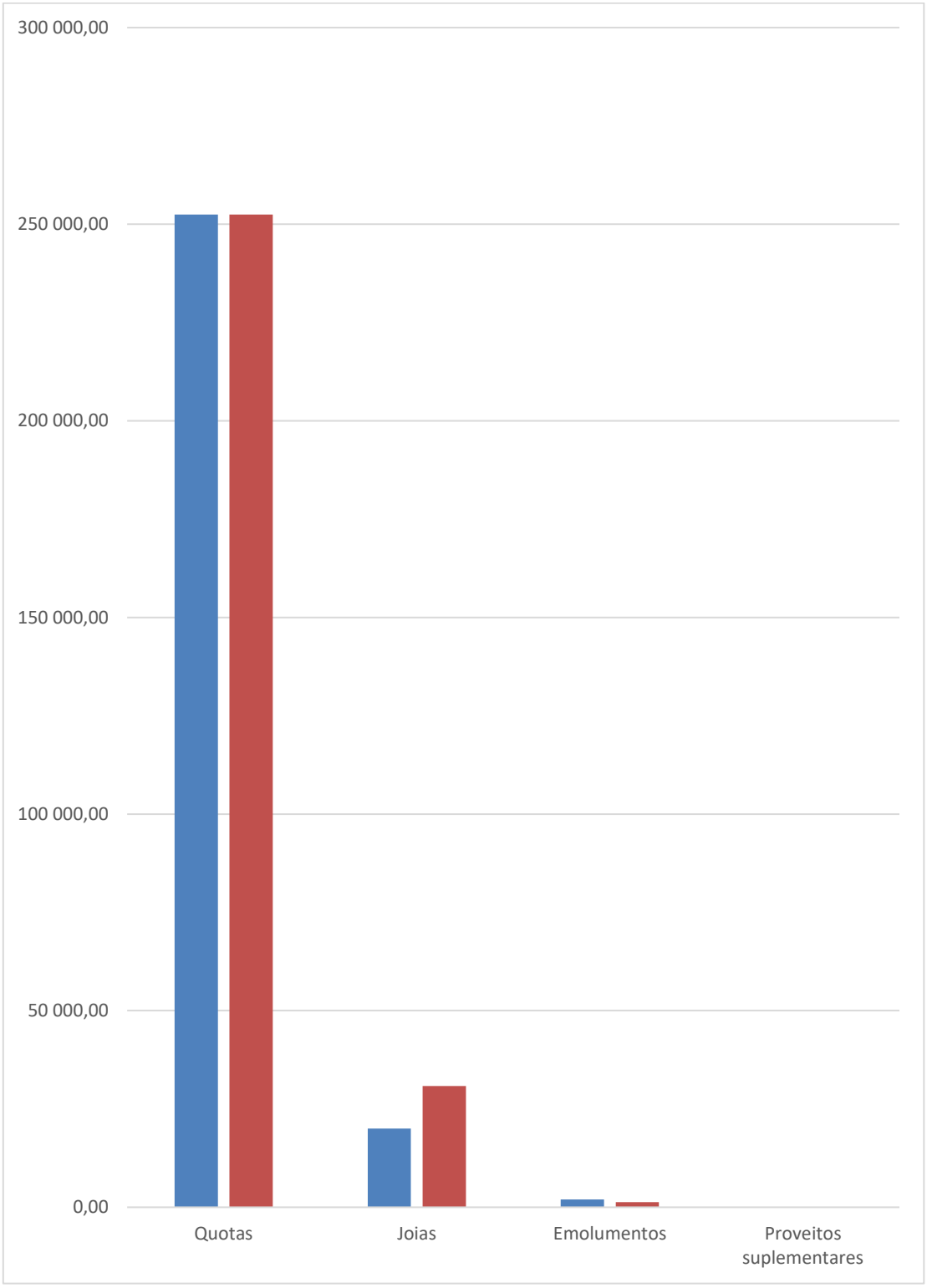
No que respeita às receitas, verificou-se um acréscimo (**quadro 7** e **gráfico 5**).

O acréscimo das receitas previstas deve-se, maioritariamente, à correta adaptação aos condicionalismos impostos pela pandemia.

Quadro 7 – Receita - Mapa Orçamental e Desvios de 2021

	Valores Orçamentados	Valores Realizados	Desvios
Quotas	252.428,40	252.428,40	0,00
Joias	20.000,00	30.838,50	10.838,50
Emolumentos	2.000,00	1.319,50	-680,50
Proveitos suplementares	0,00	0,00	0,00
Totais	**274.428,40**	**284 586,40**	**10.158,00**

Gráfico 5 – Receita - Mapa Orçamental e desvios de 2021



4.2 DESPESAS

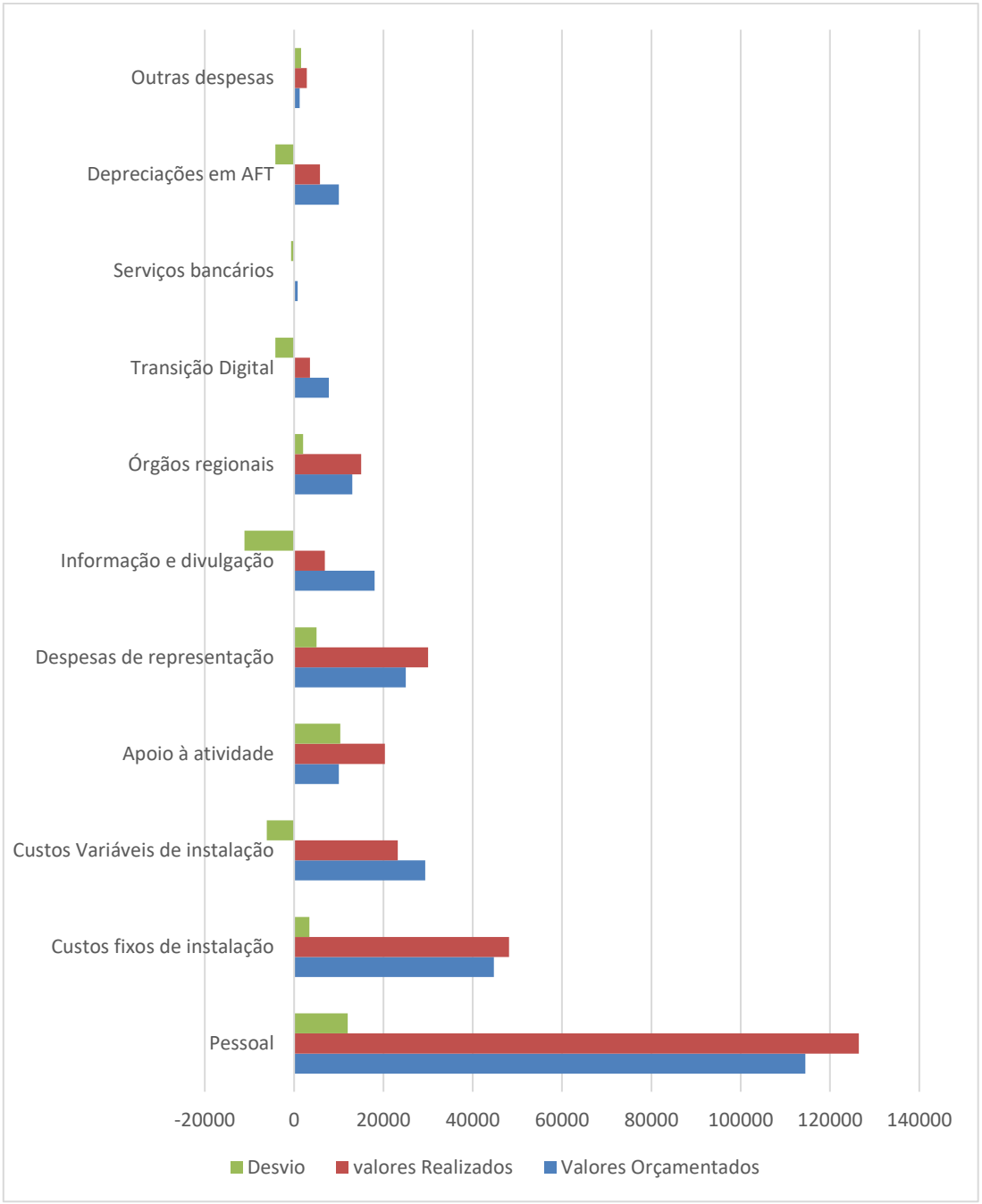
O acréscimo verificado no valor das despesas (quadro 8 e gráfico 6) é justificado pelo alívio das medidas de contingência, que se verificou no final de 2021, possibilitando a realização de mais atividades para além das programadas.

A realização destas ações possibilitou o contato direto com todos os membros da Secção Regional e a angariação de novos membros.

Quadro 8 – Despesa - Mapa Orçamental e Desvio de 2021

	Valores Orçamentados	Valores Realizados	Desvios
Pessoal	114 508,68	126 484,28	11 975,60
Custos fixos de instalação	44 731,60	48 135,39	3 403,79
Custos variáveis de instalação	29 367,84	23 223,34	-6 144,60
Apoio à atividade	10 000,00	20 318,24	10 318,24
Despesas de representação	25 000,00	30 000,00	5 000,00
Informação e divulgação	18 000,00	6 912,00	-11 088,00
Órgãos Regionais	13 000,00	15 015,96	2 015,96
Transição Digital	7 778,28	3 577,23	-4 201,05
Serviços Bancários	800,00	137,38	-662,62
Depreciações em AFT	10 000,00	5 772,06	-4 227,94
Outras despesas	1 242,00	2 834,40	1 592,40
Totais	**274 428,40**	**282 410,18**	**7 981,78**

Gráfico 6 – Despesa - Mapa Orçamental e Desvio de 2021



5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

5.1 BALANÇO INDIVIDUAL EM 31/12/2021

ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS SECÇÃO REGIONAL DO SUL

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

OET - SECÇÃO REGIONAL DO SUL
BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 UNIDADE MONETÁRIA: Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-2021	31-dez-2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	14.826,82	14.560,63
Sub total		**14.826,82**	**14.560,63**
Ativo corrente			
Outros créditos a receber	10	19.828,95	23.590,21
Caixa e depósitos bancários	4	119.142,49	112.348,96
Sub total		**138.971,44**	**135.939,17**
Total do ativo		**153.798,26**	**150.499,80**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Resultados transitados		125.538,96	86.120,59
Sub total		125.538,96	86.120,59
Resultado líquido do período		2.176,58	39.418,37
Total do capital próprio		**127.715,54**	**125.538,96**
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores	10	1.682,58	1.782,20
Estado e outros entes públicos	13	6.102,97	6.084,04
Financiamentos obtidos	10	1.225,92	0,00
Outras dívidas a pagar	10	17.071,25	17.094,60
Sub total		**26.082,72**	**24.960,84**
Total do passivo		**26.082,72**	**24.960,84**
Total do capital próprio e do passivo		**153.798,26**	**150.499,80**

Contabilista Certificado
José Tomé dos Santos Costa
Inscrito na OCC com o nº 53783

Direcção

5.2 DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZA

ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS SECÇÃO REGIONAL DO SUL

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

OET - SECÇÃO REGIONAL DO SUL
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZA UNIDADE MONETÁRIA: Euros
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	8	284.586,40	278.998,40
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimento	13	-36.000,00	-36.000,00
Fornecimentos e serviços externos	13	-111.319,34	-66.152,32
Gastos com o pessoal	11	-126.484,28	-123.174,46
Outros rendimentos e ganhos	13	0,26	0,49
Outros gastos e perdas	13	-2.834,40	-6.585,07
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		7.948,64	47.087,04
Gastos/reversões de depreciação e amortização	7	-5.772,06	-7.668,67
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2.176,58	39.418,37
Resultado antes de impostos		2.176,58	39.418,37
Resultado líquido do período		2.176,58	39.418,37

Contabilista Certificado
José Tomé dos Santos Costa
Inscrito na OCC com o nº 53783

Direcção

5.3 DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS SECÇÃO REGIONAL DO SUL

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

OET - SECÇÃO REGIONAL DO SUL
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Unidade monetária: euros

	Notas	Períodos	
		2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		284.586,40	278.998,40
Pagamentos a fornecedores		-111.418,96	-66.460,64
Pagamentos ao pessoal		-125.683,99	-122.932,01
Caixa gerada pelas operações		47.483,45	89.605,75
Outros recebimentos/pagamentos		-4.392,34	-11.422,70
***Fluxos de caixa das atividades operacionais* [1]**		43.091,11	78.183,05
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-1.523,50	-1.523,50
Investimentos financeiros		-36.000,00	-36.000,00
Recebimentos provenientes de:			
***Fluxos de caixa das atividades de investimento* [2]**		-37.523,50	-37.523,50
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		1.225,92	
Pagamentos respeitantes a:			
***Fluxos de caixa das atividades de financiamento* [3]**		1.225,92	0,00
Variações de caixa e seus equivalentes [1] + [2] + [3]		6.793,53	40.659,55
Efeitos das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		112.348,96	71.689,41
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	119.142,49	112.348,96

Contabilista Certificado **Direcção**
José Tomé dos Santos Costa
Inscrito na OCC com o nº 53783

5.4 ANEXO À INFORMAÇÃO FINANCEIRA

ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS SECÇÃO REGIONAL DO SUL

ANEXO

Introdução

O anexo visa complementar a informação financeira apresentada noutras demonstrações, divulgando as bases de preparação e políticas contabilísticas adotadas e outras divulgações exigidas pelas Normas de Contabilidade e Relato Financeiro.

As notas deste anexo seguem a ordem das NCRF.

1 Identificação da entidade

Designação da entidade: Ordem dos Engenheiros Técnicos – Secção Regional do Sul

Sede: Praça João da Câmara n.º19, 1º esq,, Santa Justa, Lisboa

Natureza da atividade: Ordem profissional

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Bases de preparação

Referencial contabilístico adotado

Regime geral

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas no Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, com as retificações da Declaração de Retificação nº 67-B/2009, de 11 de setembro e as alterações resultantes da Lei nº 20/2010, de 23 de agosto e do Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho.

A partir de 1 de janeiro de 2016, data de entrada em vigor do Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho, o SNC passou a ser regulado pelos seguintes diplomas:

- Portaria nº 220/2015, de 24 de julho (Modelos de demonstrações financeiras)
- Portaria nº 218/2015, de 23 de julho (Código das contas)
- Aviso nº 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura conceptual)
- Aviso nº 8258/2015, de 29 de julho (Normas interpretativas)
- Aviso nº 8256/2015, de 29 de julho (Normas contabilísticas e de relato financeiro)

2.1.1 Derrogações das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista nas NCRF.

2.1.2 Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas aos períodos apresentados, salvo indicação contrária.

3.1.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

3.1.2 Ativos intangíveis

De acordo com a NCRF6, os ativos intangíveis encontram-se mensurados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas.

3.1.3 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis estão mensurados pelo modelo do custo que compreende o custo de aquisição, deduzido de depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

3.1.4 Rédito

A entidade aplica, no reconhecimento do rédito proveniente das diversas prestações aos utentes da ordem, a NCRF20, uma vez que satisfaz todas as condições referidas no § 20 da referida norma, nomeadamente, o rédito é fiavelmente mensurado, é provável que os benefícios económicos fluam para a entidade, tanto os custos incorridos com a transação como os custos para a concluir são fiavelmente mensurados.

3.1.5 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se mensurados de acordo com os seguintes critérios:

Outros créditos a receber

As dívidas de outros créditos a receber estão mensuradas pelo seu valor nominal. Apesar de não vencerem juros, o seu recebimento é inferior a 12 meses, razão pela qual o efeito da aplicação do método do custo amortizado é imaterial.

No final de cada período de relato são analisadas as contas a receber de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for, é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a a entidade tem em consideração informação que demonstre que o devedor está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas a fornecedores e de outras contas a pagar estão mensuradas pelo seu valor nominal. Apesar de não vencerem juros, o seu pagamento é inferior a 12 meses, razão pela qual o efeito da aplicação do método do custo amortizado é imaterial.

Periodizações económica

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas “outras contas a receber e a pagar” e “diferimentos”.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

Eventos subsequentes

Os eventos subsequentes ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço, são refletidos nas demonstrações financeiras da sociedade. Os eventos após a data do balanço, quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.3 Juízos de valor que gerência fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 incluem:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis;
- O cálculo da quantia recuperável das dívidas;
- Previsão dos ordenados e salários a pagar no próximo período para o cálculo dos encargos com férias;

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva, conforme disposto na NCRF 4 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.

3.5 *Principais pressupostos relativos ao futuro*

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.6 Principais fontes de incerteza

A presente nota faz referência aos principais pressupostos em relação ao futuro na elaboração das demonstrações financeiras anexas, que possam implicar um risco significativo de ajustamentos materiais à mensuração dos ativos e passivos do próximo período financeiro.

À data do presente relatório a pandemia COVID 19 encontra-se relativamente controlada devido à vacinação. Acreditamos que o COVID-19 atualmente não terá influência significativa na atividade da entidade, quer do ponto de vista operacional, quer do financeiro.
Salienta-se para o facto que em 23 de fevereiro teve início um conflito (guerra) que envolve a Rússia e a Ucrânia, com consequências ainda imprevisíveis.

4 Fluxos de caixa

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

a) Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresentam os seguintes valores:

Descrição	31-dez-21	31-dez-20
Caixa	17,42	175,14
Depósitos à ordem	119.125,07	112.173,82
Outros depósitos bancários	0,00	0,00
Total de caixa e depósitos bancários	**119.142,49**	**112.348,96**

5 Partes relacionadas

a) Entidades em que a OET – Secção Regional do Sul é participada:

Designação da entidade: Ordem dos Engenheiros Técnicos.

Sede: Praça João da Câmara n.º19, Santa Justa, Lisboa

Natureza da relação: Delegação totalmente integrada na Ordem dos Engenheiros Técnicos.

b) Saldos pendentes entre partes relacionadas:

	Saldos em 31/12/2021		
Partes relacionadas	**Outras contas a receber**		
Ordem dos Engenheiros Técnicos	**Saldos pendentes ativos**	**Saldos pendentes passivos**	**Total**
CDN	16.086,07		16.086,07
Total	**16.086,07**		**16.086,07**

	Saldos em 31/12/2020		
Partes relacionadas	**Outras contas a receber**		
Ordem dos Engenheiros Técnicos	**Saldos pendentes ativos**	**Saldos pendentes passivos**	**Total**
CDN	22.856,29		22.856,29
Total	**22.856,29**		**22.856,29**

6 Ativos intangíveis

a) De acordo com a NCRF 6, os ativos intangíveis encontram-se mensurados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas.

b) Os movimentos na rubrica de ativos intangíveis durante os períodos 2021 e 2020, são os que se seguem:

- Não ocorreram movimentos em ativos intangíveis nos períodos de 2021 e 2020

c) Outras informações

-Os bens do ativo intangível são amortizados pelo método da linha reta, durante um período de 3 anos. À data de 31 de dezembro encontram-se totalmente amortizados.

-Na entidade não há ativos intangíveis com vida útil indefinida.

-Não ocorreram alienações em ativos intangíveis.

7 Ativos fixos tangíveis

a) As políticas contabilísticas adotadas pela entidade estão descritas na Nota 3 – Principais políticas contabilísticas.

b) Os ativos fixos tangíveis são depreciados pelo método da linha reta, através de uma depreciação sistemática durante a vida útil estimada para os ativos. As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, numa base anual, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Ativos fixos tangíveis	Vida útil	Taxa de depreciação
Obras instalações	10,2	10%, 20%
Equipamento básico	3,4,5,8	33,33%,20%,25%,12,50%
Equipamento administrativo	1,3	100%, 33,33%
Outros ativos fixos tangíveis	5	20%

c) Os movimentos na rubrica ativos fixos tangíveis durante os períodos 2021 e 2020 são os que se seguem:

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO EM ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS 2021				
DESCRIÇÃO	Equipamento básico	Equipamentos Administrativos	Outros AFT	Total
Quantia bruta escriturada inicial	54.470,10	36.734,84	160.686,74	251.891,68
Depreciações acumuladas iniciais	54.470,10	35.050,88	147.810,07	237.331,05
Quantia líquida escriturada inicial	0,00	1.683,96	12.876,67	14.560,63
Movimentos do período	3.005,66	454,00	-3.193,47	266,19
Total das adições	4.508,26	1.529,99	0,00	6.038,25
Aquisições em 1ª mão	4.508,26	1.529,99	0,00	6.038,25
Total das diminuições	1.502,60	1.075,99	3.193,47	5.772,06
Depreciações	1.502,60	1.075,99	3.193,47	5.772,06
Quantia líquida escriturada final	3.005,66	2.137,96	9.683,20	**14.826,82**

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO EM ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS 2020				
DESCRIÇÃO	Equipamento básico	Equipamentos Administrativos	Outros AFT	Total
Quantia bruta escriturada inicial	53.670,60	36.010,84	160.686,74	250.368,18
Depreciações acumuladas iniciais	53.670,60	33.359,86	142.631,92	229.662,38
Quantia líquida escriturada inicial	0,00	2.650,98	18.054,82	20.705,80
Movimentos do período	0,00	-967,02	-5.178,15	-6.145,17
Total das adições	799,50	724,00	0,00	1.523,50
Aquisições em 1ª mão	799,50	724,00	0,00	1.523,50
Total das diminuições	799,50	1.691,02	5.178,15	7.668,67
Depreciações	799,50	1.691,02	5.178,15	7.668,67
Quantia líquida escriturada final	0,00	1.683,96	12.876,67	**14.560,63**

a) Outras informações

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do período em que ocorrem.

Não ocorreram alienações em ativos fixos tangíveis.

8 Rédito

a) As políticas contabilísticas adotadas pela entidade, quanto ao reconhecimento do rédito na prestação de serviços estão descritas na Nota 3 - Principais políticas contabilísticas.

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	2021	2020
Quotizações	252.428,40	252.428,40
Jóias	1.319,50	1.720,00
Emolumentos	30.838,50	24.850,00
Total	284.586,40	278.998,40

9 Acontecimentos após a data do balanço

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2021 foram aprovadas pelo conselho fiscal da OET - Secção Regional do Sul, em 16 de março de 2022.

No período compreendido entre a data do balanço e a data de autorização para a emissão das demonstrações financeiras, não ocorreram acontecimentos que justificassem quer ajustamentos quer divulgações, às demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2021.

10 Instrumentos Financeiros

a) As políticas contabilísticas adotadas pela entidade estão descritas na Nota 3 - Principais políticas contabilísticas.

b) Em 31 de dezembro, a entidade apresentava os seguintes saldos relativos a ativos e passivos financeiros:

Informação relativa a ativos e passivos financeiros

	31-dez-2021	31-dez-2020
Ativos financeiros:	**19.928,95**	**23.590,21**
Outros créditos a receber	19.828,95	23.590,21
Passivos financeiros:	**19.979,75**	**18.876,80**
Fornecedores	1.682,58	1.782,20
Financiamentos obtidos	1225,92	
Outras dividas a pagar	17.071,25	17.094,60

c) A quantia escriturada dos ativos financeiros, à data de 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, é a seguinte:

Decomposição saldo de outros créditos a receber:	31-dez-2021	31-dez-2020
CDN	16.086,07	22.856,29
Protocolo Guiné Bissau	3.562,88	
Outros	180,00	733,92
	19.828,95	**23.590,21**

d) A quantia escriturada dos passivos financeiros, à data de 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, é a seguinte:

Decomposição saldo de fornecedores:	31-dez-2021	31-dez-2020
Fornecedores gerais	1.682,58	1.782,20
	1.682,58	**1.782,20**

Decomposição saldo de financiamentos obtidos:	31-dez-2021	31-dez-2020
Cartão Santander Totta	1.225,92	0,00
	1.225,92	**0,00**

Decomposição saldo de outras dívidas a pagar:	31-dez-2021	31-dez-2020
Encargos com férias a liquidar	15.081,04	14.299,68
Consultores	441,00	
Outras dívidas a pagar	1.549,21	2.794,92
	17.071,25	**17.094,60**

11 Benefícios dos empregados

a) Durante o período findo a 31 de dezembro de 2021 e a 31 de dezembro de 2020, a entidade apresentou os seguintes valores referentes a gastos com o pessoal:

GASTOS COM O PESSOAL 2021

Descrição	Valor
Gastos com o pessoal	
Remunerações dos orgãos sociais	13.240,00
Remuneração do pessoal	91.885,94
Encargos sobre remunerações	21.238,34
Outros gastos com o pessoal	120,00
Total	**126.484,28**

GASTOS COM O PESSOAL 2020

Descrição	Valor
Gastos com o pessoal	
Remunerações dos orgãos sociais	12.600,00
Remuneração do pessoal	89.676,48
Encargos sobre remunerações	20.897,98
Total	**123.174,46**

Os gastos com o pessoal são reconhecidos no período em que os trabalhos são efetuados, nomeadamente as remunerações, etc.

b) O número de trabalhadores ao serviço da entidade em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 era o seguinte:

- 2021, 4 funcionários
- 2020, 4 funcionários

12 Divulgações exigidas por diplomas legais

a) Situação tributária:

Conforme exigido pelo artigo 2º do Decreto-Lei nº 534/80, de 7 de novembro, à data de 31 de dezembro de 2021 não existiam dívidas em mora ao Estado.

Conforme exigido pelo artigo 21º o DL nº 411/91, de 17 de outubro, à data de 31/12/2021 não existiam dívidas em mora à segurança social.

13 Outras Informações

a) Decomposição dos saldos ativos e passivos do Estado e outros entes públicos:

ESTADO E OUTROS E.PÚBLICOS	2021	2020
Passivos:		
Retenção de imposto s/ o rendimento (IRS)	2.170,50	2.190,50
Contribuições para a segurança social	3.932,47	3.893,54
Total	6.102,97	6.084,04

b) Decomposição, pelas rubricas mais significativas, dos fornecimentos e serviços externos:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	2021	2020
Subcontratos	2.937,98	2.656,80
Trabalhos especializados	9.947,41	5.547,30
Publicidade e propaganda	6.912,00	0,00
Vigilância e segurança	47,54	76,20
Honorários	5.400,00	5.400,00
Comissões	137,38	127,54
Conservação e reparação	139,85	0,00
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	2,48	505,44
Livros e documentação técnica		980,00
Material de escritório	1.445,86	2.139,18
Electricidade	1.668,25	1.707,30
Água	472,19	566,62
Deslocações e estadas	20.318,24	14.631,90
Transportes de pessoal	10,70	0,00
Rendas e alugueres	3.386,97	3.262,19
Comunicação	7.398,10	8.005,93
Despesas de representação	45.015,96	15.591,66
Limpeza, higiene e conforto	2.501,40	1.593,01
Outros serviços	3.577,03	3.361,25
Total	**111.319,34**	**66.152,32**

c) Decomposição, pelas rubricas mais significativas, dos outros rendimentos e ganhos:

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	2021	2020
Correções relativas a períodos anteriores	0,26	0,04
Outros não especificados	0,00	0,45
Total	0,26	0,49

d) Decomposição, pelas rubricas mais significativas, dos outros gastos e perdas:

OUTROS GASTOS E PERDAS	2021	2020
Impostos indiretos	1.242,00	1.242,00
Correções relativas a períodos anteriores	1.592,40	5.343,07
Outras perdas/gastos não especificados		0,00
Total	2.834,40	6.585,07

e) Decomposição, pelas rubricas mais significativas, dos Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos:

GASTOS E PERDAS EM SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS	2021	2020
Comparticipação s/ instalações	36.000,00	36.000,00
Total	36.000,00	36.000,00

ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS SECÇÃO REGIONAL DO SUL

O Contabilista Certificado

A Direção

6. PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS DO ANO DE 2021

ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS

Secção Regional do Sul

PARECER SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS DO ANO DE 2021

1. Nos termos do disposto na alínea b) do nº 2 do artigo 45º do Estatuto da Ordem dos Engenheiros Técnicos (Lei nº 157/2015, de 17 de setembro), compete ao Conselho Fiscal de Secção dar parecer sobre o relatório e contas apresentados pelo Conselho Diretivo de Secção.

2. Pelo exame dos documentos de contabilidade, bem como do Relatório de Atividades, conclui-se que os mesmos se encontram exatos e em boa ordem, satisfazendo as disposições legais e estatutárias.

3. Face ao exposto, o Conselho Fiscal da Secção Regional do Sul propõe à Assembleia da Secção Regional do Sul a aprovação do Relatório de Atividades e Contas, referentes ao ano de 2021, tal como apresentados pelo Conselho Diretivo de Secção.

Lisboa, 8 de março de 2022

O Conselho Fiscal da Secção Regional do Sul,

Sara Machado

Célia Alonso

Praça Dom João da Câmara, nº 19 – 1º Esq. 1200-147 LISBOA
Telefone: 213 261 600 Fax: 213 261 609 e-mail: geral@srsul.oet.pt
www.oet.pt

7. ORÇAMENTO PARA 2022

SRSul - Orçamento 2022

De acordo com o Plano de Contas da OET

RENDIMENTOS	2021	2022
Quotas	252.428,40 €	215.460,00 €
Joias	20.000,00 €	24.000,00 €
Emolumentos - Declarações	2.000,00 €	1.300,00 €
Proveitos Suplementares		
TOTAIS	**274.428,40 €**	**240.760,00 €**
GASTOS		
Gastos com Pessoal	**114.508,68 €**	**109.962,04 €**
63 - Pessoal	97.387,28 €	91.527,82 €
635 - Seg. Social	17.121,40 €	18.434,22 €
Custos Fixos de Instalação	**44.731,60 €**	**20.081,60 €**
6241 -ENERGIA	2.000,00 €	1.450,00 €
6243 -AGUA E SANEAMENTO	600,00 €	500,00 €
6223 - VIGILANCIA	80,00 €	80,00 €
62211 - TOC	6.051,60 €	6.051,60 €
6855 - COMPARTICIPAÇÃO NA AMORT. EDIFICIO	36.000,00 €	**12.000,00 €**
Custos Variavaveis de Instalação	**29.367,84 €**	**28.774,82 €**
6211 6212 - CONTRATOS MANUTENÇÃO	2.656,80 €	3.224,82 €
6231 - FERRAMENTAS	1.000,00 €	750,00 €
62324 - LIVROS DOC. TECNICA (Public. Tec. Apoio Serv.)		
6233 - MAT.ESCRITORIO	3.800,00 €	1.750,00 €
6224 - HONORARIOS	5.400,00 €	5.400,00 €
62613 - RENDAS E ALUGUERES	3.500,00 €	3.500,00 €
62222 - CTT/TELEFONES	8.000,00 €	8.000,00 €
62223 - SUBSIDIO DE COMUNICAÇÃO		
62635-62637 - SEGUROS		
6252/53 - TRANSPORTES		
6265 - CONTENCIOSO		
62262/636 - CONSERV. REPARAÇÃO		150,00 €
6267 - LIMPEZA	3.011,04 €	2.300,00 €
62213 - TRAB.TECNICOS-OUTROS	2.000,00 €	3.700,00 €
Atividade Associativa / Outros	**10.000,00 €**	
6883 - Quotizações		
Desp. de Representação/Deslocações Estadas	**25.000,00 €**	**36.250,00 €**
62661 Despesas representação		19.250,00 €
62512 Deslocações - Km's		17.000,00 €
Informação e Divulgação	**18.000,00 €**	**12.500,00 €**
Centro Documentação (Publicações p/Biblioteca)		
Promoção de Imagem (Patrocinios e Public. Divulgação C	18.000,00 €	12.500,00 €
Dia Engenheiro Tecnico	- €	
Orgãos Regionais	**13.000,00 €**	**16.820,00 €**
Subsidio de Representação	12.600,00 €	14.000,00 €
Segurança Social do Sub. Representação	400,00 €	2.820,00 €
Transicção digital	**7.778,28 €**	**4.229,54 €**
Serviços Bancários	**800,00 €**	**900,00 €**
6982 - Despesas e Comissões Bancarias	756,70 €	900,00 €
Amort. Mat. Corporeo /Imobilizado	**10.000,00 €**	**10.000,00 €**
Imobilizado		
Outras despesas	**1.242,00 €**	**1.242,00 €**
68123 /68124 /6813 /68882		
6882 - Donativos		- €
6912 JUROS SUPORTADOS		
6225		
TOTAIS	**274.428,40 €**	**240.760,00 €**

7.1 PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O ORÇAMENTO PARA 2022

ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS

Secção Regional do Sul

PARECER SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS DO ANO DE 2021

1. Nos termos do disposto na alínea b) do nº 2 do artigo 45º do Estatuto da Ordem dos Engenheiros Técnicos (Lei nº 157/2015, de 17 de setembro), compete ao Conselho Fiscal de Secção dar parecer sobre o relatório e contas apresentados pelo Conselho Diretivo de Secção.

2. Pelo exame dos documentos de contabilidade, bem como do Relatório de Atividades, conclui-se que os mesmos se encontram exatos e em boa ordem, satisfazendo as disposições legais e estatutárias.

3. Face ao exposto, o Conselho Fiscal da Secção Regional do Sul propõe à Assembleia da Secção Regional do Sul a aprovação do Relatório de Atividades e Contas, referentes ao ano de 2021, tal como apresentados pelo Conselho Diretivo de Secção.

Lisboa, 8 de março de 2022

O Conselho Fiscal da Secção Regional do Sul,

Sara Machado

Célia Afonso

Praça Dom João da Câmara, nº 19 – 1º Esq. 1200-147 LISBOA
Telefone: 213 261 600 Fax: 213 261 609 e-mail: geral@srsul.oet.pt
www.oet.pt

8. AGRADECIMENTOS

O número e a relevância das atividades desenvolvidas durante o ano de 2021, só foram possíveis graças à colaboração dos órgãos da Secção Regional do Sul e em especial dos funcionários que, com o seu empenho e profissionalismo, contribuíram para a concretização dos objetivos definidos.

Importa, pois, evidenciar o trabalho desenvolvido pelos membros da Direção, pelo Presidente da Mesa da Assembleia Regional, Presidentes do Conselho Fiscal e Disciplinar, bem como pelos Delegados Distritais, Delegados Adjuntos e Delegados Concelhios.

Destaca-se ainda o sistema interativo e funcional existente entre a secção e os órgãos nacionais, que permitiram a otimização e resolução de processos e procedimentos em curso.

Lisboa, 25 de março de 2022